



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 103 SEXTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 112ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE JULHO DE 2015.....	007
1.1 – ABERTURA.....	007
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	007
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	008
1.2.1.1 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 129/2007	008
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 106/2012 e 21/2015	008
1.2.1.2 – Requerimentos	
Nº 757/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 143/2014.....	009
Nº 758/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Juliana Carla Nogueira de Albuquerque.....	010
Nº 759/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Ygor Saunier	012
Nº 760/2015, de autoria do Senador Lasier Martins, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 386/2015-Complementar. Deferido.	014
1.2.1.3 – Propostas de Emenda à Constituição	
Nº 88/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Gladson Cameli, que <i>modifica os arts. 54 e 56 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores a investidura em outro cargo ou mandato público</i>	015
Nº 89/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Rocha, que <i>altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada semanal de trabalho</i>	021
Nº 90/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Hélio José, que <i>altera o art. 150 da Constituição Federal para deixar expresso que a não utilização de tributo com efeito de confisco se estende às multas de natureza tributária e para estabelecer limite às penalidades decorrentes da ausência de recolhimento de tributos</i>	028
Nº 91/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Cássio Cunha Lima, que <i>altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade</i>	036
1.2.1.4 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 424/2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que <i>altera o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e as Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e nº 13.139, de 26 de junho de 2015</i>	041
Nº 425/2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que <i>altera o art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para estabelecer alíquotas específicas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) em relação aos produtos farmacêuticos sem similar nacional</i>	059
Nº 427/2015, de autoria do Senador Magno Malta, que <i>altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para criar o banco de dados de medidas protetivas de urgência e possibilitar ao delegado de polícia o deferimento de determinadas medidas protetivas de urgência, desde o primeiro atendimento à mulher</i>	073
Nº 428/2015, de autoria do Senador Valdir Raupp, que <i>institui a Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado</i>	087
Nº 429/2015, de autoria do Senador Raimundo Lira, que <i>altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para aumentar em três pontos percentuais a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos de aproveitamentos hidroelétricos na Bacia do Rio São Francisco, destinar o aumento à revitalização do Rio, e dá outras providências</i>	096

1.2.1.5 – Pareceres	
Nº 390/2015, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 208/2015	101
Nº 391/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 21/2013.....	105
Nº 392/2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 20/2014 (conclui pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 426/2015)	110
Nº 393/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285/2011-Complementar.....	116
Nºs 394 e 395/2015, das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236/2014	123
Nºs 396 e 397/2015, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; e da Comissão de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 6/2012	135
1.2.1.6 – Inclusão em Ordem do Dia	
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Resolução nº 21/2013, a fim de ser declarado prejudicado	144
1.2.1.7 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 285/2011-Complementar.....	144
1.2.1.8 – Inclusão em Ordem do Dia	
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 236/2014, a fim de ser declarado prejudicado (Ofício nº 78/2015)	144
1.2.1.9 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 6/2012 continue sua tramitação.....	146
1.2.1.10 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal (Ofício nº 89/2015)	146
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 90/2015) . <i>Será feita a substituição solicitada</i>	147
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (Ofício nº 257/2015)	148
1.2.1.11 – Ofício da Câmara dos Deputados	
Nº 383/2015, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 218/2007 (nº 1.834/2007, naquela Casa), sancionado e convertido na Lei nº 13.141/2015.....	149
1.2.1.12 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 476/2015, na origem, em resposta ao Requerimento nº 720/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senadores.....	150
1.2.1.13 – Relatório Parcial	
Nº 1/2015, da Comissão Temporária de Reforma Política, sobre o Ato do Presidente nº 12/2015 (conclui pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 430/2015)	150
1.2.1.14 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 430/2015.....	155
1.2.1.15 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 45/2015 (nº 233/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.....	155
1.2.2 – Oradores	
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com o impacto negativo que o contingenciamento de recursos imposto pelo ajuste fiscal causará nas finanças das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do País; e outro assunto.	223
1.2.3 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 735/2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes. Aprovado	229
1.2.4 – Veto	
Veto Total nº 22/2015, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88/2013 (Mensagem nº 231/2015, da Presidente da República)	229
1.2.5 – Oradores (continuação)	
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Indignação com adesivos ofensivos à Presidente Dilma Rousseff.	230
SENADOR PAULO PAIM – Defesa de proposição que estabelece política de recomposição dos valores recebidos a título de aposentadoria; e outro assunto.....	232
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Críticas à gestão administrativa do Governo Federal no primeiro semestre do novo mandato presidencial.	235

SENADOR REGUFFE – Apelo ao Governo do Distrito Federal para que devolva para o consumidor os impostos locais sobre remédios, por meio do Programa Nota Legal; e outro assunto.	239
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 9 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 74/2013 (nº 90/2011, na Câmara dos Deputados), tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina, que <i>dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social</i> . Transcorrida a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno.	241
1.3.2 – Item 10 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que <i>altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988</i> . Transcorrida a segunda sessão de discussão em primeiro turno	242
1.3.3 – Item 11 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2013 (nº 368/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação</i> . Transcorrida a segunda sessão de discussão em primeiro turno.	242
1.3.4 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 401/2015, de autoria do Senador Vicentinho Alves, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2012, que tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 51, 73 e 19/2013; 40/2012 e 102/2011. Aprovado.	242
1.3.5 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 208/2015, que <i>aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961</i> . Aprovado.	242
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Oradores	
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Críticas ao Presidente da Câmara dos Deputados pela condução dos trabalhos na aprovação de PEC que reduz a maioria penal; e outro assunto.	244
SENADOR VALDIR RAUPP – Entusiasmo com feiras agropecuárias que acontecem em Rondônia no mês corrente	246
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Destaque à necessidade de maiores debates acerca da redução da maioria penal e da obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração dos campos de petróleo do pré-sal.	248
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Considerações acerca do Plano Amazônia Sustentável, que corresponde a ações pactuadas entre o Governo Federal e os governos dos estados da Amazônia Legal, destinadas, entre outros fatores, à promoção do desenvolvimento sustentável	252
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder – Preocupação com a expansão da criminalidade no Estado de Alagoas; e outros assuntos.	254
SENADORA SANDRA BRAGA – Defesa da continuidade das atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia.	258
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA, como Líder – Resposta a discurso proferido pelo Senador Humberto Costa e defesa do impeachment da Presidente da República.	259
SENADOR LASIER MARTINS – Defesa do aumento do tempo de internação de jovens infratores como alternativa à redução da maioria penal.	262
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Apelo para que o Governo Federal promova a regularização fundiária de assentamentos rurais de Mato Grosso.	263
SENADOR DONIZETI NOGUEIRA – Defesa do governo da Presidente Dilma Rousseff.	266
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Destaque para a necessidade de o Brasil investir em energia solar, sobretudo no fortalecimento da indústria de painéis solares; e outro assunto.	268
1.4.2 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR BLAIRO MAGGI – Registro do transcurso do Dia do Caminhoneiro, em 30 de junho.	272
1.5 – ENCERRAMENTO	273
2 – ATAS	
2.1 – COMISSÃO DIRETORA	
Ata da 3ª reunião, realizada em 18 de junho de 2015	274
2.2 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS	
Ata da 131ª reunião, realizada em 3 de junho de 2015	275
3 – ATOS ADMINISTRATIVOS	
3.1 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA	
Nº 6/2015, que <i>disciplina a entrega, a tramitação e a guarda da declaração de bens e rendas no âmbito do Senado Federal</i>	276

Nº 7/2015, que altera o Ato da Comissão Diretora nº 17, de 2012.....	279
Nº 8/2015, que regulamenta a atuação dos servidores que atuam como fiscais de contratos no âmbito do Senado Federal	283

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	285
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	288
6 – LIDERANÇAS	289
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	291
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	306
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	314
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	361

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS	380
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	393

Ata da 112ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 2 de julho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Romero Jucá, Paulo Paim, Alvaro Dias, Dalírio Beber,
da Sra. Ana Amélia, e dos Srs. Hélio José e José Medeiros.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 26 minutos e encerra-se às 19 horas e 6 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

112ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 02/07/2015 07:00:00 até 02/07/2015 20:31:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PSD	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PR	ES	Magno Malta	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
-	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfê Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
DEM	GO	Wilder Moraes	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 62 senadores.

Emissão 02/07/2015 20:34:20

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

TÉRMINO DE PRAZOS

Esgotou-se no dia 1º de julho o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007**.

Tendo sido aprovado terminativamente pela CDH, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se no dia 1º de julho o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2012; e 21, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO Nº 757, de 2015**

Solicita a remessa, à *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ*, do **Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2014**, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor a devolver ao consumidor a quantia cobrada indevidamente em quádruplo, no caso de fornecimento dos serviços que especifica.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 101, incisos I e V, combinado com o art. 255, inciso II, alínea c, item 12 do Regimento Interno do Senado Federal, a redistribuição do **Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2014**, de iniciativa do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), que “*altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor a devolver ao consumidor a quantia cobrada indevidamente em quádruplo, no caso de fornecimento dos serviços que especifica*”, para que seja apreciado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sala das sessões,

Senador RICARDO FERRAÇO

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº ⁷⁵⁸, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, representado pelo Sr. Daniel Nogueira, pelo falecimento de sua irmã, a Sra. Juliana Carla Jacob Nogueira de Albuquerque, no último dia 16 de junho, bem como seja encaminhado o referido voto à Rua Edson Bittar, 90, conjunto Kissia II, Manaus-Amazonas. CEP 69040-240.

JUSTIFICAÇÃO

Juliana Carla Jacob Nogueira de Albuquerque tinha 33 anos, casada com James Hozannah Albuquerque, com quem teve uma filhinha, a pequena, Ana Júlia Jacob Nogueira de Albuquerque de cinco anos.

Juliana era servidora da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, local em que todos a respeitavam e admiravam pela sua dedicação e afincamento no exercício de sua função pública. Seu principal objetivo era melhorar a cada dia a forma como exercia sua função.

Formada em ciência da computação, veio a falecer no último dia 16 de junho, deixando a todos da família e amigos uma lacuna que jamais poderá ser preenchida. Juliana Nogueira sempre foi, é e será amada por todos que aqui na Terra ainda permanecem, uma vez que serão esses os responsáveis por respeitar o seu legado de vida, perpetuar seus exemplos e sua ilibada conduta como mãe, mulher e profissional, bem como acolher e amar a linda família que formou.

Juliana Carla Jacob Nogueira Albuquerque é filha de Vicente de Paulo Queiroz Nogueira e Jussara Iolanda D'urso Jacob, era a segunda de uma família de quatro filhos, batalhadora, decidida, esposa devotada e mãe extremosa, era sorridente e levava a vida de maneira simples, sempre dedicada ao seu núcleo familiar mais próximo composto pelo seu marido e sua filha. Sendo muito querida e amada pelos irmãos e muito estimada em seu local de trabalho.

Desta forma, é com pesar, sentimento este a ser estendido não somente à família enlutada, mas também a todo amigo que a admirava, que ofereço este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, em de julho de 2015.


Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Sr. Ygor Saunier, pesquisador musical e instrumentalista pelo lançamento do livro “Tambores da Amazônia”, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Rua Ramos Ferreira, nº 1780, bairro de Praça 14, Manaus-Amazonas, CEP: 69020-080.

JUSTIFICAÇÃO

Ygor Saunier, natural de Maués, interior do Amazonas, lançará no próximo mês, o livro “Tambores da Amazônia”, obra que aborda oito gêneros musicais amazônicos por meio de um estudo que vai além da análise do campo musical.

Durante a pesquisa, Ygor percorreu alguns estados da região norte, como no Estado do Amapá, as cidades de Macapá e comunidades do Curiaú, Laguinho e Mazagão.

No Amazonas, o autor visitou e estudou a fundo a cultura musical presente dos municípios de Maués, Parintins, Manacapuru e Manaus. Aprofundando a sua pesquisa e seus estudos no estado do Pará. Por onde passou por Belém, Bragança e Marapanim.

A pesquisa acadêmica faz parte do cotidiano do músico instrumentalista e a sua obra que ainda será lançada, abordará a rítmica dos gêneros musicais amazônicos. Sua pesquisa vai além da análise no campo musical, e leva em

conta o contexto social do ser humano que a executa. A prática é conhecida como estudo etnomusicológico.

Esse será o primeiro volume de uma série de obras que Ygor pretende lançar. Nela, será abordada a origem histórica dos instrumentos, forma de execução, partituras de percussão e sugestões de levadas para cada ritmo.

Ygor iniciou seus estudos que compõem a obra, durante o curso de graduação em música pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O pontapé inicial para interesse por organizar tudo isso em uma obra literária, veio de um curso que o mesmo fez em Brasília, com o renomado baterista Edu Ribeiro, vencedor do último Grammy Latino na categoria Melhor Disco de Jazz Latino.

Em virtude de tão importante iniciativa e grande contribuição para a literatura amazonense, parabenizo por meio deste Voto de Congratulações e Aplauso, o Sr. Ygor Saunier, pesquisador musical e instrumentalista pelo lançamento do livro “Tambores da Amazônia”, com a certeza de que este importante instrumento de difusão estimulará novas pesquisas entre os que atuam na área e que o Ygor possa continuar por longos anos a dignificar seus estudos e suas pesquisas, honrando a todos nós amazonenses.

Sala das Sessões, em de julho de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB/Amazonas

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 760 , DE 2015

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado n.º 386, de 2015 - Complementar, de minha autoria, que “*altera a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para instituir limite para a despesa com cargos em comissão*”, em curso perante a CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2015.

SENADOR LASIER MARTINS
PDT/RS

(Deferido)

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 88, DE
2015**

Modifica os arts. 54 e 56 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores a investidura em outro cargo ou mandato público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 54 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes modificações:

“**Art. 54.**.....

.....

II
.....

d) ser titulares de outro cargo ou mandato público, eletivo ou não.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação, observado o disposto no art. 3º.

Art. 3º O Deputado ou Senador que na data da publicação desta Emenda Constitucional estiver investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária tem direito a permanecer no cargo sem perder o mandato eletivo.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* ao Deputado Estadual, Deputado Distrital ou Vereador que estiver investido em outro cargo público.

Art. 4º Revoga-se o inciso I do art. 56 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda à Constituição que ora submetemos à análise do Senado Federal pretende modificar os arts. 54 e 56 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores a investidura em outro cargo ou mandato público.

Com efeito, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, não perderá o mandato o Deputado ou Senador que for investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

A possibilidade de o Deputado ou Senador ocupar outro cargo público sem perder a titularidade do mandato vem desde a Constituição de 1934 (v.g. art. 62).

Todavia, é importante registrar que a primeira Constituição republicana, de 1891, tenha estabelecido que o Deputado ou Senador que aceitasse o cargo de Ministro de Estado perderia o mandato, procedendo-se a nova eleição, na qual o antigo titular não poderia concorrer (art. 50, parágrafo único).

E é a essa coerência do sistema presidencialista de governo, adotada originalmente nos Estados Unidos da América e que estava presente em nossa primeira Constituição da República, que pretendemos retornar.

Com efeito, como é sabido, uma das características do presidencialismo é a nítida separação entre os três Poderes, sendo a participação de parlamentares no Poder Executivo característica do sistema parlamentarista.

Desse modo, temos uma incongruência institucional em nosso presidencialismo, o que gera toda uma série de inadequações, como as conhecidas barganhas e de inconvenientes, como a presença de um número excessivo de suplentes no exercício do mandato parlamentar.

Assim, para afastar essa incongruência institucional é que estamos submetendo à apreciação dos nobres colegas a presente proposição, que revoga o inciso I do art. 56, dispositivo que arrola os cargos em que podem ser investidos os Deputados e Senadores.

Ademais, estamos também alterando a redação do art. 54, II, 'd', da Lei Maior, que dispõe sobre vedações aplicadas aos Deputados e Senadores para estabelecer que não poderão ser titulares de outro cargo ou mandato público, seja tal cargo ou mandato eletivo ou não, sob pena de perda do mandato, conforme previsto no art. 55, I.

Outrossim, devemos também recordar que os impedimentos constitucionais aplicáveis aos parlamentares federais alcança os Deputados Estaduais (art. 27, § 1º), Distritais (art. 32, § 3º) e os Vereadores (art. 29, IX). Por isso, com a mudança constitucional ora proposta esses parlamentares igualmente não poderão ser investidos em outro cargo público, sob pena de perda do respectivo mandato.

Por fim, em observância do princípio da segurança jurídica, consagrada em nossa Constituição (v.g. art. 5º) e que tem entre seus corolários a rejeição a mudanças abruptas e o respeito possível à expectativa de direito e aos direitos em processo de aquisição, estamos adotando regra de transição, que estabelece que os parlamentares que na data da publicação da Emenda Constitucional que pretendemos seja adotada estiverem investidos em outro cargo público têm o direito a nele permanecer, sem perder o mandato eletivo.

Em face do exposto, estamos solicitando o necessário apoio das Senhoras e Senhores Senadores para a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões,



Senador **GLADSON CAMELI**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015

Modifica os arts. 54 e 56 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores a investidura em outro cargo ou mandato público.

Senador/Senadora	Assinatura
Antonio Anastasio	M. Luis
LASIER	J. Martins
MAURÍCIO	
REGUFFE	
SERGIO FLEISS	
WILSON MARIN	
ZEZÉ GOMES	
JOÃO AGUIPINO	
Ana Amélia (PP/RS)	
Garibaldi Alves	
Helio José PSD-DF	
Bruno Silva	
Eduardo Faria	
Mauro do Carmo	
Douzele Nogueira	
CIRO NOBRE	
Domício Faria	

[illegible]

Legislação citada

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2015

Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada semanal de trabalho.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 7º.**

.....

XIII – duração de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

.....” (NR)

Art. 2º A implantação da duração da jornada de trabalho de que trata o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 1º desta Emenda se dará da seguinte forma:

I – a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte ao da aprovação desta Emenda a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a quarenta e três horas semanais e será reduzida anualmente, nos anos subsequentes, em uma hora, até o limite de quarenta horas semanais.

II – até a implantação da redução a que se refere o inciso anterior a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a quarenta e quatro horas semanais.

Art. 3º Fica vedada a redução de salários, benefícios ou direitos, que tenha como fundamento, razão ou justificativa, a redução da jornada semanal de trabalho para quarenta horas.

Art. 4º Durante a implantação da jornada semanal de trabalho reduzida para quarenta horas, a jornada diária será ajustada mediante negociação coletiva ou individual, com a anotação devida na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Parágrafo único. Na falta de ajuste sobre a carga horária diária, as horas diminuídas da jornada semanal serão deduzidas da jornada dos sábados, considerando-se serviço extraordinário as horas excedentes ao limite previsto para o ano em curso.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A redução da jornada semanal de trabalho é um dos objetivos fundamentais na luta dos trabalhadores. Jornadas mais reduzidas permitem a melhora nos índices de saúde e de segurança no trabalho, trazem benefícios para toda a família do trabalhador, servem para promover a igualdade entre os sexos, aumentam a produtividade nas empresas e dão ao trabalhador opções de lazer e de aperfeiçoamento. Protelar a adoção de jornadas reduzidas, portanto, é apenas retardar o desenvolvimento humano, econômico e social.

Não podemos conviver, numa sociedade moderna, com jornadas que exigem toda a energia dos trabalhadores e o reduzem a uma mera máquina de trabalho. Essa situação é especialmente inaceitável quando outros trabalhadores estão à procura de um espaço para trabalhar. A redução da

jornada, então, permite a repartição melhor do peso do trabalho e dos benefícios das riquezas dele decorrentes, além de permitir a redistribuição dos ganhos auferidos com a exploração do capital.

Além de reduzir o desemprego, a redução da jornada irá colaborar para a distribuição da renda. Com mais empregos, tudo apontará para a criação de um círculo virtuoso de crescimento. Haverá mais renda, mais empregos e mais empreendimentos e, conseqüentemente, consumo maior e produção maior também.

Dedicar um espaço maior de tempo ao conhecimento, à diversão e às atividades sociais e religiosas não está tão distante assim de nossas possibilidades. Países mais desenvolvidos já utilizam com sucesso a redução das jornadas. Há inúmeras experiências em andamento. Algumas empresas têm ajustado a jornada de acordo com as demandas da produção e os interesses dos empregados. A alteração nos limites horários pode ser diária, semanal, mensal ou anual. Nesse sentido, as negociações coletivas são fundamentais, mas não podemos descuidar de um limite máximo, em benefício de todos os trabalhadores.

Também nos países em desenvolvimento essa tendência a jornadas mais curtas é visível. O trabalho em tempo parcial cresce. Os trabalhadores têm interesse em desenvolver atividades paralelas. Os estudantes precisam de um horário de trabalho flexível ou reduzido para estudar. A redução da carga horária abre, nesses casos, disponibilidade de tempo para a emancipação do ser humano, pelo conhecimento ou pela evolução econômica e social.

Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a “Duração do Trabalho em todo o mundo” (Sangheon Lee, Deirdre Mc Cann e Jon C. Messenger) aponta que muitos países já não adotam limites universais estatutários (Alemanha, Austrália, Dinamarca, Nigéria, Índia, Paquistão e Jamaica, entre outros). A grande maioria dos países, entretanto, adota 40 (quarenta horas) horas semanais como limite (Áustria, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Itália, Japão, Holanda, China, Federação Russa, Equador, Egito etc.). O Brasil, por sua vez, está entre aqueles que adotam limites entre 41(quarenta e uma) e 46 (quarenta e seis) horas semanais (Suíça, Angola, Burundi, Marrocos, Cuba, Chile, Uruguai, Venezuela etc.). Finalmente, com limite de 48 (quarenta e oito) horas ou mais estão, entre outros, Moçambique, Tunísia, Tailândia, Haiti, Argentina, México, Paraguai e Uruguai. (www.oitbrasil.org.br/.../duração-do-trabalho-em-todo-o-mundo-tendências)

Como se pode ver, a adoção de uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais é uma tendência. De qualquer forma, o debate em torno da redução das jornadas de trabalho, com todas as suas alternativas e possibilidades, veio para ficar. Precisamos encontrar um consenso sobre a jornada semanal ideal, que seja compatível com o momento histórico atual e leve em conta os interesses de empregados e de empregadores, mas também de todos os outros cidadãos, dependentes, direta ou indiretamente, do trabalho. Em última instância, está o interesse de toda a sociedade.

Importante destacar que essa redução não pode ocorrer com redução de direitos, benefícios ou salários. Se isso ocorresse, os objetivos da norma seriam inviabilizados e estaríamos redistribuindo a pobreza e a miséria. Por essa razão, introduzimos um dispositivo na PEC como o intuito de vedar possíveis práticas tendentes a burlar os efeitos da redução da jornada.

Com a redução da jornada semanal, serão necessários ajustes na jornada diária. cremos que as negociações coletivas e individuais são o melhor mecanismo de encontrar soluções que agradem tanto a empregados como a empregadores. Na falta de estipulação negocial, estamos prevendo a redução proporcional na jornada dos sábados.

Esta Proposta de Emenda à Constituição pretende disciplinar a matéria de forma apropriada, estabelecendo a implantação gradativa da redução de jornada. Tudo em conformidade com a evolução histórica dos direitos trabalhistas e as tendências internacionais em matéria de duração do trabalho. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO ROCHA**




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO ROCHA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89 , DE 2015

Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada semanal de trabalho.

SENADOR (A)	ASSINATURA
Jon' Pimentel	Jon' Pimentel
Regina Sousa	Regina Sousa
Donizeti	Donizeti
LINDBERGH FARIAS	Lindbergh Farias
FAROLFE RODRIGUES	Farolfe Rodrigues
DELCEIO	Delceio
R. LUK. P.	R. LUK. P.
Jon' Viana	Jon' Viana
LA SIER	La Sier
Garibaldi	Garibaldi
Paulo Sérgio	Paulo Sérgio
UNICSS	Unicss

SENADOR (A)	ASSINATURA
WALTER PINHEIRO	
REGUFFE	
ANGELA PORTELA	
GLEISI	
HUMBERTO COSTA	
RODRIGO VETTORI	 (PAIM)
DANI ADELMAR	
JOSE MADEIROS	
ELIARNO FÉRRIZ	
GLADSON CAMELI	
Simone Tebit	
Fátima Bezerra	

SENADOR (A)	ASSINATURA
Vicente Paulo	
Sérgio Faleiros	
Helio José PSD-DF	
Oton	
Fernando Costa	

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2015

Altera o art. 150 da Constituição Federal para deixar expresso que a não utilização de tributo com efeito de confisco se estende às multas de natureza tributária e para estabelecer limite às penalidades decorrentes da ausência de recolhimento de tributos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 150 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 150.**

.....

IV - utilizar tributo ou multa tributária com efeito de confisco;

.....

§ 8º O valor das multas punitivas de natureza tributária decorrentes da ausência de recolhimento de tributo não pode exceder o montante deste, salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As multas tributárias devem ser guiadas pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, conforme já definido pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, inúmeras unidades da Federação relutam em aplicar esse entendimento, definindo elevadíssimos percentuais para multas fiscais, o que gera efeito confiscatório, insegurança jurídica e aumento dos conflitos na relação fisco-contribuinte. Por meio desta proposição, visamos corrigir a distorção, para deixar expresso que as multas tributárias não podem ter efeito de confisco.

Como é de conhecimento geral, a não utilização de tributo com efeito de confisco é um dos limites ao poder de tributar e está lastreado no princípio da justiça fiscal. Assim, o Estado, que depende dos tributos para cumprir sua missão, não pode se valer de sua necessidade arrecadadora para invadir de forma desmedida o patrimônio ou a renda dos contribuintes.

Embora o texto constitucional refira-se somente a tributos, as multas tributárias também não podem ter efeito de confisco, conforme ficou assentado pelo STF no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.075. Para a Suprema Corte, a vedação ao efeito de confisco poderia ser definida como a interdição, pela Carta Política, de qualquer pretensão governamental que possa conduzir, no campo da fiscalidade, à injusta apropriação estatal, no todo ou em parte, do patrimônio ou dos rendimentos dos contribuintes, comprometendo-lhes, pela insuportabilidade da carga tributária, o exercício do direito a uma existência digna, ou a prática de atividade profissional lícita ou, ainda, a regular satisfação de suas necessidades vitais básicas.

A medida proposta vem, assim, ao encontro do decidido pelo STF, que assegura a livre iniciativa, um dos pilares da Ordem Econômica, prevista no art. 170 da Constituição Federal, e que garante o direito de propriedade, conforme art. 5º, inciso XXII, do texto constitucional.

No entanto, a maior dificuldade para implementar a decisão da Suprema Corte é que não existe no ordenamento em vigor a fixação do patamar máximo para não se configurar efeito de confisco em relação às multas. Assim, para que o dispositivo constitucional possa ter aplicação

imediate, propomos o estabelecimento de um limite para as multas punitivas decorrentes da ausência do pagamento de tributo, que deverá ser observado por todos os entes da Federação.


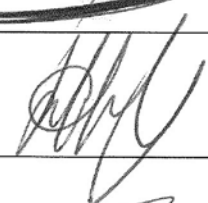
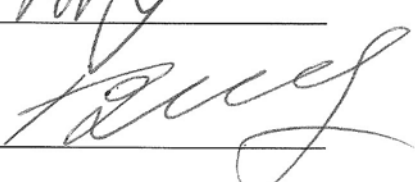
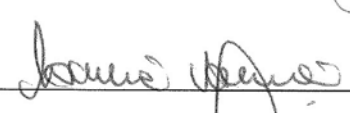
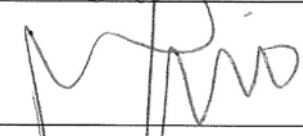
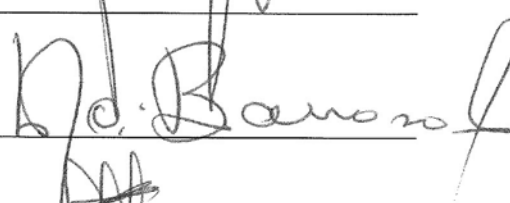

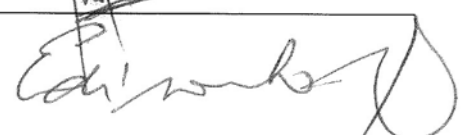
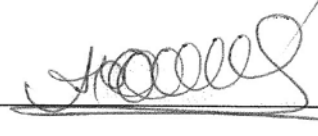

É imprescindível a fixação de teto para as multas fiscais para que a vedação de efeito confiscatório seja efetivamente implementada em nosso País.


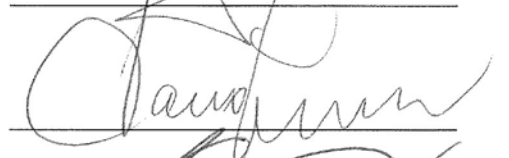
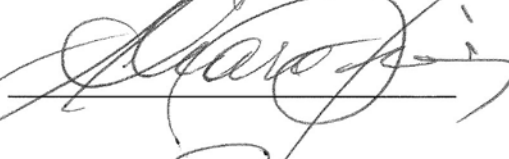
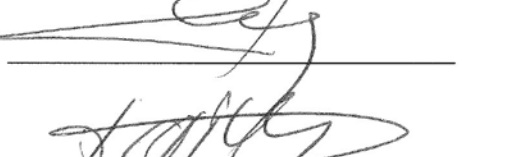
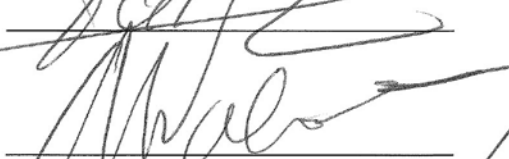
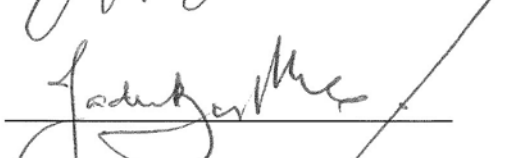
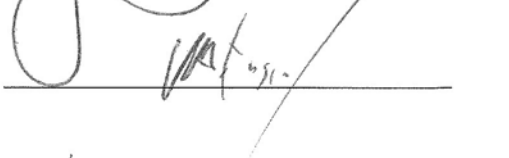
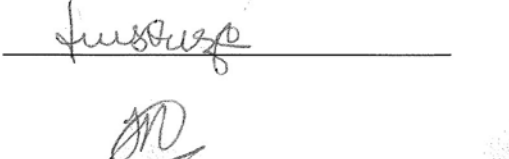
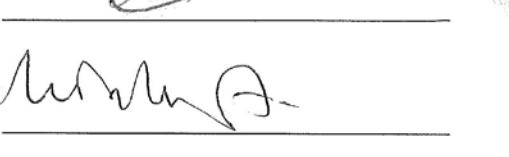




Em virtude da relevância desta Proposta de Emenda à Constituição, pedimos o apoio de nossos Pares.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ

1. Hélio José
2. Sergio Petecão
3. Paulo Paim
4. Vanessa Grazziotin
5. José Agripino Maia
6. Roberto Feres
7. Eunício Oliveira

8. Dani Albuquerque 
9. Raimundo Pereira 
10. Renato de Jesus 
11. José da Silva 
12. Elcio de Fátima 
13. Sen. Joni Pinheiro 
14. José Mendes 
15. E. LORÃO 
16. Angela Portela 
17. Rozine Sauer 

- | | |
|--------------------------------|--|
| 18. <u>BARTHO MAGGI</u> |  |
| 19. <u>TASSO JENIATI</u> |  |
| 20. <u>ARVALO DIAS</u> |  |
| 21. <u>ANG ANIELLE (PL/RS)</u> |  |
| 22. <u>JACOB R. POINY</u> |  |
| 23. <u>VALDANES</u> |  |
| 24. <u>JACK BARBALHO</u> |  |
| 25. <u>ANTONIO ANASTASIA</u> |  |
| 26. <u>LINDICE DA MOTA</u> |  |
| 27. <u>REWPFÉ</u> |  |
| 28. <u>CRISTOVAN</u> |  |
| 29. <u>LASIER</u> |  |
| 30. <u>BANDOLFE R</u> |  |

Legislação Citada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

SEÇÃO II DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 75, de 15.10.2013)

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts.

148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º - As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, DE 2015

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade.

As **MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS** e do **SENADO FEDERAL**, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 2º:

“**Art. 101.**

§ 1º O Presidente da República realizará a indicação nos três meses subsequentes à vacância do cargo, sob pena de crime de responsabilidade.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece competir ao Presidente da República indicar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Não dispôs, contudo, sobre o prazo para que o Presidente da República efetue essa indicação.

Diante dessa omissão, tem-se tornado praxe a demora de vários meses para se proceder à indicação, fato que tem provocado a vacância prolongada de cargos de ministro do Supremo Tribunal Federal.

No caso mais recente, o cargo ocupado pelo ex-Ministro Joaquim Barbosa ficou vago por quase um ano, tendo em vista que sua aposentadoria foi publicada em 31 de julho de 2014 e que somente em 25 de maio de 2015 foi publicada a nomeação do novo integrante da Corte, o Ministro Luiz Edson Fachin.

Não se trata, contudo, de caso isolado. A nomeação do Ministro Luís Roberto Barroso, por exemplo, levou 204 dias. A nomeação do Ministro Luiz Fux, por sua vez, levou 195 dias. No caso da Ministra Rosa Weber, transcorreram-se 132 dias entre a vacância do cargo e sua nomeação.

Essa realidade é extremamente prejudicial à atividade jurisdicional do STF, principalmente diante do excessivo número de processos pendentes de julgamento e da possibilidade de empates nas votações.

Diante desse contexto, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição, cujo objetivo é estabelecer o prazo de três meses para que o Presidente da República indique o sucessor ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Com a finalidade de assegurar a eficácia desse dispositivo, estabelecemos que a ausência de indicação nesse prazo configurará crime de responsabilidade do Presidente da República.

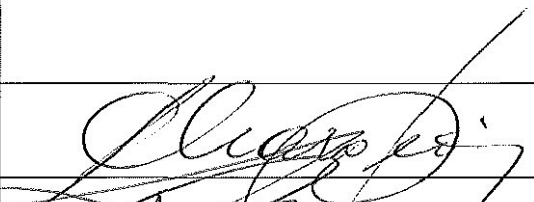


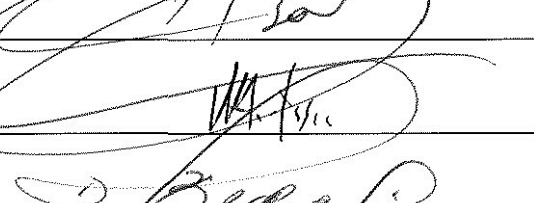
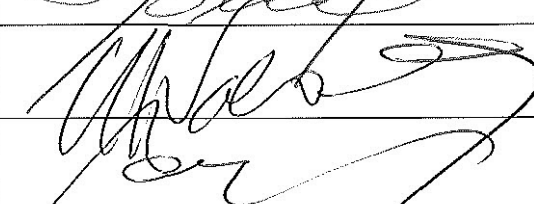
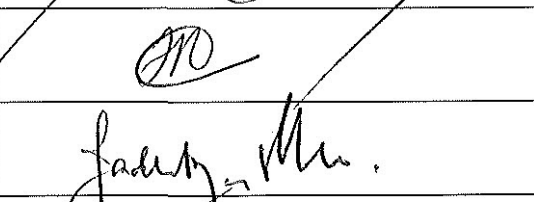



Diante da importância desta Proposta de Emenda à Constituição, conto com o apoio dos ilustres Senadores para a sua rápida aprovação.


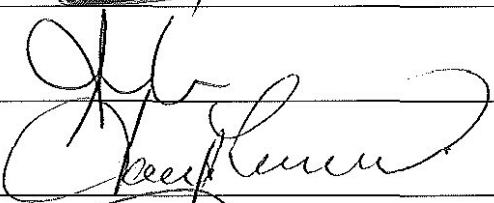



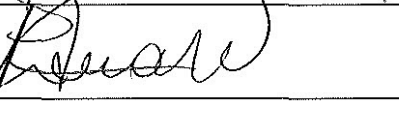


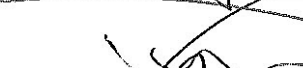


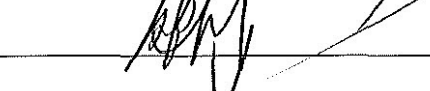



Sala das Sessões, em de 2015.



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

Líder do PSDB

SENADOR	ASSINATURA
1	
2 ÁLVARO DINIZ	
3 FERNANDO GOMES	
4 HASTIER	
5 LUIZ CASSOL	
6 FLEXS EIBEINO	
7 PAULO SAISON	
8 ANTONIO AMISTAGLIA	
9 JACIRIO BEBER	
10 ANTONIO OATILUS VALSTARKES	
11 ALVES	
12 REGUFFE	
13 JADON BARBULLA	
14 EDUARDO FERREIRA	
15 GARIBALDI ALVES	

SENADOR	ASSINATURA
16 Davi Alcolumbre	
17 Renato Casagrande	
18 Tasso Fragoso	
19 WILDER MORAIS	
20 Rômulo Carino	
21 DARIO ZERGER	
22 Chapão Aroux	
23 Ana Amélia (PP/RS)	
24 Cristovam	
25 Guntolke Lobato	
26 ROMERO JESUS	
27 José Maranhão	
28 Raimundo Pereira	
29 Simone Telles	
30 Benedino Maggi	
31	

LEGISLAÇÃO CITADA

Seção II DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2015

Altera o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e as Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e nº 13.139, de 26 de junho de 2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 3º e 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 4º O ocupante que discordar dos valores das plantas genéricas elaboradas pelos Municípios poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da intimação para o pagamento da taxa, apresentar impugnação do valor atribuído ao domínio pleno do terreno.

§ 5º Até a decisão final da impugnação referida no § 4º, aplicar-se-á a suspensão da cobrança de taxas.” (NR)

“Art. 3º

.....

§ 7º As disposições constantes dos §§ 4º e 5º do art. 1º deste Decreto-Lei aplicam-se ao recolhimento do laudêmio.” (NR)

“Art. 6º

.....

§ 14. Independem de licença ou autorização o uso e a realização de aterros, construções, obras, cercas e outras benfeitorias, desmatamento ou instalação de equipamentos, em terrenos regularmente

inscritos na Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cabendo aos Planos e Leis Municipais regularem sua ocupação e utilização.

§ 15. Ensejará a aprovação tácita do pedido de autorização para as obras referidas no § 1º a sua não apreciação no prazo de até 60 (sessenta) dias pela Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sem prejuízo de outras licenças pertinentes.

§ 16. Concluída a intervenção nas áreas referidas no § 1º deste artigo, o proprietário terá 6 (seis) meses para sua regularização perante a Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 17. A desocupação do imóvel, com o consequente cancelamento da inscrição de ocupação, poderá ser efetivada sumariamente nas hipóteses de:

I - declaração de interesse público da área ocupada pelo imóvel;

II - inadimplemento do pagamento da taxa de ocupação por 3 (três) anos consecutivos, ressalvada a hipótese de impugnação da cobrança;

III - dano ambiental na utilização da área ocupada pelo imóvel, comprovado em processo judicial transitado em julgado; e

IV - descumprimento da legislação municipal de gerenciamento costeiro, no que tange ao acesso às praias.” (NR)

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

I – ocorreram após 30 de abril de 2015;

Parágrafo único. As ocupações anteriores à data referida no inciso I do caput poderão ser regularizados no prazo de 6 (seis) meses, contado da data de publicação desta Lei.” (NR)

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar a utilização onerosa ou gratuita do espaço aquático ou subaquático da plataforma continental ou do mar territorial para passagem de dutos de petróleo e gás natural ou cabos até o destino final, além da construção de estruturas fixas ou faltantes para quaisquer instalações.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O regime enfiteutico aplicável aos terrenos de marinha, bens de propriedade da União, nos termos do inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, mostra-se anacrônico em face da alteração do uso das áreas abrangidas decorrente do fenômeno da urbanização.

Nesse sentido, a recém-promulgada Lei 13.139, de 26 de junho de 2015, promoveu diversas alterações na legislação relativa aos bens de propriedade da União, especialmente quanto aos terrenos de marinha.

Entretanto, alguns aperfeiçoamentos já se mostram necessários a fim de estabelecer a previsão de um instrumento que permita a impugnação dos valores atribuídos ao domínio pleno do terreno pela Secretaria do Patrimônio da União, em atenção ao princípio constitucional do contraditório, nos termos do inciso LV do art. 5º da Constituição Federal.

Ademais, mostra-se necessário adequar o texto da Lei às situações de ocupação já consolidadas quanto ao uso e a realização de aterros, construções, obras, cercas e outras benfeitorias, desmatamento ou instalação de equipamentos, além estabelecer a possibilidade de cancelamento da inscrição de ocupação na hipótese de interesse público.

Desse modo, solicitamos o apoio dos ilustres pares a fim de viabilizar a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador OTTO ALENCAR



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987.

[Vide texto compilado](#)

[\(Vide Lei nº 13.139, de 2015\)](#)

Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A taxa de ocupação de terrenos da União, calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, anualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU), será, a partir do exercício de 1988, de:

~~I - 2% (dois por cento) para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição seja requerida, ao SPU, até 31 de março de 1988; e~~
~~II - 5% (cinco por cento) para as ocupações cuja inscrição seja requerida ou promovida ex officio, a partir de 1º de abril de 1988.~~

I - 2% (dois por cento) para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição seja requerida, ao SPU, até 30 de setembro de 1988; e [\(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.422, de 1988\)](#) [\(Vide Lei nº 11.481, de 2007\)](#)

II - 5% (cinco por cento) para as ocupações cuja inscrição seja requerida ou promovida ex officio, a partir de 1º de outubro de 1988. [\(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.422, de 1988\)](#)

§ 1º ao § 3º [\(Vide Lei nº 13.139, de 2015\)](#) [Vigência](#)

Art. 2º O Ministro da Fazenda, mediante portaria estabelecerá os prazos para o recolhimento de foros e taxas de ocupação relativos a terrenos da União, podendo autorizar o parcelamento em até oito cotas mensais.

Art. 3º Dependerá do prévio recolhimento do laudêmio, em quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do domínio pleno e das benfeitorias, a transferência onerosa, entre vivos, do domínio útil de terreno da União ou de direitos sobre benfeitorias neles construídas, bem assim a cessão de direito a eles relativos. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º As transferências parciais de aforamento ficarão sujeitas a novo foro para a parte desmembrada.

~~§ 2º Os Registros de Imóveis, sob pena de responsabilidade do respectivo titular, não registrarão escrituras relativas a bens imóveis de propriedade da União ou que contenham, ainda que parcialmente, terreno da União:~~

- ~~a) sem prova do pagamento do laudêmio;~~
- ~~b) se o imóvel estiver situado em zona que houver sido declarada de interesse do serviço público em portaria do Diretor-Geral do Serviço do Patrimônio da União; e~~
- ~~c) sem a observância das normas estabelecidas em regulamento.~~

~~§ 3º O Serviço do Patrimônio da União (SPU) procederá à revisão do cálculo do valor recolhido e, apurada diferença a menor, notificará o interessado para recolhê-la, no prazo de~~

~~30 (trinta) dias, devolvendo o valor da eventual diferença a maior.~~

~~§ 4º O recolhimento da diferença a menor e a devolução da diferença a maior serão feitas pelos respectivos valores monetariamente atualizados pelo índice de variação de uma Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).~~

~~§ 5º O não recolhimento de diferença a menor, no prazo fixado no parágrafo anterior, acarretará a sua cobrança com os acréscimos previstos nos [arts. 15 e 16 do Decreto-lei nº 2.323, de 26 de fevereiro de 1987](#), com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.331, de 28 de maio de 1987.~~

§ 2º Os Cartórios de Notas e Registro de Imóveis, sob pena de responsabilidade dos seus respectivos titulares, não lavrarão nem registrarão escrituras relativas a bens imóveis de propriedade da União, ou que contenham, ainda que parcialmente, área de seu domínio: [\(Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

I - sem certidão da Secretaria do Patrimônio da União - SPU que declare: [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

a) ter o interessado recolhido o laudêmio devido, nas transferências onerosas entre vivos; [\(Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

b) estar o transmitente em dia com as demais obrigações junto ao Patrimônio da União; e [\(Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#) [\(Vide Lei nº 13.139, de 2015\)](#) [Vigência](#)

c) estar autorizada a transferência do imóvel, em virtude de não se encontrar em área de interesse do serviço público; [\(Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

II - sem a observância das normas estabelecidas em regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

§ 3º A SPU procederá ao cálculo do valor do laudêmio, mediante solicitação do interessado. [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

§ 4º Concluída a transmissão, o adquirente deverá requerer ao órgão local da SPU, no prazo máximo de sessenta dias, que providencie a transferência dos registros cadastrais para o seu nome, observando-se, no caso de imóvel aforado, o disposto no [art. 116 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946](#). [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

§ 5º A não-observância do prazo estipulado no § 4º sujeitará o adquirente à multa de 0,05% (cinco centésimos por cento), por mês ou fração, sobre o valor do terreno e benfeitorias nele existentes. [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

§ 6º É vedado o loteamento ou o desmembramento de áreas objeto de ocupação sem preferência ao aforamento, nos termos dos [arts. 105 e 215 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946](#), exceto quando: [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

a) realizado pela própria União, em razão do interesse público; [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

b) solicitado pelo próprio ocupante, comprovada a existência de benfeitoria suficiente para caracterizar, nos termos da legislação vigente, o aproveitamento efetivo e independente da parcela a ser desmembrada. [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

Art. 3º-A Os cartórios deverão informar as operações imobiliárias anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartórios de Notas ou de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos que envolvam terrenos da União sob sua responsabilidade, mediante a apresentação de Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União - DOITU em

meio magnético, nos termos estabelecidos pela Secretaria do Patrimônio da União.
(Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

§ 1º A cada operação imobiliária corresponderá uma DOITU, que deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da anotação, averbação, lavratura, matrícula ou registro da respectiva operação, sujeitando-se o responsável, no caso de falta de apresentação ou apresentação da declaração após o prazo fixado, à multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao mês-calendário ou fração, sobre o valor da operação, limitada a 1% (um por cento), observado o disposto no inciso III do § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

§ 2º A multa de que trata o § 1º deste artigo: (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

I - terá como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração; (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

II - será reduzida: (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

a) à metade, caso a declaração seja apresentada antes de qualquer procedimento de ofício; (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

b) a 75% (setenta e cinco por cento), caso a declaração seja apresentada no prazo fixado em intimação; (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

III - será de, no mínimo, R\$ 20,00 (vinte reais). (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

§ 3º O responsável que apresentar DOITU com incorreções ou omissões será intimado a apresentar declaração retificadora, no prazo estabelecido pela Secretaria do Patrimônio da União, e sujeitar-se-á à multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por informação inexata, incompleta ou omitida, que será reduzida em 50% (cinquenta por cento) caso a retificadora seja apresentada no prazo fixado. (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

~~Art. 4º A alienação de bens imóveis da União, sob administração do Serviço do Patrimônio da União (SPU), será feita em leilão público, podendo adquiri-los, em condições de igualdade com o lance vencedor, o ocupante ou locatário, sendo o mesmo procedimento adotado para a alienação do domínio útil, quando não houver preferência ao aforamento, observados os procedimentos estabelecidos no art. 15, inciso I, do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e modificações posteriores. (Revogado pela Lei nº 9.636, de 1998)~~

~~Art. 5º Ressalvados os terrenos da União que, a critério do Poder Executivo, venham a ser necessários ao Serviço Público, conceder-se-á o aforamento:~~

~~I - independentemente do pagamento do preço correspondente ao valor do domínio útil, nos casos previstos nos arts. 105 e 215 do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;~~

~~II - mediante o pagamento do preço referido no item anterior, nos casos previstos no art. 4º do Decreto-lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977; e~~

~~III - mediante leilão público, nas hipóteses do art. 99 do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.~~

Art. 5º Ressalvados os terrenos da União que, a critério do Poder Executivo, venham a ser considerados de interesse do serviço público, conceder-se-á o aforamento: (Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998)

I - independentemente do pagamento do preço correspondente ao valor do domínio útil, nos casos previstos nos arts. 105 e 215 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946; (Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998)

II - mediante leilão público ou concorrência, observado o disposto no [art. 99 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946](#). [\(Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

Parágrafo único. Considera-se de interesse do serviço público todo imóvel necessário ao desenvolvimento de projetos públicos, sociais ou econômicos de interesse nacional, à preservação ambiental, à proteção dos ecossistemas naturais e à defesa nacional, independentemente de se encontrar situado em zona declarada de interesse do serviço público, mediante portaria do Secretário do Patrimônio da União. [\(Incluído pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

~~Art. 6º A realização de aterros para a formação de acrescidos de marinha ou nas margens de lagos, rios e ilhas fluviais e lacustres de propriedade da União, sem prévia autorização do órgão competente do Poder Executivo, importará:~~

~~I - na remoção do aterro e demolição das eventuais benfeitorias, à conta de quem as houver efetuado;~~

~~II - na automática aplicação de multa mensal em valor equivalente a 5 (cinco) Obrigações de Tesouro Nacional (OTN), para cada 1m² (um metro quadrado) das áreas aterradas ou construídas, que será cobrada em dobro, após 30 (trinta) dias da notificação, pelo correio ou por edital, se o infrator não tiver removido o aterro e demolido a construção.~~

~~Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo aplicam-se a edificações em praias marítimas e oceânicas, bem assim nas praias formadas em lagos, rios e ilhas fluviais e lacustres de propriedade da União.~~

Art. 6º A realização de aterro, construção ou obra e, bem assim, a instalação de equipamentos no mar, lagos, rios e quaisquer correntes de água, inclusive em áreas de praias, mangues e vazantes, ou em outros bens de uso comum, de domínio da União, sem a prévia autorização do Ministério da Fazenda, importará: [\(Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#) [\(Vide Lei nº 13.139, de 2015\)](#) [Vigência](#)

I - na remoção do aterro, da construção, obra e dos equipamentos instalados, inclusive na demolição das benfeitorias, à conta de quem as houver efetuado; e [\(Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

II - a automática aplicação de multa mensal em valor equivalente a R\$ 30,00 (trinta reais), atualizados anualmente em 1º de janeiro de cada ano, mediante portaria do Ministério da Fazenda, para cada metro quadrado das áreas aterradas ou construídas, ou em que forem realizadas obras ou instalados equipamentos, que será cobrada em dobro após trinta dias da notificação, pessoal, pelo correio ou por edital, se o infrator não tiver removido o aterro e demolido as benfeitorias efetuadas. [\(Redação dada pela Lei nº 9.636, de 1998\)](#)

§ 1º ao § 13º [\(Vide Lei nº 13.139, de 2015\)](#) [Vigência](#)



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998.

[Regulamentação](#)
[Mensagem de veto](#)
[Conversão da MPv nº 1.647-15, de 1998](#)
[Texto compilado](#)

Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 9º É vedada a inscrição de ocupações que:

~~I - ocorrerem após 15 de fevereiro de 1997; (Vide Medida Provisória nº 292, de 2006) (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)~~

I - ocorrerem após 27 de abril de 2006; [\(Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007\)](#)
[\(Vide Lei nº 13.139, de 2015\)](#) [Vigência](#)

~~II - estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer a integridade das áreas de uso comum do povo, de segurança nacional, de preservação ambiental, das necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, das reservas indígenas, das ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, das vias federais de comunicação, das reservadas para construção de hidrelétricas, ou congêneres, ressalvados os casos especiais autorizados na forma da lei. (Vide Medida Provisória nº 292, de 2006) (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)~~

II - estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer a integridade das áreas de uso comum do povo, de segurança nacional, de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais e de implantação de programas ou ações de regularização fundiária de interesse social ou habitacionais das reservas indígenas, das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, das vias federais de comunicação e das áreas reservadas para construção de hidrelétricas ou congêneres, ressalvados os casos especiais autorizados na forma da lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007\)](#)



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.139, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

[Mensagem de veto](#)

[Vigência](#)

Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O [Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

[“Art. 11.](#) Antes de dar início aos trabalhos demarcatórios e com o objetivo de contribuir para sua efetivação, a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento

e Gestão realizará audiência pública, preferencialmente, na Câmara de Vereadores do Município ou dos Municípios onde estiver situado o trecho a ser demarcado.

§ 1º Na audiência pública, além de colher plantas, documentos e outros elementos relativos aos terrenos compreendidos no trecho a ser demarcado, a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentará à população interessada informações e esclarecimentos sobre o procedimento demarcatório.

§ 2º A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fará o convite para a audiência pública, por meio de publicação em jornal de grande circulação nos Municípios abrangidos pelo trecho a ser demarcado e no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.

§ 3º A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão notificará o Município para que apresente os documentos e plantas que possuir relativos ao trecho a ser demarcado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data da realização da audiência pública a que se refere o **caput**.

§ 4º Serão realizadas pelo menos 2 (duas) audiências públicas em cada Município situado no trecho a ser demarcado cuja população seja superior a 100.000 (cem mil) habitantes, de acordo com o último censo oficial.” (NR)

“Art. 12. Após a realização dos trabalhos técnicos que se fizerem necessários, o Superintendente do Patrimônio da União no Estado determinará a posição da linha demarcatória por despacho.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

“Art. 12-A. A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fará notificação pessoal dos interessados certos alcançados pelo traçado da linha demarcatória para, no prazo de 60 (sessenta) dias, oferecerem quaisquer impugnações.

§ 1º Na área urbana, considera-se interessado certo o responsável pelo imóvel alcançado pelo traçado da linha demarcatória até a linha limite de terreno marginal ou de terreno de marinha que esteja cadastrado na Secretaria do Patrimônio da União ou inscrito no cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou outro cadastro que vier a substituí-lo.

§ 2º Na área rural, considera-se interessado certo o responsável pelo imóvel alcançado pelo traçado da linha demarcatória até a linha limite de terreno marginal que esteja cadastrado na Secretaria do Patrimônio da União e, subsidiariamente, esteja inscrito no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) ou outro que vier a substituí-lo.

§ 3º O Município e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no prazo de 30 (trinta) dias contado da solicitação da Secretaria do Patrimônio da União, deverão fornecer a relação dos inscritos nos cadastros previstos nos §§ 1º e 2º.

§ 4º A relação dos imóveis constantes dos cadastros referidos nos §§ 1º e 2º deverá ser fornecida pelo Município e pelo Incra no prazo de 30 (trinta) dias contado da solicitação da Secretaria do Patrimônio da União.

§ 5º A atribuição da qualidade de interessado certo independe da existência de título registrado no Cartório de Registro de Imóveis.”

“Art. 12-B. A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fará notificação por edital, por meio de publicação em jornal de grande circulação no local do trecho demarcado e no Diário Oficial da União, dos interessados incertos alcançados pelo traçado da linha demarcatória para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentarem

quaisquer impugnações, que poderão ser dotadas de efeito suspensivo nos termos do parágrafo único do [art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).”

“[Art. 13](#). Tomando conhecimento das impugnações eventualmente apresentadas, o Superintendente do Patrimônio da União no Estado reexaminará o assunto e, se confirmar sua decisão, notificará os recorrentes que, no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias contado da data de sua ciência, poderão interpor recurso, que poderá ser dotado de efeito suspensivo, dirigido ao Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. O efeito suspensivo de que tratam o **caput** e o art. 12-B aplicar-se-á apenas à demarcação do trecho impugnado, salvo se o fundamento alegado na impugnação ou no recurso for aplicável a trechos contíguos, hipótese em que o efeito suspensivo, se deferido, será estendido a todos eles.” (NR)

“[Art. 14](#). Da decisão proferida pelo Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão será dado conhecimento aos recorrentes que, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data de sua ciência, poderão interpor recurso, não dotado de efeito suspensivo, dirigido ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.” (NR)

“Art. 100.

.....

§ 7º Quando se tratar de imóvel situado em áreas urbanas consolidadas e fora da faixa de segurança de que trata o [§ 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal](#), na forma estabelecida em regulamento expedido pela Secretaria do Patrimônio da União, são dispensadas as audiências previstas neste artigo.” (NR)

“[Art. 105](#).

.....

§ 1º As divergências sobre propriedade, servidão ou posse devem ser decididas pelo Poder Judiciário.

§ 2º A decisão da Secretaria do Patrimônio da União quanto ao pedido formulado com fundamento no direito de preferência previsto neste artigo constitui ato vinculado e somente poderá ser desfavorável, de forma fundamentada, caso haja algum impedimento, entre aqueles já previstos em lei, informado em consulta formulada entre aquelas previstas na legislação em vigor, ou nas hipóteses previstas no [inciso II do art. 9º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998](#).” (NR)

“[Art. 108](#). O Superintendente do Patrimônio da União no Estado apreciará a documentação e, deferindo o pedido, calculará o foro, com base no art. 101, e concederá o aforamento, devendo o foreiro comprovar sua regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional até o ato da contratação.

Parágrafo único. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecerá diretrizes e procedimentos simplificados para a concessão do aforamento de que trata o **caput**.” (NR)

“[Art. 109](#). Concedido o aforamento, será lavrado em livro próprio da Superintendência do Patrimônio da União o contrato enfiteutico de que constarão as condições estabelecidas e as características do terreno aforado.” (NR)

“Art. 116.

.....

§ 2º O adquirente estará sujeito à multa de 0,05% (cinco centésimos por cento), por mês ou fração, sobre o valor do terreno, se não requerer a transferência dentro do prazo previsto no **caput.** (NR)

“Art. 122.

Parágrafo único. A decisão da Secretaria do Patrimônio da União sobre os pedidos de remissão do aforamento de terreno de marinha e/ou acrescido de marinha localizado fora da faixa de segurança constitui ato vinculado.” (NR)

“Art. 128. O pagamento da taxa será devido a partir da inscrição de ocupação, efetivada de ofício ou a pedido do interessado, não se vinculando ao cadastramento do imóvel.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º Caso o imóvel objeto do pedido de inscrição de ocupação não se encontre cadastrado, a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão efetuará o cadastramento.” (NR)

“Art. 205.

.....

§ 2º A competência prevista neste artigo poderá ser delegada ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, permitida a subdelegação ao Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.” (NR)

Art. 2º O [Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º (VETADO).

I - (VETADO);

II - (VETADO).

§ 1º O valor do domínio pleno do terreno será atualizado de acordo com:

I - a planta de valores genéricos elaborada pelos Municípios e pelo Distrito Federal, para as áreas urbanas; ou

II - a Planilha Referencial de Preços de Terras elaborada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para as áreas rurais.

§ 2º Os Municípios e o Incra deverão fornecer à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão os dados necessários para aplicação do disposto no § 1º.

§ 3º Não existindo planta de valores ou Planilha Referencial de Preços de Terras, ou estando elas defasadas, a atualização anual do valor do domínio pleno poderá ser feita por meio de pesquisa mercadológica.” (NR)

“Art. 3º (VETADO).

.....

§ 2º

I -

.....

b) estar o transmitente em dia, perante o Patrimônio da União, com as obrigações relativas ao imóvel objeto da transferência; e

.....

§ 5º (VETADO).

.....” (NR)

“Art. 6º Considera-se infração administrativa contra o patrimônio da União toda ação ou omissão que viole o adequado uso, gozo, disposição, proteção, manutenção e conservação dos imóveis da União.

I - (Revogado);

II - (Revogado).

§ 1º Incorre em infração administrativa aquele que realizar aterro, construção, obra, cercas ou outras benfeitorias, desmatar ou instalar equipamentos, sem prévia autorização ou em desacordo com aquela concedida, em bens de uso comum do povo, especiais ou dominiais, com destinação específica fixada por lei ou ato administrativo.

§ 2º O responsável pelo imóvel deverá zelar pelo seu uso em conformidade com o ato que autorizou sua utilização ou com a natureza do bem, sob pena de incorrer em infração administrativa.

§ 3º Será considerado infrator aquele que, diretamente ou por interposta pessoa, incorrer na prática das hipóteses previstas no **caput**.

§ 4º Sem prejuízo da responsabilidade civil, as infrações previstas neste artigo serão punidas com as seguintes sanções:

I - embargo de obra, serviço ou atividade, até a manifestação da União quanto à regularidade de ocupação;

II - aplicação de multa;

III - desocupação do imóvel; e

IV - demolição e/ou remoção do aterro, construção, obra, cercas ou demais benfeitorias, bem como dos equipamentos instalados, à conta de quem os houver efetuado, caso não sejam passíveis de regularização.

§ 5º A multa será no valor de R\$ 73,94 (setenta e três reais e noventa e quatro centavos) para cada metro quadrado das áreas aterradas ou construídas ou em que forem realizadas obras, cercas ou instalados equipamentos.

§ 6º O valor de que trata o § 5º será atualizado em 1º de janeiro de cada ano com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os novos valores serão divulgados em ato do Secretário de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 7º Verificada a ocorrência de infração, a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão aplicará multa e notificará o embargo da obra, quando cabível, intimando o responsável para, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovar a regularidade da obra ou promover sua regularização.

§ 8º (VETADO).

§ 9º A multa de que trata o inciso II do § 4º deste artigo será mensal, sendo automaticamente aplicada pela Superintendência do Patrimônio da União sempre que o cometimento da infração persistir.

§ 10. A multa será cominada cumulativamente com o disposto no parágrafo único do [art. 10 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998](#).

§ 11. Após a notificação para desocupar o imóvel, a Superintendência do Patrimônio da União verificará o atendimento da notificação e, em caso de desatendimento, ingressará com pedido judicial de reintegração de posse no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 12. Os custos em decorrência de demolição e remoção, bem como os respectivos encargos de qualquer natureza, serão suportados integralmente pelo infrator ou cobrados dele **a posteriori**, quando efetuados pela União.

§ 13. Ato do Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinará a aplicação do disposto neste artigo, sendo a tramitação de eventual recurso administrativo limitada a 2 (duas) instâncias." (NR)

Art. 3º A [Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º

.....

[§ 5º](#) As ocupações anteriores à inscrição, sempre que identificadas, serão anotadas no cadastro a que se refere o § 4º.

....." (NR)

"Art. 9º

[I-](#) ocorreram após 10 de junho de 2014;

....." (NR)

"Art. 12.

.....

§ 3º Não serão objeto de aforamento os imóveis que:

I - por sua natureza e em razão de norma especial, são ou venham a ser considerados indisponíveis e inalienáveis; e

II - são considerados de interesse do serviço público, mediante ato do Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.” (NR)

“Art. 13. Na concessão do aforamento, será dada preferência a quem, comprovadamente, em 10 de junho de 2014, já ocupava o imóvel há mais de 1 (um) ano e esteja, até a data da formalização do contrato de alienação do domínio útil, regularmente inscrito como ocupante e em dia com suas obrigações perante a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

.....
§ 5º (Revogado).” (NR)

“Art. 15. A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão promoverá, mediante licitação, o aforamento dos terrenos de domínio da União situados em zonas sujeitas ao regime enfiteutico que estiverem vagos ou ocupados há até 1 (um) ano em 10 de junho de 2014, bem como daqueles cujos ocupantes não tenham exercido a preferência ou a opção de que tratam os arts. 13 e 17 desta Lei e o inciso I do caput do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.

.....
§ 2º Os ocupantes com até 1 (um) ano de ocupação em 10 de junho de 2014 que continuem ocupando o imóvel e estejam regularmente inscritos e em dia com suas obrigações perante a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na data da realização da licitação poderão adquirir o domínio útil do imóvel, em caráter preferencial, pelo preço, abstraido o valor correspondente às benfeitorias por eles realizadas, e nas mesmas condições oferecidas pelo vencedor da licitação, desde que manifestem seu interesse no ato do pregão ou no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da publicação do resultado do julgamento da concorrência.

.....” (NR)

Art. 4º A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar a utilização onerosa ou gratuita do espaço subaquático da plataforma continental ou do mar territorial para passagem de dutos de petróleo e gás natural ou cabos, bem como o uso das áreas da União necessárias e suficientes ao seguimento do duto ou cabo até o destino final, sem prejuízo, quando subterrâneos, da destinação da superfície, desde que os usos concomitantes sejam compatíveis.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Na plataforma continental, somente dependerá de autorização a instalação de dutos ou cabos que penetrem o território nacional ou o mar territorial brasileiro.

§ 4º A autorização de que trata o **caput** não exime o interessado de obter as demais autorizações e licenças exigidas em lei, em especial as relativas ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação, bem como a licença ambiental emitida pelo órgão competente.

Art. 5º Os débitos com a União decorrentes de receitas patrimoniais administradas pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão cujos fatos geradores ocorrerem a partir da data de publicação desta Lei e não pagos nos prazos previstos na legislação específica serão acrescidos de:

I - multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento); e

II - juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

Art. 6º A pedido do interessado, os débitos de natureza patrimonial não inscritos em dívida ativa da União poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º Os débitos incluídos em parcelamento serão consolidados na data do pedido.

§ 2º Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do respectivo débito originário acrescido dos encargos e acréscimos legais ou contratuais vencidos até a data da apuração.

§ 3º O parcelamento terá sua formalização condicionada ao prévio pagamento da primeira prestação, conforme o montante do débito e o prazo solicitado, observado o valor mínimo de cada prestação, que será de R\$ 100,00 (cem reais), cabendo ao devedor recolher, a cada mês, as parcelas subsequentes.

Art. 7º O requerimento de parcelamento constitui confissão irretratável da dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito patrimonial, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.

Art. 8º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 9º Efetivado o parcelamento, a falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de pelo menos uma parcela, após a data de vencimento da última parcela contratada, implicará a rescisão imediata do parcelamento com a antecipação do vencimento do saldo a pagar para a data da rescisão, vedado o reparcelamento, e a remessa do saldo do débito para inscrição em dívida ativa da União.

Art. 10. Os critérios e as condições de parcelamento de que trata esta Lei serão fixados por ato do Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 11. São isentos da incidência de multa de mora os débitos patrimoniais não inscritos em dívida ativa da União e vencidos até a edição desta Lei, desde que todos os débitos do interessado perante a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão venham a ser pagos à vista no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 12. São remetidos os débitos de natureza patrimonial, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa que, em 31 de dezembro de 2010, estejam vencidos há 5 (cinco) anos ou mais e cujo valor total consolidado, naquela data, seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º O limite previsto no **caput** deve ser considerado por sujeito passivo e, separadamente, em relação:

I - aos débitos inscritos em dívida ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e

II - aos débitos administrados pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º O disposto neste artigo não implica restituição de quantias pagas.

Art. 13. (VETADO).

Art. 14. O art. 1º do [Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....
[§ 2º](#) Considera-se carente ou de baixa renda, para fins da isenção disposta neste artigo, o responsável por imóvel cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior ao valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos ou que esteja devidamente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

.....
[§ 4º](#) A isenção de que trata este artigo aplica-se desde o início da efetiva ocupação do imóvel e alcança os débitos constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, bem como multas, juros de mora e atualização monetária.” (NR)

Art. 15. (VETADO).

Art. 16. São isentas do pagamento de laudêmio, de foro ou de taxas de ocupação as pessoas jurídicas de direito privado:

I - sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, que se enquadrem na [Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009](#);

II - que desenvolvam ações de salvaguarda para bens culturais registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), quando os imóveis da União utilizados sob regime de ocupação ou aforamento forem essenciais à manutenção, produção e reprodução dos saberes e práticas associados, na forma de ato do Secretário do Patrimônio da União.

§ 1º Serão anistiados os débitos patrimoniais devidos à União, constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, das entidades de que trata este artigo, desde que a anistia seja requerida em até 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei.

§ 2º A Secretaria do Patrimônio da União regulamentará a previsão contida no inciso II do **caput** em até 30 (trinta) dias após a vigência desta Lei.

Art. 17. A Secretaria de Patrimônio da União disponibilizará em seu portal na internet, mensalmente, o total de receitas arrecadadas em cada unidade da Federação, discriminando as relativas a foro, taxa de ocupação, laudêmio e outros.

Art. 18. Revoga-se o [§ 5º do art. 13 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998](#).

Art. 19. Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

Brasília, 26 de junho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

Eduardo Bacellar Leal Ferreira

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Nelson Barbosa

Ricardo Berzoini

Luís Inácio Lucena Adams

Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.6.2015

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425 , DE 2015

Altera o art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para estabelecer alíquotas específicas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) em relação aos produtos farmacêuticos sem similar nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 8º

.....

§ 1º-A A importação dos produtos farmacêuticos listados no § 1º deste artigo que não possuam similar nacional está sujeita às seguintes alíquotas:

I – 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP – Importação; e

II – 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), para a Cofins – Importação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A principal alteração trazida pela Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, foi a elevação das alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço

(PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação). A medida foi justificada pela necessidade de equiparar a carga tributária incidente sobre os produtos estrangeiros, que estariam em vantagem em relação aos produtos nacionais, após decisão do Supremo Tribunal Federal que retirava da base de cálculo das contribuições os valores referentes ao ICMS. Evidentemente, mais importante foi o seu “efeito colateral”, de aumentar a arrecadação das contribuições, reforçando o caixa da União.

Ainda que a elevação da carga tributária tenha de ser vista no caso atual como meio para atingir o reequilíbrio das contas públicas, é preciso atentar para que a medida não venha a comprometer os reais interesses da sociedade brasileira. Nesse sentido, a elevação de alíquota de tributo incidente sobre a importação de produtos essenciais, como os farmacêuticos, promovida pela Medida Provisória nº 668, de 2015, no mínimo não deve preservar medicamentos e substâncias farmacêuticas que não possuam similar nacional. Não é admissível que o ajuste fiscal se dê a expensas da saúde da população.

É certo que hoje está em vigor o Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008, que reduz a zero as alíquotas dos tributos em questão incidentes sobre a maior parte dos medicamentos. Ocorre que essa medida é precária e pode ser revogada pelo Poder Executivo de forma unilateral no momento em que achar conveniente. A ideia é, pois, impedir essa possibilidade.

Ante a realidade atual, não há se falar em impacto fiscal com a aprovação da medida, razão pela qual o projeto está inteiramente de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isso considerado, pedimos o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação da medida.

Sala das Sessões,

Senador Otto Alencar

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004.

[Mensagem de Veto](#)
[Produção de efeito](#)

[Vide texto compilado](#)

[Conversão da MPv nº 164, de 2004](#)
[\(Vide Decreto nº 5057, de 2004\)](#)
[\(Vide Decreto nº 6.842, de 2009\)](#)
[Vide Medida Provisória nº 656, de 2014](#)

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO V

DAS ALÍQUOTAS

~~Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas de:~~

~~I - 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), para o PIS/PASEP-Importação; e~~

~~II - 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), para a COFINS-Importação.~~

~~Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas:~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~I - na hipótese do inciso I do caput do art. 3º, de:~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~a) 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~b) 9,65% (nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), para a COFINS-Importação; e~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~II - na hipótese do inciso II do caput do art. 3º, de:~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~a) 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~b) 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), para a COFINS-Importação.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas: [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - na hipótese do inciso I do caput do art. 3º, de: [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

a) 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Incluído pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

b) 9,65% (nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), para a Cofins-Importação; e [\(Incluído pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - na hipótese do inciso II do caput do art. 3º, de: [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

a) 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Incluído pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

b) 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), para a Cofins-Importação. [\(Incluído pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º As alíquotas, no caso de importação de produtos farmacêuticos, classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, 30.04, exceto no código 3004.90.46, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, são de:

~~I - 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento), para o PIS/PASEP-Importação; e~~
~~II - 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), para a COFINS-Importação.~~
~~I - 2,76% (dois inteiros e setenta e seis centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)
~~II - 13,03% (treze inteiros e três centésimos por cento), para a COFINS-Importação.~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - 2,76% (dois inteiros e setenta e seis centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - 13,03% (treze inteiros e três centésimos por cento), para a Cofins-Importação. [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~§ 2º As alíquotas, no caso de importação de produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 3303.00 a 33.07 e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 96.03.21.00, são de:~~

~~§ 2º As alíquotas, no caso de importação de produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 3303.00 a 33.07, exceto na posição 33.06, e nos códigos 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01, 3401.20.10 e 9603.21.00, são de:~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 609, de 2013\)](#)

§ 2º As alíquotas, no caso de importação de produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 3303.00 a 33.07, exceto na posição 33.06; e nos códigos 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01; 3401.20.10; e 9603.21.00; são de: [\(Redação dada pela Lei nº 12.839, de 2013\)](#)

~~I - 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), para o PIS/PASEP-Importação; e~~
~~II - 10,3% (dez inteiros e três décimos por cento), para a COFINS-Importação.~~
~~I - 3,52% (três inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)
~~II - 16,48% (dezesseis inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), para a COFINS-Importação.~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - 3,52% (três inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - 16,48% (dezesseis inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), para a Cofins-Importação. [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º Na importação de máquinas e veículos, classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, as alíquotas são de:

I - 2% (dois por cento), para o PIS/PASEP-Importação; e
II - 9,6% (nove inteiros e seis décimos por cento), para a COFINS-Importação.
I - 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015)~~ [\(Vigência\)](#)
II - 12,57% (doze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), para a COFINS-Importação. ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015)~~ [\(Vigência\)](#)

I - 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - 12,57% (doze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), para a Cofins-Importação. [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo, relativamente aos produtos classificados no Capítulo 84 da NCM, aplica-se, exclusivamente, aos produtos autopropulsados.

§ 5º Na importação dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), da NCM, as alíquotas são de:

I - 2% (dois por cento), para o PIS/PASEP-Importação; e
II - 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento), para a COFINS-Importação.
I - 2,88% (dois inteiros e oitenta e oito centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015)~~ [\(Vigência\)](#)
II - 13,68% (treze inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), para a COFINS-Importação. ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015)~~ [\(Vigência\)](#)

I - 2,68% (dois inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - 12,35% (doze inteiros e trinta e cinco centésimos por cento), para a Cofins-Importação. [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~§ 6º - A importação de embalagens para refrigerante e cerveja, referidas no art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e de embalagem para água fica sujeita à incidência do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, fixada por unidade de produto, às alíquotas previstas naquele artigo, com a alteração inserida pelo art. 21 desta Lei. [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)~~

~~§ 6º - A importação das embalagens referidas no art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, fica sujeita à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação nos termos do § 6º deste artigo, quando realizada por pessoa jurídica comercial, independentemente da destinação das embalagens. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)~~

~~§ 7º - A importação de refrigerante, cerveja e preparações compostas, referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, fica sujeita à incidência das contribuições de que trata esta Lei, fixada por unidade de produto, às alíquotas previstas no art. 52 da mencionada Lei, independentemente de o importador haver optado pelo regime especial de apuração e pagamento ali referido.~~

~~§ 7º - A importação de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas, referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, fica sujeita à incidência das contribuições de que trata esta Lei, fixada por unidade de produto, às alíquotas previstas no art. 52 da mencionada Lei, independentemente de o importador haver optado pelo regime especial de~~

apuração e pagamento ali referido. ~~(Redação dada pela Lei nº 10.925, 2004) (Vigência)~~
~~(Revogado pela Lei nº 11.727, de 2008)~~

§ 8º A importação de gasolinas e suas correntes, exceto de aviação e óleo diesel e suas correntes, gás liquefeito de petróleo (GLP) derivado de petróleo e gás natural e querosene de aviação fica sujeita à incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, fixadas por unidade de volume do produto, às alíquotas previstas no art. 23 desta Lei, independentemente de o importador haver optado pelo regime especial de apuração e pagamento ali referido.

§ 9º Na importação de autopeças, relacionadas nos [Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002](#), exceto quando efetuada pela pessoa jurídica fabricante de máquinas e veículos relacionados no art. 1º da referida Lei, as alíquotas são de:

~~I - 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), para o PIS/PASEP-Importação; e~~
~~II - 10,8% (dez inteiros e oito décimos por cento), para a COFINS-Importação.~~
~~I - 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e~~ ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~
~~II - 12,57% (doze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), para a COFINS-Importação.~~ ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~

I - 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - 12,57% (doze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), para a Cofins-Importação. [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 9º-A. A partir de 1º de setembro de 2015, as alíquotas da Contribuição do PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação de que trata o § 9º serão de: [\(Incluído pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - 3,12% (três inteiros e doze centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Incluído pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - 14,37% (quatorze inteiros e trinta e sete centésimos por cento), para a Cofins-Importação. [\(Incluído pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 10. Na importação de papel imune a impostos de que trata o art. 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal, ressalvados os referidos no inciso IV do § 12 deste artigo, quando destinado à impressão de periódicos, as alíquotas são de: [\(Regulamento\)](#)

~~I - 0,8% (oito décimos por cento), para a contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e~~
~~II - 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento), para a COFINS-Importação.~~
~~I - 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e~~ ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~
~~II - 3,81% (três inteiros e oitenta e um centésimos por cento), para a COFINS-Importação.~~ ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 668, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~

I - 0,8% (oito décimos por cento), para a contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento), para a Cofins-Importação. [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 11. Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a 0 (zero) e a restabelecer as alíquotas do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, incidentes sobre:

I - produtos químicos e farmacêuticos classificados nos Capítulos 29 e 30 da NCM;

~~II - produtos destinados ao uso em laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18 da NCM.~~

II - produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo Poder Público e laboratórios de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18 da NCM. [\(Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

§ 12. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas das contribuições, nas hipóteses de importação de: [\(Regulamento\)](#)

~~I - partes, peças e componentes, destinados ao emprego na conservação, modernização e conversão de embarcações registradas no Registro Especial Brasileiro;~~

~~I - partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas ou pré-registradas no Registro Especial Brasileiro; — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 428, de 2008\)](#)~~

I - materiais e equipamentos, inclusive partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas ou pré-registradas no Registro Especial Brasileiro; [\(Redação dada pela Lei nº 11.774, de 2008\)](#)

II - embarcações construídas no Brasil e transferidas por matriz de empresa brasileira de navegação para subsidiária integral no exterior, que retornem ao registro brasileiro como propriedade da mesma empresa nacional de origem;

III - papel destinado à impressão de jornais, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei, ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno; [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#) [\(Vide Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

IV – papéis classificados nos códigos 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, todos da TIPI, destinados à impressão de periódicos pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno; [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#) [\(Vide Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

V - máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, sem similar nacional, destinados à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão;

~~VI — aluguéis e contraprestações de arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos, embarcações e aeronaves utilizados na atividade da empresa;~~

VI - aeronaves, classificadas na posição 88.02 da NCM; [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, 2004\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~VII — partes e peças da posição 88.03 destinadas aos veículos e aparelhos da posição 88.02 da NCM;~~

~~VII — partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, lubrificantes, tintas, anticorrosivos, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, reparo, revisão, conservação, modernização, conversão e montagem das aeronaves de que trata o inciso VI deste parágrafo, de seus motores, suas partes, peças, componentes, ferramentais e equipamentos; — [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, 2004\)](#) — [\(Vigência\)](#)~~

VII – partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, lubrificantes, tintas, anticorrosivos, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, reparo, revisão, conservação, modernização, conversão e industrialização das aeronaves de que trata o inciso VI deste parágrafo, de seus motores, suas partes, peças, componentes, ferramentais e equipamentos; [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

~~VIII – nafta petroquímica, código 2710.11.41 da NCM;~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

IX - gás natural destinado ao consumo em unidades termelétricas integrantes do Programa Prioritário de Termelétricas - PPT;

X - produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da TIPI; e

XI - sementes e embriões da posição 05.11, da NCM.

~~XII – livros técnicos e científicos, na forma estabelecida em ato conjunto do Ministério da Educação e da Secretaria da Receita Federal. — [\(Incluído pela Lei nº 10.925, 2004\)](#) — [\(Vigência\)](#)~~

XII - livros, conforme definido no [art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003](#). [\(Redação dada pela Lei nº 11.033, 2004\)](#)

~~XIII – preparações compostas não alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da Tipi, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no [art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#). [\(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#) —~~

XIII – preparações compostas não-alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da Tipi, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no [art. 58-A da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#); [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#)

XIV – material de emprego militar classificado nas posições 87.10.00.00 e 89.06.10.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – Tipi; [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

XV – partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados na industrialização, manutenção, modernização e conversão do material de emprego militar de que trata o inciso XIV deste parágrafo; [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

XVI – gás natural liquefeito – GNL. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

XVII - produtos classificados no código 8402.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM, para utilização em Usinas Termoeletricas - UTN geradoras de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional. [\(Incluído pela Lei nº 11.774, de 2008\)](#)

XVIII - produtos classificados na posição 87.13 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM; [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

XIX - artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10 da NCM; [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

XX - artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM;
(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009) (Produção de efeito)

XXI - almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94 da NCM.
(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009) (Produção de efeito)

~~XXII - projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM. (Incluído pela Medida Provisória nº 491, de 2010) (Sem eficácia)~~

~~XXIII - projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM. (Incluído pela Medida Provisória nº 545, de 2011)~~

XXIII - projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM. (Redação dada pela Lei nº 12.599, de 2012)

~~XXIV - produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, e 9021.40.00, todos da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXV - calculadoras equipadas com sintetizador de voz classificadas no código 8470.10.00 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXVI - teclados com colmeia classificados no código 8471.60.52 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXVII - indicadores ou apontadores - mouses - com entrada para acionador classificados no código 8471.60.53 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXVIII - linhas braille classificadas no código 8471.60.90 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXIX - digitalizadores de imagens - scanners - equipados com sintetizador de voz classificados no código 8471.90.14 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXX - duplicadores braille classificados no código 8472.10.00 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXXI - acionadores de pressão classificados no código 8471.60.53 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXXII - lupas eletrônicas do tipo utilizado por pessoas com deficiência visual classificadas no código 8525.80.19 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXXIII - implantes cocleares classificados no código 9021.90.19 da TIPI; e (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

~~XXXIV - próteses oculares classificados no código 9021.90.89 da TIPI. (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).~~

XXIV - produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92, todos da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; (Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)

XXV - calculadoras equipadas com sintetizador de voz classificadas no código 8470.10.00 Ex 01 da Tipi; (Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)

XXVI - teclados com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência, classificados no código 8471.60.52 da Tipi; (Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)

XXVII - indicador ou apontador - mouse - com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência, classificado no código 8471.60.53 da Tipi; (Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)

XXVIII - linhas braile classificadas no código 8471.60.90 Ex 01 da Tipi; [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

XXIX - digitalizadores de imagens - **scanners** - equipados com sintetizador de voz classificadas no código 8471.90.14 Ex 01 da Tipi; [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

XXX - duplicadores braile classificadas no código 8472.10.00 Ex 01 da Tipi [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

XXXI - acionadores de pressão classificadas no código 8471.60.53 Ex 02 da Tipi; [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

XXXII - lupas eletrônicas do tipo utilizado por pessoas com deficiência visual classificadas no código 8525.80.19 Ex 01 da Tipi;

XXXIII - implantes cocleares classificadas no código 9021.40.00 da Tipi; [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

XXXIV - próteses oculares classificadas no código 9021.39.80 da Tipi; [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

XXXV - programas - **softwares** - de leitores de tela que convertem texto em voz sintetizada para auxílio de pessoas com deficiência visual; [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

XXXVI - aparelhos contendo programas - **softwares** - de leitores de tela que convertem texto em caracteres braile, para utilização de surdos-cegos; [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

XXXVII – (VETADO); e [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

~~XXXVIII – neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson, classificadas no código 9021.90.19, e seus acessórios, classificadas nos códigos 9018.90.99, 9021.90.91 e 9021.90.99, todos da Tipi. — [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)~~

~~XXXVIII – neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson, classificadas no código 9021.90.19, e seus acessórios, classificadas nos códigos 9018.90.99, 9021.90.91 e 9021.90.99, todos da Tipi; e — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 634, de 2013\)](#)~~

XXXVIII - neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson, classificadas no código 9021.90.19, e seus acessórios, classificadas nos códigos 9018.90.99, 9021.90.91 e 9021.90.99, todos da Tipi; e [\(Redação dada pela Lei nº 12.995, de 2014\)](#)

~~XXXIX – álcool, inclusive para fins carburantes, durante o prazo de que trata o § 1º do art. 1º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013. — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 634, de 2013\)](#)~~

XXXIX - álcool, inclusive para fins carburantes, durante o prazo de que trata o § 1º do art. 1º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013. [\(Incluído pela Lei nº 12.995, de 2014\)](#) [\(Vide Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~XL – produtos classificadas no Ex 01 do código 8503.00.90 da TIPI. — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 656, de 2014\)](#) — [\(Vigência\)](#)~~

XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi. [\(Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#)

~~§ 13. O Poder Executivo regulamentará:~~

§ 13. O Poder Executivo poderá regulamentar: [\(Redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I – o disposto no § 10 deste artigo; e

~~II – a utilização do benefício da alíquota 0 (zero) de que tratam os incisos I a VII do § 12 deste artigo.~~

~~II – a utilização do benefício da alíquota 0 (zero) de que tratam os incisos I a VII e XVIII a XXI do § 12 deste artigo. — [\(Redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#) — [\(Produção de efeito\)](#)~~

~~II – a utilização do benefício da alíquota zero de que tratam os incisos I a VII, XVIII a XXI, e XXIV a XXXIV do § 12. — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 549, de 2011\)](#).~~

II - a utilização do benefício da alíquota zero de que tratam os incisos I a VII, XVIII a XXI e XXIV a XXXVIII do § 12. [\(Redação dada pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

§ 14. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas das contribuições incidentes sobre o valor pago, creditado, entregue, empregado ou remetido à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, referente a aluguéis e contraprestações de arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos, embarcações e aeronaves utilizados na atividade da empresa. [\(Incluído pela Lei nº 10.925, 2004\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~§ 15. Na importação de nafta petroquímica, quando efetuada por centrais petroquímicas, as alíquotas são de: — [\(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)~~

~~§ 15. Na importação de etano, propano e butano, destinados à produção de eteno e propeno, e de nafta petroquímica, quando efetuada por centrais petroquímicas, as alíquotas são de: — [\(Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007\)](#)~~

~~§ 15. Na importação de etano, propano e butano, destinados à produção de eteno e propeno, de nafta petroquímica e de condensado destinado a centrais petroquímicas, quando efetuada por centrais petroquímicas, as alíquotas são de: — [\(Redação dada pela Lei nº 12.715, de 2012\)](#) — [Produção de efeito](#)~~

~~I – 1,0% (um por cento), para a Contribuição para o Pis/Pasep-Importação; e — [\(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)~~

~~II – 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento), para a Cofins-Importação." — [\(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)~~

~~§ 15. Na importação de etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado destinado a centrais petroquímicas, eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e de paraxileno, quando efetuada por indústrias químicas para serem utilizados como insumo, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação são de, respectivamente: — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 613, de 2013\)](#)~~

~~I – 0,18% (dezoito centésimos por cento) e 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos nos anos de 2013, 2014 e 2015; — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 613, de 2013\)](#)~~

~~II – 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento) e 2,46% (dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos no ano de 2016; — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 613, de 2013\)](#)~~

~~III – 0,90% (noventa centésimos por cento) e 4,10% (quatro inteiros e dez centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos no ano de 2017; e — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 613, de 2013\)](#)~~

~~IV – 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), para os fatos geradores ocorridos a partir do ano de 2018. — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 613, de 2013\)](#)~~

§ 15. Na importação de etano, propano e butano, destinados à produção de eteno e propeno; de nafta petroquímica e de condensado destinado a centrais petroquímicas; bem como na importação de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno, quando efetuada por indústrias químicas, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação são de, respectivamente: [\(Redação dada pela Lei nº 12.859, de 2013\)](#)

I - 0,18% (dezoito centésimos por cento) e 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos nos anos de 2013, 2014 e 2015; [\(Redação dada pela Lei nº 12.859, de 2013\)](#)

II - 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento) e 2,46% (dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos no ano de 2016; [\(Redação dada pela Lei nº 12.859, de 2013\)](#)

III - 0,90% (noventa centésimos por cento) e 4,10% (quatro inteiros e dez centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos no ano de 2017; e [\(Incluído dada pela Lei nº 12.859, de 2013\)](#)

IV - 1% (um por cento) e 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento), para os fatos geradores ocorridos a partir do ano de 2018. [\(Incluído dada pela Lei nº 12.859, de 2013\)](#)

§ 16. Na hipótese da importação de etano, propano e butano de que trata o § 15 deste artigo, não se aplica o disposto no § 8º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007\)](#)

~~§ 17. O disposto no § 14 não se aplica aos valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, por fonte situada no País, à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, em decorrência da prestação de serviços de frete, afretamento, arrendamento ou aluguel de embarcações marítimas ou fluviais destinadas ao transporte de pessoas, para fins turísticos. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 413, de 2008\).](#)~~

§ 17. O disposto no § 14 deste artigo não se aplica aos valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, por fonte situada no País, à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, em decorrência da prestação de serviços de frete, afretamento, arrendamento ou aluguel de embarcações marítimas ou fluviais destinadas ao transporte de pessoas para fins turísticos. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)
[\(Produção de efeitos\)](#)

~~— § 18. O disposto no § 17 aplicar-se-á também à hipótese de contratação ou utilização da embarcação em atividade mista de transporte de cargas e de pessoas para fins turísticos, independentemente da preponderância da atividade. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 413, de 2008\).](#)~~

§ 18. O disposto no § 17 deste artigo aplicar-se-á também à hipótese de contratação ou utilização da embarcação em atividade mista de transporte de cargas e de pessoas para fins turísticos, independentemente da preponderância da atividade. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#)

~~§ 19. A importação de álcool, inclusive para fins carburantes, fica sujeita à incidência da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, fixadas por unidade de volume do produto, às alíquotas de que trata o [§ 2º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), independentemente de o importador haver optado pelo regime especial de apuração e pagamento ali referido. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 413, de 2008\).](#)~~

§ 19. A importação de álcool, inclusive para fins carburantes, fica sujeita à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, fixadas por unidade de volume do produto, às alíquotas de que trata o [§ 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), independentemente de o importador haver optado pelo regime especial de

apuração e pagamento ali referido. — [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#). — [\(Produção de efeitos\)](#)

§ 19. Decorrido o prazo de que trata o inciso XXXIX do § 12, a importação de álcool, inclusive para fins carburantes, fica sujeita à incidência da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, fixadas por unidade de volume do produto, às alíquotas de que trata o [§ 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), independentemente de o importador haver optado pelo regime especial de apuração e pagamento ali referido. — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 634, de 2013\)](#)

§ 19. Decorrido o prazo de que trata o inciso XXXIX do § 12, a importação de álcool, inclusive para fins carburantes, é sujeita à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, fixadas por unidade de volume do produto, às alíquotas de que trata o [§ 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), independentemente de o importador haver optado pelo regime especial de apuração e pagamento ali referido. [\(Redação dada pela Lei nº 12.995, de 2014\)](#) [\(Vide Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 20. Durante o exercício de 2010, a redução de alíquota de que trata o inciso XXII do § 12 somente se aplicará aos projetos referentes a implantação de novas salas de exibição. — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 491, de 2010\)](#) [\(Sem eficácia\)](#)

§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do **caput** fica acrescida de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) pontos percentuais, na hipótese da importação dos bens classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006: — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 540, de 2011\)](#).

I — nos códigos 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00, 9404.90.00 e nos Capítulos 61 e 62; — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 540, de 2011\)](#).

II — nos códigos 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00, 4205.00.00; — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 540, de 2011\)](#).

III — nos códigos 6309.00, 64.01 a 64.06; e — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 540, de 2011\)](#).

IV — nos códigos 94.01 a 94.03. — [\(Incluído pela Medida Provisória nº 540, de 2011\)](#).

§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do **caput** é acrescida de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) pontos percentuais, na hipótese da importação dos bens classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo [Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006](#): — [\(Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011\)](#)

§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do **caput** é acrescida de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na TIPI, aprovada pelo [Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011](#), relacionados no [Anexo à Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#). — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 563, de 2012\)](#) — [\(Vigência\)](#)

§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do **caput** é acrescida de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo [Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011](#), relacionados no [Anexo da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#). — [\(Redação dada pela Lei nº 12.715, de 2012\)](#) — [Produção de efeito](#)

§ 21. As alíquotas da COFINS-Importação de que trata este artigo ficam acrescidas de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na TIPI, aprovada pelo [Decreto nº 7.660, de 2011](#), relacionados no [Anexo I à Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#). — [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 612, de 2013\)](#) — [\(Vigência\)](#) [\(Vigência encerrada\)](#)

§ 21. As alíquotas da Cofins-Importação de que trata este artigo ficam acrescidas de um ponto percentual na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no [Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#). [\(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013\)](#) [\(Vigência\)](#)

I — nos códigos 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00 e 9404.90.00 e nos capítulos 61 e 62; — [\(Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011\)](#) — [\(Vigência\)](#) — [\(Revogado pela Medida Provisória nº 563, de 2012\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 12.715, de 2012\)](#) [Produção de efeito e vigência](#)

II — nos códigos 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00 e 4205.00.00; — [\(Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011\)](#) — [\(Vigência\)](#) — [\(Revogado pela Medida Provisória nº 563, de 2012\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 12.715, de 2012\)](#) [Produção de efeito e vigência](#)

~~III — nos códigos 6309.00 e 64.01 a 64.06; — (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) — (Vigência) — (Revogado pela Medida Provisória nº 563, de 2012) — (Revogado pela Lei nº 12.715, de 2012) — Produção de efeito e vigência~~
~~IV — nos códigos 41.04, 41.05, 41.06, 41.07 e 41.14; — (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) — (Vigência) — (Revogado pela Medida Provisória nº 563, de 2012) — (Revogado pela Lei nº 12.715, de 2012) — Produção de efeito e vigência~~
~~V — nos códigos 8308.10.00, 8308.20.00, 96.06.10.00, 9606.21.00 e 9606.22.00; e — (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) — (Vigência) — (Revogado pela Medida Provisória nº 563, de 2012) — (Revogado pela Lei nº 12.715, de 2012) — Produção de efeito e vigência~~
~~VI — no código 9506.62.00. — (Incluído pela Lei nº 12.456, de 2011) — (Vigência) — (Revogado pela Medida Provisória nº 563, de 2012) — (Revogado pela Lei nº 12.715, de 2012) — Produção de efeito e vigência~~

§ 22. A utilização do benefício de alíquota zero de que tratam os incisos XIX a XXXVIII do § 12 deste artigo cessará quando houver oferta de mercadorias produzidas no Brasil em condições similares às das importadas quanto ao padrão de qualidade, conteúdo técnico, preço ou capacidade produtiva, conforme regulamentação editada pelo Poder Executivo. [\(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012\)](#)

§ 23. Aplica-se ao condensado destinado a centrais petroquímicas o disposto nos [arts. 56 e 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005](#). [\(Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012\)](#)
[Produção de efeito](#)

§ 24. (VETADO). [\(Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012\)](#) [Produção de efeito](#)

C

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2015

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para criar o banco de dados de medidas protetivas de urgência e possibilitar ao delegado de polícia o deferimento de determinadas medidas protetivas de urgência, desde o primeiro atendimento à mulher.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º a 4º, com a seguinte redação:

“**Art. 11.**.....

.....

§ 1º Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida, ou à integridade física ou psicológica da ofendida ou de seus dependentes, o delegado de polícia poderá aplicar, em ato fundamentado, isolada ou cumulativamente, as medidas protetivas de urgência previstas no inciso III do art. 22 e no inciso I do art. 23, intimando desde logo a ofendida e o ofensor.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, concedidas ou não as medidas protetivas de urgência, o delegado de polícia comunicará, em 24 (vinte e quatro) horas, o juiz competente, que poderá manter, alterar ou revogar as medidas protetivas de urgência aplicadas, ouvido o Ministério Público.

§ 3º O delegado de polícia poderá requisitar serviços públicos de saúde, educação, segurança pública e assistência social, bem como auxílio de entidade pública ou privada de proteção à vítima e seus dependentes.

§ 4º As medidas aplicadas pelo delegado de polícia decairão em trinta dias, caso não sejam apreciadas pelo juiz competente.” (NR)

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12.....

.....

III – remeter, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

....." (NR)

Art. 3º O inciso III do art. 26 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.....

.....

III – cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de banco de dados nacional de medidas protetivas de urgência a cargo do Conselho Nacional do Ministério Público.
"(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Cotidianamente percebemos falhas no sistema de aplicação de medidas protetivas de urgência. O prazo de quarenta e oito horas para remessa do requerimento dessas medidas, acrescido de outras quarenta e oito horas para o deferimento pelo Poder Judiciário, é demasiadamente largo, o que gera distorções graves e fragiliza a eficácia da proteção. A demora permite que o agressor, estando em liberdade, reitere as agressões e até mesmo chegue a tirar a vida da vítima.

A possibilidade de o delegado de polícia conceder medidas protetivas de urgência, seja em benefício da ofendida, seja para obrigar o agressor, é providência simples e de muita eficácia, já que, desde o primeiro atendimento, ainda na delegacia, as partes envolvidas em situação de violência doméstica e familiar recebera resposta do Estado. Dessa forma, é preciso que a legislação pátria legitime essa atuação, a fim de que a proteção da mulher ganhe em celeridade e efetividade.

É exatamente nesse sentido que apresentamos o presente projeto de Lei.

Nossa proposta é que algumas das medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 2006, sejam desde logo concedidas pelo delegado de polícia, ficando sujeitas, no entanto, ao controle pelo Poder Judiciário, que, no prazo máximo de vinte e quatro horas, poderá ratificá-las ou cassá-las, ou, ainda, conceder outras, se entender necessário. Assim, não há que se falar em ofensa ao chamado princípio da reserva da jurisdição.

É comum mulheres vítimas de violência doméstica e familiar chegarem às delegacias de polícia apresentando ferimentos graves. Não obstante, a autoridade policial pouco pode fazer de imediato. O presente projeto de lei é uma resposta à sociedade brasileira no repúdio à chaga da violência no seio familiar. Além disso, é uma evolução na efetiva proteção da mulher em situação de grave vulnerabilidade, já que lhe concede amparo real e tempestivo.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos ilustres colegas para a aprovação deste projeto, cuja finalidade é trazer sensibilização ao tema e aperfeiçoar os institutos da Lei Maria da Penha.

Sala das Sessões,

Senador MAGNO MALTA

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

[\(Vide ADIM nº 4427\)](#)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do [§ 8º do art. 226 da Constituição Federal](#), da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [\(Vide Lei complementar nº 150, de 2015\)](#)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

TÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no [inciso III do art. 1º](#), no [inciso IV do art. 3º](#) e no [inciso IV do art. 221 da Constituição Federal](#);

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

CAPÍTULO III

DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitarem com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

- I - do seu domicílio ou de sua residência;
- II - do lugar do fato em que se baseou a demanda;
- III - do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

- I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;
- III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

Seção II

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#);

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no [caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos [§§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 \(Código de Processo Civil\)](#).

Seção III

Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V

DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a [Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995](#).

Art. 42. O [art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941](#) (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313.

.....

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 43. A [alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61.

.....

II -

.....

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... ” (NR)

Art. 44. O [art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129.

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 45. O [art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.8.2006

*

*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2015

(Do senador Valdir Raupp)

Institui a Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei institui a Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado com vistas a zerar a diferença entre o desmatamento legal de novas áreas e o reflorestamento de áreas preferencialmente degradadas no mesmo Bioma.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13ºS, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão, em conformidade com o art. 3º, I, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

II– Cerrado: o bioma nacional cujos limites serão fixados no mapa de vegetação do Brasil elaborado pelo órgão federal competente.

Art. 3º A Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero tem por objetivos:

I – zerar a diferença entre o desmatamento de novas áreas e o reflorestamento de áreas preferencialmente degradadas;

II – eliminar o desmatamento ilegal;

III – incentivar a promoção do reflorestamento e restauração florestal na Amazônia Legal e no Cerrado;

IV – promover a ação articulada e em cooperação entre os entes federativos, seus órgãos e a sociedade civil, nas ações e programas;

V – proteger e conservar a biodiversidade, vegetação nativa, ecossistemas e fauna;

VI– reduzir a degradação florestal e fomentar a utilização econômica de áreas já degradadas, como forma de minimizar a ocupação de áreas com vegetação nativa;

VII – proteger os recursos hídricos;

VIII - estimular a pesquisa e difusão de tecnologias de manejo e desenvolvimento florestal sustentável;

IX – fomentar atividades públicas e privadas sustentáveis;

XI – conscientizar a sociedade a respeito da importância da Floresta Amazônica e do Cerrado para a qualidade de vida das presentes e futuras gerações;

XII - desenvolver o planejamento integrado do desenvolvimento econômico na Amazônia Legal e no Cerrado, baseado em ações de cooperação entre os órgãos e entes federativos;

XIII – apoiar projetos de desenvolvimento de baixo carbono e estimular a transição para uma economia de baixo carbono.

Art. 4º São princípios da Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado:

I – prevenção e precaução;

II – o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III – o desenvolvimento sustentável;

IV – a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

V – o direito à sociedade à informação e ao controle social;

VI – a responsabilidade pela reparação integral do dano ambiental;

VII - reconhecimento do valor social e econômico das ações de mitigação e adaptação das mudanças climáticas, e

VIII – função socioambiental da propriedade.

Art. 5º. A Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado será desenvolvida mediante as seguintes ações:

I – exigência, pelo órgão ambiental licenciador, de reflorestamento de área equivalente e preferencialmente degradada, no mesmo bioma, no caso de autorização de supressão de vegetação;

II– desenvolvimento de programas de redução da degradação florestal e na prevenção do desmatamento, inclusive pelo aumento da produtividade de terras agrícolas e de pastagens;

III – promoção de investimentos em florestas e uso da terra com vistas a melhorar as condições de atração de investimentos em manejo sustentável de florestas e restauração florestal;

IV – estímulo ao pagamento por serviços ambientais ecossistêmicos que fortaleçam a resiliência, mitiguem a mudança do clima e contribuam para melhorar o fluxo de renda dos agricultores;

V – estabelecer parcerias tecnológicas para pesquisa básica e aplicada sobre espécies nativas para promover a aceleração de projetos de restauração florestal;

VI – aprofundar a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade sobre monitoramento, relatoria e verificação das emissões florestais e estoques de carbono florestal;

VII – estimular a adoção de práticas de agricultura de baixo carbono para fomentar a agricultura sustentável e aumentar a produtividade no setor;

VIII - criação de instrumentos financeiros que catalisem investimentos em apoio a projetos de desenvolvimento de baixo carbono e voltados a ações de adaptação;

IX – estímulo à redução sustentada das taxas de desmatamento;

X – desenvolvimento de programas que visem a eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil;

XI – fomento a produção e consumo sustentáveis;

XII – ordenamento territorial que tenha por objetivo o planejamento estratégico sustentável do uso e ocupação do solo urbano e rural.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto objetiva proteger os biomas da Floresta Amazônica e do Cerrado, que são de importância vital para o País.

Em 2008, apresentei projeto de lei que proibia qualquer desmatamento na região amazônica pelo prazo de 10 anos. O projeto ficou conhecido como “Desmatamento Zero”, bandeira que tenho defendido desde então. Infelizmente, a proposta não prosperou no Senado e restou arquivada no final da 54ª Legislatura.

No entanto, por considerar a matéria importante, ela foi reformulada para que a sua implantação possa ser realmente efetivada.

A Floresta Amazônica e o Cerrado são biomas reconhecidos nacional e internacionalmente pela sua importância socioambiental, além de destacados como objeto de proteção imediata, nos termos no art. 225 da Constituição Federal.

As florestas e a vegetação nativa remanescentes exigem medidas protetivas, já que, além de se caracterizarem como depositários de uma grande diversidade genética e biodiversidade ainda desconhecida,

esses ecossistemas são de significativa relevância aos Homens pelos serviços ambientais que lhes prestam, a exemplo de manter estáveis as condições climáticas, conservar as fontes de suprimento de recursos hídricos, controlar as inundações, proteger a fauna, dentre outros.

É de conhecimento de todos, entretanto, que o desmatamento, apesar do decréscimo na última década, tem apresentado um preocupante crescimento. Isso se deve, principalmente, às atividades realizadas ilegalmente. Entretanto, novas autorizações de desmate regulares igualmente contribuem para a diminuição da cobertura florestal de biomas de extrema importância e fragilidade ambientais.

O desmatamento afeta o equilíbrio entre o desenvolvimento agropecuário e a conservação ambiental, e deve ser coibido, pois causa importantes perdas para a biodiversidade, contribuição de emissões de gases do efeito estufa e instabilidade do regime hídrico.

Neste cenário, é urgente que seja criada uma Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado com vistas a zerar a diferença entre o desmatamento legal de novas áreas e o reflorestamento de áreas preferencialmente degradadas no mesmo Bioma. Com o objetivo principal de exigir o reflorestamento de área equivalente e preferencialmente degradada, no mesmo bioma, no caso de autorização de supressão de vegetação, pretende-se alcançar a meta de desmatamento líquido zero imediatamente.

A tarefa ora colocada, que objetiva realizar um reordenamento territorial estratégico e sustentável, é de grande complexidade e importância social e ambiental. Por tais razões, esperamos apoio dos Nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador Valdir Raupp

Legislação Citada

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão;

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

V - pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no [art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#);

VI - uso alternativo do solo: substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana;

VII - manejo sustentável: administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços;

VIII - utilidade pública:

a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;

c) atividades e obras de defesa civil;

d) atividades que comprovadamente proporcionem melhorias na proteção das funções ambientais referidas no inciso II deste artigo;

e) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal;

IX - interesse social:

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas;

b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área;

c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas nesta Lei;

d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas na [Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009](#);

e) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade;

f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;

g) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal;

X - atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:

a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;

b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;

c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;

d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;

e) construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores;

f) construção e manutenção de cercas na propriedade;

g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável;

h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos;

i) plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área;

j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área;

k) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente;

XI - (VETADO);

XII - vereda: fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas; ([Redação pela Lei nº 12.727, de 2012](#)).

XIII - manguezal: ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina;

XIV - salgado ou marismas tropicais hipersalinos: áreas situadas em regiões com frequências de inundações intermediárias entre marés de sizígias e de quadratura, com solos

cuja salinidade varia entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), onde pode ocorrer a presença de vegetação herbácea específica;

XV - apicum: áreas de solos hipersalinos situadas nas regiões entremarés superiores, inundadas apenas pelas marés de sizíguas, que apresentam salinidade superior a 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), desprovidas de vegetação vascular;

XVI - restinga: depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado;

XVII - nascente: afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água;

XVIII - olho d'água: afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente;

XIX - leito regular: a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano;

XX - área verde urbana: espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais;

XXI - várzea de inundação ou planície de inundação: áreas marginais a cursos d'água sujeitas a enchentes e inundações periódicas;

XXII - faixa de passagem de inundação: área de várzea ou planície de inundação adjacente a cursos d'água que permite o escoamento da enchente;

XXIII - relevo ondulado: expressão geomorfológica usada para designar área caracterizada por movimentações do terreno que geram depressões, cuja intensidade permite sua classificação como relevo suave ondulado, ondulado, fortemente ondulado e montanhoso.

XXIV - pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo; [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)

XXV - áreas úmidas: pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação; [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)

XXVI - área urbana consolidada: aquela de que trata o [inciso II do caput do art. 47 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009](#); e [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)

XXVII - crédito de carbono: título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável. [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, estende-se o tratamento dispensado aos imóveis a que se refere o inciso V deste artigo às propriedades e posses rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, bem como às terras indígenas demarcadas e às demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território.

Constituição Federal de 1988

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; [\(Regulamento\)](#)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; ([Regulamento](#)) ([Regulamento](#))

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; ([Regulamento](#))

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; ([Regulamento](#))

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; ([Regulamento](#))

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. ([Regulamento](#))

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2015

Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para aumentar em três pontos percentuais a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos de aproveitamentos hidroelétricos na Bacia do Rio São Francisco, destinar o aumento à revitalização do Rio, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 17-A:

“Art. 17-A. Quando o aproveitamento hidroelétrico estiver localizado na Bacia do Rio São Francisco, a compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, será acrescida de três pontos percentuais em relação ao valor de que trata o art. 17, a ser paga também pelo titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos órgãos da administração direta da União, definidos pelo regulamento.”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.001, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 1º
.....

§ 7º O acréscimo de três pontos percentuais de que trata o art. 17-A da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, será integralmente destinado à revitalização do Rio São Francisco, na forma de regulamento”. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Rio São Francisco é considerado o rio da integração nacional e desempenha papel de suma importância na vida das populações de vários estados do País, que dependem dele para o exercício de várias atividades, tais como a dessedentação de animais, o consumo humano, a irrigação, a pesca, o transporte fluvial, a geração de energia elétrica. Entretanto, a exploração predatória e negligente desse valioso recurso hídrico está depauperando o Rio, a ponto de tornar muito difícil a vida dessas populações e de ameaçar a própria existência dos cursos d'água da bacia hidrográfica do São Francisco.

Urge atuar tempestivamente para reverter o sombrio futuro a que está destinado o “Velho Chico”, se nada for feito. É preciso empenho de todos os agentes políticos para que essa catástrofe anunciada seja evitada. Não haverá qualquer atividade econômica, sem que o rio esteja ambientalmente saudável, mormente a geração de energia. É preciso revitalizá-lo, recuperar nascentes, recuperar matas ciliares, livrá-lo da poluição trazida por eflúvios *in natura*, entre outras ações urgentes.

Mas, todo esse esforço demanda recursos financeiros de grande monta. Nesse sentido, proponho um aumento de três pontos percentuais na compensação financeira pela exploração de recursos hídricos de aproveitamentos hidrelétricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

Para evitar qualquer impacto sobre contratos de compra e venda de energia em vigor, propomos o seu aditamento para que o novo custo incorrido pelo aumento da compensação financeira possa ser considerado no valor de transação de compra e venda da energia.

Além do mais, para evitar questionamentos quanto à constitucionalidade da proposta, tomamos o cuidado de destinar o aumento para a União, a quem caberá definir a o órgão de sua estrutura que será o beneficiário dos recursos.

Diante da urgência e da importância da iniciativa, peço aos nobres Parlamentares o apoio a esta Proposição.

Sala das Sessões,

Senador **RAIMUNDO LIRA**

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998.

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 17. A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a [Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989](#), será de seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. [\(Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000\)](#)

§ 1º Da compensação financeira de que trata o *caput*: [\(Incluído pela Lei nº 9.984, de 2000\)](#)

I – seis por cento do valor da energia produzida serão distribuídos entre os Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União, nos termos do [art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990](#), com a redação dada por esta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 9.984, de 2000\)](#)

II – setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida serão destinados ao Ministério do Meio Ambiente, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos do [art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e do disposto nesta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 9.984, de 2000\)](#) [\(Vide Decreto nº 7.402, de 2010\)](#)

§ 2º A parcela a que se refere o inciso II do § 1º constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e será aplicada nos termos do [art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997](#). [\(Incluído pela Lei nº 9.984, de 2000\)](#)

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990.

Conversão da Medida Provisória nº 130, de 1990 Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação alterada por esta Lei, será feita da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

I – quarenta e cinco por cento aos Estados; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

II - quarenta e cinco por cento aos Municípios; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

III - três por cento ao Ministério do Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

IV - três por cento ao Ministério de Minas e Energia; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000)

V – quatro por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991. (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000) (Regulamenta)

§ 1º Na distribuição da compensação financeira, o Distrito Federal receberá o montante correspondente às parcelas de Estado e de Município. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 2º Nas usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios de montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, competindo à ANEEL efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios afetados por esses reservatórios. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 3º A Usina de Itaipu distribuirá, mensalmente, respeitados os percentuais definidos no *caput* deste artigo, sem prejuízo das parcelas devidas aos órgãos da administração direta da União, aos Estados e aos Municípios por ela diretamente afetados, oitenta e cinco por cento dos *royalties* devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subseqüentes, e quinze por cento aos Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina de Itaipu, que

contribuem para o incremento de energia nela produzida. [\(Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000\)](#)

§ 4º A cota destinada ao Ministério do Meio Ambiente será empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional. [\(Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000\)](#)

§ 5º Revogado. [\(Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000\)](#)

§ 6º No mínimo trinta por cento dos recursos a que se refere o inciso V do *caput* serão destinados a projetos desenvolvidos por instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas das Superintendências Regionais. [\(Incluído pela Lei nº 9.993, de 2000\)](#)

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)

PARECERES**PARECER Nº 390, DE 2015**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2015 (nº 1.664/2014, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.*

RELATOR: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2015, que aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, conhecida como “Convenção da Apostila”, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.

Em cumprimento ao art. 49, I, e combinado com o art. 84, VIII, da Constituição, a Presidente da República encaminhou o texto da Convenção à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 347, de 3 de novembro de 2014.

A Mensagem veio acompanhada da Exposição de Motivos nº 133, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Educação, da Justiça, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, de 5 de agosto de 2014, segundo a qual:

A Convenção da Apostila é um dos acordos plurilaterais gestados na Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado. A eventual adesão do Brasil a esse instrumento geraria grande simplificação do processo de legalização de documentos brasileiros destinados a produzir efeitos no exterior e de documentos estrangeiros destinados a valer no

Brasil, propiciando perceptível redução do tempo de processamento, dos custos em que incorrem cidadãos e empresas interessados, bem como do emprego de recursos públicos ora comprometidos com o sistema de legalizações desse tipo de documentos no Brasil e no exterior.

Atualmente, documentos brasileiros a serem utilizados no exterior são submetidos a processo de "legalizações em cadeia", no qual são legalizados, em várias etapas, por diferentes instâncias governamentais e paraestatais, cabendo a última etapa nacional ao Ministério das Relações Exteriores. Por outro lado, documentos estrangeiros que devam valer no Brasil têm de ser legalizados no Consulado ou Setor Consular da Embaixada em cuja jurisdição foram emitidos.

Já no processo estabelecido pela Convenção da Apostila, os documentos nacionais destinados a serem remetidos ao exterior, quando receberem Apostila emitida por Autoridade Competente, no Brasil, passarão a ter validade imediata em todos os demais Estados-Parte da Convenção, hoje em número de 105. Ao mesmo tempo, passarão a ser aceitos, no Brasil, documentos estrangeiros contendo Apostila emitida por um desses Estados-Parte, eludindo a necessidade de sua legalização em repartições da Rede Consular brasileira no exterior.

Ademais, sistemas digitais de Apostila Eletrônica ("e-Apostille"), preconizados pelo Secretariado da Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado e já desenvolvidos por diversos países, poderão conferir ainda mais rapidez e segurança às legalizações. Convém recordar, a propósito, a liderança brasileira no campo do Governo Eletrônico ("e-Government"), inclusive na esfera registral (Sistema Consular Integrado/SCI; Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados/CENCEC), ademais das positivas implicações ambientais de uma solução "zero papel".

Exemplo de estímulo de ordem econômica e comercial para a adesão é o conhecido relatório anual do International Finance Corporation/Banco Mundial ("Investing Across Borders"), que considera a capacidade de emitir Apostila como um dos critérios para medir a competitividade dos países avaliados.

Segundo o Secretariado da Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado, o Brasil encontra-se "entre os únicos três grandes países", juntamente com o Canadá e a China, que ainda não aderiram à Convenção da Apostila. Na América Latina, além do Brasil, apenas Bolívia, Cuba, Guatemala e Haiti ainda não iniciaram seus processos de adesão à Convenção, sendo que Chile e Paraguai estão em etapas adiantadas de seus respectivos processos de adesão.

Com o depósito formal do pedido de adesão, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países-Baixos, na Haia, o país postulante torna-se apto a emitir Apostilas no sexagésimo dia após decurso de prazo de seis meses, conforme disposto no Artigo 12 da Convenção. Assinale-se, ademais, que, no ato do depósito formal de pedido de adesão, o Brasil deverá igualmente informar a(s) Autoridade(s) Competente(s)

designada(s) para emitir a Apostila, nos termos do artigo 6º, bem como poderá fazer, caso necessário, declaração sobre o âmbito de aplicação territorial da Convenção, nos termos dos artigos 12 e 13 da Convenção.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A Convenção tem por objetivo agilizar, desburocratizar, digitalizar e facilitar o processo de aceitação, por um Estado-Parte, de documentos públicos provenientes de outro Estado-Parte, sendo, portanto, a adesão do Brasil conveniente e oportuna para os interesses nacionais.

Já o Projeto de Decreto Legislativo não apresenta vícios de qualquer natureza.

III – VOTO

Em face do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação à técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2015.

Sala da Comissão, 02 de julho de 2015.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Antonio Anastasia, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 22ª Reunião, Ordinária, da CRE
Data: 02 de julho de 2015 (quinta-feira), às 10h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Lasier Martins (PDT)	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Edison Lobão (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
VAGO	3. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Serra (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Magno Malta (PR)	2. Wellington Fagundes (PR)

O Senador Aloysio Nunes Ferreira presidiu esta Reunião.

PARECER Nº 391, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2013, do Senador Aécio Neves, que *altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014.*

RELATOR: Senador **ROBERTO REQUIÃO**

RELATOR *AD HOC*: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2013, do Senador Aécio Neves, que “Altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014.”

Em sua justificação, o autor a proposta visa a flexibilizar, temporariamente, os limites para o montante das operações incluídas no Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, de natureza anticíclica, com vistas a estimular os investimentos dos Estados e assim reaquecer a economia, atualmente em processo de estagnação com o aprofundamento da crise financeira global.

Argumenta, ainda, que “os investimentos públicos em infraestrutura são necessários à retomada sustentável do crescimento econômico do Brasil, bem como os investimentos nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e segurança.”

A matéria foi distribuída para a apreciação por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Ainda que meritória a iniciativa, verifica-se ser despiciendo adentrar no exame aprofundado da matéria.

O projeto destina-se precipuamente a alterar temporariamente o limite de endividamento estabelecido no art. 7º da Resolução do Senado nº 43, de 2001, aplicando-se especificamente aos anos de 2013 e 2014.

Visava o autor, com a proposta, a impulsionar a atividade econômica a partir do estímulo à tomada de empréstimos pelos entes federados, por meio da nova redação aos §§ 9º e 10 do referido artigo, nos seguintes termos:

§ 9º Nos exercícios de 2013 e 2014, o limite definido pelo inciso I do caput deste artigo será de até 30% (trinta por cento) da receita corrente líquida definida no art. 4º, e se aplica às operações de crédito que, estejam previstas nos Programas de Ajuste dos Estados, estabelecidos nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e, no caso dos Municípios, nos contratos de refinanciamento de suas respectivas dívidas com a União, ou aquelas que, limitadas ao montante global previsto, vierem a substituí-las.

§ 10º Nos exercícios de 2013 e 2014, o limite definido pelos incisos II e III do caput não se aplicam às operações de crédito que, estejam previstas nos Programas de Ajuste dos Estados, estabelecidos nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e, no caso dos Municípios, nos contratos de refinanciamento de suas respectivas dívidas com a União, ou aquelas que, limitadas ao montante global previsto, vierem a substituí-las.” (NR)

O esgotamento do tempo de aplicação da norma (anos de 2013 e 2014) configura uma verdadeira preclusão consumativa da proposta – no sentido dado por AURÉLIO àquele termo: “Perda de uma determinada faculdade processual ... haver-se realizado uma atividade incompatível com esse exercício”.

No caso, o transcorrer do tempo de aplicação da proposta tornou-a absolutamente inaplicável, ou seja, perdeu-se a “faculdade processual” de aprovar-se a norma.

De fato, seria absolutamente irrelevante e inútil aprovar-se agora uma autorização para que, em anos pretéritos, fosse possível a tomada de empréstimos.

III – VOTO

Em face do exposto, entendo estar prejudicada a matéria, devendo ser, portanto, arquivada.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2015.

Senador RAIMUNDO LIRA, Presidente em exercício

Senador DOUGLAS CINTRA, Relator *ad hoc*



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DELCÍDIO DO AMARAL		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		3. DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. GLADSON CAMELI	
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. LÚCIA VÂNIA	
RICARDO FERRAÇO		5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
WILDER MORAIS		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTES	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES		3. BLAIRO MAGGI	PRESENTE

PARECER Nº 392, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 20, de 2014, das Jovens Senadoras Bruna de Souza, Claudinéia Oliveira e Nathalia Janones, e do Jovem Senador Kaique Porto, de projeto de lei que *dispõe sobre o serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho*.

RELATOR: Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

I – RELATÓRIO

Cuida-se nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da Sugestão (SUG) nº 20, de 2014, das Jovens Senadoras Bruna de Souza, Claudinéia Oliveira e Nathalia Janones, e do Jovem Senador Kaique Porto, oriunda de proposição aprovada na 3ª Edição do Projeto Senado Jovem.

A SUG nº 20, de 2014, dispõe sobre serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho. O referido serviço consiste na oferta de testes vocacionais, estágios com profissionais e cursos preparatórios para ingresso no ensino superior aos jovens do ensino médio matriculados em escolas públicas.

Na justificação, os Jovens Senadores salientam os diversos problemas enfrentados por estudantes brasileiros para ingressar em cursos superiores, em razão da ausência de orientação vocacional e de preparação adequada para os processos seletivos das universidades públicas.

A proposta foi aprovada no âmbito do Projeto Jovem Senador, instituído pela Resolução nº 42, de 2010, do Senado.

II – ANÁLISE

Em conformidade com o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada no âmbito do Projeto Jovem Senador. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 20, de 2014.

Na ocasião em que examinaram, em plenário, o Projeto de Lei do Senado Jovem nº 5, de 2014, que deu origem à presente sugestão, os Jovens Senadores avaliaram ser importante a aplicação de testes vocacionais e a realização de estágios, acompanhados de profissionais da área escolhida pelo estudante, com a finalidade de oferecer aos jovens do ensino médio condições para que façam uma escolha segura e fundamentada sobre a profissão que irão seguir. Ademais, defenderam que a oferta de cursos preparatórios para ingresso no ensino superior aos alunos de escola pública sanará uma dívida que o Estado brasileiro tem com esses estudantes, que, em geral, não dispõem das mesmas condições de aprovação em exames seletivos para o ensino superior que os jovens de escolas privadas.

De fato, a proposta traz medidas importantes, particularmente para os estudantes do ensino médio da rede pública, e reflete a preocupação de milhares de jovens brasileiros. Merece, contudo, alguns reparos, conforme o projeto de lei do Senado (PLS) ao final apresentado.

Com efeito, a maioria dos estudantes do ensino médio se encontra em uma idade de incertezas e descobertas. São adolescentes e jovens adultos cujas personalidades e visões de mundo apenas começam a se consolidar. Nesse contexto, a vocação profissional da maior parte desses estudantes é marcada por dúvidas e hesitações. Essa situação dificulta a busca de ofícios que possam se adequar às inclinações e potencialidades de cada um. Acreditamos que a aplicação de teste vocacional a partir do segundo ano do ensino médio terá o condão de minimizar essas incertezas e de direcionar o estudante para uma escolha mais consciente e segura.

Por outro lado, entendemos que a previsão do teste não deve se restringir à rede pública de ensino, conquanto deva ser assegurada sua gratuidade aos estudantes de escolas públicas e aos de escolas privadas que possuam bolsa integral. Assim, promovemos alteração na proposta para estender a aplicação de testes vocacionais a todos os estudantes de ensino

médio, motivo pelo qual propusemos que a previsão seja consignada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB).

Por seu turno, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, conhecida como Lei do Estágio, já dispõe sobre o estágio de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino médio. Em seu art. 1º define o instituto como *ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo*. Também está previsto em tal diploma legal o período de dois anos como duração máxima do estágio (art. 11). Desta feita, suprimimos o disposto nos §§ 2º, 4º e 5º do art. 2º da SUG nº 20, de 2014, que tratavam do tema.

Por sua vez, consideramos positiva a oferta, aos estudantes de ensino médio da rede pública, de cursos preparatórios gratuitos no contraturno escolar, com grade curricular baseada nos conteúdos abordados nos exames de seleção para o ingresso em cursos superiores. Com efeito, da mesma forma que ações afirmativas, como, por exemplo, as cotas para estudantes de escolas públicas, buscam diminuir as desigualdades entre jovens de escolas públicas e privadas, acreditamos que esses cursos preparatórios serão mais um instrumento para a democratização do acesso ao ensino superior.

Insta consignar, ainda, que suprimimos o art. 1º da SUG nº 20, de 2014, que determinava que as redes estaduais deveriam desenvolver políticas públicas de assistência aos estudantes de ensino médio da rede pública. Com efeito, a previsão, em lei federal, de obrigação imposta a outro ente da federação poderia ser considerada atentatória ao princípio federativo.

Em conclusão, reconhecendo a importância da proposta, a matéria tratada na SUG nº 20, de 2014, deve ser encaminhada, na forma do PLS ao final apresentado, para ser debatida nesta Casa. Seguramente, as comissões temáticas apreciarão a matéria e opinarão de maneira mais judiciosa, sobre a oportunidade e conveniência de inseri-la no arcabouço legal brasileiro.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela APROVAÇÃO da Sugestão nº 20, de 2014, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2015

Altera da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1994, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio, e dispõe sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior aos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A presente Lei dispõe sobre a aplicação de teste vocacional no ensino médio e sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior.

Art. 2º O art. 35 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 35**

.....
§ 1º Será ofertado ao estudante do ensino médio, a partir do segundo ano letivo, teste vocacional, a ser aplicado por profissional especializado, com a finalidade de orientar o aluno na escolha de curso superior e de profissão.

§ 2º É assegurada gratuidade para a aplicação do teste vocacional de que trata o § 1º ao estudante matriculado em escola da rede pública de ensino e ao que possua bolsa integral em escola privada.” (NR)

Art. 3º Serão oferecidos gratuitamente, na forma de regulamento, cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior aos estudantes de ensino médio matriculados em escolas da rede pública de ensino.

Parágrafo único. Os cursos preparatórios funcionarão no contraturno escolar e terão grade curricular baseada nos conteúdos abordados em processos seletivos para ingresso em cursos superiores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os estudantes brasileiros de escolas públicas vêm enfrentando diversos problemas, no que diz respeito às escolhas profissionais e ao ingresso em cursos superiores, devido à ausência de orientação vocacional e de preparação adequada para os processos seletivos das universidades públicas brasileiras.

Por meio do teste vocacional que ora propomos, os estudantes poderão contar com ferramentas para tornar sua escolha de carreira mais fundamentada.

Ademais, o presente projeto de lei também tem por objetivo possibilitar aos alunos do ensino público a mesma capacitação que têm os da rede privada. A propósito, acreditamos que os cursos preparatórios sanarão uma dívida que o Estado brasileiro tem com os estudantes de escolas públicas, que, em geral, não dispõem das mesmas condições de preparação para processos seletivos das universidades públicas.

Feitos esses apontamentos, considerando a relevância das medidas propostas, que oferecerão aos jovens do ensino médio ferramentas mais eficazes para exercer de forma plena seu direito à educação, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala da Comissão, 17 de junho de 2015.

Senador Paulo Paim, Presidente

Senador Donizeti Nogueira, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 40ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 17 de junho de 2015 (quarta-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Benedito de Lira (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
VAGO	6. VAGO
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Alalides Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO

PARECER Nº 393, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2011 – Complementar, do Senador Ciro Nogueira, que *altera o art. 191-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional e os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para deixar de exigir certidões negativas de débitos tributários e facilitar a recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte.*

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 285, de 2011 – Complementar, de autoria do Senador CIRO NOGUEIRA, cujo objetivo é facilitar a concessão de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte.

A proposição tem cinco dispositivos. Os dois primeiros alteram, respectivamente, o Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispensar as microempresas e as empresas de pequeno porte de exigência de comprovação de regularidade fiscal como condição prévia à concessão de recuperação judicial.

O terceiro dispositivo insere no art. 70 da Lei nº 11.101, de 2005, a previsão de que se aplicará ao plano especial de recuperação judicial o disposto no art. 67 da referida lei, que considera extraconcursais, em caso de decretação de falência, os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial. O parágrafo único

do mencionado art. 67 prevê, ainda, que os créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los após o pedido de recuperação judicial terão privilégio geral de recebimento em caso de decretação de falência.

O quarto dispositivo altera a redação do inciso II do art. 71 da Lei nº 11.101, de 2005, para aumentar o número máximo de prestações possíveis para o parcelamento previsto no plano especial de recuperação judicial aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Por fim, o quinto dispositivo trata da vigência da norma, ao dispor que entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor do projeto afirma que é necessário facilitar os procedimentos de recuperação judicial e extrajudicial, de modo a evitar a falência de empresa com dificuldades financeiras, especialmente no caso de microempresas e de empresas de pequeno porte.

A proposição foi distribuída, inicialmente, apenas à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desta Casa. Em 25 de agosto de 2011, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 1.037, de 2011, do Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO, relativo à solicitação de tramitação conjunta do PLS nº 285, de 2011 – Complementar, com o PLS nº 396, de 2009 – Complementar.

A matéria passou, então, a tramitar em conjunto e foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à CAE. Entretanto, ante o arquivamento do PLS nº 396, de 2009 – Complementar, o PLS nº 285, de 2011 – Complementar, voltou a ter tramitação autônoma e retornou à CAE.

É de registrar que não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

No tocante à constitucionalidade da proposição, a União é competente para legislar sobre direito empresarial e, em concorrência com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre direito tributário,

conforme preveem, respectivamente, o inciso I do art. 22 e o inciso I do art. 24, ambos da Constituição Federal.

Além disso, o inciso III do art. 146 da Constituição Federal determina caber à lei complementar o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária. Por isso, alterações no Código Tributário Nacional requerem a veiculação por meio da referida espécie legislativa.

A competência da CAE para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Relativamente à técnica legislativa, não identificamos ajustes necessários ao texto da proposição.

No tocante ao mérito, comungamos do entendimento de que é necessário facilitar a concessão de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte, pois parcela expressiva da geração de empregos no nosso País advém de empresas de menor potencial econômico.

Por disposição expressa do CTN e da Lei nº 11.101, de 2005, a concessão de recuperação judicial depende da apresentação de certidão de regularidade fiscal. Trata-se de regra geral que, a nosso ver, merece ser afastada na hipótese de o interessado na recuperação ser microempresa ou empresa de pequeno porte. Esse afastamento tornará possível que, independentemente do pagamento imediato de dívidas com a Fazenda Pública ou de obtenção de suspensão de exigibilidade de créditos, essas empresas possam se valer da recuperação judicial e se reerguerem economicamente, de modo a manter a sua atividade produtiva.

É importante registrar que a dispensa de certidão de regularidade fiscal não significa perdão de dívidas com a Fazenda Pública. A empresa devedora continuará obrigada a arcar com débitos de titularidade do Estado, mas poderá obter a recuperação judicial ainda que existam débitos desta natureza vencidos. Em outras palavras, não haverá necessidade de a empresa quitar ou parcelar débitos com a Fazenda Pública previamente à concessão de recuperação judicial.

Como se sabe, a jurisprudência flexibilizou, de modo geral, a exigência de prova da regularidade fiscal para a concessão de recuperação judicial, ao argumento de que não havia sido instituído parcelamento específico para devedores em recuperação judicial, conforme previsto no § 3º do art. 155-A do CTN e no art. 68 e respectivo parágrafo único da Lei nº 11.101, de 2005. A própria Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a apresentação de certidões negativas tributárias não é necessária para a homologação do plano de recuperação judicial.

Entretanto, a Lei nº 13.043, de 13 de novembro 2014, inseriu o art. 10-A na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para prever condições diferenciadas de parcelamento de créditos com a Fazenda Nacional para o empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial. Entre as condições, está a previsão de pagamento de débitos em 84 parcelas mensais, prazo mais alongado do que o previsto para o parcelamento ordinário, cuja quantidade máxima de prestações é sessenta, conforme previsão do art. 10 da Lei nº 10.522, de 2002.

É possível, assim, que passe a ser exigida a prova da regularidade fiscal das empresas como condição prévia à concessão de recuperação judicial. Por isso, é importante conceder tratamento especial para as microempresas e empresas de pequeno porte, de sorte a permitir que tenham a recuperação judicial deferida mesmo sem a apresentação de certidões negativas de débitos. A dispensa de apresentação de certidão tem respaldo na Constituição, que determina, no inciso IX de seu art. 170, tratamento favorecido para as empresas de menor potencial econômico.

Entendemos adequado, também, o objetivo de inserir na Seção V do Capítulo III da Lei nº 11.101, de 2005, que trata das regras aplicáveis ao plano especial de recuperação judicial, norma que preveja, expressamente, que os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial serão considerados extraconcursais em caso de decretação de falência. É igualmente salutar a definição de que os créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los após o pedido de recuperação judicial terão privilégio geral de recebimento em caso de decretação de falência.

A previsão expressa acerca da aplicabilidade das referidas normas ao plano especial de recuperação judicial trará segurança jurídica aos fornecedores de bens ou serviços que firmarem contratos com microempresas e empresas de pequeno porte submetidas à recuperação judicial regida pelas normas da Seção V do Capítulo III da Lei nº 11.101, de 2005. Será fomentada, portanto, a continuidade da atividade econômica da empresa em recuperação, visto que poderá ter acesso a crédito, bens e serviços disponíveis no mercado. Trata-se de importante passo na concretização do princípio da preservação da empresa, que constitui pedra angular do direito econômico e empresarial brasileiro.

No tocante ao aumento da quantidade de parcelas objeto do plano especial de recuperação, entendemos que a questão já está adequadamente atendida pela legislação que, atualmente, prevê parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Não vislumbramos razão para aumentar o número máximo de parcelas permitido. Por isso, propomos emenda supressiva do art. 4º da proposição.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2011 – Complementar com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAE

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2011 – Complementar, renumerando-se o art. 5º como art. 4º.

Sala da Comissão, 30 de junho de 2015.

Senador RAIMUNDO LIRA , Presidente em exercício

Senador JOSÉ PIMENTEL, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DELCLÍDIO DO AMARAL		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		3. DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. GLADSON CAMELI	
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. LÚCIA VÂNIA	
RICARDO FERRAÇO		5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPICY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
WILDER MORAIS		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES		3. BLAIRO MAGGI	PRESENTE

PARECERES NºS 394 E 395, DE 2015

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2014, do Senador Randolfe Rodrigues, que altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.

PARECER Nº 394 , DE 2015, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

RELATOR: Senador **WALDEMIR MOKA**

I – RELATÓRIO

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2014, de autoria do Senador RANDOLFE RODRIGUES, *que altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.*

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º acrescenta o inciso III ao art. 3º da Lei nº 9.393, de 1996, a fim de isentar do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) o imóvel cuja titularidade foi reconhecida pelo Estado em favor dos remanescentes das comunidades quilombolas, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O art. 2º estatui a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Os incisos II e XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribuem à CRA competência para opinar sobre proposições que tratem do planejamento, do acompanhamento e da execução da política agrícola e fundiária, bem como da tributação da atividade rural. Por esse motivo, cumpre-nos apreciarmos o mérito do PLS nº 236, de 2014.

A Constituição Federal vigente garante direitos específicos às comunidades quilombolas do Brasil. Primeiramente, o § 5º do art. 216 da Carta Magna identifica essas comunidades como integrantes do patrimônio cultural do país, determinando o tombamento dos documentos e sítios de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Ademais, o art. 68 do ADCT reconhece a propriedade definitiva das terras dos antigos quilombos aos remanescentes dessas comunidades, imputando ao Estado dever de emitir-lhes os títulos respectivos – o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dessas terras.

Ressalta-se que o texto constitucional não aufere qualquer imunidade tributária às propriedades de quilombolas. Por serem registradas em títulos imobiliários, essas propriedades têm recebido da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) cobranças de pagamento do ITR.

A imunidade da incidência de tributos sobre propriedades quilombolas representa novidade para a jurisprudência nacional. Na recente execução promovida pela PGFN, na 17ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por exemplo, a comunidade quilombola em

Abaetetuba obteve, inicialmente, provimento favorável, o qual foi cassado em momento posterior, por razões processuais. Na oportunidade, o juiz da causa, Doutor Flávio Marcelo Sérvio Borges, entendeu que as propriedades quilombolas diferem daquela mencionada no art. 153, VI, da Constituição Federal, sobre a qual incide o ITR.

Outro argumento favorável à isenção da cobrança do ITR sobre propriedades quilombolas encontra-se em estudo de autoria do Procurador Celso de Albuquerque Silva, Coordenador do Núcleo dos Direitos Difusos e Coletivos da Procuradoria Regional da República da 2ª Região. Segundo o autor, a imunidade em análise seria implícita, uma vez que os princípios da justiça social, do respeito e promoção da dignidade da pessoa humana e do pluralismo étnico-cultural, bem como os compromissos assumidos pelo Brasil em tratados e convenções internacionais de direitos humanos, representam motivos para o tratamento diferenciado de comunidades quilombolas diante do ordenamento jurídico pátrio.

Ainda no que diz respeito ao princípio da justiça social, destaca-se que os imóveis de quilombolas cumprem função semelhante à das reservas indígenas, consideradas patrimônio da União e, portanto, imunes à incidência de tributos sobre a propriedade. Por serem comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas devem receber do Estado brasileiro tratamento semelhante.

Não obstante a precisão e a oportunidade do PLS nº 236, de 2014, entendemos ser necessária emenda de redação para unificar o texto da ementa do Projeto ao texto do seu art. 1º, porquanto a expressão “dos antigos quilombos”, disponível na ementa, denota sentido mais restritivo do que a expressão “quilombolas”, presente no artigo ora mencionado.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CRA

Na ementa do PLS nº 236, de 2014, onde se lê “dos antigos quilombos” leia-se “quilombolas”.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2014.

Senador BENEDITO DE LIRA, **Presidente**

Senador WALDEMIR MOKA, **Relator**



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 32ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 16 de dezembro de 2014 (terça-feira), imediatamente após a 31ª reunião

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO	2. Luiz Henrique (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	7. Garibaldi Alves (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Aureliano (PSDB)	1. VAGO
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
	2. Blairo Maggi (PR)

PARECER Nº 395, DE 2015, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

Por designação do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2014, de autoria do Senador RANDOLFE RODRIGUES, que *altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.*

A Proposição compõe-se de dois artigos.

O **art. 1º** do PLS acrescenta o inciso III ao art. 3º da Lei nº 9.393, de 1996, a fim de isentar do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) o imóvel cuja titularidade foi reconhecida pelo Estado em favor dos remanescentes das comunidades quilombolas, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O art. 2º do Projeto estatui a cláusula de vigência.

O PLS nº 236, de 2014, foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Em 16/12/2014, a CRA aprovou o relatório do Senador WALDEMIR MOKA, que passou a constituir parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com uma emenda para substituir, no texto da Proposição, a expressão “dos antigos quilombos” por “quilombolas”.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

No caso específico, por tratar-se de matéria terminativa, compete à Comissão, também, a análise da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa do PLS nº 236, de 2014.

Não obstante ser louvável em seu mérito, constata-se que a Proposição em análise perdeu sua oportunidade com a edição da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, a qual, por meio de seu art. 82, insere o art. 3º-A na Lei nº 9.393, de 1996, que determina que *os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades são isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.*

Constata-se, portanto, que a Lei nº 13.043, de 2014, já modificou a Lei nº 9.393, de 1996, isentando do ITR os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de

comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros dessas comunidades.

Como esse é o objeto do PLS nº 236, de 2014, entendemos que a Proposição em análise deve ser declarada prejudicada pelo Presidente do Senado Federal, com base no art. 334, I, do RISF.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela declaração de **prejudicialidade** do PLS nº 236, de 2014.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2015.

Senador RAIMUNDO LIRA, **Presidente em exercício**

Senador TASSO JEREISSATI, **Relator**



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DELCÍDIO DO AMARAL		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		3. DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. GLADSON CAMELI	
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. LÚCIA VÂNIA	
RICARDO FERRAÇO		5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
WILDER MORAIS		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES		3. BLAIRO MAGGI	PRESENTE

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Declaração de prejudicialidade do PLS 236/2014

Comissão de Assuntos Econômicos

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN (PT)		X			1. JOSÉ PIMENTEL (PT)		X		
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					2. PAULO ROCHA (PT)		X		
LINDBERGH FARIAS (PT)					3. DONIZETI NOGUEIRA (PT)		X		
WALTER PINHEIRO (PT)		X			4. HUMBERTO COSTA (PT)		X		
REGUFFE (PDT)		X			5. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
TELMÁRIO MOTA (PDT)					6. JORGE VIANA (PT)				
BENEDITO DE LIRA (PP)		X			7. GLADSON CAMELI (PP)				
CIRO NOGUEIRA (PP)					8. IVO CASSOL (PP)				
TITULARES - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ (PMDB)					1. VALDIR RAUPP (PMDB)				
WALDEMIR MOKA (PMDB)					2. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
RAIMUNDO LIRA (PMDB)					3. JOSÉ MARANHÃO (PMDB)				
SANDRA BRAGA (PMDB)		X			4. LÚCIA VÂNIA (SPARTIDO)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5. JADER BARBALHO (PMDB)				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					6. MARTA SUPLICY (SPARTIDO)				
OMAR AZIZ (PSD)		X			7. ROSE DE FREITAS (PMDB)				
VAGO					8. HÉLIO JOSÉ (PSD)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					1. JOSÉ SERRA (PSDB)				
WILDER MORAIS (DEM)					2. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X			3. DALIRIO BEBER (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					4. RONALDO CAIADO (DEM)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)		X			5. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)		X			1. LÍDICE DA MATA (PSB)				
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)		X			2. ROBERTO ROCHA (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					3. JOSÉ MEDEIROS (PPS)				
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DOUGLAS CINTRA (PTB)		X			1. EDUARDO AMORIM (PSC)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X			2. ELMANO FÉRRER (PTB)				
WELLINGTON FAGUNDES (PR)					3. BLAIRO MAGGI (PR)		X		

Quórum: TOTAL 18

Votação: TOTAL 17 SIM 17 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 30/06/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Raimundo Lira
Presidente

OF.078/2015/CAE

Brasília, 30 de junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2014, que “altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado”.

Atenciosamente,



Senador RAIMUNDO LIRA
Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

PARECERES NºS 396 E 397, DE 2015

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2012, que *isenta os produtos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, originários e procedentes de Portugal, do Imposto de Importação.*

PARECER Nº 396, DE 2015, DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

RELATORA: SENADORA ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Esta Representação é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 6, de 2012, em epígrafe, de autoria do nobre Senador Vital do Rêgo.

À luz do que determina a Resolução nº 1, de 2011 – CN, compete à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul “apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional” (art. 3º, inciso I), e, segundo dispõe o art. 5º, inciso I, “a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito (...).”

A proposição em exame compõe-se de apenas dois artigos e visa a isentar do Imposto de Importação os produtos classificados na posição 22.4 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originários e procedentes de Portugal.

II – ANÁLISE

A iniciativa do nobre Senador Vital do Rêgo, ao pretender isentar de Imposto de Importação os vinhos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do Mercosul, originários e procedentes de Portugal, busca beneficiar os importadores e consumidores nacionais deste tipo de bebida.

Tal iniciativa encontra, efetivamente, respaldo na normativa Mercosul, eis que a Decisão nº 58/10 do Conselho do Mercado Comum, celebrada em Foz do Iguaçu em 16 de dezembro de 2010, dispôs sobre as Listas de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), permitindo ao Brasil integrar tal lista com cem códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul, até 15 de dezembro de 2015. Ademais, o art. 3º da mesma Decisão autoriza os Estados Partes a modificar, a cada seis meses, a proporção de 20% dos Códigos NCM incluídos nas Listas de Exceções.

Conforme menciona a Justificação, a referida normativa Mercosul foi internalizada no direito pátrio por meio da Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) Nº 94, de 8 de dezembro de 2011.

Informa ainda a Justificação que o Brasil pratica alíquota de 27% sobre vinhos pertencentes ao código 2204.21.00, importados de países extra-bloco, em recipientes de capacidade não superior a 2 litros, excetuados os vinhos de sobremesa licorosos, de Madeira, do Porto, de Xerez e de Málaga, que têm alíquota de 20%.

Sustenta o nobre Senador Vital do Rêgo que a alíquota praticada pelo Brasil com relação ao vinho importado de países não membros do Mercosul onera injustamente o importador nacional e que essa desigualdade de tratamento tarifário pode levar à entrada ilegal da bebida no Brasil por meio de um dos Estados Partes do Mercosul (“triangulação”), uma vez que o seu consumo alcança aproximadamente 20% do vinho consumido no País.

No que pese todo o mérito da louvável iniciativa do Senador Vital do Rêgo, temos algumas ponderações a apresentar.

Em primeiro lugar, a questão da chamada “triangulação” não se colocaria neste caso, uma vez que a própria Justificação esclarece que os demais países do Mercosul, isto é, Argentina, Paraguai e Uruguai também praticam a mesma alíquota de cerca de 20% sobre os vinhos supramencionados. Apenas o Chile pratica tarifa menor, de 6%, o que poderia favorecer tentativas de triangulação com base no Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE-35), entre aquele país e o Brasil, que estabelece tarifa zero para as importações do vinho chileno. No entanto, é de se lembrar que a tarifa zero vigora apenas para aqueles produtos que ingressem no País acompanhados da devida certificação, destinada a comprovar a sua origem (Regime de Origem ACE – 35).

Na realidade, o que torna mais onerosa a importação dos vinhos classificados na Tarifa Externa Comum (TEC) 2204.21.00 (vinhos da Madeira, do Porto e de Xerez, em recipientes de capacidade não superior a 2 litros) e 22.0429 (vinhos da Madeira, do Porto e de Xerez, em recipientes com capacidade não superior a 5 litros) é o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cujas alíquotas *ad valorem* chegam a 40%. É que, de acordo com a Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, pode-se praticar alíquotas específicas na determinação do IPI incidente sobre tais bebidas.

Ademais, cabe ressaltar que a aprovação da presente proposição indubitavelmente acarretaria grandes prejuízos aos produtores nacionais, que empenhados em criar uma indústria vinícola internacionalmente competitiva, vêm investindo de forma expressiva na melhoria da qualidade do seu produto. É importante lembrar também que vinte mil famílias vivem em doze estados brasileiros do cultivo da uva e da produção de vinho.

Finalmente, a supressão pura e simples das tarifas incidentes sobre os vinhos provenientes de Portugal pelo Brasil colocaria o nosso País em posição de grande desconforto perante os parceiros do Mercosul por, unilateralmente e sem qualquer contrapartida, conceder tal benesse ao produto europeu, precisamente quando o bloco retoma as negociações com a União Europeia para a constituição de uma área de livre comércio birregional.

III – VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos pela rejeição do PLS nº 6, de 2012.

Sala da Sessão,

, Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Renato', with a long horizontal stroke extending to the left and a flourish at the end.

, Relator



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 6, DE 2012

PARECER DA REPRESENTAÇÃO

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela rejeição, do Projeto de Lei do Senado n.º 6, de 2012, acatando o Parecer do Relatora, Senadora Ana Amélia

Estiveram presentes os Senhores:

Deputado Newton Lima - Presidente; e Senador Paulo Bauer – Vice-Presidente. Senadores Roberto Requião, Ana Amélia, e Inácio Arruda; Deputados Benedita da Silva, Dr. Rosinha, Fernando Marroni, Marçal Filho, Eduardo Azeredo, Raul Lima, Dilceu Sperafico, José Stédile, Luiza Erundina, Vieira da Cunha, Nelson Padovani, João Ananias, Bohn Gass, Osmar Serraglio, Renato Andrade e Sebastião Bala Rocha.

Plenário da Representação, em 3 de julho de 2013.

Deputado NEWTON LIMA
Presidente

PARECER Nº _397, DE 2015, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 6, de 2012, de autoria do Senador VITAL DO RÊGO, é composto por dois artigos e tem por objetivo isentar do Imposto de Importação os vinhos provenientes de Portugal. A nova lei, se aprovada, vigorará a partir da data de sua publicação.

A benesse fiscal, concedida a produto importado de forma incondicional, é justificada pelo nobre Autor pelo fato de que a alíquota de 20% hoje praticada onera injustamente o importador de vinhos e prejudica o consumidor nacional.

Além disso, segundo argumenta, a desigualdade do tratamento tarifário conferido pelos diversos países do MERCOSUL fomenta a entrada ilegal da bebida no Brasil, por meio de “atravessadores”, que podem aproveitar as alíquotas menores de alguns países parceiros no Bloco, utilizando-os como *base para a tentativa de entrada ilegal do vinho em território brasileiro*.

A matéria, distribuída à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e à Comissão de Assuntos Econômicos, não recebeu emendas no prazo regimental.

O Parecer aprovado na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul foi pela rejeição do PLS.

II – ANÁLISE

Segundo os incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições em seu aspecto econômico e financeiro, bem como sobre matérias que envolvam tributos, como é o caso.

O art. 24, I, da Constituição Federal (CF), atribui poderes à União, concorrentemente com Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre direito tributário. Adicionalmente, o Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros está contido entre os tributos de competência da União (art. 153, I, da CF).

Ainda sob o prisma constitucional, a proposição atende à exigência de lei específica para a concessão de isenção de tributo, conforme o art. 150, § 6º, da CF.

O projeto contém todos os elementos caracterizadores da juridicidade, tais como efetividade, instrumento normativo adequado (lei ordinária), coercitividade, bem como respeita os princípios que norteiam o ordenamento jurídico brasileiro.

No mérito, em que pese a boa intenção do autor exposta na justificção, a proposição não merece acolhida. Primeiramente, porque a concessão de **isenção** de tributo da natureza do Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros deve ser vista com muito cuidado. Não se deve esquecer que a Constituição Federal, coerentemente com as necessidades do Poder Executivo na formulação das políticas externa, comercial, industrial e tributária, excepciona o imposto do princípio da legalidade estrita, e dá ao Poder Executivo poderes para alterar a alíquota do tributo por decreto, desde que respeitados determinados parâmetros e regras (§ 1º do art. 153 da CF). Aprovar leis de isenção do tributo em questão significa negar ao Governo Federal a possibilidade de usar instrumento constitucionalmente previsto, com efeito equivalente ao engessamento em zero da alíquota do imposto incidente sobre o produto beneficiado, que, de outra forma, poderia ser controlado de

forma mais conveniente e flexível, em consonância com os reais interesses nacionais.

Em segundo lugar, concordamos, integralmente, com os argumentos expostos no Parecer da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, lavrado nos seguintes termos:

Ademais cabe ressaltar que a aprovação da presente proposição indubitavelmente acarretaria grandes prejuízos aos produtores nacionais, que, empenhados em criar uma indústria vinícola internacionalmente competitiva, vêm investindo de forma expressiva na melhoria da qualidade do seu produto. É importante lembrar também que vinte mil famílias vivem em doze estados brasileiros do cultivo da uva e da produção de vinho.

Finalmente, a supressão pura e simples das tarifas incidentes sobre os vinhos provenientes de Portugal pelo Brasil colocaria o nosso País em posição de grande desconforto perante os parceiros do Mercosul por, unilateralmente e sem contrapartida, conceder tal benesse ao produto europeu, precisamente quando o bloco retoma as negociações com a União Europeia para a constituição de uma área de livre comércio birregional.

Por último, ressalte-se a inconformidade do PLS com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), visto que não traz estimativas da renúncia de receita ocasionada pela medida proposta.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2012.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2015.

Senador RAIMUNDO LIRA, Presidente em exercício

Senador ALVARO DIAS, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DELCÍDIO DO AMARAL		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		3. DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. GLADSON CAMELI	
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. LÚCIA VÂNIA	
RICARDO FERRAÇO		5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
WILDER MORAIS		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES		3. BLAIRO MAGGI	PRESENTE

Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 392, de 2015, da CDH, sobre a Sugestão nº 20, de 2014, proveniente do Projeto de Lei Senado Jovem nº 5, de 2014, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2015, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1994, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio, e dispõe sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior aos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino.*

Nos termos do art. 102-E, parágrafo único, I, do Regimento Interno, a matéria vai à CE, para exame do mérito.

INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA

O **Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2013**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

ABERTURA DE PRAZO

O **Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2011-Complementar**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA

Com referência ao Ofício nº 78, de 2015, da CAE, o **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2014**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

É o seguinte o ofício na íntegra:

OF.078/2015/CAE

Brasília, 30 de junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2014, que “altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado”.

Atenciosamente,



Senador RAIMUNDO LIRA
Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

ABERTURA DE PRAZO

Fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2012**, continue sua tramitação, nos termos do art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 089/2015 – GLDBAG

Brasília, 1º de julho de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco de Apoio ao Governo indica o **Senador Gladson Cameli** como suplente na Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal.

Assinatura manuscrita de Humberto Costa.

Senador Humberto Costa
Líder do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

**SENADO FEDERAL**

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 090/2015 – GLDBAG

Brasília, 1º de julho de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o **Senador Acir Gurgacz** como suplente na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em substituição ao **Senador Donizeti Nogueira**, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Assinatura manuscrita de Humberto Costa, com uma letra 'H' inicial grande e decorativa.

Senador Humberto Costa
Líder do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

(Faça-se a substituição solicitada)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS**

Ofício nº 257-L-Democratas/15

Brasília, 1 de julho de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **RÔMULO GOUVEIA (PSD/PB)** para integrar, como membro **suplente**, a **Comissão Mista Permanente sobre mudanças climáticas**, em vaga existente.

Respeitosamente,


Deputado **MENDONÇA FILHO**
Líder do Democratas

OFÍCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 383/2015/PS-GSE

Brasília, 2 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 1.834, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 218, de 2007, nessa Casa), que "Inscreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.141, de 30 de junho de 2015.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Beto Mansur, com uma traçada longa e fluida que se estende para a direita.

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

(Junte-se ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 218/2007)

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 476, de 2015, na origem, encaminhando informações referentes ao **Requerimento nº 720, de 2014**, do Senador Inácio Arruda e outros Senadores.

Foi encaminhada cópia com as informações aos requerentes e o requerimento vai ao arquivo.

RELATÓRIO**RELATÓRIO PARCIAL Nº 1, DE 2015**

Da COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA
POLÍTICA DO SENADO FEDERAL, sobre o
tema das coligações nas eleições proporcionais.

Relator: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

O Senado Federal aprovou em março deste ano Proposta de Emenda à Constituição Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40, de 2011, do ex-senador José Sarney (PMDB-AP) que proibia as coligações eleitorais nas eleições para vereadores e deputados estaduais, distritais e federais. No entanto, na Câmara dos Deputados a proposta terminou sendo rejeitada.

Trata-se, contudo, de tema de alta relevância para o aperfeiçoamento do sistema político e eleitoral. A interveniência das coligações distancia o eleitor dos eleitos e dificulta a compreensão do funcionamento do sistema eleitoral pelo cidadão.

Tendo em conta esse contexto, a Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal decidiu enfrentar novamente esse tema, mas com novo enfoque. Em vez de extinguir as coligações pura e simplesmente, proceder a ajustes pontuais na forma de cálculo do quociente eleitoral.

II – ANÁLISE

O principal objetivo de sistema eleitoral proporcional e, também, a sua principal qualidade, é permitir que os partidos políticos sejam representados no parlamento na medida do apoio que possuem na sociedade.

Ora, essa característica inerente desse sistema é totalmente distorcida quando se permite, como ocorre com a nossa legislação, que a formações de coligações de cunho meramente eleitoral alterem a distribuição de cadeiras que deve caber a cada partido, de acordo com o apoio que têm na sociedade.

Impõe-se, então, para dar consistência ao sistema, que se discipline, adequadamente, a forma como deve se dar a distribuição das cadeiras em disputa, para que a vontade popular seja, efetivamente, refletida na composição das casas legislativas.

Nesse sentido, é importante que, independentemente da realização de coligações, a distribuição de vagas no sistema proporcional seja feita de acordo com a força eleitoral de cada partido.

Com isso, estaremos cumprindo tanto o comando constitucional, introduzido pela Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março de 2006, que garante a liberdade dos partidos para realizarem coligações, que permanece intocada, como a determinação de que a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam compostas de representantes do povo, eleitos, de fato, por um sistema proporcional digno dessa denominação.

Trata-se, aqui, inclusive, de permitir que o eleitor tenha condições de saber o destino do seu voto, de forma coerente com o seu pensamento político, na medida em que, ao destinar a sua escolha a um determinado partido saberá que não estará contribuindo para eleger representante de outra agremiação.

Essa sistemática é, também, aquela que permite a adoção plena da ideia da fidelidade partidária, na medida em que permitirá, sempre, a manutenção das bancadas partidárias e a fidelidade à vontade do eleitor, em respeito aos princípios que devem nortear o regime democrático.

Assim, temos a certeza de que essa alteração vai ao encontro do aperfeiçoamento do nosso sistema eleitoral e da vontade popular e propiciará a constituição de casas legislativas cuja composição refletirá, de forma mais perfeita, o resultado dos pleitos.

III – VOTO

Diante do exposto, nos termos do art. 133, V, *a* do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte Projeto de Lei do Senado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº430, DE 2015

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para disciplinar a distribuição de cadeiras entre os partidos políticos na representação proporcional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 105.**

.....

§ 3º A celebração de coligação para as eleições proporcionais não afeta a distribuição de lugares a preencher na representação proporcional entre os partidos que a compõem, conforme o procedimento previsto nos arts. 106 e seguintes.” (NR)


“**Art. 107.** Determina-se para cada partido o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração.” (NR)

“**Art. 108.** Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.” (NR)

“**Art. 109.**.....

I – dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;

.....




§ 1º O preenchimento dos lugares com que cada partido for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida pelos seus candidatos.

§ 2º Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos que tiverem obtido quociente eleitoral.” (NR)

“**Art. 111.** Se nenhum partido alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Sala da Comissão,



, Presidente
, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CTREFORMA, 01/07/2015 às 14h30 - 3ª, Reunião

Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal

TITULARES		SUPLENTE
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO
HUMBERTO COSTA		2. DONIZETI NOGUEIRA PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	4. EDUARDO AMORIM
REGUFFE	PRESENTE	5. TELMÁRIO MOTA
LASIER MARTINS	PRESENTE	6. VAGO
IVO CASSOL		7. VAGO
BENEDITO DE LIRA		8. VAGO
EUNÍCIO OLIVEIRA		9. VAGO
OTTO ALENCAR		10. VAGO
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	11. VAGO
SIMONE TEBET	PRESENTE	12. VAGO
JADER BARBALHO		13. VAGO
GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE	14. VAGO
EDISON LOBÃO		15. VAGO
SÁNDRA BRAGA	PRESENTE	16. VAGO
JOSÉ AGRIPINO		17. VAGO
RONALDO CAIADO		18. VAGO
AÉCIO NEVES	PRESENTE	19. VAGO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE	20. VAGO
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	21. VAGO
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	22. VAGO
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	23. VAGO
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	24. VAGO
FERNANDO COLLOR	PRESENTE	25. VAGO
MARCELO CRIVELLA		26. VAGO
MAGNO MALTA	PRESENTE	27. VAGO
MARTA SUPLICY	PRESENTE	28. VAGO
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	29. VAGO

Não Membros Presentes

CRISTOVAM BUARQUE
HÉLIO JOSÉ

ABERTURA DE PRAZO

O **Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2015**, apresentado como conclusão do **Relatório Parcial nº 1, de 2015**, da Comissão Temporária de Reforma Política, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA**MENSAGEM Nº 45, de 2015**

(Nº 233/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Brasília, 1º de julho de 2015.



GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA

1 - DADOS PESSOAIS:

Identidade: OAB/RJ nº 95.369 e IFP nº 096508403.

CPF nº 082.453.177-77.

Naturalidade: Rio de Janeiro - RJ.

Endereço: Rua Desembargador Renato Tavares, 14, apto. 501, Ipanema,
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.411-060.

Filiação: José Edwaldo Tavares Borba e Rosa de Lourdes Rabelo Tavares
Borba.

2 - FORMAÇÃO ACADÊMICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ
(1997);

Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo - PUC-SP (2009), com a monografia "Anulação de Assembléia Geral
Societária e de suas Deliberações";

Sócio do Escritório Tavares Borba Advogados Associados desde 2001;

Procurador do Estado do Rio de Janeiro desde 2000;

Procurador Regional da Junta Comercial do Rio de Janeiro desde 2007.

Ex-Advogado da União Federal - AGU (2000);

Professor do LL.M. em Direito Societário e Mercado de Capitais, da
Fundação Getúlio Vargas, desde 2009;

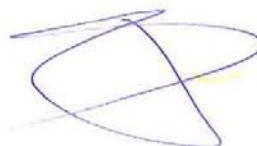
Professor do Curso para Residentes Jurídicos da PGE/RJ;

Ex-Professor da Pós Graduação em Direito Comercial da Faculdade
Cândido Mendes (2008-2010);

Ex-Professor da Escola Superior de Advocacia Pública - ESAP (2006-2009);

Palestrante do congresso anual da *Corporate Registers Forum* (CRF)
realizado em Nova Deli - Índia (2012);

Palestrante da 3ª e 4ª edições do Congresso Brasileiro de Direito Comercial
(2013 e 2014).



3 – ARTIGOS JURÍDICOS:

“A Desmaterialização dos Títulos de Crédito” – *in* Revista Forense n. 352 (2000);

“Embargos Desconstitutos – Um Estudo sobre sua Constitucionalidade” – *in* RDPGE-RJ n. 54 (2001);

“O Exercício do Direito de Voto nas Sociedades Anônimas” – *in* RDPGE-RJ n. 61 (2007);

“Cláusula Arbitral em Estatuto Social” – *in* Jornal “Valor Econômico” de 31/01/2011.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2015.


Gustavo Tavares Borba



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O REITOR DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de _____ DIREITO _____, a _____

em 09 de JANEIRO de 19 98, confere o título de _____ BACHAREL EM DIREITO _____ a _____

Gustav Rabelo Tavares Borba

cédula de identidade nº _____ 09650840-3 _____, expedida pelo _____ IFP - RJ

filho _____ de JOSÉ EDWALDO TAVARES BORBA E DE ROSA DE LOURDES RABELO TAVARES BORBA

nascido _____ a 07 de JULHO de 19 73, natural de _____ RIO DE JANEIRO _____

o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio de Janeiro, 18 de SETEMBRO de 19 98

Reitor _____

Diretor de Admissão e Registro _____

Diplomado _____



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

TERMO DE POSSE

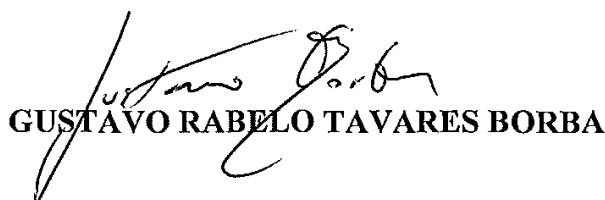
Aos 19 dias do mês de dezembro de dois mil, no PALÁCIO GUANABARA, sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro, compareceu, perante o EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DO ESTADO,

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, nomeado, de acordo com os artigos 13 e 14 da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, por ato de 24 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 25 de outubro de 2000, por ter sido aprovado em CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS, para exercer o cargo de PROCURADOR DO ESTADO de 3ª Categoria, em vaga decorrente da promoção de Christina Aires Correa Lima, o qual, tendo prestado “Declaração de Bens e Valores”, foi empossado no referido cargo mediante promessa de bem cumprir os deveres inerentes ao mesmo. E, para constar, lavrou-se o presente termo, que é assinado pelo EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e pelo EMPOSSADO.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2000.



FRANCESCO CONTE
Procurador-Geral do Estado



GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Secretaria de Processamento de Dissertações e Teses



ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO(A) ALUNO(A)
GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e oito realizou-se no Edifício Prof. Bandeira de Mello, à Rua Ministro de Godoi, 969, nesta Capital, a sessão pública de defesa da Dissertação "ANULAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL E DE SUAS DELIBERAÇÕES" apresentada pelo(a) aluno(a) GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, BACHAREL EM DIREITO pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO - RJ, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de "MESTRE EM DIREITO: DIREITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS", segundo encaminhamento do(a) PROF. DR. PAULO DE BARROS CARVALHO, Coordenador(a) do Programa de Estudos Pós-Graduados em DIREITO da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria de Processamento de Dissertações e Teses da Pós-Graduação. Os trabalhos foram instalados pelo(a) PROF(A) DR(A) DONALDO ARMELIN, Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: FABIO ULHOA COELHO, Livre-Docente em Direito pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; RICARDO LODI RIBEIRO, Doutor(a) em Direito pelo(a) UNIVERSIDADE GAMA FILHO; DONALDO ARMELIN, Doutor(a) em Direito pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, sendo o(a) Orientador(a) do(a) candidato(a). A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a Dissertação, passou à arguição pública do candidato. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, tendo sido atribuídas ao(a) candidato(a), as seguintes notas:

Prof(a) Dr(a) DONALDO ARMELIN

Nota: (10,0 dez)

Prof(a) Dr(a) FABIO ULHOA COELHO

Nota: (10,0 dez)

Prof(a) Dr(a) RICARDO LODI RIBEIRO

Nota: (10,0 dez)

O candidato foi aprovado com a média

(dez (10))

assinatura

assinatura

assinatura

Assinatura do Presidente da Banca Examinadora

Proclamados os resultados pelo(a) PROF(A) DR(A) DONALDO ARMELIN, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, MARIA APARECIDA ALVES MILONI, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

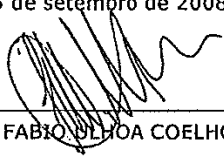


PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

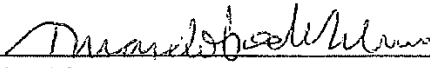
Secretaria de Processamento de Dissertações e Teses

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO(A) ALUNO(A) GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA'


São Paulo, 25 de setembro de 2008.



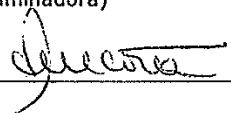
Prof(a) Dr(a) FÁBIO ELTON COELHO



Prof(a) Dr(a) RICARDO LODI RIBEIRO



Prof(a) Dr(a) DONALDO ARMELIN
(Presidente da Banca Examinadora)



Secretária(o)

- Setor de Pós-Graduação - PUC/SP -
Secretaria de Processamento de Dissertações e Teses

ISSN 1415-1545

468	010760	CRISTIANE BLANES	518,50
469	000906	WILDE SANTOS LIMA	517,90
470	010862	EDER EDUARDO DE OLIVEIRA	517,20
471	010260	VALDEMAR DE OLIVEIRA LEITE	517,10
472	001747	ALTAIR ROBERTO DE LIMA	517,10
473	005404	DENIS GLEYCE PINTO MOREIRA	516,80
474	011893	PATRICK MONTECOR FERREIRA	516,70
475	005212	OLAVO DA SILVA OLIVEIRA NETO	495,70
476	009794	RICARDO COLLA	494,90

(*) Sub Judio

[Candidatos que concorrem às vagas reservadas a portadores de deficiência]

CLASS.	INSCR.	NOME	NFINAL
372	003568	CLAUDIA INEZ MELO RODRIGUES	531,70
475	005212	OLAVO DA SILVA OLIVEIRA NETO	495,70
476	009794	RICARDO COLLA	494,90

Anexo II -

Portaria/AGU nº 1403 de 28/12/2000

Estado do Acre:

Médicos: Mário Gil de Paula Afonso

Carlos Emílio Mantilha Carrasco

Estado de Alagoas:

Médicos: Cleusa Freitas Pimentel

Diva Rijo Farias Costa

José Emerson Padilha de Melo

Paulo Gonçalves de Alencar

Pedro Casado de Farias Filho

Sylvio Romero F. de Albuquerque

Estado do Amapá:

Médicos: José Roberto Santos da Silva

Robelino José Gonçalves Albuquerque

Estado do Amazonas:

Médico: Alderício de Aquino e Silva

Estado da Bahia:

Médicos: Hamilton José de Castro Meira

Marco Aurélio de Miranda Ferreira

Denise de Sá Oliveira

Roberto de Senna Seixas

Estado do Ceará:

Médicos: Francisco Gurgel Medeiros

Francisco Nobre de Oliveira

Simone Maria Pinheiro Borges

Maria do Socorro Madeiro Nogueira

Raimundo Eduardo Cartucho Melo

Alvaro Braga Cavalcanti de Oliveira

Distrito Federal:

Médicos: Ademir José Cabral

Arialdo Correa Moreira

Carlos Alberto Gomes Marques

Denise Maria Zanetto da Silva

Eduardo Gomes C. Alves

Francisco Carlos Z. da Silva

Idílio César Meirelles Gomes

Lim Pak Ling

Luiz Henrique Andrade da Silva

Maria Leônia Lúcia Esteves

Osmar Willian Vieira

Espírito Santo:

Médicos: Adalgisa F. Paganí

Iovino Araújo

Paulo Jorge da F. Bonafes

Sylvio Pavan

Estado de Goiás:

Médicos: Cláudio de Carvalho Vilela

Edson Alves de Barros

Orlinda de Sousa Silva

Estado do Maranhão:

Médico: Eduardo Gomes de Azevedo

Pedro Wanderley de Aragão

Estado de Mato Grosso:

Médicos: Benedito de França Baneto

Joatan Leite da Silva

Benedito Soares Neto

Antônio Raimundo Figueiredo Filho

Estado do Mato Grosso do Sul:

Médico: Américo Iasuo Higa

Estado de Minas Gerais:

Médicos: Inês Generoso de Abreu Bhering

Claviano Corrêa da Veiga Lima

Estado do Pará:

Médico: Antônio Fernandes de Medeiros Filho

Maria das Graças Franco Dagnó

Estado da Paraíba:

Médicos: Daniel Bonifácio de Macedo

Inês Maria Nóbrega de França

Célia de Lima Feitosa Negócio

Paulo Roberto Gomes de Siqueira

Maria Milanês Florêncio

Arlington Mesquita Cavalcanti

José de Lima Machado

José Euclides Bezerra C. Dantas

José Iran de Lacerda

Valdina Lima Camelo

Estado do Paraná:

Médicos: Vicente Scheidt Polli

Luiz Tavares Lessa Neto

Luiz Fernando Perotta

Edson Alexandre de Macedo Franco Martini

Ello Luiz Maurer

João Cândido Araújo

Luiz Renato Valério

Estado de Pernambuco:

Médicos: Sindulfo Torreão Neto

Edna Lúcia Bezerra Almeida

Estado do Piauí:

Médicos: Francisco Santana Castelo Branco Filho

Reginaldo Soares do Rêgo

Estado do Rio de Janeiro:

Médicos: Antônio da Silva Reis

Carlos Alberto R. Santos

Carlos Alberto Pinton

Carlos Roberto Alves de Paiva

Helton Joveaux Perelra

Ivan Lima

Luiz Carlos R. de Vasconcellos

Maurício Fukelman

Patrícia Esteves Monteiro

Pedro Augusto Duarte Silveira

Ricardo Soares dos Santos

Estado do Rio Grande do Norte:

Médicos: Roberto Carlos Rosado Soares

Jeruzal Azevedo Aguiar

Francisco Antônio Duarte Pignatari

Violeta Maria Gondim Jacome

Janete Hifume Omotako Sato

Estado do Rio Grande do Sul:

Médicos: Geraldo Vargas Barreto Viana

Marcos William Fridmann

Luiz Gonzaga Moller Machado

Estado de Rondônia:

Médico: Lúcia Batista Carvalho

Estado de Roraima:

Médicos: Augusto Afonso Botelho Neto

Wilson Franco Rodrigues

Estado de Santa Catarina:

Médicos: Edivan Jaeger

Eduardo Ramos Collares

Estado de São Paulo:

Médicos: João Valentim Gaspari

José Carlos Rodrigues Ferreira

Luiz Cordovani Filho

Milton Luiz Gazoni

Nelson Keiske

Newton Mendes de Almeida

Pedro Amantea Neto

Pierri Etieni Balogh

Sylvio José Ribello de Macedo

Wilma Aparecida Camargo

Estado de Sergipe:

Médicos: Delba Chagas

Gilvanete Almeida Aragão Cabral

Sylvio Rodrigues do Amaral

Estado do Tocantins:

Médicos: Mécio Breckenfeld Lopes Fernandes

Pedro Ernani Portela Cruz

Ruth Ana Malves

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, Substituto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.362, de 10 de fevereiro de 2000, resolve:

Nº 1404 - EXONERAR, a pedido, a contar de 19 de dezembro de 2000, de acordo com o artigo 34, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor **GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA**, do cargo efetivo de Advogado da União de 2ª Categoria, do Quadro Permanente desta Advocacia-Geral da União.

Declarar, em decorrência, a vacância do cargo acima mencionado.

Nº 1405 - EXONERAR, a pedido, **CEZAR PONTES CLARK**, a contar de 15 de dezembro de 2000, do cargo em comissão de Assessor Jurídico do Gabinete do Procurador-Regional da União em Brasília, código DAS 102.3, da Advocacia-Geral da União.

Nº 1406 - EXONERAR, a pedido, **MÁRCIA VALÉRIA VENÂNCIO FERREIRA**, a contar de 15 de dezembro de 2000, do cargo em comissão de Chefe da Divisão do Gabinete do Corregedor-Geral, código DAS 101.2, da Advocacia da União, por ter sido designada para outra função.

Nº 1407 - EXONERAR **ALZIRA SILVA BARBOSA RODRIGUES**, a partir de 29 de dezembro de 2000, do cargo em comissão de Chefe de Serviço do Gabinete do Procurador-Geral da União, código DAS 101.1, da Advocacia-Geral da União.

Nº 1413 - EXONERAR **GILSON SCHNEIDER VELOSO**, a partir de 29 de dezembro de 2000, do cargo em comissão de Assessor Jurídico da Procuradoria-Setorial da União em Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, código DAS 102.2, da Advocacia-Geral da União.

Nº 1417 - NOMEAR **ANA LIGIA SOUSA DA HORA** para exercer, interinamente, em comissão de Coordenador da Diretoria-Geral de Administração, código DAS 101.3, da Advocacia-Geral da União.

Nº 1418 - NOMEAR **CARMEN LÚCIA DE ALMEIDA MARTINS** para exercer, em comissão de Assessor Jurídico da Procuradoria da União, todo o Rio de Janeiro, código DAS 102.3, da Advocacia-Geral da União.

Nº 1419 - NOMEAR **SERGIO DA SILVA VENANCIO PIRES** para exercer, em comissão de Chefe de Divisão, código DAS 101.2, do Gabinete do Corregedor-Geral da Advocacia da União.

12/08/2015

JUCERJA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



SEDE: - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

[Página Inicial](#) | [Locais de Atendimento](#) | [Cadastro de Usuários](#) | [Downloads](#) | [Requerimento Eletrônico](#) | [Certidão Online](#) | [Guia Bancária](#) | [REGIN](#) | [Login](#)
Bem-vindo.

Este é seu canal on-line com o Estado do Rio de Janeiro. Transparência, eficiência e serviços importantes na sua mão.

[Home](#) > [Institucional](#) > [Estrutura](#)**ESTRUTURA****Governo do Estado do Rio de Janeiro**

Governador: Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

Secretário de Estado: Marco Antônio Vaz Capute

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Presidente: Luiz Assumpção Paranhos Velloso Júnior

Vice-Presidente: Vitor Hugo Feitosa Gonçalves

Procurador Regional: Gustavo Rabelo Tavares Borba

Procurador Adjunto: William Lima Rocha

Chefe de Gabinete: Regina Célia Vieira Ferreira

Assessor da Presidência: Carlos De La Rocque

Assessor da Presidência: Delmir Custodio da Silva

Assessor da Presidência: Maria de Fátima Destri Tenório

Superintendente de Controle Interno: Carlos Magno Caetano

Superintendente de Planejamento e Gestão: Léa Maria Braga

Assessor Chefe/Assessoria de Contabilidade Analítica: Isabel Alves Lourenço

Secretaria Geral: Bernardo Feijo Sampaio Berwanger

Superintendente de Registro de Comércio: Renata Marinho da Costa

Superintendente de Informática: José Luciano da Silva

Superintendente de Administração e Finanças: Laércio Gonçalves Leão

VOGAIS**Representação: Governo do Estado**

Nome: Luiz Assumpção Paranhos Velloso Júnior

Mandato: 01/01/2015

Publicação D.O/D.O.U.: 09/01/2015

Representação: Governo do Estado

Nome: Mauro Tinoco de Rezende Filho

Mandato: 30/06/2014

Publicação D.O/D.O.U.: 30/06/2014

Representação: Governo do Estado

Nome: Oscar Otávio Coimbra Argollo

Mandato: 14/06/2013

Publicação D.O/D.O.U.: 14/06/2013

Representação: Governo do Estado

Nome: Ronald Amaral Sharp Junior

Mandato: 10/11/2011

Publicação D.O/D.O.U.: 10/11/2011

Representação: Governo do Estado

Nome: Teresa Cristina Gonçalves Pantoja

Mandato: 11/05/2012

Publicação D.O/D.O.U.: 11/05/2012

Representação: Governo do Estado

Nome: Vitor Hugo Feitosa Gonçalves

Mandato: 23/01/2015

Publicação D.O/D.O.U.: 23/01/2015

Representação: Associação Comercial e Empresarial da Região de Bangu

Nome: Marco Antônio de Oliveira Simão

Mandato: 20/05/2015

Publicação D.O/D.O.U.: 20/05/2015

Representação: Conselho Regional de Administração

Nome: Jorge Humberto Moreira Sampaio

Mandato: 14/04/2015

Publicação D.O/D.O.U.: 14/04/2015

Representação: União Federal

Nome: Aparecida Maria P. da S. Lopes.

Mandato: 11/02/2015

Publicação D.O/D.O.U.: 11/02/2015

Representação: Ordem dos Advogados do Brasil

Nome: Edir Gonçalves Ramos

Mandato: 02/05/2014

Institucional
A JUCERJA
Atas
Conheça o Presidente
Estrutura
Funcionamento
Licitações
Organograma
Procuradoria
Legislação
Manuais
Serviços
Tradutores/Leiloeiros
Informações
Eventos
Informativo Jucerja
Links
Empreendedor Individual
REGIN
Extranet
Fale Conosco

Page 3 « India 2012 | Corpo x

www.corporateregistersforum.org/?page_id=65&nggpage=3

Apps Tribunal de Justiça do ... download.rj.gov.br/d... www1.trf1.jus.br/gedc... Nova guia Justiça Federal - Seção Nome da Parte

HOME ABOUT CRF WHAT'S NEW CONFERENCES FORUM MEMBER JURISDICTIONS

Corporate Registers Forum » Conferences » India 2012

INDIA 2012

The 2012 Corporate Registers Forum conference was hosted by the Minister of Corporate Affairs, India.

The 8th Annual Conference of the Corporate Registers Forum was held in New Delhi, India from the 13th – 17th February 2012.

Read the Welcome letter from CRF President.

The theme for the conference was "Control to Self Regulation: Sharing Knowledge - Sharing Best Practices" and seeks explore how sharing of knowledge and best practices among various jurisdictions can deliver better services through self regulation.

Conference material available now includes:

- Meeting Minutes (180 Kb PDF)
- Presentation PowerPoints (15 in total)

Photo Gallery:

[Show all slideshow]

Navigation: < 1 2 3 4 5 6 ... 11 15 20 >



Gustavo R. Tavares Borba

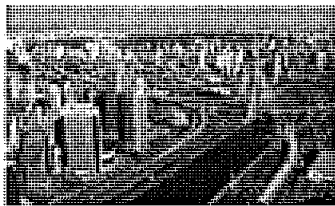
Attorney-General of the Trade Board of the State of Rio de Janeiro

Résumé: Attorney-at-law in Brazil. Graduated 1997, the Law School of the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro. Partner, the Law Offices of Tavares Borba Advogados Associados, founded in 1973 (2001-to date) . Master's degree, Commercial Law, Pontifical Catholic University of the State of São Paulo (2009). Attorney for the Brazilian Republic (2000). Attorney for the State of Rio de Janeiro (2001-to date). Attorney-General in the Trade Board of the State of Rio de Janeiro (2007 – to date). Professor, Commercial Law: University Candido Mendes, Rio (2007 - to date). Professor of Corporate and Commercial Law at graduate courses, at Fundação Getúlio Vargas – FGV, created in 1950, and at the Higher School of Public Administration – ESAP. Frequently invited to make conferences in several Brazilian States. Authored many essays and published various articles in specialized publications on corporate registration, negotiable instruments, diverse procedural measures in the Brazilian Code of Civil Procedure, arbitration clauses stipulated in the by-laws of corporations, and so forth. Languages: English, Spanish. Native Portuguese.

Mr. Borba shall briefly discuss the Integrated Registry, and the digital archiving of corporate documents.

12/06/2015

Terceiro Congresso Brasileiro de Direito Comercial - Painelistas

[HOME](#) [PROGRAMAÇÃO](#) [PAINELISTAS](#) [APOIOS INSTITUCIONAIS](#) [PATROCÍNIO](#) [GALERIA](#) [INSCRIÇÕES](#)**TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO
COMERCIAL****11 e 12 de abril de 2013****Local:**Associação dos Advogados de São Paulo (AASP)
Rua Álvares Penteado, 151, Centro,
São Paulo, SP[Congressos Anteriores](#)**PAINELISTAS**

A Palestra de encerramento do Congresso será proferida pelo

Ministro Gilmar Mendes

do STF, sobre o tema

"Os princípios constitucionais e o direito comercial"

Alberto Camiña
Alessandro Octaviani
Alexandre Bueno Cateb
Alexandre Ferreira Assumpção Alves
Alexandre Naoki Nishioka
Alexandre Pinheiro dos Santos
Alfredo Assis Gonçalves
Ana Frazão
André L. S. C. Ramos
Armando Castelar Pinheiro
Arnando Rovai
Arnoldo Wald
Arystóbulo de Oliveira Freitas
Bruno Dantas
Calixto Salomão Filho
Carlos Ragazzo
Cassio Cavalli
Cláudio Ferraz de Alvarenga
Ecio Perin Jr.
Eduardo Carlezzo
Eduardo Goulart Pimenta
Eduardo Salomão Neto
Eduardo Secchi Munhoz
Edvaldo Brito
Erasmus Valladão A. N. França
Ernesto Tzirulnik
Fábio Ulhoa Coelho
Felipe Fabro
Flávio Yarshell
Francisco Mussnich
Francisco Reyes
Francisco Satiro de Souza Jr.
Gilberto Deon Corrêa

12/03/2015

Terceiro Congresso Brasileiro de Direito Comercial - Painelistas

Gustavo Borba

Gustavo Saad Diniz

Ivanildo Figueiredo

Ivo Waisberg

Jairo Saddi

Jacques Labrunie

J. A. Tavares Guerreiro

João Otávio de Noronha

José Gabriel Assis de Almeida

José Marcelo Martins Proença

José Roberto Gusmão

Juliana Krueger Pela

Kone Cesário

Luis André Azevedo

Luis Felipe Galante

Luis Felipe Salomão

Luiz Antonio de Sampaio Campos

Luiz Edson Fachin

Luiz Leonardo Cantidiano

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Manoel Justino Bezerra Filho

Manoel Queiroz Pereira Calças

Marcelo David Gonçalves

Marcelo Guedes Nunes

Marcelo Trindade

Marcelo von Adamek

Márcia Carla Ribeiro

Márcio Souza Guimarães

Maria Eugênia Finkelstein

Mariana Pinto

Marlon Tomazette

Maurício Moreira Mendonça de Menezes

Modesto Cavallhosa

Nelson Alves de Aguiar Júnior

Nelson Cavalcante

Nelson Eizirik

Newton de Lucca

Oksandro Gonçalves

Otávio Yazbek

Paula Andrea Forgioni

Paulo Fernando Campos Sales de Toledo

Paulo Penalva Santos

Peter Siemsen

Renato Buranello

Ricardo Negrão

Ricardo Olivera Garcia

Rodrigo Monteiro de Castro

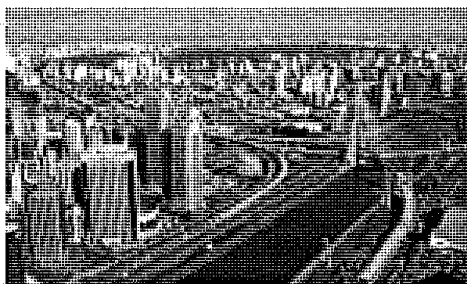
Sérgio Campinho

12/06/2015

4 Congresso Brasileiro de Direito Comercial - Painelistas



4º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO COMERCIAL



QUARTO CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO COMERCIAL

10 e 11 de abril de 2014

Local:

Associação dos Advogados de São Paulo (AASP)

Rua Álvares Penteado, 151, Centro

São Paulo, SP



Painelistas

Congressos Anteriores

A sessão de encerramento do

4º Congresso Brasileiro de Direito Comercial

será proferida pelo Ministro Luís Roberto Barroso,

do Supremo Tribunal Federal

Alessandro Octaviani

Alexandre Assumpção Alves

Alexandre Demetrius Pereira

Alfredo Assis Gonçalves Neto

Amanda Flávio de Oliveira

Ana Frazão

12/08/2015

4 Congresso Brasileiro de Direito Comercial - Painelistas

Arraiano Rovai
Arnoldo Wald
Bruno Meyerhof Salama
Caetano de Vasconcellos Neto
Calixto Salomão Filho
Carmen Tiburcio
Cassio Cavalli
Cláudio Ferraz de Alvarenga
Clóvis da Gama Malcher Filho
Darcio José da Mota
Eduardo Carlezzo
Eduardo Goulart Pimenta
Eduardo Secchi Munhoz
Erasmio Valladão França
Eronides dos Santos
Fábio Ulhoa Coelho
Fernando Eid Philip
Francisco da Costa e Silva
Francisco Mussnich
Francisco Satiro de Souza Jr.
Guilherme Martins
Guilherme Setoguti Pereira
Gustavo Borba
Henrique Vergara
Isaac Sidney Menezes Ferreira
Ivanildo Figueiredo
Ivo Waisberg
Jacques Labrunie
Jairo Saddi
Joaquim Falcão
José Alexandre Tavares Guerreiro
José Carlos Vaz e Dias
José Marcelo M. Proença
Juliana Krueger Pela
Luis André N. de Moura Azevedo
Luis Felipe Galante
Luiz Edson Fachin
Luiz Fernando V. Paiva
Luiz Leonardo Cantidiano
Luiz Olavo Baptista

De: Thais Fernandes Gouveia [thais.gouveia@fgv.br] em nome de Acadêmico PEC [academico.pec@fgv.br]
Enviado em: sexta-feira, 16 de janeiro de 2015 10:24
Para: 'gustavo@tavaresborba.com.br'
Assunto: Convite para ministrar aula 2015.1 - Organização Societária - FGV DIREITO RIO
Anexos: Apresentação.pptx; Declaracao Inss Teto Maximo.doc; Ficha de Profissional Autônomo.doc; Instruções para emissão da NF.doc; Organização Societária.doc

Prezado Professor Gustavo Borba,

Em nome da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, e do professor-coordenador Paulo Penalva, temos a satisfação de formalmente convidá-lo para participar de nosso FGV Law Program, ministrando aula no módulo "Organização Societária", no LL.M em Direito Societário e Mercado de Capitais.

A aula ocorrerá na seguinte data:

28/04/2015 (terça-feira) – Tema: Registro Público. Registro Empresarial. Junta Comercial. DNRC. Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Local de realização: Rua da Candelária, 06 – Centro.

Horário: 08hs às 11hs.

Quanto ao método de ensino:

Pesquisadores contratados pela Escola de Direito em breve o contatarão a fim de colher as informações necessárias para a elaboração de uma apostila, que deverá ser preparada de acordo com os temas que serão abordados em sala. A orientação e a supervisão do senhor no processo de confecção deste material são indispensáveis para o adequado funcionamento do método participativo, referencial metodológico da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas.

O conteúdo a ser ministrado em cada sessão não deve ser exaurido, como em uma aula de graduação, reservando-se à análise aos pontos mais importantes, com a participação dos alunos, sendo imperiosa a solução do caso concreto, respeitados os horários de início, intervalo e término.

Visando a evitar sobreposições desnecessárias de conteúdo, anexamos a agenda de trabalho do curso, contendo todos os temas e os nomes dos respectivos professores.

Solicito, ainda, a autorização para utilização de seu nome em nosso material publicitário.

Sobre cadastro e pagamento:

Em relação à remuneração, esta será de 240,00 (duzentos e quarenta reais) por hora-aula, sendo 03 (três) horas de aula, totalizando R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) por aula. Esclarecemos que do valor bruto acima citado incide desconto de 11% ref. ao INSS em virtude do pagamento para pessoa física.

Informações necessárias para cadastramento e pagamento:

Todo professor, independente de já ser cadastrado, deve informar **obrigatoriamente:**

- (i) Nome Completo:
- (ii) Nº do CPF:
- (iii) Forma de pagamento: se ocorrerá na pessoa **física ou jurídica ou como funcionário**

Aos professores que ainda não enviaram, solicitamos, ainda, uma cópia autenticada de seu diploma de maior titulação.

Anexamos os documentos contendo as formas de cadastro para pagamento da aula a ser ministrada na FGV-Direito Rio.

Caso o senhor receba como pessoa física e ainda não tenha efetuado seu cadastro na Escola de Direito, é importante enviar-nos a ficha cadastral preenchida seguida das cópias dos documentos aludidos no item de cadastramento. Caso receba através de pessoa jurídica seguem em anexo as instruções para a emissão de nota fiscal.

Importante: Os profissionais que tiverem outras fontes de renda, onde já ocorra a retenção do INSS pelo valor do teto máximo devem apresentar a declaração que está anexada a este. Na declaração na linha de indicação do (s) mês (es), favor mencionar o mês de realização do trabalho e também o mês posterior, pois a retenção é realizada conforme competência do pagamento. Se a contribuição ao INSS for pelo teto máximo (R\$ 482,92) não haverá retenção. Do contrário, a retenção será feita até atingir o valor do teto máximo de contribuição ao INSS.

OBS: FAVOR ENVIAR CÓPIA DE QUALQUER DOCUMENTO QUE COMPROVE O VALOR DA RETENÇÃO DECLARADA.

Sobre Professores de outros estados:

A pessoa responsável pela emissão de passagens aéreas e hospedagem é a Ianara Freitas, cujo telefone de contato é (21) 3799-5303, ianara.freitas@fgv.br

Ressaltamos que a FGV DIREITO RIO não adota o sistema de reembolso com despesas adicionais como táxi e alimentação.

Agradecemos, em nome da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, por sua valiosa contribuição, empenho e comprometimento no desenvolvimento de um curso que certamente prezarà pela excelência acadêmica.

Pedimos a gentileza de confirmar sua presença na referida aula respondendo este e-mail.

Atenciosamente,

Thais Fernandes Gouveia – Assistente da Coordenação Acadêmica
thais.gouveia@fgv.br :: 55 21 3799-5351

FGV DIREITO RIO :: FGV Law Program
Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas

Page 1 of 1

Gustavo - Tavares Borba

De: Gustavo Borba [gustavo@borbaadvogados.com.br]

Enviado em: quinta-feira, 6 de fevereiro de 2014 17:09

Para: 'Elisabete Brasil'

Assunto: RES: Confirmação de aula - Residência Jurídica
Confirmada aula.

Att

Gustavo Borba

De: Elisabete Brasil [mailto:esap@pge.rj.gov.br]

Enviada em: quinta-feira, 6 de fevereiro de 2014 16:08

Para: gustavo@borbaadvogados.com.br

Cc: gustavo.borba@jucerja.rj.gov.br; gustavoborba@pge.rj.gov.br

Assunto: Confirmação de aula - Residência Jurídica

Prezado Dr. Gustavo Borba,

Gostaria de confirmar a sua aula para a Turma de Residência Jurídica.

Dia: 07/02/2014

Tema: Módulo XV – Direito Empresarial

2ª aula - 11h às 13h

- Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRLI)

Caso necessite usar o Data Show, poderá trazer os slides em Pen Drive ou encaminhar por e-mail.

Solicito confirmação de recebimento deste e-mail.

Att

ELISABETE BRASIL

PGE/CEJUR/ESAP

E-mail: esap@pge.rj.gov.br

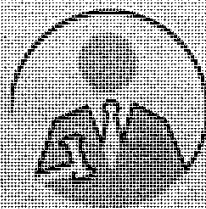
Tel: 2332-9328 / 7701-7697

Legislação & Tributos Rio

Cláusula arbitral em estatuto social

Opinião Jurídica

Gustavo Tavares Borba



A Lei nº 10.303, de 2001, acrescentou um novo parágrafo ao artigo 103 da Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), de

1976, ficando, desde então, expressamente reconhecida na legislação pátria a possibilidade de inserção no estatuto social de cláusula compromissória arbitral, desde que as divergências entre os sócios seriam solucionadas por meio de arbitragem.

Essa nova norma tem causado alguma controvérsia no que se refere aos acionistas que não aprovaram a alteração estatutária, e que, portanto, não se consideram vinculados a cláusula compromissória arbitral inserida no estatuto.

A questão não é simples, uma vez que envolve o princípio constitucional da inafectabilidade do acesso ao Poder Judiciário (artigo 5º,

XXIV, da Constituição Federal), que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

Para que se possa bem analisar a questão, imagine-se hipoteticamente que se faça um breve retrospecto sobre a posição de jurisprudência sobre a constitucionalidade da cláusula compromissória arbitral.

A constitucionalidade da Lei nº 9.307 (Lei de Arbitragem), de 1996, foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no agravo regimental na sessão extraordinária nº 5.216 relator ministro Sepúlveda Pertence (DJ 10/4/2004), no qual, por voto majoritário, prevaleceu a posição defendida pelo ministro Neres Júnior, que entendeu constitucional a cláusula compromissória arbitral, posto que a própria lei, prestigiando o princípio da autonomia da vontade, permitia que os contratantes livremente renunciassem à jurisdição estatal.

Cabe salientar, contudo, que a expressão "se consignar que a cláusula compromissória seria constitucional em razão de que a manifestação de vontade da parte na cláusula compromissória, quando da celebração do contrato não ofende o artigo 5º, XXIV, da Constituição".

Dessa forma, ficou decidido que a instituição de cláusula compromissória arbitral dependeria de manifestação expressa dos interessados, sendo que o pressuposto que fundamenta toda a argumentação no sentido da sua constitucionalidade.

Assim sendo, não basta caber a imposição de cláusula arbitral estatutária em face de acionista que não concordou com a decisão assemblear que a inseriu no estatuto, uma vez que isso violaria o aditum central do princípio da

ODEBRECHT

Odebrecht Participações e Investimentos S.A.

NIRE 333022870-4 - CNPJ/MF nº 07.201.255/0001-92

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Dia, horário e local: Em 31 de dezembro de 2010, às 14:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua da Sotago, nº 220, 12º andar, porte Marquês Pôrto de Jesus, RJ, CEP 22250-040, Cortesopção Dependente a participação no exercício do Conselho, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. Presenças: Acionistas representando a maioria do capital social, conforme estatutos constantes no Livro de Presenças de Acionistas. Mesa: Felipe Moreira Jory, Presidente; Carlos Maciel; Olyvia Hirschfeld, Secretária. Deliberações: 1) Aprovada a inclusão da proposta de alteração estatutária, conforme artigo 103, § 1º, da Lei nº 6.404/76; 2) Aprovada a destituição do Sr. Adriano Sá de Sousa Neto do cargo de Diretor da Companhia e do Sr. Paulo Herman Yoo Cesari do cargo de Diretor da Companhia, sendo os representantes dos acionistas, nessa autoridade, agreeendo a decisão, e não a competência no exercício dos cargos; 3) Aprovada a eleição do Sr. Newton Sergio de Souza, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG nº 201.214.417-04, portador da carteira de identidade RG nº 22.555.533-9 (CPF nº 22.555.533-9), residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço correspondente na Avenida Rebouças, nº 3.970, 22º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05502-020, como Diretor da Companhia, em substituição a Adriano Sá de Sousa Neto, para cumprir o mandato revogado da Diretoria e do Sr. Luciano Ribeiro Guidetti, brasileiro, casado, engenheiro de produção, inscrito na OAB/MG nº 225.477.155-50, portador da carteira de identidade RG nº 22.555.533-9 (CPF nº 22.555.533-9), residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço correspondente na Avenida Rebouças, nº 3.970, 22º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05502-020, porte Diretor da Companhia, em substituição a Paulo Herman Yoo Cesari, para cumprir o mandato revogado da Diretoria. O prazo de validação dos mandatos se dá à Assembleia Geral Ordinária da Companhia e ser realizada em 2012; 4) Em consequência da deliberação acima tomada, a composição do Conselho da Companhia,

REVISTA
DE DIREITO DA
PROCURADORIA
GERAL

ÍNDICE
CUMULATIVO

VOLUMES
51 A 65



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2011

SUMÁRIO

Volume 53, 2000

Assuntos Gerais

Décimo segundo concurso para ingresso na classe inicial da carreira de Procurador do Estado do Rio de Janeiro	
Regulamento	452
Programa	466
Designação da Comissão Examinadora	479
Designação da Comissão Organizadora	481
Editais de abertura das inscrições	482
Prova escrita geral	486
Provas escritas específicas	488
Resultado final	495
Homologação	499
Índice alfabético remissivo	501

SUMÁRIO

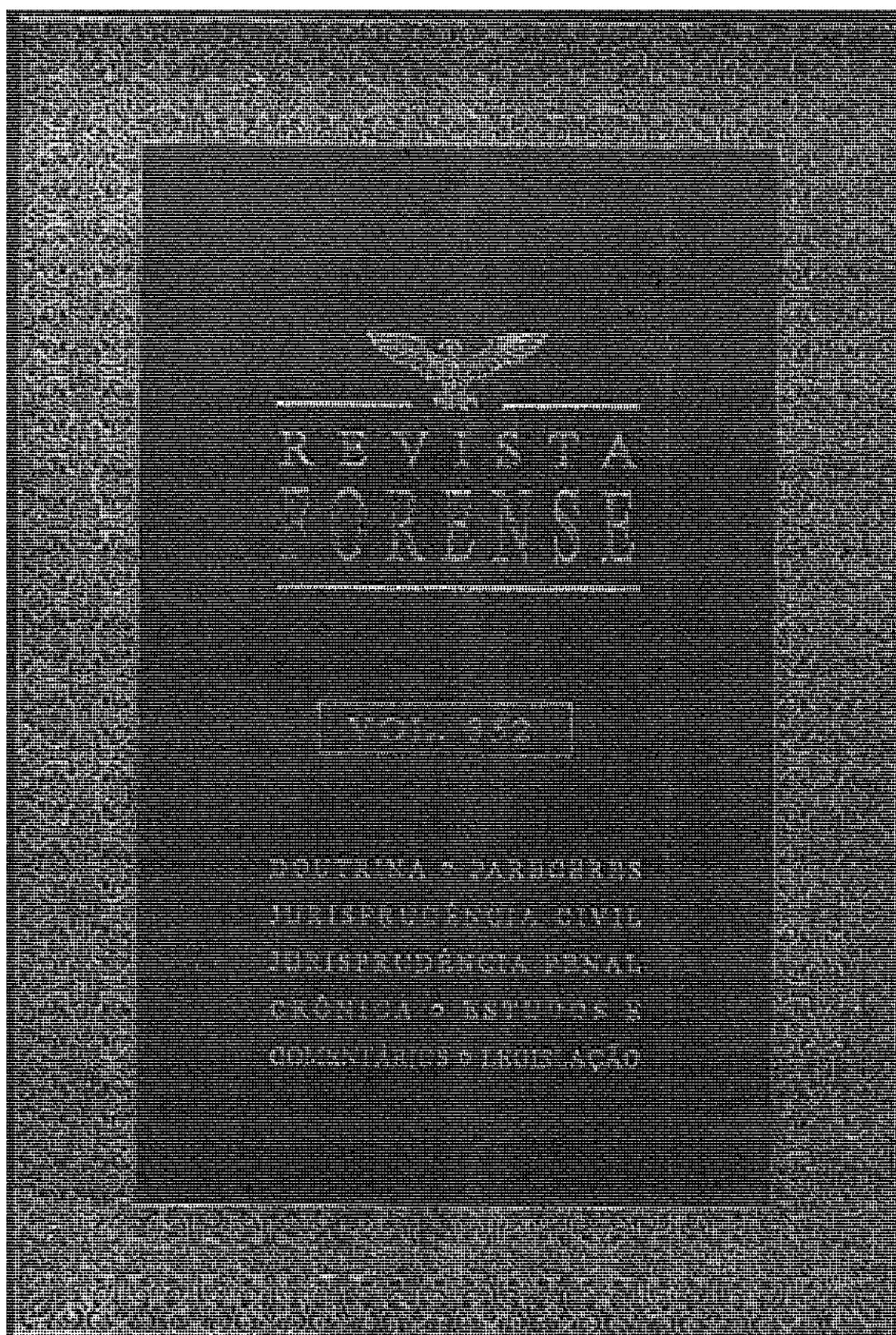
Volume 54, 2001

SUMÁRIO
Volume 54, 2001

Apresentação Francisco Conte	23
Doutrina	
Administração pública pluricêntrica Alexandre Santos de Aragão	27
Normas constitucionais inconstitucionais Luís Roberto Barroso	47
Embargos desconstitutos – estudo sobre sua constitucionalidade Gustavo Rabelo Tavares Borba	79
Transparência fiscal Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho	88
O controle judicial da concretização dos conceitos jurídicos indeterminados José dos Santos Carvalho Filho	109
Dívida externa no contexto dos direitos dos povos e dos direitos humanos Francisco Conte	121
Rumo à consolidação de um sistema eficaz para a solução de controvérsias no Mercosul Sílvia Cynamon	137
A norma antielisão e seus efeitos – artigo 116, parágrafo único André Luiz Carvalho Estrella	161
Da inexistência de responsabilidade subsidiária da Administração Pública nas terceirizações Flávio Amaral Garcia	184
Atualização do texto do Projeto do Código Civil no que tange às obrigações pecuniárias Letácio Jansen	191
A Constituição e o Direito Civil: reflexões sobre o Direito Civil Constitucional Leonardo Mattietto	197

SUMÁRIO

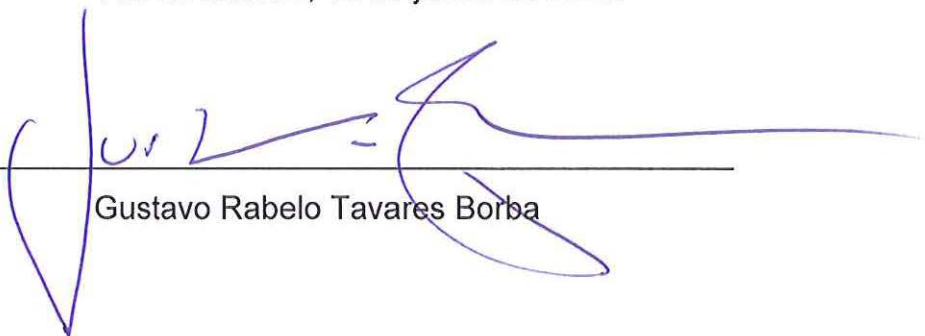
Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de danos ambientais – Rios Paraíba do Sul e Pomba Sergio Luiz Barbosa Neves e Ana Cristina Bacos Fernandes.....	Volume 61, 2006
Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de danos ambientais – Contaminação da Baía de Guanabara – Vazamento de óleo do navio Saga M. Francisco Conte, Ana Cristina Bacos Fernandes, Cristiano Franco Martins.....	23
Assuntos Gerais	
Lei Complementar nº 111, de 2006 – Altera a Lei Complementar nº 15, de 21 de novembro de 1980, e dá outras providências	27
Lei Ordinária nº 4.720, de 2006 – Dispõe sobre o quadro permanente de pessoal de apoio da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências	80
Índice alfabético remissivo	105
Doutrina	
Contrato de Serviços Públicos no Direito Constitucional Brasileiro Francisco Santos de Aragão.....	124
Aspectos comparativos do regime licitatório no Brasil e na Comunidade Europeia Sara Paula Correa Braga Câmara de Almeida.....	124
Função social da cidade. Plano diretor e favelas. A regulação setorial nas comunidades populares e a gestão democrática das cidades Roberto Werneck.....	140
Aspectos polêmicos da cláusula de reajuste nos contratos administrativos Sara Amaral Garcia.....	154
Classificação de todas as propostas na licitação. Interpretação do artigo 48, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 Cláudio de Araújo Willemann.....	169
Função social no Direito Privado e Constituição Sachinme Culmon Nogueira da Gama.....	191
Transporte e distribuição do gás natural Francisco Binenbojm.....	210
Exercício do direito de voto na Sociedade Anônima Rodrigo Rabelo Tavares Borba.....	218
Validade, eficácia, eficácia social e eficácia jurídica de uma norma jurídica Raulberto Ribeiro Soares.....	232
Preço Jurídico simulado (notas ao artigo 167 do Código Civil) Luís Carlos Mattietto.....	241
Qualificado jurídico da noção de poder aquisitivo Francisco Jansen.....	241
Atuação de descumprimento de preceito fundamental: apontamentos sobre seus pressupostos de cabimento Francisco Roberto Barroso.....	241



DECLARAÇÃO

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, brasileiro, separado judicialmente, advogado (OAB/RJ nº 95.369), Procurador do Estado do Rio de Janeiro (matrícula nº 859.920-1), com CPF nº 082453177-99, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, declara, para os fins de prova perante o Senado Federal, que não atuou, nos últimos cinco anos, em instituição que esteja sujeita a fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2015.

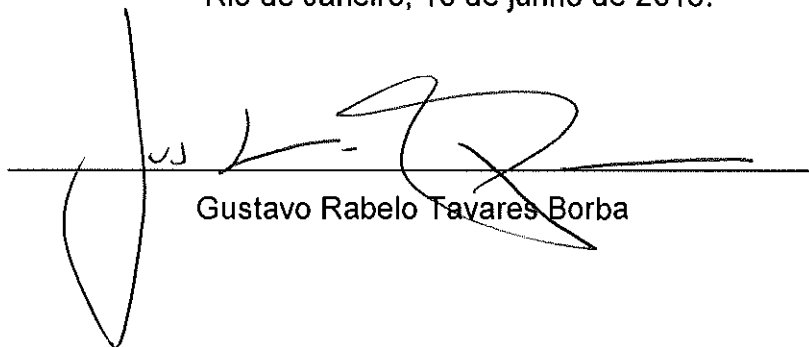


Gustavo Rabelo Tavares Borba

DECLARAÇÃO

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, brasileiro, separado judicialmente, advogado (OAB/RJ nº 95.369), Procurador do Estado do Rio de Janeiro (matrícula nº 859.920-1), com CPF nº 082453177-99, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, declara, para os fins de prova perante o Senado Federal, que jamais participou conselhos de administração de empresas estatais nem foi nomeado para cargo de direção de agências reguladoras. Quanto à atuação em Juízos e Tribunais, informa-se que, como advogado, vem atuando intensamente em processos judiciais que tramitam em diversos Tribunais Judiciais do Brasil.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2015.

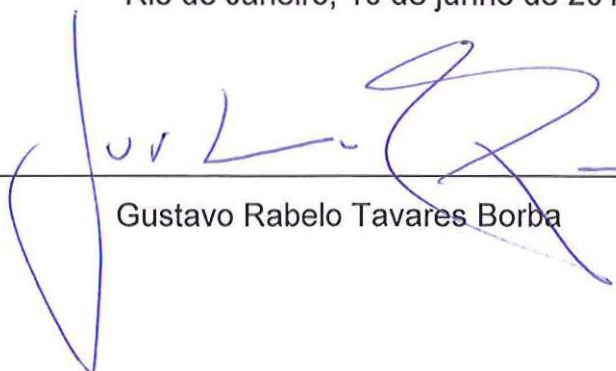


Gustavo Rabelo Tavares Borba

DECLARAÇÃO

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, brasileiro, separado judicialmente, advogado (OAB/RJ nº 95.369), Procurador do Estado do Rio de Janeiro (matrícula nº 859.920-1), com CPF nº 082453177-99, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, declara, para os fins de prova perante o Senado Federal, de forma sucinta, em atenção ao disposto no art. 1º, III, do Ato nº 2.2011 de 2011-CAE, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade moral para o exercício do cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme se deduz da sua experiência profissional como Procurador do Estado do Rio de Janeiro desde 2001, como Procurador Regional da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) desde 2007, como advogado especializado em questões empresariais, principalmente na área societária. Além disso, o declarante é Mestre em Direito Comercial pela PUC-SP, onde defendeu a tese sobre "Nulidades em Direito Societário", tendo obtido nota máxima pela banca examinadora composta pelos professores Fabio Ulhoa Coelho, Donaldo Armelin e Ricardo Ribeiro, sendo ainda palestrante da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em congressos nacionais e internacionais. Acrescente-se que, apesar de atuar intensamente tanto na advocacia pública e como na privada, não está ou esteve envolvido em qualquer incidente de natureza ética, o que corrobora sua afinidade moral para o desempenho do referido cargo.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2015.

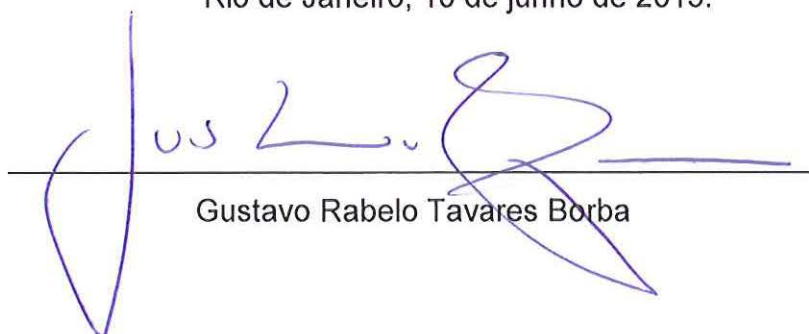


Gustavo Rabelo Tavares Borba

DECLARAÇÃO

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, brasileiro, separado judicialmente, advogado (OAB/RJ nº 95.369), Procurador do Estado do Rio de Janeiro (matrícula nº 859.920-1), com CPF nº 082453177-99, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, declara, para os fins de prova perante o Senado Federal, que seu pai – José Edwaldo Tavares Borba – foi Procurador do Estado do Rio de Janeiro (aposentado desde 1999) e é sócio do Escritório Borba Advogados Associados desde 1999; que seu irmão – Rodrigo Rabelo Tavares Borba – é advogado do BNDES desde 09/01/2009 e sócio do Escritório Borba Advogados Associados desde 2005; que sua mãe – Rosa de Lourdes Rabelo Tavares Borba – é advogada e sócia do Escritório Borba Advogados Associados desde 1999, e que não possui cônjuge, companheiro ou qualquer outro parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a minha atividade profissional.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2015.



Gustavo Rabelo Tavares Borba

DECLARAÇÃO

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, brasileiro, separado judicialmente, advogado (OAB/RJ nº 95.369), Procurador do Estado do Rio de Janeiro (matrícula nº 859.920-1), com CPF nº 082453177-99, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, declara, para os fins de prova perante o Senado Federal, que é sócio do Escritório Borba Advogados Associados desde o ano 2001, não participando ou tendo participando, como sócio, proprietário ou gerente, que qualquer outra sociedade, empresa ou entidade não-governamental.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2015.

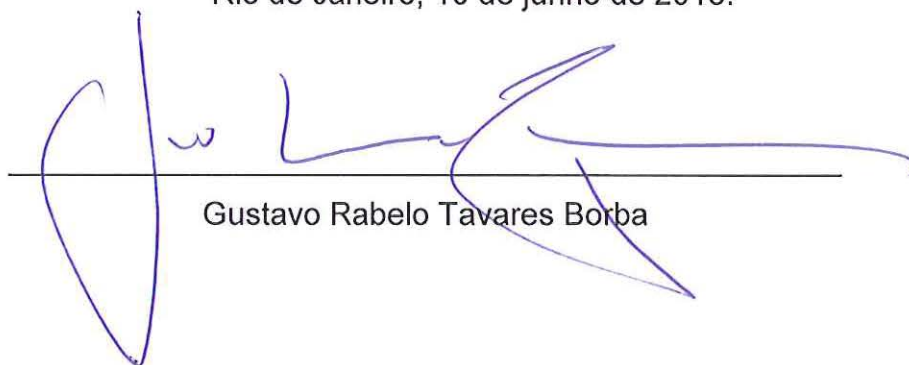


Gustavo Rabelo Tavares Borba

DECLARAÇÃO

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, brasileiro, separado judicialmente, advogado (OAB/RJ nº 95.369), Procurador do Estado do Rio de Janeiro (matrícula nº 859.920-1), com CPF nº 082453177-99, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, declara, para os fins de prova perante o Senado Federal, que está regular perante o Fisco, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme comprovam as certidões anexas.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2015.



Gustavo Rabelo Tavares Borba



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA
CPF: 082.453.177-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 19:40:53 do dia 09/06/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/12/2015.

Código de controle da certidão: **0B2F.305F.424B.B923**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

09/06/2015

SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda

NÃO PAGA TEMPO NA WEB | INFORMAÇÃO PÚBLICA

DIGITE AQUI A SUA BUSCA

OK

[Emitir Certidão](#) | [Confirmar Autenticidade](#)

- Emissão da Certidão de Regularidade Fiscal



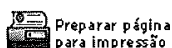
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2015.1.0192146-1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 082.453.177-99	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 09/06/2015 19:36</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 06/12/2015</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 639 de 09/06/2015 19:36</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	

Preparar página
para impressão

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 2.0 Brasil



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **50366/2015**, que no período de **1977** até **09/06/2015** **NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

NOME: **gustavo rabelo tavares borba**

CPF: **082.453.177-99**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: **L GK8.5210.9181.600R**

Esta certidão tem validade até **08/12/2015**, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em **11/06/2015** às **07:59:36.7**, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 11/06/2015 às 16:04:17.8

11/06/2015

DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA



SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA - Número 000012501
(Instituída pela Resolução SMF nº 2828, de 09/12/2014)

Declaramos para os devidos fins que não consta inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro para o CPF nº **082.453.177-99**.

Esta declaração tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição, e refere-se à situação cadastral e fiscal relativa exclusivamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Gerência de Cadastro (F/SUBTF/CIS-6), em 11/6/2015.

Obs.1: Os profissionais autônomos não estabelecidos estão dispensados da obrigatoriedade de inscrever-se no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro e do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, conforme art. 12, inciso XIX, da Lei nº 691/84, com as alterações da Lei nº 3.691/03, e do art. 153, § 2º, do Decreto nº 10.514/91.

Obs.2: Esta Declaração não substitui, para efeitos de licitação e demais finalidades, a Certificação quanto à situação fiscal de outros tributos municipais.

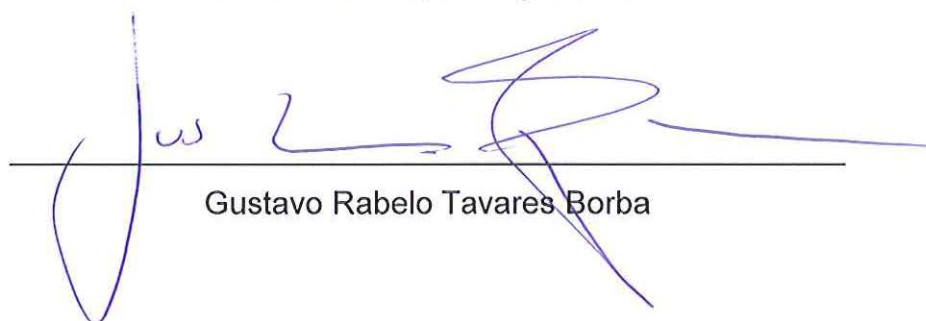
Obs.3: É necessária a comprovação da autenticidade desta Declaração na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda.

Rua Afonso Cavalcanti 456/Anexo, sala 315 • Cidade Nova • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20211-900
Certidão emitida em 11/6/2015, 11:27 - Válida até 8/12/2015.

DECLARAÇÃO

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, brasileiro, separado judicialmente, advogado (OAB/RJ nº 95.369), Procurador do Estado do Rio de Janeiro (matrícula nº 859.920-1), com CPF nº 082453177-99, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, declara, para os fins de prova perante o Senado Federal, que é Autor de duas ações judiciais contra o Município do Rio de Janeiro, com o pedido de anulação lançamentos de IPTU irregularmente realizados (apesar da irregularidade, os valores cobrados foram integralmente depositados em Juízo – doc. anexo), tendo o Município também ingressado com duas execuções fiscais relacionadas à mesma questão – segue anexo relatório objetivo das referidas ações, devidamente assinado pelo advogado que patrocina o declarante nos processos e instruído com andamento processual completo e atualizado das ações em tela.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2015.



Gustavo Rabelo Tavares Borba

TAVARES BORBA.

Advogados Associados

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2015.

Ao Dr. Gustavo Rabelo Tavares Borba
Assunto: Relatório de Ações Judiciais

Prezados,

Conforme solicitado, segue resumo das ações judiciais que envolvem a cobrança equivocada do IPTU/TCDL do imóvel situado na Avenida Epitácio Pessoa, n.º 4.530, Lagoa, Rio de Janeiro – RJ, de propriedade de Gustavo Rabelo Tavares Borba, com os respectivos andamentos processuais (doc. anexo):

1 - Ação Anulatória n.º 2005.001.015052-1: proposta por Gustavo Rabelo Tavares Borba contra o Município do Rio de Janeiro, para requerer a alteração da tipologia/alíquota do imóvel de sua propriedade (não residencial para residencial) e a anulação dos lançamentos de IPTU/TCDL dos exercícios de 2003 a 2005. A sentença julgou procedente a pretensão autoral, em sentença transitada em julgado. O Autor aguarda a análise do pedido de conversão em renda dos depósitos integrais efetuados, que se referem aos exercícios de 2003 a 2007.

2 - Ação Anulatória n.º 2007.001.018320-9: proposta por Gustavo Rabelo Tavares Borba contra o Município do Rio de Janeiro, para requerer a alteração da tipologia/alíquota do imóvel de sua propriedade (não residencial para residencial), bem como a anulação de todos os lançamentos de IPTU/TCDL calculados com base na alíquota equivocada. A sentença julgou parcialmente a pretensão autoral. O Autor opôs embargos de declaração, informando que já depositou o valor do IPTU nos autos do processo n.º 2005.001.015052-1, a fim de que, na sentença, fique determinada a conversão em renda do referido depósito, extinguindo-se o crédito tributário em questão.

3 - Execução fiscal n.º 2008.001.228461-5: proposta pelo Município do Rio de Janeiro contra Gustavo Rabelo Tavares Borba, para efetuar a cobrança do IPTU/TCDL referente aos exercícios de 2004 a 2006. Após o ajuizamento da ação, o Município cancelou as CDAs dos exercícios de 2004 e 2005, prosseguindo-se a execução do exercício de 2006, que, no entanto, se encontra depositado nos autos da ação ordinária n.º 2005.001.015052-1. Após apresentação de exceção de pré-executividade, a E. 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em acórdão já transitado em julgado, determinou o levantamento proporcional do depósito do exercício de 2007, com base na alíquota correta, a fim de extinguir o crédito tributário.

4 - Execução fiscal n.º 0274680-81.2011.8.19.0001: proposta pelo Município do Rio de Janeiro contra Gustavo Rabelo Tavares Borba, para efetuar a cobrança do IPTU/TCDL referente ao exercício de 2007. O referido tributo encontra-se depositado integralmente nos autos da ação anulatória n.º 2005.001.015052-1, motivo pelo qual foi apresentada exceção de pré-executividade, requerendo a extinção do crédito tributário, questão que ainda está sendo apreciada pelo Juiz de primeira instância, em sede de embargos de declaração.

Sendo o que caberia informar nesse momento, finalizo o presente relatório, me colocando a disposição para eventuais esclarecimentos.


WAGNER MELLO DOS SANTOS
OAB/RJ n.º 136.241

Av. Rio Branco, 123 | Gr. 2006^L
Cep 20040-005 | Rio de Janeiro-RJ | Brasil^L
Tel (55 21) 2507-6141 | 2507-2438^L
Fax (55 21) 2222-4243

www.tavaresborba.com.br

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0014399-56.2005.8.19.0001

2005.001.015052-1

TJ/RJ - 11/06/2015 12:20:59 - Primeira Instância - Distribuído em 15/02/2005

Visualização dos Históricos dos Mandados

Comarca da Capital: 12ª Vara de Fazenda Pública
Cartório da 12ª Vara de Fazenda Pública

Endereço: Avenida Erasmo Braga 115 6º And. Sl 610 L.I
Bairro: Castelo
Cidade: Rio de Janeiro

Ofício de Registro: 9º Ofício de Registro de Distribuição
Ação: Anulação de débito fiscal

Assunto: Anulação de Débito Fiscal / Crédito Tributário

Classe: Procedimento Sumário

Autor: GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA
Réu: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador: FREDERICK B BURROWES

Advogado(s): RJ120280 - VITOR PENNO REIS
TJ000009 - PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 17/04/2015
Descrição: CERTIFICADO QUE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE FLS. 318/325 SÃO TEMPESTIVOS.
Documentos Digitados: Atos Ordinatórios

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 12/03/2015
Número do Documento: 201501099615 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 24/02/2015
Folhas do DJERJ.: 386/393

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 20/02/2015

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 12/02/2015

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 09/02/2015
Descrição: Fls. 267/269: De fato os exercícios de 2006 e 2007 excedem os limites objetivos da sentença conquanto não fazem parte do pedido. Aplicável à hipótese a Súmula 239 do STF. Assim, os depósitos referentes aos exercícios...

Documentos Digitados: Ver íntegra do(a) Despacho
Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 04/02/2015
Juiz: LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 21/01/2015
Número do Documento: 201407208513 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 21/01/2015
Número do Documento: 201407169212 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Atos da Serventia
Data da publicação: 03/12/2014
Folhas do DJERJ.: 405/410

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 01/12/2014

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 28/11/2014
Descrição: As partes sobre fls.306.
Documentos Digitados: Atos Ordinatórios

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 25/11/2014

Tipo do Movimento: Remessa

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Destinatário: Central de Cálculos Judiciais
Data da remessa: 08/09/2014
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 04/09/2014

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 03/09/2014
Descrição: Fls. 303/304: Ao contador.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 11/08/2014
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 28/07/2014
Número do Documento: 201400867522 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 04/02/2014
Folhas do DJERJ.: 501/508

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 31/01/2014

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 31/01/2014

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 28/01/2014
Descrição: Ao autor sobre a manifestação do Município.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 28/01/2014
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 28/01/2014
Número do Documento: 201400242268 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Atos da Serventia
Data da publicação: 13/01/2014
Folhas do DJERJ.: 487/499

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 08/01/2014

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 08/01/2014
Descrição: Ao Município sobre fls 338 verso.

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 01/08/2013
Número do Documento: 201303938109 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 18/07/2013

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 16/07/2013
Prazo: 15 dia(s)
Documentos Digitados: Vista de Autos
Devolução de Autos (quando estavam em carga)

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 16/07/2013
Folhas do DJERJ.: 486/496

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 12/07/2013

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 14/05/2013

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 14/05/2013
Descrição: Devolvo ao Município o prazo para manifestação, Intime-se.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 09/05/2013
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 08/05/2013
Número do Documento: 201301699774 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 01/04/2013
Folhas do DJERJ.: 523/544

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 25/03/2013

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 04/09/2012

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 04/09/2012
Descrição: Fls. 295 - Esclareça o Município o seu pedido d edevolução de prazo, uma vez que a petição veio desacompanhada de certidão cartorária.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 04/09/2012
Juiz: CLAUDIO AUGUSTO ANNUZA FERREIRA

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 30/01/2012
Número do Documento: 201200152793 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 09/01/2012
Folhas do DJERJ.: 318/341

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 16/12/2011

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 09/12/2011

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 09/12/2011
Descrição: 1. Intime-se o exequente para que comprove o recolhimento das custas da execução dos honorários. 2. Com a comprovação do recolhimento e certificado sua regularidade, cumpra-se a parte final da decisão de fls. 287.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 09/12/2011
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 04/08/2011
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado
Advogado: RJ178461 - ANA KARENINA VIANA PEREIRA DA CUNHA
Data da entrega: 14/07/2011
Documentos Digitados: Vista de Autos
Devolução de Autos (quando estavam em carga)

Tipo do Movimento: Juntada de Mandado
Data da juntada: 13/07/2011
Número do Documento: 7326/2011/MND
Resultado: Positivo

Tipo do Movimento: Expedição de Documentos
Data do movimento: 07/07/2011

Tipo do Movimento: Publicado Atos da Serventia
Data da publicação: 30/06/2011
Folhas do DJERJ.: 342/378

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 28/06/2011

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 22/06/2011
Descrição: Mandado de Citação para Execução pronto, aguardando cópia com os cálculos.

Tipo do Movimento: Digitação de Documentos
Data da digitação: 16/06/2011
Documentos Digitados: Mandado de Citação p/ Execução do Município

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 09/02/2011
Número do Documento: 201005664851 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Decisão
Data da publicação: 10/12/2010
Folhas do DJERJ.: 373/376

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 07/12/2010

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 07/12/2010

Tipo do Movimento: Decisão - Decisão ou Despacho Homologação
Data Decisão: 06/12/2010
Descrição: 1. Diga a parte interessada acerca de fls. 281; 2. Cite-se o MRJ na forma do art 730 do CPC. Transcorrido o prazo legal sem apresentação de embargos à execução, remetam-se os autos ao setor de conferência de cálculos ...

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Documentos Digitados: Ver íntegra do(a) Decisão
 Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 06/12/2010
Juiz: SERGIO SEABRA VARELLA

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da Juntada: 30/11/2010
Número do Documento: 201004697336 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 28/10/2010

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Central de Cálculos Judiciais
Data da remessa: 20/08/2010
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 20/08/2010
Descrição: AO CONTADOR, de acordo com a portaria 01/2002 publicada no D.O. de 31/01/02, fls. 112 e art. 162 , parágrafo 4 do CPC.

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da Juntada: 20/08/2010
Número do Documento: 201001999584 - Proger Comarca da Capital
 201001881121 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 03/05/2010
Folhas do DJERJ.: 363/388

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 27/04/2010

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 16/12/2009

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 16/12/2009
Descrição: As partes.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 16/12/2009
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 10/12/2009

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Contador Judicial
Data da remessa: 16/10/2009
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 06/10/2009

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 06/10/2009
Descrição: Ao contador.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 06/10/2009
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da Juntada: 29/09/2009
Número do Documento: 200904392661 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Atos da Serventia
Data da publicação: 18/09/2009
Folhas do DJERJ.: 1602/1612

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 16/09/2009

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 02/06/2009
Descrição: fls.271- atenda-se ao MP (autor)/ PRAZD COMUM VER APENSO 2007.001.018320.9/MCDN

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 11/05/2009

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 11/05/2009
Descrição: Atenda-se ao M.P.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 11/05/2009
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 04/05/2009

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 08/04/2009
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 07/04/2009

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 07/04/2009
Descrição: Ao M.P.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 07/04/2009
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 30/03/2009
Número do Documento: 200900966874 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 09/03/2009

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 05/03/2009
Prazo: 15 dia(s)
Documentos Digitados: Vista de Autos
 Devolução de Autos (quando estavam em carga)

Tipo do Movimento: Publicado Ato da Serventia
Data da publicação: 05/03/2009
Folhas do DJERJ: 402/414

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 03/03/2009

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 13/02/2009
Descrição: fls.265= Atenda-se ao MP (Município do Rio de Janeiro) mcdn

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 10/02/2009

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 10/02/2009
Descrição: Atenda-se ao MP.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Declaração

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 10/02/2009
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SDUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 09/02/2009

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 14/01/2009
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 02/12/2008

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 27/11/2008
Descrição: Ao M.P.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 27/11/2008
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 26/11/2008
Número do documento: s/ nº

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 26/11/2008
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado
Advogado: RJ146628 - VINICIUS ALD ALVES FERREIRA
Data da entrega: 06/08/2008
Documentos Digitados: Vista de Autos
 Devolução de Autos (quando estavam em carga)

Tipo do Movimento: Publicado Ato da Serventia
Data da publicação: 05/08/2008
Folhas do DJERJ: 99

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 30/07/2008

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 05/06/2008

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Descrição: despacho de fls.248: Ao autor (mcdn)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 04/06/2008

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 03/06/2008
Descrição: Ao autor.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 03/06/2008
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 13/03/2008
Número do Documento: 200800867589 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 04/03/2008

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 26/02/2008
Prazo: 15 dia(s)
Documentos Digitados: Vista de Autos
 Devolução de Autos (quando estavam em carga)

Tipo do Movimento: Publicado Ato da Serventia
Data da publicação: 25/02/2008
Folhas do DJERJ.: 135

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 19/02/2008

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 10/01/2008
Descrição: despacho de fls.241: "1- Cumpra-se a r, decisão superior, 2- Diga o reu acerca de fls 232/239 em 10 dias."
 mcdn

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 09/01/2008

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 08/01/2008
Descrição: 1. Cumpra-se a r, decisão superior; 2. Diga o réu acerca de fls. 232/239 em 10 dias.
Documentos Digitados: Despacho/Sentença/Decisão - sem certidão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 08/01/2008
Juiz: JOAO FELIPE NUNES FERREIRA MOURAO

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 07/01/2008
Número do Documento: 200704199013 - Proger Comarca da Capital
 200704082782 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 22/11/2007

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Tribunal de Justiça
Data da remessa: 15/06/2007
Prazo: 1 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 12/06/2007

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 12/06/2007
Descrição: Subam, mcdn

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 12/06/2007
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 06/06/2007

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 16/05/2007
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 08/05/2007
Número do Documento: 200701018106 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 18/04/2007

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 30/03/2007
Prazo: 15 dia(s)
Documentos Digitados: Vista de Autos

11/08/2015

Resultado da consulta processual

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 29/03/2007
Folhas do DJERJ: 123/125

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 27/03/2007

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 28/02/2007

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 28/02/2007
Descrição: recebo o recurso adesivo em seus regulares efeitos; ao apelado (MRJ); apos ao MP...(mcdn)

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 27/02/2007
Juiz: NEUSA REGINA LARSEN DE ALVARENGA LEITE

Tipo do Movimento: Juntada - Ofício
Data da juntada: 23/02/2007

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 23/02/2007
Número do Documento: 200700377493 - Proger Comarca da Capital
 200700377412 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 15/02/2007
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado
Advogado: RJ112663 - JORGE THIAGO PINHEIRO RODRIGUES
Data da entrega: 05/02/2007
Documentos Digitados: Vista de Autos

Tipo do Movimento: Publicado Decisão
Data da publicação: 31/01/2007
Folhas do DJERJ: 220/221

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 24/01/2007

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 24/01/2007

Tipo do Movimento: Decisão - Decisão Interlocutória - Outras
Data Decisão: 23/01/2007
Descrição: A causa foi resolvida em seus limites. Ao que se vê, a sentença ateu-se ao objeto da ação. Rejeito os embargos de declaração. Recebo o apelo do Município no duplo efeito. Ao apelado (AUTOR) Após, ao MP. (MCDN)

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 23/01/2007
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 16/01/2007

Tipo do Movimento: Publicado Sentença
Data da publicação: 07/11/2006
Folhas do DJERJ: 176/178

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 06/11/2006

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 28/09/2006

Tipo do Movimento: Sentença - Art. 269 I, II e IV CPC - Com mérito
Data Sentença: 25/09/2006
Descrição: ...ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO...

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 25/09/2006
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 20/09/2006

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 06/09/2006
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 30/08/2006
Folhas do DJERJ: 194/196

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 29/08/2006

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 23/08/2006

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 22/08/2006
Descrição: ...AO MP SOBRE O ACRESCIDO

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 22/08/2006
Juiz: JOAO LUIZ AMORIM FRANCO

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 08/08/2006
Descrição da juntada: Petições: 20061410372

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 18/07/2006

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 13/07/2006

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 12/07/2006
Folhas do DJERJ.: 287/290

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 11/07/2006

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 06/07/2006

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 04/07/2006
Descrição: AO MUNICIPIO...

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 04/07/2006
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 28/06/2006
Descrição da juntada: Petições: 20060873263 20061168831

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 09/05/2006

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 04/05/2006

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 03/05/2006
Folhas do DJERJ.: 267/270

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 02/05/2006

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 12/04/2006

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 12/04/2006
Descrição: AO MUNICIPIO

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 12/04/2006
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 12/04/2006
Descrição da juntada: Petições: 20060630954

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 12/04/2006

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 07/04/2006
Descrição: PARA JUNTADA DE PETICAO

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 04/04/2006
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 30/03/2006
Descrição da juntada: Petições: 20060230216 20060299282

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 03/02/2006
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado
Advogado: RJ146828 - VINICIUS ALO ALVES FERREIRA
Data da entrega: 16/01/2006

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 13/01/2006

11/08/2015

Resultado da consulta processual

Folhas do DJERJ.: 325/326

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 12/01/2006

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 06/01/2006

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 06/01/2005
Descrição: ...ESCLAREÇA O AUTOR...

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 02/01/2006
Juiz: JOAO LUIZ AMORIM FRANCO

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 28/12/2005
Descrição da juntada: Petições: 20051829153 20052045992 20052262896

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 06/12/2005

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 01/12/2005

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 01/12/2005
Folhas do DJERJ.: 309/311

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 29/11/2005

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 29/09/2005

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 29/09/2005
Descrição: DE-SE GUIA

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 29/09/2005
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 01/12/2005
Folhas do DJERJ.: 309/311

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 29/11/2005

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 28/09/2005

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 28/09/2005
Descrição: AO MUNICIPIO SOBRE OS NOVOS DOCUMENTOS

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 28/09/2005
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 27/09/2005
Descrição da juntada: Petições: 20051778828

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 26/09/2005

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 22/09/2005
Descrição: AO MUNICIPIO ...

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 22/09/2005
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 21/09/2005
Descrição da juntada: Petições: 20051483002 20051495018

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 10/08/2005
Folhas do DJERJ.: 252/255

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 09/08/2005

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 04/08/2005

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 02/08/2005

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Descrição: AS PARTES ANTE A PROMOÇÃO DO MP

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 01/08/2005
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 27/07/2005

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 14/07/2005
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 11/07/2005
Descrição da juntada: Petições: 20050918112

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 01/06/2005
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado
Advogado: RJ146828 - VINICIUS ALO ALVES FERREIRA
Data da entrega: 19/05/2005

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 18/05/2005
Folhas do DJERJ.: 307/309

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 17/05/2005

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 03/05/2005

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 02/05/2005
Descrição: AO AUTOR SOBRE OS NOVOS DOCUMENTOS

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 02/05/2005
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 28/04/2005
Descrição da juntada: Petições: 20050635716

Tipo do Movimento: Juntada de Mandado
Data da juntada: 08/03/2005

Tipo do Movimento: Digitação de Documentos
Data da digitação: 01/03/2005
Descrição: Tipo de Mandado: Citacao

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 24/02/2005

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 24/02/2005
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 24/02/2005
Descrição da juntada: Petições: 20050272045

Tipo do Movimento: Publicado Atos da Serventia
Data da publicação: 22/02/2005
Folhas do DJERJ.: 190/192

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 21/02/2005

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 21/02/2005
Descrição: ATOS DA SERVENTIA: Responsável pelo expediente: 67 Data da devolução: 21/02/2005 Diligências extraídas: FPMA008 AUDIENCIA DESIGNADA PARA O DIA 08 DE ABRIL DE 2005 AS 14:00 HORAS. (C)

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 21/02/2005
Folhas do DJERJ.: 221/223

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 18/02/2005

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 17/02/2005

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 17/02/2005
Descrição: OESIGNE-SE A AUDIENCIA. APOS, CITE-SE

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 17/02/2005

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: **Digitação de Documentos**
Data da digitação: 15/02/2005
Descrição: Tipo de Mandado: Citacao

Tipo do Movimento: **Recebimento**
Data de Recebimento: 15/02/2005

Tipo do Movimento: **Despacho - Proferido despacho de mero expediente**
Data Despacho: 15/02/2005
Descrição: 1- DE-SE GUIA PARA REALIZACAO DO DEPOSITO DO VALOR INTEGRAL 2- APOS, CITE-SE

Tipo do Movimento: **Conclusão ao Juiz**
Data da conclusão: 15/02/2005
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: **Ato Ordinatório Praticado**
Data: 15/02/2005
Descrição: TROCA DE NATUREZA: Classe Anterior: COAM - SUMARIAS Feito Anterior: OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS
Classe Atual: COAM - SUMARIAS Feito Atual: ANULACAO DE DEBITO FISCAL

Tipo do Movimento: **Distribuição Sorteio**
Data da distribuição: 15/02/2005
Serventia: Cartório da 12ª Vara da Fazenda Pública - 12ª Vara de Fazenda Pública

Processo(s) **0019109-51.2007.8.19.0001** (2007.001.018320-9)
Apensado(s): **0274680-81.2011.8.19.0001**

Processo(s) no Tribunal de Justiça: **0014399-56.2005.8.19.0001** (2007.001.33421)

Localização na serventia: Mesa 48 Esc 11

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ.

11/07/2015

Resultado da consulta processual

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0019109-51.2007.8.19.0001

2007.001.018320-9

TJ/RJ - 11/06/2015 12:09:28 - Primeira Instância - Distribuído em 14/02/2007

Comarca da Capital: 12ª Vara de Fazenda Pública
Cartório da 12ª Vara de Fazenda Pública

Endereço: Avenida Erasmo Braga 115 6º And. Sl 610 L.I.
Bairro: Castelo
Cidade: Rio de Janeiro

Ofício de Registro: 9º Ofício de Registro de Distribuição
Ação: Anulação de débito fiscal

Assunto: Anulação de Débito Fiscal / Crédito Tributário

Classe: Procedimento Sumário

Autor: GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA
Réu: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Advogado(s): RJ112663 - JORGE THIAGO PINHEIRO RODRIGUES

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 17/04/2015
Descrição: CERTIFICO QUE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE FLS. 233/246 SÃO TEMPESTIVOS,
Documentos Digitados: Ato Ordinatórios

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 15/01/2014

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 14/01/2014
Prazo: 15 dia(s)
Documentos Digitados: Vista de Autos
Devolução de Autos (quando estavam em carga)

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 16/08/2013
Número do Documento: 201301361765 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 10/07/2013
Número do Documento: 201301470167 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Serventia de 1ª Instância
Data da remessa: 01/03/2013
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Publicado Sentença
Data da publicação: 08/03/2013
Folhas do DJERJ: 441/451

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 06/03/2013

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 21/02/2013

Tipo do Movimento: Sentença - Julgado procedente em parte do pedido
Data Sentença: 21/02/2013
Descrição: (...)Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão autoral para que todos os lançamentos de IPTU da unidade imobiliária do autor, e que já não tenham sido abarcados pela sentença proferida no apenso, sejam reca...

[Ver \(Integra do\(a\) Sentença](#)
[Visualizar Ato Assinado Digitalmente](#)

Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 01/02/2013
Juiz: SIMONE GASTESI CHEVRAND

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 01/02/2013

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Corregedoria-Geral da Justiça
Data da remessa: 08/11/2012
Prazo: 15 dia(s)

Resultado da consulta processual	
Tipo do Movimento:	Recebidos os autos
Data do recebimento:	08/11/2012
Tipo do Movimento:	Remessa
Destinatário:	Ministério Público
Data da remessa:	16/10/2012
Prazo:	15 dia(s)
Tipo do Movimento:	Recebimento
Data de Recebimento:	04/09/2012
Tipo do Movimento:	Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho:	04/09/2012
Descrição:	Ao MP para parecer final.
Documentos Digitados:	Despacho / Sentença / Decisão
Tipo do Movimento:	Conclusão ao Juiz
Data da conclusão:	04/09/2012
Juiz:	CLAUDIO AUGUSTO ANNUZA FERREIRA
Tipo do Movimento:	Juntada - Petição
Data da juntada:	10/04/2012
Número do Documento:	201201566533 - Proger Comarca da Capital
Tipo do Movimento:	Ato Ordinatório Praticado
Data:	06/12/2011
Descrição:	cis-C
Tipo do Movimento:	Juntada - Petição
Data da juntada:	03/11/2010
Número do Documento:	200905364391 - Proger Comarca da Capital
Tipo do Movimento:	Juntada - Petição
Data da juntada:	13/08/2010
Número do Documento:	201002931791 - Proger Comarca da Capital
Tipo do Movimento:	Recebimento
Data de Recebimento:	06/10/2009
Tipo do Movimento:	Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho:	06/10/2009
Descrição:	Concedo o prazo de dez dias. MCDN
Tipo do Movimento:	Conclusão ao Juiz
Data da conclusão:	06/10/2009
Juiz:	ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR
Tipo do Movimento:	Juntada - Petição
Data da juntada:	29/09/2009
Número do Documento:	200904393475 - Proger Comarca da Capital
Tipo do Movimento:	Recebidos os autos
Data do recebimento:	23/09/2009
Tipo do Movimento:	Remessa
Destinatário:	Procurador
Data da remessa:	21/09/2009
Prazo:	15 dia(s)
Documentos Digitados:	Devolução de Autos (quando estavam em carga)
Tipo do Movimento:	Publicado Atos da Serventia
Data da publicação:	18/09/2009
Folhas do DJERJ:	1602/1612
Tipo do Movimento:	Enviado para publicação
Data do expediente:	16/09/2009
Tipo do Movimento:	Ato Ordinatório Praticado
Data:	08/07/2009
Descrição:	FLS.216- AO MUNICÍPIO/PRAZO COMUM VER APENSO 2005.001.015052.1/MCDN
Tipo do Movimento:	Recebimento
Data de Recebimento:	07/07/2009
Tipo do Movimento:	Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho:	07/07/2009
Descrição:	Ao Município,
Tipo do Movimento:	Conclusão ao Juiz
Data da conclusão:	07/07/2009
Juiz:	ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR
Tipo do Movimento:	Recebidos os autos
Data do recebimento:	02/06/2009
Tipo do Movimento:	Remessa
Destinatário:	Ministério Público
Data da remessa:	13/05/2009
Prazo:	15 dia(s)
Tipo do Movimento:	Recebimento
Data de Recebimento:	07/04/2009
Tipo do Movimento:	Despacho - Proferido despacho de mero expediente

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Data Despacho: 07/04/2009
Descrição: Ao M.P.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 07/04/2009
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 30/03/2009
Número do Documento: 200900966928 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 09/03/2009

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procurador
Data da remessa: 05/03/2009
Prazo: 15 dia(s)
Documentos Digitados: Vista de Autos
Devolução de Autos (quando estavam em carga)

Tipo do Movimento: Publicado Atos da Serventia
Data da publicação: 05/03/2009
Folhas do DJERJ.: 402/414

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 03/03/2009

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 28/11/2008
Descrição: fis209- Ao Município, prazo de 05 dias (mcdn)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data do Recebimento: 27/11/2008

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 27/11/2008
Descrição: Ao Município.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 27/11/2008
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Apensação
Data do apensamento: 04/08/2008

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 31/07/2008

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 31/07/2008
Descrição: Apense-se.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 31/07/2008
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 17/04/2008
Número do Documento: 200800634818 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 20/02/2008
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado
Advogado: RJ183014 - MARINA NEGRI CALDERON GENESINE
Data da entrega: 15/02/2008
Documentos Digitados: Vista de Autos

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 14/02/2008
Folhas do DJERJ.: 118

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 07/02/2008

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 30/11/2007

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 29/11/2007
Descrição: Dê-se vista por cinco dias.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 29/11/2007
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 28/11/2007
Número do Documento: 200704199045 - Proger Comarca da Capital
200703914057 - Proger Comarca da Capital
200703338978 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Data do recebimento: 05/11/2007
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado
Advogado: RJ183014 - MARINA NEGRI CALDERON GENESINE
Data da entrega: 22/10/2007
Documentos Digitados: Vista de Autos

Tipo do Movimento: Decisão em Audiência - Decisão interlocutória - Outras
Juiz: JULIANA KALICHSZTEIN
Data da decisão: 19/10/2007
Descrição: JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA PROCESSO Nº: 2007.001.018320-9 AÇÃO SUMÁRIA AUTOR(A): GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA Adv: Dr. José Edwaldo Tavares Borba - OAB/RJ 216-B RÉ(U): MUNICÍPIO DO RIO DE JANE...

Ver íntegra do(a) Decisão

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 19/10/2007

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 19/10/2007
Descrição: Audiência.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 19/10/2007
Juiz: JULIANA KALICHSZTEIN

Tipo do Movimento: Audiência Conciliação - Art. 277 CPC
Data da audiência: 19/10/2007
Resultado: Realizada - decisão em audiência
Descrição: JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA PROCESSO Nº: 2007.001.018320-9 AÇÃO SUMÁRIA AUTOR(A): GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA Adv: Dr. José Edwaldo Tavares Borba - OAB/RJ 216-B RÉ(U): MUNICÍPIO DO RIO DE JANE...

Ver íntegra do(a) Audiência Conciliação - Art. 277 CPC

Tipo do Movimento: Juntada de Mandado
Data da juntada: 18/10/2007
Número do documento: 3682
Resultado: Positivo
Descrição da juntada: Mandado Avulso

Tipo do Movimento: Juntada de Mandado
Data da juntada: 18/10/2007
Número do documento: 3681
Resultado: Positivo
Descrição da juntada: Mandado Avulso

Tipo do Movimento: Juntada de Mandado
Data da juntada: 18/10/2007
Número do documento: 3562
Resultado: Positivo
Descrição da juntada: Mandado Avulso

Tipo do Movimento: Juntada de Mandado
Data da juntada: 18/10/2007
Número do documento: 3561
Resultado: Positivo
Descrição da juntada: Mandado Avulso

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 24/09/2007
Descrição: Expedidos Mandados de Intimação - RLTA

Tipo do Movimento: Digitação de Documentos
Data da digitação: 17/09/2007
Documentos Digitados: Mandado de Intimação de partes p/ audiência
Mandado de Intimação de partes p/ audiência

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 17/09/2007
Número do documento: S/N

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 13/09/2007

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 13/09/2007
Descrição: ... Designe-se nova data.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 13/09/2007
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 13/09/2007
Descrição: Expedidos Mandados de Citação e Intimação para autor e réu - RLTA

Tipo do Movimento: Digitação de Documentos
Data da digitação: 10/09/2007
Documentos Digitados: Mandado de Citação e Intimação (Rito Sumário)
Mandado de Citação e Intimação (Rito Sumário)

Tipo do Movimento: Recebimento

11/03/2015

Resultado da consulta processual

Data de Recebimento: 06/09/2007

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 06/09/2007
Descrição: ... Designe-se com próxima data , brevidade, após, cite-se e intime-se. (RLTA)

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 06/09/2007
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da Juntada: 06/09/2007
Número do documento: 5/N

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 31/07/2007

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 31/07/2007
Descrição: Designe-se audiência, rita

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 31/07/2007
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 30/07/2007
Número do documento: 5/N

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 30/07/2007
Descrição: Junte-se. Após, à conclusão, rita

Tipo do Movimento: Digitação de Documentos
Data da digitação: 27/07/2007
Documentos Digitados: Mandado de Citação

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 26/07/2007

Tipo do Movimento: Decisão - Decisão Interlocutória - Outras
Data Decisão: 26/07/2007
Descrição: Cite-se.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 26/07/2007
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da Juntada: 24/07/2007
Número do Documento: 200701756193 - Proger Comarca da Capital
200700377301 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 01/06/2007
Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado
Advogado: RJ183014 - MARINA NEGRI CALDERON GENESINE
Data da entrega: 30/05/2007
Documentos Digitados: Vista de Autos

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 29/05/2007
Folhas do DJERJ.: 119/122

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 24/05/2007

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 16/03/2007

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 16/03/2007
Descrição: Regularize-se, prazo de dez dias... (RLTA)

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 16/03/2007
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Distribuição Sorteio
Data da distribuição: 14/02/2007
Serventia: Cartório da 12ª Vara da Fazenda Pública - 12ª Vara de Fazenda Pública

Processo Principal: 0014399-56.2005.8.19.0001 (2005.001.015052-1)

Processo(s) no Tribunal Não há.
de Justiça:

Localização na serventia:Conclusão

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJEJ.

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0231393-73.2008.8.19.0001**2008.001.228461-5**

TJ/RJ - 11/06/2015 11:33:52 - Primeira Instância - Distribuído em 06/08/2008

Comarca da Capital: 12ª Vara de Fazenda Pública
Cartório da 12ª Vara da Fazenda Pública

Endereço: Avenida Erasmo Braga 115 6º And. Sl 610 L.I
Bairro: Castelo
Cidade: Rio de Janeiro

Ofício de Registro: 9º Ofício de Registro de Distribuição
Ação: Execução fiscal

Assunto: Cobrança de Tributo / Dívida Ativa

Classe: Execução Fiscal

Aviso ao advogado: Petição de devolução dos autos entregue ao cartório em 12/07/2013

Exequente: Município de Rio de Janeiro
Procurador: DANIEL PUCAR CERVASIO
Executado: GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA

Advogado(s): RJ112663 - JORGE THIAGO PINHEIRO RODRIGUES

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 10/12/2014

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 05/12/2014
Descrição: Informem as partes o resultado do julgamento do agravo de instrumento interposto.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 19/11/2014
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 18/11/2014
Descrição: Certifico que os mandados nº 2708/2011 (2011002045) de 13/06/2011 e nº 6446/2013 (2013032568) de 15/08/2013 não foram localizados na serventia.
Documentos Digitados: Ato Ordinatório

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 18/11/2014
Número do Documento: 201203696255 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 27/10/2014
Número do Documento: 201303762609 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Juntada de Mandado
Data da juntada: 30/01/2014

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 25/11/2013

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procuradoria do Município
Data da remessa: 14/02/2013
Prazo: 15 dia(s)
Documentos Digitados: Mandado de Intimação para devolução de autos
Ato Ordinatório

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 01/08/2012

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 31/07/2012
Descrição: Considerando a certidão de fls.132, devolvo o prazo requerido pelo Município.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 31/07/2012
Juiz: SERGIO SEABRA VARELLA

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 30/05/2012
Descrição: cls.

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 18/05/2012

11/03/2010

Resultado da consulta processual

Número do Documento: 201202283507 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado

Data: 24/03/2011

Descrição: banca

Tipo do Movimento: Recebimento

Data de Recebimento: 22/03/2011

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente

Data Despacho: 22/03/2011

Descrição: 1 - Seguem Informações em uma lauda impressa. 2 - Aguarde-se o julgamento do agravo de instrumento Interposto.

Documentos Digitados: Despacho/Sentença/Decisão - sem certidão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz

Data da conclusão: 22/03/2011

Juiz: THOMAZ DE SOUZA E MELO

Tipo do Movimento: Juntada - Petição

Data da Juntada: 21/03/2011

Número do Documento: 201100842786 - Proger Comarca da Capital
201100781398 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebidos os autos

Data do recebimento: 02/03/2011

Tipo do Movimento: Remessa

Destinatário: Procuradoria do Município

Data da remessa: 21/02/2011

Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebidos os autos

Data do recebimento: 21/02/2011

Prazo: 5 dia(s)

Tipo do Movimento: Vista ao Advogado

Advogado: RJ173065 - LUDMILLA DE OLIVEIRA FRANÇA

Data da entrega: 15/02/2011

Documentos Digitados: Vista de Autos
Devolução de Autos (quando estavam em carga)

Tipo do Movimento: Publicado Decisão

Data da publicação: 14/02/2011

Folhas do DJERJ: 380/384

Tipo do Movimento: Enviado para publicação

Data do expediente: 10/02/2011

Tipo do Movimento: Recebimento

Data de Recebimento: 10/02/2011

Tipo do Movimento: Decisão - Recebido o recurso Com efeito suspensivo

Data Decisão: 10/02/2011

Descrição: Embargos declaratórios tempestivos que são rejeitados em razão de inexistir na decisão recorrida qualquer um dos vícios previstos no art. 535 do CPC, devendo a mesma permanecer tal como foi lançada e o inconformismo da p...

[Ver íntegra do\(a\) Decisão](#)Documentos Digitados: Vista de Autos
Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz

Data da conclusão: 10/02/2011

Juiz: JOAO FELIPE NUNES FERREIRA MOURAO

Tipo do Movimento: Juntada - Petição

Data da juntada: 10/02/2011

Número do Documento: 201004278928 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Decisão

Data da publicação: 15/09/2010

Folhas do DJERJ: 318/325

Tipo do Movimento: Enviado para publicação

Data do expediente: 13/09/2010

Tipo do Movimento: Recebimento

Data de Recebimento: 13/09/2010

Tipo do Movimento: Decisão - Rejeitada a exceção de pré-executividade

Data Decisão: 13/09/2010

Descrição: ...Intime-se o devedor por DO para ciência da penhora e do prazo para embargos....

[Ver íntegra do\(a\) Decisão](#)

Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz

Data da conclusão: 13/09/2010

Juiz: JOAO FELIPE NUNES FERREIRA MOURAO

Tipo do Movimento: Recebidos os autos

Data do recebimento: 09/09/2010

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 25/08/2010
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 20/08/2010
Número do Documento: 201003029609 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Juntada de AR
Data da juntada: 23/06/2010
Resultado: Positivo

Tipo do Movimento: Recebimento
Data do Recebimento: 25/03/2010

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 25/03/2010
Descrição: Atenda o cartório à promoção do MP. Após, retornem os autos ao Parquet.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 25/03/2010
Juiz: JOAO FELIPE NUNES FERREIRA MOURAO

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 25/01/2010

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 24/11/2009
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 13/11/2009

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procuradoria do Município
Data da remessa: 16/12/2008
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 10/12/2008
Folhas do DJERJ: 486

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 28/11/2008

Tipo do Movimento: Recebimento
Data do Recebimento: 26/11/2008

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 26/11/2008
Descrição: Junte-se. Ao Município, com prazo de dez dias.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 26/11/2008
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Digitação de Documentos
Data da digitação: 06/08/2008
Descrição: Mandado de Citação expedido pela Procuradoria do Município.

Tipo do Movimento: Recebimento
Data do Recebimento: 06/08/2008

Tipo do Movimento: Decisão - Decisão Interlocutória - Outras
Data Decisão: 06/08/2008
Descrição: Cite-se nos termos que dispõe os Arts. 7º e 8º, da Lei Nº 6830 de 22/09/1980.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 06/08/2008
Juiz: ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR

Tipo do Movimento: Distribuição Sortelo
Data da distribuição: 06/08/2008
Serventia: Cartório da 12ª Vara da Fazenda Pública - 12ª Vara da Fazenda Pública

Processo(s) no Tribunal 0007588-73.2011.8.19.0000
de Justiça:

Certidões da dívida ativa.
 Número 011303572007 - Ano 2005 - Insc. do Imóvel 30279897
 Número 011584882006 - Ano 2004 - Insc. do Imóvel 30279897
 Número 011246092008 - Ano 2006 - Insc. do Imóvel 30279897

Localização na serventia: ARMÁRIO RESTAURAÇÃO DOS AUTOS - PILHA 02

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ.

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As Informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0274680-81.2011.8.19.0001

TJ/RJ - 11/06/2015 11:43:13 - Primeira Instância - Distribuído em 05/08/2011

Comarca da Capital 12ª Vara de Fazenda Pública
Cartório da 12ª Vara da Fazenda Pública

Endereço: Avenida Erasmo Braga 115 6º And. SI 610 L.I
Bairro: Castelo
Cidade: Rio de Janeiro

Ofício de Registro: 9º Ofício de Registro de Distribuição
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano / Impostos

Classe: Execução Fiscal

Exequente Município de Rio de Janeiro
Executado GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA

Advogado(s): TJ000009 - PROCURADOR DO MUNICÍPIO
RJ112466 - FERNANDA TABOADA
RJ136241 - WAGNER MELLO DOS SANTOS

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 10/09/2014

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 05/09/2014
Descrição: Junte-se a peça pendente informada pelo sistema.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 13/08/2014
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 04/08/2014
Descrição: Certificado que remeti à publicação o despacho de fls. 355.
Documentos Digitados: Atos Ordinatórios

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 06/08/2014
Folhas do DJERJ: 400/405

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 04/08/2014

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 03/07/2014

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 03/07/2014
Descrição: Considerando que o exercício de 2007 não se encontra abrangido pela sentença proferida nos autos da ação nº1 2005.001.015052-1, uma vez que não fora objeto daquela ação. Prosiga-se, pois, com a execução.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 03/07/2014
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data de recebimento: 29/04/2014

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 25/02/2014
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 25/02/2014
Descrição: AO MP.
Documentos Digitados: Atos Ordinatórios

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 25/02/2014
Número do Documento: 201400768282 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 31/01/2014

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 28/01/2014
Descrição: Ao autor sobre a manifestação do Município. Após, ao MP.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

11/08/2015

Resultado da consulta processual

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 28/01/2014
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 28/01/2014
Número do Documento: 201400242239 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Publicado Atos da Serventia
Data da publicação: 11/11/2013
Folhas do DJERJ.: 476/487

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 06/11/2013

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 05/11/2013
Descrição: Ao Município sobre fls 338 verso.

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 31/10/2013

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 24/10/2013
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 17/10/2013

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 11/10/2013
Descrição: Atenda-se ao MP.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 11/10/2013
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 14/08/2013

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 02/08/2013
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 02/05/2013
Descrição: Certifico que apensei estes autos nos de número 2005.001.015052-1.
Documentos Digitados: Ato Ordinatórios

Tipo do Movimento: Apensação
Data do apensamento: 02/05/2013

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 17/04/2013

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 17/04/2013
Descrição: Cumpra-se adequadamente o despacho de fls. 336.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 01/04/2013
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 21/03/2013

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 12/03/2013
Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 26/02/2013

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 26/02/2013
Descrição: Atenda-se ao MP.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 25/02/2013
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 22/02/2013

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Ministério Público
Data da remessa: 07/02/2013

11/08/2015

Resultado da consulta processual

Prazo: 15 dia(s)

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 21/01/2013

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 17/01/2013
Descrição: Ao MP.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 08/01/2013
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 09/11/2012
Número do Documento: 201204878158 - Proger Comarca da Capital
 201201056425 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 11/09/2012
Descrição: Certifico que não localizei a petição do dia 06/03/2012 protocolada sob 201201056425.
Documentos Digitados: Ato Ordinatório

Tipo do Movimento: Publicado Despacho
Data da publicação: 19/09/2012
Folhas do DJERJ: 470/492

Tipo do Movimento: Enviado para publicação
Data do expediente: 14/09/2012

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 06/09/2012

Tipo do Movimento: Despacho - Proferido despacho de mero expediente
Data Despacho: 06/09/2012
Descrição: Ao Interessado para fornecer a cópia da petição não localizada pela serventia, no prazo de 10 dias, sob pena de ser desconsiderada.
Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 06/09/2012
Juiz: CRISTIANA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Tipo do Movimento: Ato Ordinatório Praticado
Data: 05/09/2012
Descrição: Certifico que não logrei êxito na localização da petição de no. 201201056425 protocolizada em 06/03/2012 e consta pendente no sistema.
Documentos Digitados: Ato Ordinatório

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 04/09/2012
Número do Documento: 201204410846 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Juntada de Mandado
Data da juntada: 04/09/2012
Número do Documento: 7589/2012/MND
Resultado: Positivo

Tipo do Movimento: Recebidos os autos
Data do recebimento: 24/05/2012

Tipo do Movimento: Remessa
Destinatário: Procuradoria do Município
Data da remessa: 31/01/2012
Prazo: 15 dia(s)
Documentos Digitados: Mandado de Intimação para devolução de autos

Tipo do Movimento: Juntada - Petição
Data da juntada: 31/01/2012
Número do Documento: 201105346796 - Proger Comarca da Capital

Tipo do Movimento: Juntada de AR
Data da juntada: 27/09/2011
Resultado: Positivo

Tipo do Movimento: Digitação de Documentos
Data da digitação: 05/08/2011
Descrição: Mandado de Citação expedido pela Procuradoria do Município e/ou Estado.

Tipo do Movimento: Recebimento
Data de Recebimento: 05/08/2011

Tipo do Movimento: Decisão - Decisão Interlocutória - Outras
Data Decisão: 05/08/2011
Descrição: Cite-se nos termos que dispõe os Arts. 7º e 8º, da Lei Nº 6830 de 22/09/1980.

Tipo do Movimento: Conclusão ao Juiz
Data da conclusão: 05/08/2011
Juiz: SERGIO SEABRA VARELLA

Tipo do Movimento: Distribuição Sorteio
Data da distribuição: 05/08/2011
Serventia: Cartório da 12ª Vara da Fazenda Pública - 12ª Vara de Fazenda Pública

11/06/2015

Resultado da consulta processual

Processo Principal: 0014399-56.2005.8.19.0001 (2005.001.015052-1)

**Processo(s) no Tribunal Não há,
de Justiça:**

Certidões da dívida ativa.

Número 010085372010 - Ano 2007

Número 010085362010 - Ano 2007

Número 011176772009 - Ano 2007

Existe petição/ofício a ser juntado ao processo.

12/08/2014 - Protocolo 201404464809 - Proger Comarca da Capital

Localização na serventia:Em Busca

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DA CAPITAL

CÓPIA

Proc. nº 2005.001.015052-1

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, nos autos da ação de rito sumário que move contra o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, vem, por seu advogado infra-assinado, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial, referente às 05 (cinco) primeiras cotas das diferenças de alíquotas de IPTU de 2003/2004, com vencimento para o dia 30/09/2005, e quitadas nesta data.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2005.


JORGE THIAGO PINHEIRO RODRIGUES
OAB/RJ nº 112.663



Depósito Judicial Tributário - Acolhimento

Tributos Estaduais (Lei 10.482/2002)

Tributos Municipais (Lei 10.819/2003)

Tribunal de Justiça (UF)

Tipo de depósito

1. Primeiro 2. Em continuação

Atenção: inscricoes através da Transação TCR 278

Grave as informações complementares no DJO

Processo nº

Comarca

2003.01.01502-1 CAVIAL

Órgão/Juiz

12 VARA DE FAMILIA E SUCESSOES

Depositante

1. Réu 2. Autor

Tipo de depositante

F. Física J. Jurídica

Data da guia

29/09/05

Nº da guia

T 0013165

Nome do Réu

MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

Nome do Autor

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA

Tipo do depositante

F. Física J. Jurídica

Código de R. do depositante

F. Física J. Jurídica

FSC - Garantia de Crédito

O. Outros C. Outros E. Outros F. Outros

Dinheiro - R\$

Cheques - R\$

CPF/CNPJ

082453177-99

Advogado do Autor

JERGE THIAGO PINHEIRO LOPES

Advogado do Réu

Valor total - R\$

R\$ 4.013,50

Não utilize esta área.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DO RIO DE JANEIRO

CÓPIA

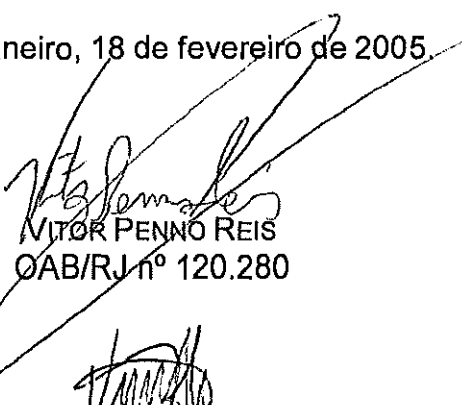
Proc. nº 2005.001.015052-1


GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, nos autos da Ação de rito Sumário que move contra o Município do Rio de Janeiro, vem a V. Exa, por seu advogado infra-assinado, requerer a juntada do comprovante de depósito de IPTU/2005, no valor de R\$ 3.919,50 (três mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta centavos).

Nestes termos

Pede. deferimento

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2005


VITOR PENNO REIS
OAB/RJ nº 120.280


VINICIUS ALÔ ALVES FERREIRA
OAB/RJ 118.767-E

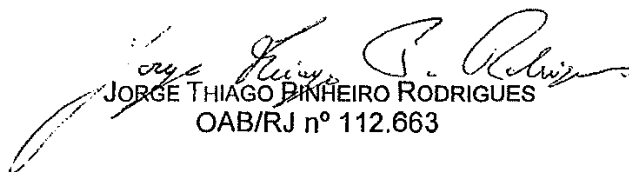
913/01
EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DA CAPITAL

Proc. nº 2005.001.015052-1

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, nos autos da ação de rito sumário que move contra o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, vem, por seu advogado infra-assinado, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial do IPTU/2006, no valor de R\$ 4.150,80 (quatro mil, cento e cinquenta reais e oitenta centavos) e quitado em 10.02.2006.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2006.


JORGE THIAGO PINHEIRO RODRIGUES
OAB/RJ nº 112.663

CGJ-RJ FP12 2006-0299282 13/02/2006 16:38:07133887

BANCO DO BRASIL

Depósito Judicial Tributário - Acolhimento
Tributos Estaduais (Lei 10.482/2002)
Tributos Municipais (Lei 10.819/2003)

Atenção: receba através da transação TCX 278.
Grave as informações complementares no DJO.

Processo nº

Comarca

Tipo de depósito

1. Primeiro 2. Em continuação

Tribunal de Justiça (UF)

RIO DE JANEIRO

Nº da guia

Data da guia

Tipo de depositante

F. Física J. Jurídica

Depositante

1. Rôo 2. Autor

Nome do Rôo

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Nome do Autor

ROSTARIO RUILO TRAVES BOLA

Tipo de depositante

F. Física J. Jurídica

Código de IR do depositante

FSC - Garantidor do Crédito

O. Outros C. Co-garanta

Instituição financeira

Dinheiro - R\$

1708137

Advogado do Rôo

Advogado do Autor

1708137

Valores totais - R\$

1708137

Não utilize esta área.

1708137

Autenticação mecânica

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DA CAPITAL

Proc. nº 2005.001.015052-1


GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA, nos autos da ação de rito sumário que move contra o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, vem, por seu advogado infra-assinado, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial do IPTU/2007, no valor de R\$ 4.273,20 (quatro mil, duzentos e setenta e três reais e vinte centavos) e quitado nesta data.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.


Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2007.


JORGE THIAGO PINHEIRO RODRIGUES
OAB/RJ nº 112.663


20070207 14:23:41 112663 JORGE THIAGO PINHEIRO RODRIGUES

INSCRIÇÃO GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA ENDEREÇO DO IMÓVEL: AVN EPITACIO PESSOA COMPLEMENTO: APT 604 CEP: 22471-001 RA: 06				04530	
<div style="text-align: center;">  </div>					
INSCRIÇÃO	LOGRADOURO	TRECHO	PARCELA	TRIBUTO	
3.027.989-7	070854	003	027	OR	NAO RESIDENC.
CONDIÇÃO	PATRIMÔNIO		SITUAÇÃO		
*****	PARTICULAR		UMA FRETE		
TIPOLOGIA	UTILIZAÇÃO		POSIÇÃO		
APARTAMENTO	HOTEL RESIDENC		FUNDOS		

CODIGO PARA DEBITO AUTOMATICO 3107302798970




ATE 09/12/2006 CONSTAVAM DEBITOS INSCRITOS EM
 DIVIDA ATIVA RELATIVO(S) AO(S) EXERCICIO(S):
 2004.
 ENDEREÇOS DA PROCURADORIA NA CONTRACAPA.


PREFEITURA

INSCRIÇÃO
 3.027.989-7

IPTU 2007
 DESCONTO: 10%
 VENCIMENTO: 09/02/2007
 VALOR C/ DESCONTO (R\$): 4.273,20

COTA ÚNICA
 GUIA 00



NÃO RECEBER ESTA COTA APÓS O VENCIMENTO
 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA


PREFEITURA

IPTU 2007
 COTA ÚNICA
 GUIA 00

INSCRIÇÃO
 3.027.989-7

VALOR A PAGAR EM R\$
 4.273,20



PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO NA PARTE SUPERIOR

81640000042-7 73203659200-2 70209310070-0 00030279891-3



[illegible]

Aviso nº 279 - C. Civil.

Em 1º de julho de 2015.


A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Vicentinho Alves,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Atenciosamente,


ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há oradores inscritos. Com a palavra Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nós estamos a cada dia convivendo com um dilema, um problema agravado pela crise e que está atingindo todos os setores, com cortes no orçamento, contingenciamento orçamentário, afetando programas importantes na área da educação, como bem acompanhado pelo nosso Presidente, nosso Líder da área da educação, nosso Senador Cristovam Buarque, até termos aqui, logo brevemente, um debate de uma grande audiência do Fies, quem é bolsista, quem foi bolsista, como eu, para poder fazer curso superior, Senador Cristovam, sabe a importância que é esses programas de bolsa para o estudante que precisa ter acesso.

Antes do Fies, ele é sucedâneo do antigo Creduc – o Crédito Educativo –, que eu, quando jornalista, trabalhava muito pela dívida, porque os juros incidentes sobre o Creduc era um juro realmente impagável, era um verdadeiro... Era impagável, para dizer, uma usura que se cometia contra o estudante e a família dele.

Depois o Fies foi o grande espaço junto com o Prouni e outras iniciativas. Sou de um Estado de universidades comunitárias, as quais sofreram muito com os cortes orçamentários, não só no Fies, mas também no Pronatec e nos programas de formação para os professores.

Mas eu venho trazer hoje aqui, Senador Paulo Paim, um problema, que V. Exª também já deve ter recebido, para o qual já deve ter sido provocado, como eu, o problema da saúde. O movimento nacional das santas casas e hospitais filantrópicos no Sistema Único de Saúde, o SUS, mostra que 42% das internações do SUS são feitas nessas instituições, 42% das internações médico-hospitalares no País são feitas em santas casas e hospitais filantrópicos. E, lá no Rio Grande do Sul, o Senador Paim fez recentemente um *check-up* lá, foi muito bem atendido na Santa Casa; eu também me socorro dos serviços médicos da Santa Casa e de outras instituições.

Sabemos da relevância que tem o atendimento dessa instituição. Na Santa Casa de Porto Alegre, há alguns centros de excelência na área da cardiologia e na área da pneumologia. O Pavilhão Pereira Filho, que faz transplantes de pulmão, foi um dos primeiros, Senador Dário Berger, a realizar transplantes. Eu conheci a menina que se submeteu a um transplante *inter vivos*, uma menina de 11 anos do México que recebeu um pulmão do pai e outro da avó, com um sucesso extraordinário. Eu fui testemunha de ver a criança, que já foi para casa, que já voltou para o México, depois de ter ficado seis meses em Porto Alegre. Então, há esses centros de excelência que nos orgulham muito em várias áreas, na psiquiatria, na cardiologia, na ortopedia, em todos os setores. Nós temos orgulho, e é essa instituição que faz.

Eu dizia que as Santas Casas e os hospitais filantrópicos são responsáveis por 42% dos internamentos do SUS.

Agora vejam só: o Movimento das Santas Casas está mostrando que, desde o lançamento do Plano Real, em 1994, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor variou 413%, e a variação da tabela do SUS foi de 93% no mesmo período. Como é que uma instituição vai suportar os custos? E os custos foram crescentes. A única coisa que não cresceu foi a tabela do SUS. Essa não remunerou adequadamente os serviços prestados. O déficit das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos, segundo o Movimento, chega a R\$9,8 bilhões em todo o País. Quem diz isso é a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Diversos hospitais do meu Estado, do Rio Grande do Sul, enfrentam problemas com falta de recursos. E o Secretário João Gabbardo, com quem estive nessa terça-feira, está preocupadíssimo, pois o Estado não tem condições financeiras. Aí vem a famosa judicialização também, por conta dessas dificuldades, o que é o verdadeiro impasse da crise se agravando muito. Em reuniões com o Governo do Estado, apenas alguns hospitais, como o de Osório, no litoral, decidiram manter atendimento, mas outros mantêm o fechamento da oferta do serviço. É o caso do Hospital de Caridade de Santa Maria, no coração do nosso Rio Grande. A instituição diz que deixará de fazer 160 cirurgias e 900 consultas por mês. Em Porto Alegre, como falei agora há pouco, o Complexo Hospitalar Santa Casa já fechou 41 leitos do SUS desde o início de junho. Ao longo deste mês de julho, a meta de fechamento de 118 leitos deverá ser atingida. A medida tem por objetivo conter os prejuízos de atendimentos realizados em 2013.

Em meio à crise na saúde, o Ministério Público do Rio Grande do Sul vai instaurar um inquérito civil para investigar a diminuição dos repasses aos hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul.

Além desse problema, muitas das emendas que nós fazemos para o Orçamento, emendas que beneficiam a área da saúde, são contingenciadas, o que agrava o problema.

Eu sou autora da Lei nº 12.880, de 2013, que garante ao usuário de plano de saúde o tratamento contra o câncer em casa, e estão me preocupando muito a política a ser adotada e as mudanças que a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) está desenhando proceder. Participam do Sistema de Saúde Suplementar 50

milhões de brasileiros. Eles participaram ativamente dos debates nas audiências públicas quando criamos a chamada Lei da Quimioterapia Oral. Eu falo isso, porque li, recentemente, a entrevista do novo Presidente da ANS ao jornal *Estado de S. Paulo* e me perguntei: como ficarão os usuários dos planos de saúde se a ANS começar a retirar da lista da agência medicamentos que não fazem parte da lista do Sistema Único de Saúde? Pois aquela lei foi exatamente para ampliar os direitos de acesso. Inclusive, eu aceitei fazer a dosagem da medicação, porque, às vezes, como me lembraram ontem, um paciente começa a tomar um medicamento na quimioterapia, e o organismo dele não aceita. Para não jogar fora, o que seria até um problema ambiental, pode-se fracionar esse medicamento. Se ele for bem aceito, continua-se com as dosagens necessárias, mas, se não, então, há uma economia, é uma questão de racionalidade. Aceitamos fazer isso. E muito do que os planos de saúde cobrem é diferente daquilo que a Rede Pública pode oferecer. A ANS abriu consulta pública até o dia 19 de julho para avaliar as tecnologias que serão incluídas e excluídas da cobertura obrigatória.

O sistema público é importante, mas tem outro foco e não consegue atender com a mesma qualidade aqueles que pagam com muito sacrifício, em grande parte dos casos, um valor a mais para ter acesso a um plano de saúde. Do jeito que está, nós poderemos ter plano de saúde com atendimento igual ao do SUS.

Aliás, os planos de saúde, em muitos casos, já não estão com o mesmo valor. Eles estão mais caros, com reajustes de 20% acima da inflação em cada uma das parcelas mensais. São reajustes que são descontados mensalmente daqueles que custeiam seu próprio plano e querem um atendimento de saúde que não conseguem no SUS.

Por isso, a minha preocupação. Pela primeira vez, o fato de a ANS, que deveria ter como foco uma regulação adequada às necessidades dos consumidores e a interface entre o que presta o serviço e o usuário dele, falar em retirar direitos me preocupa, especialmente neste momento de crise em que a saúde de modo geral está vivendo.

Com base em decisão da Comissão Nacional de Incorporações de Tecnologias no SUS (Conitec), a ANS pretende tirar quimioterápicos orais, como os usados contra o câncer de mama com metástase, da lista de obrigações dos planos de saúde. Em vez de inclusão, a política a ser adotada é da exclusão. Os mais de 50 milhões de brasileiros que usam planos de saúde arcam com pesadas despesas e retiram do apertado orçamento familiar para ter acesso a um serviço hospitalar e de saúde que o SUS lamentavelmente ainda não consegue oferecer.

Recentes pesquisas demonstram claramente que as pessoas querem saúde de qualidade e que, se for preciso, fazem sacrifícios e pagam um pouco mais para ter acesso a tratamentos que a rede pública não consegue oferecer.

A pesquisa mais recente Panorama da Saúde no Brasil, feita no ano passado pela Datafolha, mostra...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

Ela mostra que 47% dos brasileiros preferem pagar menos imposto ao Governo e usar o recurso para contratar plano de saúde privado. Os 43% restantes dizem que gostariam de contribuir com mais recursos desde que os serviços públicos de saúde melhorassem.

É preciso lembrar que somente 8% dos usuários do SUS avaliam o atendimento positivamente. Na rede privada, a aprovação chegou a 44%, menos da metade dos usuários do serviço pago.

A pesquisa também mostra uma alteração na principal preocupação do brasileiro ao longo dos anos. Hoje, a saúde está em primeiro lugar, com 45% da avaliação dos entrevistados. Há mais de dez anos, em 2003, porém, era uma questão secundária. Só 6% dos entrevistados citavam a saúde como a maior preocupação.

No começo do ano 2000...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Estou terminando, Presidente Alvaro Dias.

Na virada do milênio, a maior preocupação dos brasileiros era o desemprego, situação que começa a preocupar novamente, agora, muitos que estão sendo empurrados, hoje, para fora do mercado de trabalho, porque a economia patina e não cresce, sufocando a renda das famílias e, claro, aumentando os problemas na área da saúde.

Penso que a integração com o SUS, citada pela ANS, só seria positiva se ela melhorasse, de fato, a saúde suplementar, usada por quem tem plano de saúde. Na prática, não é o que tem ocorrido. É notória a precariedade dos hospitais públicos, e, no ano passado, o Tribunal de Contas da União fez um levantamento que

confirma as dificuldades no sistema público de saúde. Mais de 60% dos hospitais públicos estão sempre superlotados. Em 80% dos 116 hospitais do País fiscalizados pelo Tribunal, falta o básico: médicos e enfermeiros. Faltam, ainda, leitos e equipamentos.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Esse é o retrato real da saúde brasileira. O próprio Ministério da Saúde reconhece que há problemas e que tem tentado construir mais hospitais e levar mais médicos para as cidades – ele tem feito esse esforço, como é a revelação do Ministério. A realidade, porém, é outra. O levantamento do TCU verificou que também 77% dos hospitais mantêm leitos desativados, porque não há equipamentos mínimos como monitores e ventiladores pulmonares. Em 45% dos hospitais, os equipamentos ficam sem uso, porque faltam contratos de manutenção.

Esse é, portanto, o raio X da situação da saúde no Brasil. Com a intensificação da crise e o arrocho fiscal, temo que a ANS adote uma política contrária à vontade da população, especialmente contrária ao interesse de quem paga plano de saúde.

Eu queria pedir, a propósito, regimentalmente, Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, a transcrição, na íntegra, do editorial “Para aonde vai a ANS?”, do jornal *Estado de S. Paulo*, publicado no dia 25 de junho deste ano. Então, tenho aqui o texto na íntegra para solicitar a transcrição nos Anais do Senado: “Para aonde vai a ANS?”.

O Ministério me deu apoio na lei que está em vigor. Aliás, faço justiça à Presidente Dilma Rousseff que sancionou a Lei da Quimioterapia Oral pelos planos de saúde, de minha autoria, pois a Presidente Dilma sancionou a lei sem vetos, integralmente. Foi um direito adquirido pelos clientes dos planos de saúde. Agora, se isso for limitado, vai aumentar a judicialização e vai sobrecarregar, ainda mais, o SUS, que já tem muitos problemas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Para onde vai a ANS?” - Editorial do jornal *Estado de S. Paulo*, publicado no dia 25 de junho deste ano.

Para onde vai a ANS?

Editorial do O Estado de S. Paulo – 25/06/2015

É da maior gravidade a decisão anunciada pelo novo diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), José Carlos de Souza Abrahão, de fazer o que chama de “integração” do setor de saúde privada – leia-se planos de saúde – com o Sistema Único de Saúde (SUS). A primeira ação concreta nesse sentido é a utilização da lista de tratamentos e medicamentos do SUS como um dos principais critérios para definir o que os planos devem oferecer a seus usuários. Como isso vai acarretar a exclusão de itens caros das obrigações dos planos, fica evidente a intenção de favorecê-los, sabe-se lá com que propósito, o que é inaceitável. Trata-se de uma inversão de papéis, pois a função da ANS é antes buscar soluções que melhor convenham à outra parte, a dos que pagam pelo serviço da saúde privada.

Pela primeira vez a ANS pretende excluir das obrigações dos planos o fornecimento de um medicamento contra câncer com base em decisão

da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) de não colocá-lo na lista desse sistema. É o quimioterápico oral everolimus, indicado para o câncer de mama com metástase. Observe-se que cada caixa desse remédio, suficiente para um mês de tratamento, custa R\$ 13 mil, uma despesa da qual os planos se verão livres, para desespero de quem precisa do tratamento. Como disse um deles, ouvido pela reportagem do Estado: “No meu caso, retirar o remédio da cobertura do plano significa uma condenação”.

Segundo Souza Abrahão, “as avaliações da Conitec são parâmetros tanto para a inclusão quanto para a exclusão” de medicamentos. Esse processo, que começou com aquele quimioterápico, vai portanto continuar. Aliás, a gerente-geral de Regulação Assistencial da ANS, Raquel Lisboa, já anunciou que outras modificações na lista dos planos estão em estudo.

Em algum momento, que não parece distante, as listas de medicamentos e tratamentos do SUS e dos planos deverão se igualar. “Temos várias ações na saúde suplementar (os planos) que muitas vezes se sobrepõem às ações do SUS. Então, a integração dos dois sistemas é fundamental”, diz o novo diretor-presidente da ANS, deixando bem clara qual é a sua política para o setor.

Se os dois vão oferecer a mesma coisa, por que pagar pelos planos? Seria melhor então abandoná-los e ficar com o SUS, o que evidentemente agravaria a superlotação do sistema. É o que deseja a ANS? Mas isso dificilmente aconteceria. Pela boa razão de que, além de medicamentos e tratamento, os planos oferecem atendimento hospitalar, que permite a seus aderentes escapar da notória precariedade dos hospitais públicos.

Durante o discurso da Srª. Ana Amélia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – V. Exª será atendida na forma do Regimento, com os nossos cumprimentos pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) –

REQUERIMENTO Nº 735, DE 2015

Do Senador Wellington Fagundes. Solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de 1º a 11 de julho do corrente ano para integrar a comitiva liderada pela Ministra de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme indicação da Presidência, no Japão e Rússia, e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no mesmo período.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 1º de Julho de 2015, da **Mensagem nº 231, de 2015**, da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 22, de 2015**, total, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2013 (nº 5.171, de 2013), que dispõe sobre registro de nome dado a natimorto.

São as seguintes, Mensagem e razão de veto:

VETO TOTAL Nº 22, DE 2015

apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2013
(nº 5.171/2013, na Casa de origem)

Mensagem nº 231

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 88, de 2013 (nº 5.171/13 na Câmara dos Deputados), que “Altera o § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispor sobre o registro do nome que for dado ao natimorto”.

Ouvidos, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao projeto pela seguinte razão:

“A alteração poderia levar a interpretações que contrariariam a sistemática vigente no Código Civil, inclusive com eventuais efeitos não previstos para o direito sucessório.”

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 30 de junho de 2015 – **Michel Temer.**

PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2013

(nº 5.171/2013, na Casa de origem)

Altera o § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispor sobre o registro do nome que for dado ao natimorto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, a fim de dispor sobre o registro do nome que for dado ao natimorto.

Art. 2º O § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53.

§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro “C Auxiliar”, com os elementos que couberem, inclusive, caso seja vontade dos pais, com o nome que lhe for posto.

..... ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – O prazo previsto no §4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 15 de agosto de 2015.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann, para uma comunicação inadiável.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Saúdo V. Exª, os Senadores e Senadoras aqui presentes e quem nos acompanha pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Sr. Presidente, eu gostaria, antes, de fazer uma saudação aqui às Irmãs Geovana e Irene, que nos acompanham lá do Paraná, da cidade de Apucarana. Elas são da Rede Hospitalar Nossa Senhora das Graças e do Hospital Divina Providência e estavam também acompanhadas do Prefeito Beto Preto. Nós estávamos em uma reunião no Ministério da Saúde. Eu queria fazer a saudação e dizer que são muito bem-vindas a esta Casa, Irmãs.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é a necessidade de externar a minha indignação com a violência de gênero cometida contra a Presidenta Dilma Rousseff ontem, indignação que foi sentida também por grande parte dos brasileiros e brasileiras.

Foram criados adesivos de cunho extremamente machista e agressivo às mulheres para agredir a Presidenta. Esses adesivos, que trazem a Presidenta em uma montagem vexatória, não só ridicularizam a condição feminina, como pregam a cultura da agressão sexual. Eles foram colocados à venda no site Mercado Livre e retirados poucas horas depois, diante da rejeição da sociedade à tamanha falta de respeito.

Isso não é forma de protestar, tampouco é argumento político. Devemos respeitar uns aos outros sempre, como sempre diz aqui o nosso Senador Cristovam, principalmente quando se trata da Presidenta, que representa o nosso País, que é nossa Chefe de Estado, que representa nossa soberania e nossa cultura perante o mundo inteiro. Não há posição ou ideologia política que justifique essa atitude. É um desrespeito a todas as mulheres, mães, avós, filhas, e também ao Brasil, na medida em que se agride sua representante.

Esse episódio lamentável ao menos serviu para mostrar o quanto é necessário reforçar e incentivar a participação feminina em diversos espaços da nossa sociedade, principalmente na política. Quando apresentei a proposta de 50% de cotas para as mulheres no Legislativo, muitos se posicionaram contra. A proposta foi alterada e negociada com Parlamentares, baixando para cotas de 10%, que evoluíram para 12% e, depois, para 15%. Mesmo assim, foi rejeitada na reforma política discutida e votada pela Câmara dos Deputados.

O cenário político já foi, durante tempo demais, um lugar de truculência, individualismo, posturas autoritárias e atitudes rígidas. Isso precisa acabar. Devemos combater toda forma de violência. Não nos podemos calar diante da agressão contra as mulheres.

Por isso, iniciei, junto com mulheres e homens que acompanham meu mandato e que dele participam, um movimento chamado É Pela Dignidade Feminina, que já possui uma página no Facebook. Uso meu espaço de hoje, nesta Casa, para pedir a todos que acessem a página. Vou repetir: chama-se É Pela Dignidade Feminina. Peço que participem, que opinem, que comentem, que contem suas histórias e que façam denúncias. Assim como a Presidenta Dilma foi ofendida, sei que milhares de mulheres o são todos os dias. E isso fica no anonimato. Não podemos permitir que isso continue, que isso persista.

Vamos reunir todos os homens e mulheres que lutam por valores como o respeito ao ser humano, o debate político de qualidade, o fim da violência de gênero e a participação feminina na política.

A nossa meta aqui, no Parlamento, a minha e a das minhas companheiras e colegas Senadoras, é garantir que, na política e no Parlamento, seja assegurada a participação da mulher. Dessa forma, temos condições de mudar as coisas, de impulsionar a participação e de começarmos a exigir o respeito na sociedade.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Gleisi, apenas quero manifestar, primeiro, meu repúdio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senador Cristovam, apenas quero informar à Senadora Gleisi Hoffmann que se trata de uma breve comunicação. Regimentalmente, o aparte é impossível. Mas V. Exª pode fazer uso dessa prerrogativa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu lhe agradeço, Senador. Creio que o assunto justifica, até também por causa da pouca quantidade de outros Senadores. Quero manifestar, primeiro, meu repúdio a uma ação como essa a uma mulher, a uma Presidente da República. Tudo bem que, como política, ela tem de receber as críticas que sejam feitas e enfrentar os problemas, os descontentamentos, mas nada justifica um comportamento desse tipo em relação a ela, como Presidenta, como mulher e como Chefe de Estado. Quero aqui manifestar meu repúdio e minha solidariedade. Ao mesmo tempo, manifesto minha preocupação, porque está crescendo um sentimento de intolerância neste País. Nós estamos saindo do espaço das divergências para o espaço das agressões. Isso é muito perigoso. Isso está acontecendo com as religiões africanas, e pedi uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para analisar esse assunto. Isso está acontecendo entre partidos e pessoas da atividade política. Isso está começando a acontecer dentro de salas de aula contra aqueles que fizeram a opção ou o que seja de serem homossexuais. Está havendo manifestações contra eles ou contra aqueles que defendem a liberdade de opção sexual. Está havendo isso. Está havendo uma tentativa grande de censura, inclusive. Há um projeto de lei hoje que proíbe os professores de fazerem o que estão chamando de “ideologia de gênero”. Não gosto dessa expressão, porque para mim ela não quer dizer muito. Mas está havendo uma campanha contra aqueles que querem promover, dentro da sala de aula, a formação de jovens que não tenham preconceitos. Está havendo uma campanha contra eles. Querem proibir que eles falem disso. Mais adiante, vão proibir que uma pessoa que faça parte do movimento ou que, mesmo sem ser do movimento, fez a opção homossexual de dar aula. Não vai demorar a haver gente propondo isso numa tentativa de parar o que eles chamam de “publicidade de gênero”. Nós precisamos lutar contra essa intolerância. O que ontem aconteceu na Câmara, apesar de estar sintonizado com o sentimento de vingança que as pessoas hoje têm neste País por conta de crimes bárbaros cometidos por menores, não se justifica, na maneira como foi feita, na manipulação do Regimento, na volta de uma posição para outra. E há essa tentativa de se construírem mais cadeias, e não mais escolas, para os jovens. Há um resquício de intolerância por trás disso e de oportunismo político também, para ficar bem com a opinião pública, que – volto a insistir – tem toda a razão de estar indignada e até de querer vingança. Mas nós aqui não podemos legislar com base em vingança, não temos esse direito aqui. Temos de lutar para corrigir os problemas e, obviamente, para evitar o problema que pode surgir quando uma pessoa realmente exerce uma prática criminosa, quando uma pessoa vai para a rua para cometer crime. Temos de proteger, mas não há por que haver vingança. Até fico irritado quando vejo as pessoas dizendo que isso não vai combater a violência. Antes, diziam que isso iria combater a violência, mas já reconhecem que isso não vai combatê-la. Dizem: “Mas tem de punir!” Punir não é o verbo a ser utilizado. Temos de evitar, de preservar, de proteger. Para proteger, é preciso prender uma pessoa? Tudo bem, nós a prendemos para proteger, mas não para punir, não por vingança. O ideal é que aqueles que são presos sejam presos para se recuperarem, para fazermos o processo de recuperação. É por isso que, há muitos anos, defendo que o sistema presidiário brasileiro não seja administrado pelo Ministério da Justiça, mas, sim, pelo Ministério da Educação, para que a visão de tratamento desses bandidos que estão presos seja a visão de recuperação, não a de punição, não a de vingança. Mas é o que está começando a passar, diante deste clima de intolerância que está crescendo tanto, que provocou essa propaganda, esse desenho, essas coisas que a senhora falou em relação à Presidente. Não importa quem está a favor ou não da Presidente, mas tem de respeitá-la, como Presidente e como mulher também.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Cristovam. Agradeço-lhe as palavras. De fato, o que nos diferencia como sociedade civilizada é exatamente a prática da justiça, e não a da vingança.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Eu queria só reforçar isso que entristeceu muito as mulheres e os homens de todo o Brasil que propugnam pelo respeito e que oferecem respeito.

Ontem, fiz um movimento nas redes que dizia assim: não é só pela Dilma, é pela dignidade feminina. Quero repetir aqui: não é só pela Dilma, é pela dignidade feminina que precisamos defender isso neste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, como orador inscrito, por permuta com o Senador Walter Pinheiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, primeiro, quero aqui registrar também minha total solidariedade à Presidenta Dilma, mediante o que foi relatado aqui pela Senadora Gleisi Hoffmann. Somo-me ao seu pronunciamento, assino embaixo. Por favor, permita que seja como se eu tivesse usado as mesmas palavras que a nobre Senadora usou.

Por outro lado, Sr. Presidente, estou na tribuna, mais uma vez, para falar do mesmo tema e vou voltar aqui na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, até que este Plenário vote. Este Plenário, Sr. Presidente, pela estimativa que vi junto à própria Mesa, deve votar, entre terça-feira e quarta-feira, a medida provisória que trata do salário mínimo e do reajuste do benefício dos aposentados e dos pensionistas. Esse é um tema de que tenho tratado ao longo do meu mandato com enorme carinho. É inadmissível que não se garanta aos aposentados pelo menos o mesmo crescimento que é concedido ao salário mínimo.

Ontem, eu falava que votei aqui, com muita convicção, como todos os Senadores – não houve um voto contra –, no aumento do salário do Judiciário, aumento que vai ficar em torno de 60% a 70%, porque há um acúmulo, e por isso é justo, de quase dez anos sem um centavo de reajuste. A situação dos aposentados e dos pensionistas, Sr. Presidente, é semelhante. Há uma defasagem de quase 15 anos que já ultrapassa 80%.

Pois bem, o que foi colocado pelos Deputados na Câmara é apenas uma emendazinha dizendo que, no ano de 2016, o reajuste vai ser zero; que, no ano de 2017, o reajuste vai ser zero; e que, nos anos de 2018 e de 2019, ainda se o PIB crescer, poderá haver algum tipo de reajuste. Eu não concebo isso. Não consigo conceber, na minha pequena capacidade de analisar os fatos, que vai haver um Senador que vai votar contra alguém que tenha um prejuízo de cerca de 70%. E o que eles estão pedindo é somente isso. Eles não estão pedindo nada do atrasado. Eles só estão pedindo o seguinte: “Apenas garantam para nós que, se o PIB crescer e se o salário mínimo tiver 1% de aumento, os senhores nos darão 1%. Se o aumento for de zero por cento, deem-nos zero por cento! Se houver um aumento de zero vezes zero, deem-nos zero vezes zero!”

Por isso, Sr. Presidente, estou muito convicto de que não há argumento nenhum saudável e sério que prove que o aposentado não mereça pelo menos o reajuste conforme o crescimento da economia, seja pelo crescimento da massa salarial ano após ano – e não estão pedindo um centavo do atraso a que eles teriam direito –, seja pelo crescimento do Produto Interno Bruto, que, infelizmente, é medido nos últimos dois anos. É retroativo a dois anos só o cálculo, não o benefício. Foi de 0,1% e, no outro ano, foi negativo, o que significa que, nos próximos dois anos, eles não terão reajuste, Senador Alvaro Dias. O que estão propondo é isso.

E alguém disse: “Ah, mas vai haver um gasto de R\$9 bilhões!” Isso vai ocorrer só se for na casa da *nona* dele! Vão conseguir assaltar a casa da *nona* e vão criar R\$9 bilhões. Com um PIB negativo, é impossível haver esse gasto. Agora, se quiserem fazer uma projeção para daqui a 40 anos, como eles gostam de fazer, ou para daqui a 50 anos, assim mesmo digo que, mesmo daqui a 40 ou 50 anos, pela expectativa do crescimento do PIB – a inflação se é obrigado a pagar, pela expectativa calculada pelo IBGE e por cálculos atuariais –, não dará aquilo que eles estão falando. Eles falam em R\$50 bilhões, sei lá o quê. Mesmo assim, não dá esse valor. Tomara que dê esse valor, tomara que o PIB efetivamente cresça! Seria bom que não estivéssemos em época de recessão, que não estivéssemos em época de inflação, que não estivéssemos em época de juros altos, mas não é esse o quadro.

Nós queremos somente assegurar a esses aposentados esse reajuste. E digo mais: é algo em torno de 20% só, porque 80% deles já ficam até um salário mínimo. E, para quem ganha até um salário mínimo, já está assegurada essa mixaria de correção da inflação mais PIB. Esses outros querem somente que seja assegurado também a eles a correção da inflação mais PIB.

Sr. Presidente, confio na coerência dos Deputados e dos Senadores, que votaram com tanta tranquilidade! Estou falando isso aqui porque trabalhei, inclusive, para aprovar o PL 28. Lembro-me de que, há um mês, do plenário, eu me dirigi ao Presidente Renan, com a galeria lotada. Aqui, em volta, o plenário estava lotado de servidores. Eu disse: “Presidente, não vote hoje! Mas vamos marcar uma data. E, nesse dia, com acordo ou sem acordo, a gente vota”. O Presidente Renan garantiu que votaria, e foi votado. Foi votado, e vi um ou dois votos contra; anunciado, eu só vi um.

Então, Sr. Presidente, é essa coerência que espero de quem reconheceu que tinha de haver um reajuste. Agora, o impacto não é de R\$15 bilhões, não é de R\$20 bilhões, não é de coisa nenhuma! O impacto é de um PIB negativo, e, se o PIB é negativo, o reajuste é zero. Apenas se assegura o princípio de uma política salarial que poderá ser positiva, que vai repercutir em 2018 e 2019. E termina aí, Sr. Presidente, porque essa política termina em 2019.

Por isso é que nós estamos numa expectativa muito positiva e coerente com os nossos quase 28 anos nesta Casa, sempre defendendo a mesma posição, mesmo quando éramos oposição e, hoje, quando estamos na Base do Governo. Nós não mudamos nunca de opinião ou de posição, até porque essa é a coerência que eu cobro até de mim mesmo, todos os dias, todos os dias, quando analiso os debates aqui, no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, neste meu pronunciamento, que vou deixar entregue à Mesa, faço toda uma projeção do presente e do futuro das contas da Previdência, que, no ano passado, deram um superávit de 54 bi. Se continuar esse superávit, que essa é a expectativa, até porque talvez não tenhamos mais a desoneração da folha em 20%, que deu um prejuízo em dois anos de 70 bi, significa que, daqui a 50 anos, nós teremos um superávit que vai ultrapassar toda e qualquer expectativa negativa daqueles que não querem que seja reajustado o projeto de lei, nos moldes em que foi aprovado na Câmara, dos aposentados e pensionistas.

Por fim, Sr. Presidente, quero só deixar registrado um pronunciamento que faço ainda sobre um tema sobre o qual já falei outro dia, que se refere ao Código de Trânsito. O que ocorre é que o Contran resolveu, ainda na época desse debate, editar uma resolução em relação aos interesses das placas dos veículos usados para o trabalho na área rural pelos agricultores. Preocupado com o setor e com as inúmeras manifestações da área – o meu Rio Grande do Sul tem uma produção agrícola muito grande –, foram realizadas reuniões e audiências públicas com os mais variados setores. Enfim, aprovamos o projeto.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porém, foi vetado, na época, pelo Executivo, mas foi mantida a redação da Medida Provisória nº 656, que dispensa o licenciamento a colheitadeiras, tratores e outras máquinas agrícolas.

O que acontece, Sr. Presidente? Veio agora um novo texto. O novo texto exigia apenas o registro em cadastro específico da repartição de trânsito para aqueles fabricados ou importados a partir de 1º de janeiro de 2015.

Sr. Presidente, nesse momento a Presidenta edita, então, outra Medida Provisória, a nº 673, de 2015, tratando da matéria em comento, porém com redação diversa daquela que havia sido aprovada nas duas Casas. Aí se criou de novo um impasse.

Sr. Presidente, quero concluir, porque meu tempo terminou.

Cumprimento o Relator da matéria.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Relator da última MP que atende ao segmento agrícola. *(Fora do microfone.)* O Relator da matéria construiu um texto que atende ao segmento agrícola e fica de acordo com os anseios dos pequenos agricultores.

Quero cumprimentar aqui o Deputado José Carlos Aleluia, Relator da matéria, que soube dialogar com todos os setores e, assim, deu seu parecer pela aprovação do PLV 8, de 2015, que vai contemplar os interesses das máquinas, enfim, dos tratores usados pelos agricultores na sua labuta, no seu dia a dia. Cumprimento também o Deputado Alceu Moreira, lá do Rio Grande, que foi quem apresentou o primeiro projeto nesse sentido.

Com isso, Sr. Presidente, peço a V. Exª que considere na íntegra os dois pronunciamentos. Esse em que eu falo da importância de esta Casa, na semana que vem, aprovar o projeto de salário mínimo...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...garantindo inflação mais PIB para a minoria *(Fora do microfone.)* de aposentados e pensionistas.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A ampla maioria não ganha mais do que quatro salários mínimos – eu diria que quase 80% ganham um salário mínimo – e já estão contemplados com inflação mais PIB. E dos outros 20%, Sr. Presidente, 95% ficam na faixa de três a quatro salários mínimos. O resultado é insignificante nas contas da Previdência, que se aproxima de R\$500 bilhões, com um superávit anual, repito, de 54 bi.

Agradeço a V. Exª, com muita convicção de que, na semana que vem, nós vamos aprovar. Não é nem dinheiro no bolso do aposentado. É uma proposta que aponta que o aposentado terá uma política salarial de inflação mais PIB, ou com o crescimento da massa salarial, a partir do ano que vem.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebi documento do deputado federal Arnaldo Faria de Sá, contendo análise do consultor da Câmara, Leonardo José Rolim Guimarães, sobre estimativa de “qual o impac-

to para a Previdência Social - a extensão do índice de reajuste do salário-mínimo ao ser aplicado, também aos aposentados”.

A MP 672/2015 estabelece que o salário mínimo, no período de 2016 a 2019, será reajustado, no mês de janeiro de cada ano, com aumento real equivalente ao crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB verificado no penúltimo ano, acrescido do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, a título de correção da inflação.

O PLV 9/2015 mantém o texto referente ao salário mínimo e determina que esse aumento aplique-se igualmente a todos os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Isto é, garante aumento real vinculado ao salário mínimo para os benefícios acima do salário-mínimo, bem como aqueles que podem ser menores que o salário-mínimo (salário família e auxílio-acidente).

O impacto da medida foi calculado considerando as seguintes premissas:

todos os valores estão em reais de janeiro de 2016, considerando uma inflação em 2015 de 8,7% (para os anos seguintes não se acrescentou a inflação, pois se perderia noção do impacto real); considerou-se um crescimento vegetativo dos benefícios do RGPS de 3,99% ao ano entre 2016 e 2019;

estimou-se queda do PIB em 2015 e um crescimento do PIB de 0,7% em 2016 e 1,81% em 2017, conforme expectativas do mercado divulgado pelo Banco Central do Brasil;

utilizaram-se as tábuas de mortalidade divulgadas pelo IBGE para estimar a duração dos benefícios após a vigência da Lei;

e estimou-se que essa medida não será prorrogada para os anos seguintes.

Portanto, estimamos todo o impacto da medida, ano a ano até 2050.

Enfatizo que o impacto referente ao período de 2020 a 2050 não se trata da continuidade da medida por lei posterior, mas sim a manutenção dos benefícios reajustados pelo PLV nº 9/2015.

O Impacto estimado até 2019 é de R\$ 8,3 bilhões, sendo apenas R\$ 2,2 bilhões até 2018. Já o impacto até 2050 fica em R\$ 86,7 bilhões, sendo R\$ 21,9 bilhões apenas no período entre 2019 e 2022. Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar um pequeno histórico dessa matéria, que se arrasta desde 2012, quando o deputado Alceu Moreira apresentou o PL 3.312.

O referido projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e veio ao Senado Federal em 2014, sob PLC 57/2013.

O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.

Ocorre que o CONTRAN resolveu, na época, editar uma resolução com dispositivos contrários aos interesses dos agricultores.

Preocupado com o setor e com as inúmeras manifestações do setor, foram realizadas reuniões e audiências públicas com os setores envolvidos para tratar da matéria.

O projeto foi aprovado, porem, vetado pelo Executivo Federal e, na sequência, o referido veto (Veto 5/2014) foi mantido em sessão do Congresso Nacional ocorrida em novembro do mesmo ano.

Posteriormente, por clamor dos agricultores, foi acrescentada à Medida Provisória 656/2014 a dispensa de licenciamento as colheitadeiras, tratores e outros maquinários agrícolas.

O novo texto exigia apenas o registro em cadastro específico da repartição de trânsito para aqueles fabricados ou importados a partir de 1º de janeiro de 2015 e novamente o assunto foi objeto de veto.

Nesse momento, a Presidente edita a Medida Provisória 673/2015, tratando da matéria em comento, porem com redação diversa da aprovada pelas duas Casas Legislativas.

O registro e licenciamento de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, determinado pela Resolução nº 281/2008, e pela Deliberação nº 87/2009, ambos do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), impõe custos elevados ao produtor rural.

Ademais, o trânsito de tais veículos e equipamentos em vias públicas ocorre raramente, não exigindo o emplacamento e os custos dos licenciamentos anuais.

As alterações sugeridas pelo setor revestem-se de grande relevância para a agricultura do país, especialmente porque nossa produção baseia-se na agricultura familiar, formada de pequenos agricultores.

Entendo que o relator da matéria construiu um texto que atende o segmento agrícola e se coaduna com anseios dos pequenos agricultores.

Quero parabenizar o Deputado José Carlos Aleluia, relator da matéria, pela apresentação do PLV 8/2015.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dalírio Beber.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Senador Paim, conhecemos as suas preocupações com relação aos nossos aposentados, e, com certeza, os demais Senadores têm essa mesma preocupação e deverão praticar o voto em favor da justiça com aqueles que ajudaram a construir este Brasil, especialmente no que diz respeito às aposentadorias de menor valor, que não têm permitido que esses aposentados tenham uma vida digna, exatamente no momento mais difícil da sua trajetória aqui conosco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nós temos a honra de conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias, que fala em nome da Liderança.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, estamos completando o primeiro semestre. São seis meses do novo mandato da Presidente Dilma, que, na sua conclusão, apresenta a fotografia da incompetência administrativa consagrada.

A pesquisa divulgada nesses dias é o atestado da incompetência absoluta: um recorde histórico de impopularidade do Governo. A popularidade da Presidente da República, no fundo do poço, retratando presidir um desgoverno, que teve como rotina a transformação da política em espetáculo midiático, em que o conteúdo comunicado é consumido e logo descartado. Não há compromisso com a realidade. No conjunto da obra, há mistura da incompetência com a corrupção, e as consequências são hoje identificadas, reconhecidas e lamentadas pelo povo brasileiro.

Exemplos não faltam, demonstrando o simulacro da realidade. Podemos dar alguns exemplos.

A fábula:

No dia 23 de janeiro de 2013, a Presidente Dilma se dirigiu à Nação para transmitir a seguinte informação: “Acabo de assinar o ato que coloca em vigor, a partir de amanhã, uma forte redução na conta de luz de todos os brasileiros. [...] A partir de agora, a conta de luz das famílias brasileiras vai ficar 18% mais barata.”

A realidade:

Em março de 2015, o jornal *Valor Econômico* publicou matéria informando que, no primeiro trimestre de 2015, o consumidor brasileiro viu a conta de luz subir 36,34%. Segundo cálculos do IBGE, num período de 12 meses, encerrados em março, essa alta chega a 60,42%.

Quem orientou, quem foi o especialista, quem foi o técnico, quem foi o gestor que orientou a Presidente a informar que daria um desconto de 18% e por que poderia oferecer esse desconto na tarifa de energia elétrica aos brasileiros? Quem paga essa conta? Quem é responsável por isso?

Outro exemplo.

A fábula:

Em campanha para a reeleição, em 2014, Dilma disse: “Não mexo em direitos trabalhistas nem que a vaca tussa.”

A realidade:

Em seu primeiro pacote de medidas, o Governo Rousseff anunciou mudanças nas regras de pagamento de cinco benefícios trabalhistas, dificultando o acesso ao abono salarial, ao seguro-desemprego, ao seguro-defeso, à pensão por morte e ao auxílio-doença.

Vamos adiante.

A fábula:

Do programa de Governo 2014, feito na medida para engabelar o eleitor brasileiro, merece destaque afirmações, como:

A política macroeconômica defendida nas campanhas eleitorais e executada nos governos do PT é baseada na construção de condições para a redução sustentável das taxas de juros, na flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais do País, na inflação baixa e estável, no rigor da gestão fiscal, na ampliação do investimento público...

A realidade:

Ao final do primeiro semestre, os brasileiros contam com o seguinte cenário realista: o dólar, no dia 1º de julho, fechou cotado a R\$3,145; a taxa Selic tem valor de 13,75%, uma das maiores do Planeta. A taxa de desemprego anunciada foi de 6,7% em maio, já a desocupação de jovens entre 18 e 24 anos chegou a 16,4%.

Mas, a propósito, Sr. Presidente, é bom dizer que 61 milhões de brasileiros que poderiam constituir força de trabalho ativa estão desocupados. São brasileiros desocupados e que não procuram emprego. Por isso não constam das estatísticas de desemprego anunciadas pelo Governo ao País.

Essa é uma realidade que não pode ser ignorada. Há um percentual, que pode chegar a 38%, de brasileiros que não constam das estatísticas de desemprego. São 61 milhões de brasileiros. É evidente que 38% da força de trabalho, desocupada, é uma tragédia para qualquer nação. A propaganda oficial de pleno-emprego do Brasil, em determinadas circunstâncias, é uma falácia.

A inflação oficial brasileira medida pelo IPCA teve aceleração em maio e chegou a 8,47% em 12 meses. O Boletim Focus, do Banco Central, informa que a inflação anual prevista para 2015, medida pelo IPCA, sobe há 11 semanas e chega a 9% na última.

Veja que a inflação domada pelo Plano Real, o monstro da inflação, destruído pelo Plano Real, renasce sob a égide da incompetência de um Governo que não sabe o que fazer com o País.

Além dos indicadores negativos, desastrosos, a população, perplexa, embaraçada, perturbada, decepcionada com o calote eleitoral que sofreu, depara-se dia a dia com revelações que envergonham as famílias brasileiras: a corrupção da Petrobras, a corrupção do mensalão, os escândalos sucessivos em vários ministérios e em outros setores do Governo.

Por unanimidade, os Ministros do Tribunal de Contas da União decidiram por dar 30 dias para que a Presidente defenda-se e explique os problemas identificados na sua administração, em relação às contas públicas, como as chamadas pedaladas fiscais, atrasos, pelo Tesouro Nacional, de pagamentos de compromissos a bancos públicos e a outros agentes, que precisaram utilizar elevados volumes de recursos próprios para pagar beneficiários de despesas do Governo, como os programas Bolsa Família, Seguro-Desemprego, Abono Salarial. De acordo com o tribunal, o levantamento desses recursos junto aos bancos públicos configura operação de crédito proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós estamos aguardando o desenlace desse episódio das pedaladas fiscais, que vem na esteira da contabilidade criativa, da mágica fiscal. O Governo, que adotou sempre o caminho do escamoteamento da realidade, para confundir opinião pública, mistificando sempre, apresentando números inverídicos, para tentar desenhar um quadro de prosperidade e desenvolvimento, que, na realidade, não se desenhava, não se descortinava.

Infelizmente, Sr. Presidente, o STF determina que o BNDES libere os dados de contrato sigilosos de empréstimos realizados pelo Governo através do BNDES. A caixa preta do BNDES ainda não foi quebrada. Espera-se a instalação de uma CPI no Senado Federal para que se abra essa caixa preta e se revele ao País os danos causados pelo desvio de finalidade da aplicação de recursos públicos, notadamente recursos oriundos dos trabalhadores, do esforço dos trabalhadores brasileiros: a poupança, o FAT, o FGTS.

Aliás, aí há um crime cometido, um crime de apropriação indébita. O Governo apropria-se dos recursos que pertencem aos trabalhadores, transferem esses recursos para beneficiar grupos econômicos no País e outros países, com os quais se identifica ideologicamente ou se aproxima ideologicamente, recursos que são subsidiados com esforço, com o suor, com o trabalho dos brasileiros. Com taxas de juros irrisórias de 2,5, de 2.6. E essa remuneração, que é oferecida pelo Governo ao trabalhador brasileiro, implica uma apropriação indébita, recursos que pertencem aos trabalhadores utilizados indevidamente pelo Governo para atender privilegiados outros.

Não é justo que o dinheiro, que é do trabalhador, seja remunerado a 2,5%, 3%, enquanto o brasileiro que vai ao banco para tomar um empréstimo é obrigado a pagar as elevadas taxas de juros vigentes no País, das maiores de todo o universo.

Nós podemos incluir entre as fábulas do Governo o que ocorre nessa verdadeira lição de caos do Fies: estudantes que reclamam de dificuldades para acessar o sistema do Fies e concluir a requisição de novos contratos, e também destacam as dificuldades dos pedidos de renovação, estão inseguros com entrada e a permanência no ensino superior.

É dessa forma que o Governo brasileiro cuida da educação no País.

A tragédia continuada.

Outra fábula:

Nos idos de fevereiro de 2014, a Presidente da Petrobras Graça Foster, pessoa de total confiança da Presidente Dilma, alardeou com pompa a aprovação, pelo Conselho de Administração da Petrobras, do Plano Estratégico 2030 e do Plano de Negócios e Gestão 2014-2018.

De acordo com o plano aprovado, a Petrobras investiria no de 2014 a 2018 US\$220 bilhões. A então Presidente, potencializando a notícia, informava que outros US\$63 bilhões deveriam ser aportados por empresas parceiras em projetos no Brasil, totalizando US\$283,6 bilhões.

Com base na cotação do dólar de 29/6, o embuste preparado para pavimentar a campanha à reeleição da Presidente previa investimento da Petrobras de R\$694 bilhões.

E qual é a realidade? Qual é a realidade da Petrobras? Todos os brasileiros hoje conhecem melhor o que aconteceu com a Petrobras, o assalto à empresa. A empresa, orgulho deste País, de reputação internacional imbatível, com quadros técnicos fantásticos pela eficiência e competência, especialmente na exploração de petróleo em águas profundas, a Petrobras foi destruída.

Em menos de um ano e meio após o lançamento falacioso desse ambicioso plano de investimento, a Petrobras o revisou e, no dia 29/6 agora, informou que o nosso investimento no período de 2015 a 2019 será de US\$130 bilhões. Com base na cotação do dólar, o investimento será de R\$410 bilhões, uma redução de R\$284 bilhões. Aliás, bilhões de reais são os números que se referem ao desvio e, sobretudo, aos prejuízos auferidos pelos sócios da Petrobras – brasileiros sócios, estrangeiros sócios –, sobretudo pela queda no valor patrimonial da empresa. Bilhões também dizem respeito ao endividamento da empresa, um dos maiores endividamentos do mundo, e certamente isso passará para a história.

Nós sabemos que a Petrobras está esgotada. Seu depauperamento decorre, principalmente, dessa sangria de recursos ocasionada pelo populista controle dos preços dos combustíveis nos anos recentes – mais de R\$60 bilhões –, o equivalente a quatro vezes o bônus de assinatura do campo de Libra; pelos pagamentos indevidos, R\$6,194 bilhões, referentes à taxa de corrupção; e desvalorização de ativos, R\$44,345 bilhões, decorrentes da má gestão. E 84% dos brasileiros acreditam que a Presidente da Petrobras tinha conhecimento da corrupção na empresa, conforme o instituto Datafolha, em março passado.

Enfim, Sr. Presidente, os números são tantos: perda do Tesouro Nacional; dos recursos do FAT, a que já me referi; do FGTS; do PIS/Pasep; com a catastrófica política do BNDES, aportes adicionais do Tesouro para o BNDES aumentaram significativamente, saltaram de R\$43 bilhões para R\$473 bilhões, em 2014. O uso desses recursos do FAT, do FGTS e do PIS, como fonte de financiamento do BNDES também saltou de R\$159 bilhões, em 2008, para R\$243 bilhões, em 2014. Por isso, fiz referência ao assalto ao bolso do trabalhador brasileiro.

Eu vou conceder, com prazer, os apartes solicitados, ao Senador Reguffe, com satisfação, este jovem Senador de Brasília que nos honra com sua presença aqui no Senado Federal, e também ao Senador Cristovam Buarque, outro Senador de Brasília. Não sei quem está em primeiro lugar. Reguffe, então, em primeiro lugar.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Alvaro Dias, eu quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Eu assinei nesta Casa os pedidos de instalação das CPIs da Petrobras, do BNDES e dos Fundos de Pensão, e até agora esta Casa não instalou nenhuma dessas Comissões Parlamentares de Inquérito. A da Petrobras ficou apenas na Câmara dos Deputados, e a do BNDES e dos Fundos de Pensão, apesar de terem atingido o número mínimo de assinaturas, não foram instaladas ainda nesta Casa. Eu espero que tudo sobre esses escândalos seja investigado a fundo, para o bem do contribuinte deste País. Nós vimos, no final de semana, a questão dessa delação premiada envolvendo o dono da UTC. Espero que tudo seja investigado a fundo e que, no final, todos aqueles que tiverem responsabilidade por dano ao Erário, por dano ao patrimônio público sejam punidos, sejam eles quem forem, e que os inocentes sejam absolvidos após o fim das investigações. Mas que tudo seja investigado a fundo. É isso que a sociedade brasileira espera. A sociedade brasileira hoje lê jornal e fica querendo cada vez mais distância de tudo o que diz respeito à política, pelos exemplos que vê. E isso não é bom, porque a pior coisa que pode ocorrer, neste momento, é isso vir junto de uma criminalização da atividade política. Porque a criminalização da atividade política não vai tirar da política o bandido, porque o bandido não está nem aí. Bandido justifica tudo no dinheiro sujo que ele ganha. A criminalização da atividade política vai tirar da política, justamente, a pessoa de bem, a pessoa que está ali pensando em servir a população e não se servir dela. Considero que o Governo Federal deveria estar atento para essas questões e quero aqui parabenizar a postura do Ministério Público e também da Polícia Federal, que está agindo como órgão de Estado e não de governo, nesse caso, para que se faça uma apuração – porque é isso o que o contribuinte deste País quer –, uma apuração rigorosa e que, no final, todos aqueles que tiverem provocado dano ao patrimônio público sejam punidos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senador Reguffe, a presença de V. Ex^a, sempre inteligente, ousada é um alento neste cenário de descrença generalizada que há no País em relação às instituições públicas.

Quando surge uma liderança jovem despontando no cenário nacional, sempre é motivo de alegria, de satisfação para todos nós.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam, para, depois, então, dar prosseguimento ao nosso pronunciamento e finalizá-lo rapidamente, Sr. Presidente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, eu quero primeiro pegar um detalhe, que é a taxa de inflação. O senhor citou a taxa de inflação no Brasil como quase 9%. Mas vale a pena lembrar que, quando a gente analisa o índice de preços das camadas mais pobres, essa taxa está em torno de 11%. São aqueles que são beneficiados por programas sociais e que são achacados, são surrupiados desses 11%, 12%, 13% por mês da renda que recebem. A gente esquece que há duas formas de fazer o tal do ajuste ou os cortes. Uma é cortar gastos, a outra é deixar que a inflação corte o produto que você leva para casa; você continua com R\$100,00, não corta nada, mas só leva o que vale 80%, quando a inflação é 20%. E nós aqui, Senador, muitos de nós alertamos que isso ia acontecer. O que mais entristece é saber que tudo isso era previsível, estava previsto, foi dito, informado, combatido aqui. Quando eu falei aqui que aquela redução das tarifas elétricas era uma demagogia e levaria a uma crise no sistema elétrico, lembro-me do ridículo como isso foi tratado por uma boa parte dos Senadores do PT que aqui estavam e de outros partidos que apoiam o Governo. Ridicularizavam a gente Diziam que isso era medo do impacto daquela medida sobre as eleições. Não, eu não estava preocupado. Sabia que era populista, sabia que era eleitoreiro. Mas eu não estava preocupado com isso. Eu estava preocupado com as consequências disso quando viesse o reajuste. Isso fizeram com o combustível e destruíram, de certa maneira, a Petrobras, porque o prejuízo da Petrobras não vem da propina. A propina desmoraliza; mas o que quebra é o preço freado dos combustíveis, por razões políticas, por interesses eleitorais, sabendo que, poucos meses depois, teria que haver reajustes, numa taxa muito maior do que aquela que seria se fosse feito paulatinamente. E aí estamos nós diante disso e continuando a alertar o Governo de seus erros, e continuando o Governo a ser superior a tudo isso, como se estivesse tudo bem. Nem mesmo o painel aqui, que eu fiz questão de fotografar no debate sobre o reajuste da Justiça, em que o PT ficou sozinho, coitado, solitário... Todos os outros partidos com uma posição, o PT com outra, na hora de decidir se invertermos a ordem de votação. Quando chegou a votação do mérito, até o PT liberou. Sozinho. Isso é prova de que acabou o tempo do rolo compressor nesta Casa. Durante anos, aplicaram o rolo compressor. Não dialogavam, não conversavam, não mudavam, não viam. Aí deu nisso. Agora está na hora de ouvirem. Mas isso por que a gente está passando hoje... Eu lembro que disse isso na época, de que a Presidente precisava de um médico que a ajudasse a ouvir e de um oculista que a ajudasse a ver, porque não está vendo nem está ouvindo. Dito e feito. A não ser que estivesse vendo e ouvindo do ponto vista puramente eleitoral, sem considerar os interesses do Brasil como Pátria, do povo como entidade. Foi uma pena. Pior é que continua ainda sem ouvir e sem ver, na arrogância que cega. Era isso o que eu queria dizer em relação ao seu discurso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, com seu talento, com seu preparo e inteligência, sempre acrescenta e valoriza qualquer pronunciamento nesta Casa.

Focalizou a questão dos mais pobres, e é óbvio que essa inflação da comida, sobretudo a inflação do supermercado, castiga duramente as famílias brasileiras. E o Governo transferindo a responsabilidade da crise. A justificativa é a crise. Vivemos uma crise sem precedentes, uma crise de profundidade. A responsabilidade é de outras nações. E o Governo transfere, na verdade, não a outras nações a responsabilidade, transfere à sociedade brasileira, que paga muito caro uma conta salgada que não pode pagar.

Veja, por exemplo, o Governo, através do BNDES, financia países como Cuba, Venezuela, Angola, gerando um prejuízo de US\$351 milhões de dólares (ou R\$ 1,1 bilhão) por ano aos trabalhadores brasileiros, em razão do subsídio nas taxas de juros, praticadas pelo BNDES com o dinheiro do trabalhador.

Enquanto isso, aqui no Congresso Nacional, a luta para impedir que os aposentados brasileiros possam ter o valor da sua aposentadoria reajustado de forma compatível com os índices inflacionários.

A injustiça é flagrante e dramática, atingindo, sobretudo, os mais pobres nesse País.

Com relação ao aporte do Tesouro Nacional, a situação é ainda mais grave.

O Tesouro capta recursos no mercado, pagando juros com base na taxa Selic (13,75%) e recebe do que aporta no BNDES juros com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP (5,5%). Em cálculo recente, o TCU estimou que esses financiamentos subvencionados pela União custaram ao contribuinte brasileiro, no período 2012-2015, R\$ 79 bilhões – quase R\$ 20 bilhões anuais.

Seguramente o Ministro Levy entendeu rápido que não se tratava de um instrumento de política econômica eficiente. Todavia, esse instrumento foi utilizado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores por 7 anos ininterruptos. O estrago foi monumental.

Um dos resultados: desequilíbrio fiscal significativo em 2014 e que se projeta em 2015: o Governo não está conseguindo corrigir, conjugado a pedaladas fiscais e maquiagens contábeis.

O declínio vertiginoso do poder de compra da população, empobrecimento, perdas para o poupador da caderneta de poupança.

Um dos investimentos mais tradicionais dos brasileiros, a caderneta de poupança, registrou a maior saída de recursos da história, em fevereiro de 2015. De acordo com o Banco Central, os saques superaram os depósitos em R\$ 6,2 bilhões em fevereiro. Foi o pior resultado em vinte anos, quando o Banco Central iniciou o levantamento, em 1995. A caderneta de poupança rendeu 0,59%, em fevereiro, e a inflação ficou em 1,22%. No acumulado de doze meses, de março de 2014 a fevereiro de 2015, a caderneta teve rendimento de 7,09%, contra 7,7% da inflação, medida pelo IPCA, uma perda de poder aquisitivo de 0,57%, segundo a consultoria Economatica.

Além da remuneração baixa, entre os motivos que ajudam a explicar o aumento dos saques da caderneta de poupança estão o maior endividamento das famílias e a inflação mais elevada, fatores que levam os consumidores a usar o dinheiro guardado para honrar seus compromissos.

Em abril último, o endividamento das famílias brasileiras chegou ao maior nível em uma década, elas comprometeram mais de 46% da renda anual com dívidas em bancos, financeiras e com o cartão de crédito.

Além do endividamento, o brasileiro vive, há três anos, perdendo poder de compra pelo não crescimento da economia e da forte desvalorização do real.

Para finalizar, Sr. Presidente, o resultado realista: os dados da pesquisa Ibope, divulgados nesta quarta-feira, mostram que o número de brasileiros que considera o Governo da Presidente Dilma ótimo ou bom caiu de 12% em março para 9% em junho, o número de pessoas que avaliam o mandato da petista como ruim ou péssimo subiu de 64% para 68%. No meu Estado, é de 87% o percentual de paranaenses que julgam péssimo o Governo da Presidente Dilma. Está no fundo do poço, em matéria de popularidade, e não acreditamos em mudança real para o País sem novas eleições. Que elas ocorram o mais rapidamente possível! Nós não queremos discutir se através de *impeachment*, se através de uma ação que tramita no Tribunal Superior Eleitoral, o importante é considerar que o povo brasileiro gostaria de encerrar esse ciclo dramático que coloca o País de pernas para o ar.

Os brasileiros estão angustiados, indignados, ansiosos e gostariam de mudar esse ciclo o mais rapidamente possível. Se isso não ocorrer, que seja em 2018.

Mas, mais importante do que mudar as pessoas, é mudar o modelo. Esse modelo promíscuo, que estabelece uma relação desonesta entre os Poderes, que instala um balcão de negócios para aparelhar o Estado brasileiro e abrir portas para a corrupção impede o Brasil de crescer. E nós só alcançaremos índices de crescimento econômico compatíveis com a grandeza desta Nação quando esse modelo for sepultado e substituído por um modelo republicano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a que me inscrevesse pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Certo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, eu gostaria de pedir também pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O documento da Liderança já está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Já está inscrito o Senador Cristovam.

Agora, asseguramos a palavra ao Senador Reguffe, que se inscreveu para uma comunicação inadiável.

Na sequência, fala o Senador Humberto Costa, pela Liderança do PT.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero falar hoje aqui, Sr. Presidente, sobre a questão dos impostos dos remédios, mas falar sobre a questão local do Distrito Federal.

Eu, nesta Casa, apresentei uma proposta de emenda à Constituição, na minha primeira semana como Senador, para proibir a tributação sobre remédios de uso humano no Brasil. Enquanto países como Inglaterra, como Canadá, como Colômbia não cobram impostos sobre remédios, no Brasil 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos.

Mas, na campanha do ano passado, Sr. Presidente, eu fiz uma proposta ao candidato a Governador que eu apoiei e que foi eleito, o Governador Rodrigo Rollemberg, de colocar no programa de governo, como compromisso de campanha, que ele não iria mais tributar remédios no Distrito Federal.

E eu criei uma fórmula criativa de isso ser feito, que era ele devolver para o consumidor do Distrito Federal os impostos sobre remédios, os impostos locais, o ICMS, através do Programa Nota Legal, que é o programa de nota fiscal eletrônica que existe no Distrito Federal.

O consumidor compraria os remédios pelo preço normal, mas, depois, receberia do Governo de volta o crédito com a integralidade dos impostos recolhidos sobre o ICMS, que é o imposto local. Dezessete por cento do preço de um medicamento no Distrito Federal correspondem ao ICMS. Portanto, a cada R\$100,00, o consumidor receberia de volta R\$17,00. A ideia era a de que o consumidor fosse à farmácia, comprasse o remédio e, dois dias depois, entrasse na internet e visse lá: “Comprei o remédio tal por tanto e tenho direito a tanto de crédito que vai ser devolvido, para mim, no ano subsequente, por meio do Programa Nota Legal.”

O argumento que se coloca é que não se pode cumprir isso por um problema de caixa e orçamento deste ano. Ora, é um argumento que não existe, porque não vai impactar nada no orçamento deste ano! O consumidor vai comprar o remédio neste ano e só vai receber, de volta, o crédito no ano subsequente por meio do Programa Nota Legal. Portanto, o impacto, no ano de 2015, se isso tivesse sido adotado no dia 1º de janeiro de 2015, é zero! Não haveria nenhum impacto: nem financeiro nem orçamentário neste ano. E mais: foi um compromisso. E compromissos na vida a gente deve assumir poucos, mas os que a gente assumir, a pessoa de bem tem a obrigação de honrar um por um. E mais, Sr. Presidente, a tributação tem que ser sobre o consumo supérfluo, não sobre o que mexe com a saúde das pessoas, com a vida das pessoas. Existem famílias que gastam mais de R\$3 mil por mês com medicamentos de uso contínuo. Essa é a vida real das pessoas!

Cabe ao Estado produzir uma solução para atenuar isso. O correto seria o Governo distribuir medicamentos gratuitos para toda população. Quando alguém tivesse uma dor ou uma doença, que o Estado oferecesse os medicamentos de forma gratuita. Mas, na impossibilidade de o Estado brasileiro distribuir medicamentos gratuitos para toda população, o mínimo que o Estado brasileiro deve fazer é não tributar esses medicamentos.

O Distrito Federal poderia ser exemplo para o Brasil ao cumprir o que foi oferecido à população no programa de governo da campanha do ano passado pelo então candidato a governador.

Eu vejo, às vezes, as pessoas tratarem essa questão dos impostos dos remédios como se fosse uma coisa menor: “Isso aqui é uma coisa menor”, é menor para quem não tem que comprar remédio todos os meses.

Eu recebo vários *e-mails* no meu gabinete contando casos e mais casos. Ninguém compra um remédio porque quer, a pessoa compra porque precisa. Ninguém compra remédio por lazer, a pessoa compra por uma necessidade.

Então eu faço um apelo aqui ao Governador Rodrigo Rollemberg, que é uma pessoa de bem, para que adote essa medida no Governo do Distrito Federal. O Distrito Federal vai ser exemplo para o Brasil, e ele estará honrando algo a que ele se comprometeu na campanha com a população.

Eu concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª. Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Senador Reguffe, eu há pouco usei a mesma tribuna que V. Exª está usando para tratar da crise que a saúde no País está vivendo. As santas casas e os hospitais filantrópicos respondem por 42% de todo o atendimento do SUS no País, e a dívida do SUS com essas instituições chega a R\$9,8 bilhões. Eu também falei de uma preocupação que eu tenho, abordada muito bem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial, sobre uma decisão da ANS – e já abriu consulta pública – para retirar do rol dos medicamentos para tratamento do câncer a chamada quimioterapia oral, que é parte de uma lei de minha autoria, já está em vigor, sancionada pela Presidente Dilma sem nenhum reparo, nenhum veto, retirar os direitos dos usuários, mas, ao mesmo tempo, falei também que a ANS autorizou um reajuste das mensalidades. Para minha grata surpresa, ao passar aqui, no corredor, o câmara da TV Senado me para e diz: “Senadora, muito bem pelo o que a senhora falou, eu pagava R\$200 e agora pago R\$800...”

(Soa a campanha.)

A Srª. Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... e a agência quer retirar.” Em vez de fazer a interface da defesa do usuário, que é o cliente do plano, com a concessionária operadora da saúde suplementar, ela olhou só para um lado. É claro que eu não quero desequilíbrio nem falência de ninguém, mas eu acho que é preciso tratar essa questão com o equilíbrio e a responsabilidade que se tem. A nossa saúde está na UTI, Senador Reguffe, e a apresentação de V. Exª sobre os problemas que vive não apenas o Distrito Federal, mas, o meu Estado, há santa casa fechando leito, hospitais filantrópicos fechando também leitos, em Santa Maria e em outras cidades do meu Estado, a própria Santa Casa, em Porto Alegre... Então, estamos vivendo momentos de grave situação para as pessoas que precisam demandar saúde. Então, quero me congratular com o pronunciamento de V. Exª e falar também sobre essa questão.

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu só pediria à Presidência um pouquinho de tolerância, porque a Senadora Ana Amélia abordou aqui um tema muito importante neste País.

A Senadora Ana Amélia apresentou um projeto nesta Casa, que tive a honra e o orgulho de relatar na Câmara dos Deputados – inclusive, consegui aprovar meu parecer; depois, nós aprovamos o projeto; e, depois, a ANS regulamentou –, que obriga os planos de saúde a terem que arcar com o tratamento de quimioterapia oral. E, agora, a Agência Nacional de Saúde Suplementar está querendo retirar isso do rol dos seus procedimentos autorizados. Isso é absolutamente inaceitável, Senadora Ana Amélia! Para o câncer de rim, por exemplo, só existe tratamento de quimioterapia oral. Não existe outro tratamento que não seja o de quimioterapia oral. Então, isso é uma irresponsabilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Isso é uma vergonha!

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E mais: a Agência Nacional de Saúde Suplementar existe para regular esse serviço público e para defender os consumidores deste País e não para representar interesses comerciais. Quando ela adota essa medida, ela está agindo em favor de interesses comerciais e não em favor do povo brasileiro.

Eu me somo aqui a V. Ex^a. Eu tive orgulho de relatar o projeto de sua autoria na Câmara dos Deputados e de ter dado uma contribuição para que, hoje, os consumidores de planos de saúde tivessem o tratamento de quimioterapia oral custeado pelos planos. E os planos de saúde, dois anos depois, resolvem criar um *lobby* e fazer a ANS revogar a medida. Então, é algo absolutamente inaceitável. Se a ANS levar isso à frente, ela vai pela contramão dos interesses dos consumidores deste País. Talvez, Senadora Ana Amélia, nós tenhamos que fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa para investigar isso, porque não há justificativa plausível para essa atitude da ANS, a não ser que os interesses comerciais ali estejam sendo muito bem prevalecidos por questões que nem eu nem a senhora sabemos quais são. A nossa responsabilidade é defender o consumidor.

E, por último, para encerrar, Sr. Presidente, eu apelo ao Governador do Distrito Federal para que ele adote essa medida, que deveria ter adotado no dia 1º de janeiro. É uma medida importante para a população do Distrito Federal. O Distrito Federal vai ser exemplo para o País. Só quem compra um volume grande de remédios todos os meses sabe a dificuldade para comprá-los. E cabe ao Governo agir e interferir para tornar a vida dessas pessoas um pouco menos difícil e a compra desses medicamentos, um pouco mais acessível.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. Dalírio Beber deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) –

ORDEM DO DIA

Será rápido, Senador Humberto.

Como existe o trancamento de pauta em decorrência da leitura, ontem, de duas medidas provisórias, nós vamos, rapidamente, votar e adiantar a pauta da seguinte forma.

Nós temos o item 9, que é só andamento de discussão, e, portanto, eu coloco.

Item 9:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2013

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2013 (nº 90/2011, na Câmara dos Deputados, tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina), que *dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social*.

Parecer favorável, sob nº 335, de 2014, da CCJ, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias.

Hoje, transcorre o quinto e último dia de discussão da matéria, em primeiro turno.

As senhoras e os senhores que queiram discutir... *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria volta à pauta no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) –

Item 10:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011, do Senador Paulo Bauer e outros, que *altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988*. Parecer sob nº 39, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Esse foi um compromisso feito ontem, em plenário, por mim, com vários membros da Bancada, e, portanto, nós estamos tendo a segunda sessão de discussão da proposta, em primeiro turno.

O Relator foi o Senador Luiz Henrique, que iniciou um brilhante trabalho sobre essa questão, e continuará com a designação de Relator de Plenário.

Portanto, as senhoras e os senhores que queiram discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 71 podem fazer a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) –

Item 11:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 78, DE 2013

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013, (nº 368/2009, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação*.

Parecer favorável, sob nº 201, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Walter Pinheiro.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por solicitação do Senador Vicentinho, vamos votar agora:

REQUERIMENTO Nº 401, DE 2015

Solicita o desapensamento da PEC nº 52, de 2012, das PECs nºs 102/2011, 40/2012, 19/2013, 51/2013 e 73/2013, a fim de que tenham tramitação autônoma, que inclui a Polícia Hidroviária Federal entre órgãos de segurança pública.

Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por fim, o último item da pauta.

Essa matéria foi votada hoje na Comissão de Relações Exteriores, muito bem relatada pelo Senador Antonio Anastasia.

Item extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2015 (nº 1.664/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961*.

Parecer favorável, sob nº 390, de 2015, da CRE, Relator: Senador Antonio Anastasia.

Nós estamos um pouco atrasados na votação dessa matéria no Congresso Nacional.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que desejam discutir... *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto de decreto legislativo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2015 (nº 1.664/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção sobre
a Eliminação da Exigência de
Legalização de Documentos Públicos
Estrangeiros, celebrada na Haia,
em 5 de outubro de 1961.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto da Convenção encontra-se publicada no DSF de 12/06/2015.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por conta de entendimentos, encerrada a Ordem do Dia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pela ordem, o Líder do PT, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria saber se é possível votar um requerimento de minha autoria, que pede que o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico, possa ser submetido também ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos. Se puder V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – O requerimento está sobre a mesa, ou V. Exª o está entregando agora?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu acho que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Qual é o número do requerimento?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não tenho o número aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – A Mesa informa, Senador Humberto, que, para votar o requerimento, é necessário que a matéria chegue à Mesa. Não foi enviada ainda. Então, eu peço à Mesa que providencie a vinda da matéria para que, na próxima terça-feira, com a Ordem do Dia, nós possamos votar o requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Seguindo a lista de oradores, como Líder, o Senador Humberto Costa. Em seguida, o Senador Valdir Raupp.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, o Brasil assistiu estarecido, na madrugada de hoje, a uma das maiores violações institucionais perpetrados contra a Constituição Federal na nossa história. Paralelo igual talvez só tenha sido registrado no período da ditadura militar, quando as leis existiam apenas para serem usadas em favor dos generais de plantão e, se não atendiam aos seus interesses, eram torturadas até que os servissem como eles desejavam.

Pois bem, nesta madrugada, o Presidente da Câmara dos Deputados, com a lamentável conivência de mais de três quintos dos Parlamentares daquela Casa, vilipendiou a nossa Carta Magna para submetê-la aos seus caprichos. Agindo como um déspota, colocou em votação uma matéria derrotada no dia anterior, simplesmente porque não aceitou ser vencido pela vontade soberana do Plenário. O Presidente da Câmara e seu grupo sectário cometeram essa atrocidade institucional, movidos pelo desejo de encarcerar adolescentes. Foram vencidos na votação da PEC da redução da maioridade penal na madrugada da terça-feira, mas, contrariados uma vez que perderam, apresentaram uma proposta alternativa, para que a sua obstinação desarrazoada viesse a prevalecer.

Independentemente da posição que se tenha em relação ao tema, nenhum brasileiro pode aceitar que a Constituição Federal seja deliberadamente destruída da forma como foi pela Câmara dos Deputados. Uma Casa que tem a função de criar leis violentou a mais Alta Norma do País. Com a finalidade de apenas meninas e meninos com menos de 18 anos, Deputados Federais transitaram pela zona delituosa do arbítrio. Dessa forma, a PEC aprovada nesta madrugada é tão ilegal quanto qualquer conduta que aqueles Parlamentares pretendam criminalizar.

Eu espero sinceramente que, antes mesmo de essa barbaridade chegar ao Senado, onde será combatida com todo vigor pela nossa Bancada, do mesmo jeito que o foi na Câmara, o Supremo Tribunal Federal exerça o seu papel de guardião da Constituição e impeça a marcha desse equívoco legislativo. Se assim proceder, o STF não estará fazendo qualquer ingerência indevida sobre o Poder Legislativo. Antes de tudo, ele estará preservando o Congresso Nacional de uma vergonha histórica.

Essa violência ao texto constitucional é preciso ser denunciada a todo o Brasil. Ela foi cometida pelo que há de mais conservador e atrasado dentro deste Congresso Nacional, por uma corrente capitaneada pelo Presidente da Câmara, que agrega a chamada Bancada da Bala, aos quais, estranhamente, o PSDB tem-se associado.

E eu digo estranhamente, porque o PSDB nasceu da luta pela redemocratização, mas, já há algum tempo, está sob direção errática, adotando posturas incompatíveis com a sua história. É incompreensível que os Deputados tucanos tenham-se perfilado, obediamente, ao obscurantismo da Câmara e, esmagadoramente, anuído com a violência constitucional para impor à sociedade o encarceramento da juventude.

Assisti, há poucos dias, com muita atenção, ao discurso da nossa colega, Senadora Lúcia Vânia, que, desta tribuna, anunciou o seu desligamento do PSDB, depois de mais de duas décadas de filiação – ela, um respeitado quadro do Partido, que foi Ministra do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Dizia a Senadora Lúcia Vânia, numa brilhante análise da conjuntura atual – abre aspas:

Hoje, me sinto desconfortável no Partido. Talvez eu não tenha tido a capacidade de fazer a transição para este novo momento. Não acredito em uma oposição movida a ódio. Preocupa-me a interpretação que parte da oposição faz da indignação das ruas. Nós estamos adubando os caminhos para os extremos, para os radicais se aninharem em todos os espaços da vida nacional. Nós estamos estimulando a violência, no lugar de buscarmos alternativas inteligentes para combatê-la.

Fecha aspas.

De forma que não posso deixar de concordar que o PSDB, lamentavelmente, tem-se posicionado como um Partido irascível e retrógrado, radicalizado à direita, estimulando movimentos que querem meter o Brasil na idade das trevas.

A pauta do PSDB, para assombro de muitos integrantes do próprio Partido que têm criticado ou tomado distância dela, é a do “quanto pior, melhor”. O Partido, que se vendia como o da responsabilidade fiscal, virou agora um grupo que vota por medidas de estouro das contas públicas e que aplaude pautas que se propõem a levar o País à bancarrota. Aprovam o desmantelamento da Previdência Social, prejudicando o futuro das aposentadorias brasileiras. Defendem aumentos salariais de até 78% para servidores públicos. E, nesta madrugada, mostraram a proposta que têm a oferecer para a juventude brasileira: a cadeia!

Já se foi o tempo em que o PSDB vivia no limite da irresponsabilidade, agora ele atravessou definitivamente o Rubicão. Encarcerar jovens é uma medida covarde, é usar o poder do Estado para punir quem precisa de apoio, é exercer a força contra o mais fraco – neste caso, contra jovens pobres e negros.

O PSDB está ficando muito à vontade com isso, com essa prática de opressão e de despotismo. Vai à Venezuela com dedo em riste para investigar nosso vizinho, mas não tem a coragem política de ir aos Estados Unidos falar grosso sobre Guantánamo. Disputa eleição, perde e fala de fraude eleitoral; depois, fala de *impeachment* e, agora, de renúncia. Enfim, é um *modus operandi* similar ao do Presidente da Câmara, ao qual os tucanos estão cada vez mais associados. Democracia só vale se eu ganho; se eu perco, não aceito e quero mudar as regras do jogo.

É lamentável! Vamos, no Senado, oferecer toda a nossa oposição a essa mentalidade fascistoide que querem frutificar no País. Essa violência, esse ódio, essa intolerância, toda essa onda perversa com que muitos pretendem sufocar o Brasil será vigorosamente combatida por nós. Do que precisamos? É de regras que melhorem o País. Isso não se confunde com ceder a fundamentalismo, com se dobrar ao atraso mental, com retroceder em direitos e em garantias fundamentais que conquistamos com muita luta.

Essa postura não nos oferece soluções para enfrentar nossos problemas; pior que isso, contribui apenas para gerar mais ignorância e mais preconceito na nossa sociedade.

Quero aqui reafirmar nossa confiança na palavra do Presidente desta Casa, que já antecipou sua posição de que devemos discutir o tema da maioria penal de forma adequada e respeitável, sem atropelos, acima de tudo envolvendo a própria sociedade como um todo.

Tenho certeza de que aqui vamos travar um debate sério sobre isso, sobre as causas e sobre os efeitos que a delinquência juvenil produz e sofre. Portanto, acredito que aqui vamos tratar desse tema com o respeito que ele merece e, acima de tudo, com o respeito que a Constituição brasileira merece.

Cedo um aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, primeiro, não quero entrar nesse Fla-Flu, nesse PT-PSDB, que são dois grandes partidos. A meu ver, o Brasil está precisando de um discurso alternativo a ambos. Não entro nisso. Agora, quero aqui estar ao seu lado nessa luta para denunciar duas coisas. A primeira é a manipulação constitucional de ontem, esse gesto de autoritarismo que a gente viu na Câmara, que a mim lembrou quando esta Casa declarou vaga a Presidência da República com João Goulart ainda no Território nacional, mais ou menos na mesma hora, aliás. Creio que foi um gesto autoritário, manipulador do Regimento, mas tão grave foi a razão para se fazer isso. Tivesse feito um gesto como aquele visando a abolir a escravidão, visando a dar um passo adiante, mas foi um gesto de manipulação do Regimento Interno para dar um passo atrás na maneira como este País deve tratar a sua infância, inclusive aqueles da infância que saíram da linha, que estão, como se diz por aí, fora da curva e que cometeram crimes, inclusive crimes bárbaros. Esta Casa não serve para promover vingança, mesmo quando o povo tem razão em querer vingança diante da criminalidade bárbara praticada por alguns com menos de 18 anos de idade. Esta Casa, eu diria, nem mesmo serve para promover a punição. Esta Casa serve para promover a proteção – e aí tem de prender mesmo aqueles que ameaçam a segurança da sociedade – e para recuperar os que cometeram crimes e ainda são recuperáveis, que é a quase totalidade deles. Estamos fazendo exatamente o inverso. E, pior ainda, estamos fazendo isso em busca de votos. A opinião pública tem todo o direito e a razão de estar indignada, com raiva, querendo

– vou dizer a expressão certa – o sangue daqueles que tiraram sangue de inocentes. Estão querendo isso. Em busca da ilusão destes, em busca dos votos, estão tomando posições irresponsáveis como essa, que não vão diminuir a criminalidade, que não vão resolver nenhum problema. De fato, vão punir e atender o sentimento de vingança que a população tem, corretamente. Não nego que, quando se veem as cenas que a gente vê, a vontade é essa. Mas, como indivíduo, como pessoa, como representante do povo, olhando por longo prazo, não temos o direito de ser a Casa da vingança. Temos a obrigação de ser a Casa da justiça, da segurança! E aí temos de segurar algumas dessas pessoas, para que não venham a cometer crimes outra vez. Temos de tentar recuperar essas pessoas. Creio que foi uma vergonha. Para concluir, depois de duas vergonhas – a manipulação e a razão da manipulação –, houve a mudança de posição em 24 horas. Isso não se vê numa Casa Parlamentar séria, sobretudo mudança em 24 horas sobre uma reforma na Constituição! Reforma da Constituição, nos outros países sérios, pelo menos, é feita de décadas em décadas, não em 24 horas! Numa hora, decide-se uma coisa; outra hora, decide-se outra coisa. E é uma reforma à Constituição, uma coisa que deve procurar ser permanente, que exige debates muito profundos, como também o que está se querendo fazer com a Petrobras. Nem rechaço a proposta que o Senador Serra está nos trazendo, porque temo que a Petrobras não tenha condições de explorar esses poços a tempo de nos dar uma renda. Mas não se pode aprovar isso depressa. Isso exige uma reflexão muito profunda sobre as consequências para a economia brasileira de deixar poços tapados por causa de falta de recursos da Petrobras. Mas também não se deve tirar a proteção a essa empresa maior da cidadania e da Pátria brasileira. Então, sou solidário com sua preocupação e espero que a gente traga isso para esta Casa e barre esse gesto. Não vou dizer que ele seja insano, porque, na cabeça deles, a intenção é a de ganhar voto, e é possível que consigam isso, aproveitando-se da raiva que a população hoje vive. Mas aqui não se legisla com raiva, aqui se legisla com responsabilidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo integralmente ao meu discurso, tirando a parte do Fla-Flu.

Ouçõ, com atenção, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que tenho plena concordância com o conteúdo, com a problemática que V. Exª traz ao Plenário deste Senado Federal. Não quero entrar no mérito da questão da maioria penal. Teremos muito debate pela frente. Também comungo com suas opiniões e com a opinião agora expressa, manifestada pelo Senador Cristovam Buarque. Tenho procurado acompanhar de perto o debate na Câmara e, quanto mais acompanho os debates, mais me convenço de que o caminho não é a diminuição da maioria penal, de jeito nenhum, não só pelo fato em si, mas pelas consequências que isso pode trazer. Uma menina agredida aos 16 anos de idade é uma menor de idade, mas, após as mudanças, ela não será mais menor de idade. Uma menina de 16 anos agredida não será mais uma menor de idade. Se ela for estuprada, ela não será mais uma menor de idade aos 16 anos, caso o projeto vingue. Quero reforçar o que V. Exª fala a respeito dos métodos que vêm sendo adotados pela Câmara. Tive a notícia agora de que alguns partidos políticos já ingressaram, mais uma vez, no Supremo Tribunal Federal. Não é a primeira vez. Não foi com essa matéria, mas, anteriormente, Senador Cristovam, também na votação do financiamento privado de empresas para campanhas eleitorais, houve a mesma coisa: em um dia, a proposta foi rejeitada; promoveu-se uma mudança, e se aprovou em outro dia, sabe-se lá com que método utilizado! Então, V. Exª tem razão, Senador. É preciso que debatamos mais. A Câmara vem debatendo, e precisamos apoiar as forças progressistas daquela Casa, que não pode viver nessa instabilidade e incerteza. As coisas só param de ser debatidas a partir do momento em que o Presidente da Câmara aprova aquilo que seja de seu interesse. Cumprimento-o pela coragem e pelo tema importante que traz a esta Casa, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo integralmente ao meu pronunciamento.

Quero agradecer à Presidenta a tolerância com o tempo. Quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Valdir Raupp.

Em seguida, falará o Líder do PDT, Senador Cristovam Buarque, e, na sequência, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, nos

meses de junho, de julho, de agosto e de setembro, Rondônia se transforma em verdadeiro palco para diversas exposições agropecuárias, todas aguardadas dentro do calendário do agronegócio do Estado e do País.

Aliás, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já começou no mês de maio a Rondônia Rural Show, que não é uma feira agropecuária, que é uma feira de negócios, do agronegócio, que está realmente um verdadeiro *show*. Rondônia Rural Show, idealizada pelo Governador do meu Estado, Confúcio Moura, meu companheiro de Partido, teve sua quarta edição este ano, do dia 27 a 30 de maio, e comercializou mais de R\$700 milhões. Ela vem crescendo a cada ano e já é a quinta ou a sexta maior feira de negócios do Brasil.

Ontem, na cidade de Buritis, cidade que tive o privilégio de implantar como Governador do Estado de Rondônia, cidade que já tem aproximadamente 40 mil habitantes, teve início a 2ª Exposição Agropecuária, uma feira nova ainda, a Expobur. Essa exposição é realizada pela Associação de Pecuaristas e Agricultores de Buritis (Apab), que tem como objetivo desenvolver a agricultura e a pecuária em toda aquela região.

No Município de Vilhena, no sul de Rondônia, iniciou-se ontem também uma das feitas mais antigas de Rondônia, a 30ª edição da Exposição e Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Vilhena (Expovil). A estimativa diária de público nessa feira, nesse evento, é de 25 mil pessoas por dia. Parabéns a Vilhena por iniciar mais uma grande feira agropecuária!

No próximo sábado, dia 4, em Ji-Paraná, será a abertura da 36ª Expojipa – esta, sim, é a mais antiga, Sr^a Presidente –, em que se aguarda um público de 200 mil pessoas durante os nove dias do evento, que se inicia no dia 4 e que vai até o dia 12.

Todas essas exposições são de extrema importância para Rondônia, pois, além de movimentar a economia de diferentes regiões do Estado, proporciona lazer e diversão para toda a população.

Parabéns mais uma vez a Vilhena, Buritis e Ji-Paraná, por estarem realizando suas feiras agropecuárias.

As programações são das mais diversas. Vão desde as cavalgadas, que antecedem a realização dos eventos e que reúnem sempre milhares de pessoas aos *shows*, com artistas nacionais, aos rodeios e aos leilões.

A cada ano, maior número de pessoas participa dessas feiras, o que demonstra o sucesso desses eventos e o vigor do nosso Estado, o que contribui sobremaneira para o desenvolvimento do País.

Nesse mesmo passo em direção ao futuro, não posso deixar de destacar as feiras que já foram realizadas no mês passado. São elas a 9ª Festa Agropecuária de Cerejeiras; a 10ª Agrishow Jaru; a 13ª Expoeste, de Espigão do Oeste; a 28ª Expocol, de Colorado d'Oeste; a Exposição Feira de Monte Negro; a 6ª Expomig, de São Miguel do Guaporé; e a 10ª Expour, em que estive presente no último final de semana, na cidade de Urupá.

Por último, convido todos os Parlamentares para prestigiarem as exposições do meu Estado. A Ana Amélia, nossa Presidente, já esteve em Ji-Paraná, acho que na 3ª Rondônia Rural Show. Visitou a cidade de Rolim de Moura, a cidade onde fui prefeito por duas vezes, foi até a região do Cassol, Santa Luzia, próximo de Rolim de Moura.

Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Faço este convite a todos os Parlamentares, se não este ano, algumas já passaram, mas, ainda este ano, nas que virão, estão convidados para comparecer às nossas feiras agropecuárias do Estado de Rondônia, que têm feito do meu Estado um grande produtor, um Estado de forte crescimento, crescendo sempre acima da média nacional. Este ano, Rondônia deve crescer em torno de 5% do PIB. Enquanto o Brasil cresce negativamente, Rondônia cresce positivamente. Houve anos em que crescemos igual ao crescimento chinês, ao crescimento da China.

Pela nossa formação histórica, que uniu gente dos diferentes cantos deste imenso País, todos se sentirão em casa. Essa nossa mesma história também demonstra que o povo de Rondônia é acolhedor, é um povo muito carinhoso. Serão todos bem-vindos. As mãos que se estendem aos visitantes são as mesmas que produzem as riquezas que estarão expostas nas nossas feiras.

Sr^a Presidente, antes de encerrar esta fala sobre as feiras agropecuárias de Rondônia, eu queria parabenizar todos os integrantes do Corpo de Bombeiros do Brasil, em especial do meu Estado de Rondônia, pelo transcurso do seu dia. Estamos comemorando o Dia do Bombeiro, instituição que respeito e admiro. Quando Governador, transformei o Corpo de Bombeiros em uma entidade independente da polícia, que tem hoje o seu próprio orçamento, a sua própria estrutura. Isso tem dado certo em todo o Brasil.

Em nome do meu motorista, que é aposentado do Corpo de Bombeiros, cabo do Corpo de Bombeiros, Sr. Paulo Sales Ribeiro – eu só o conheço como o Seu Sales –, profissional dedicado e competente, eu quero parabenizar todos os bombeiros de todo o Brasil.

Fica aqui a minha pequena homenagem a esses grandes profissionais do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Meus cumprimentos, e a Mesa se associa à homenagem aos bombeiros, prestada pelo Senador Valdir Raupp.

Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PDT, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Como Líder. Sem revisão do Orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nós, os Líderes deste País, Senador Benedito, seja do Executivo, seja do Parlamento, não temos a menor pressa, Senador Lasier, Senador Raimundo, de irmos adiante na garantia de escola para todas as crianças deste País. Nenhuma pressa. O meu projeto pode não ser o melhor, mas é uma proposta de federalização, e está aqui desde 2008. Foi votado nesta semana. E outros muitos que há por aí. Nenhuma pressa.

Entretanto, a gente viu, ontem e antes de ontem, a pressa de votar duas coisas, Senadora Ana Amélia, tão fundamentais, como a questão da violência infantil, que é uma questão, sim, que temos que debater – não podemos fechar os olhos, as coisas não estão boas –, e a rapidez com que se quer voltar, tirar da Petrobras a exploração do petróleo, do pré-sal. Duas pressas, dois problemas fundamentais, que não nego, e que a gente quer votar aqui na maior carreira.

Ontem e antes de ontem, vimos a vergonha de, numa noite, a Câmara recusar o projeto de emenda constitucional para reduzir a maioria penal. Na outra noite, aprova.

Se se disser, no mundo, que é possível fazer uma reforma da Constituição mudando de posição em 24 horas, isso será motivo de chacota em todas as partes do mundo. Chacota essa mudança de posição em 24 horas! Agora, se fosse uma mudança de posição para a gente abolir a escravidão, para dar um salto na sociedade, para retomar a democracia em 1985, continuaria sendo algo estranho, esquisito, mas, pelo menos, a gente diria: há uma justificativa moral. Mas o que a gente fez não tem justificativa moral. Não tem! Porque o que se está querendo é atender a um sentimento forte de indignação, de raiva, que hoje a sociedade brasileira tem, diante do fato de que há uma quantidade de crimes violentos, cometidos por menores de 18 anos que são soltos rapidamente. Há uma indignação. Há uma raiva. Há um desejo de vingança. Há um desejo de sangue! E, se alguém começar a falar em pena de morte, é capaz de haver um grande apelo na sociedade brasileira, quando a gente vê certos crimes que estão aí.

Mas nosso papel como Parlamentares não é promover vingança. É promover responsabilidade, Senador Lasier. É analisar como enfrentar esse problema, vergonhoso, atroz, da violência juvenil, de que o Brasil hoje é campeão mundial. É preciso dizer isso. Há outros países que podem ter até mais violência do que nós do ponto de vista de guerras civis, mas, do ponto de vista da violência urbana juvenil, nós somos os campeões. Como enfrentar isso, e não se está discutindo?

Todos sabem que, a médio e a longo prazo, a saída é colocar essas crianças na escola. E o dia inteiro. Se possível, combinando com trabalho, do ponto de vista educacional, Senador Benedito. Retirá-los, como o senhor me dizia há pouco – e eu confesso que nunca tinha pensado nesses termos –, do tráfico. Hoje, como o senhor dizia, há crianças sendo treinadas pelo tráfico, educadas pelo tráfico.

Uma professora me dizia que consultou os alunos dela, Senadora Ana Amélia, perguntando o que eles queriam ser quando crescessem, cada um. E um deles disse: “pedreiro.” Ela perguntou: “Por que pedreiro?” Ele disse: “Porque a gente ganha muito dinheiro.” E ela perguntou de onde ele tinha tirado isso. Ele disse: “Eu quero, sim, ser traficante de pedras de *crack*.” Chama-se pedreiro! Um menino, 12 anos, com a sua carreira sendo determinada pelo dinheiro!

É nisso que a gente deveria estar trabalhando. Aí alguns dizem: “Mas isso vai demorar, e como é que a gente faz agora?” Não é reduzindo a maioria penal que se vai reduzir a criminalidade. Isso pode até reduzir a idade dos que praticam crimes com menos de 16 anos, para poder fugir da punição.

Nós temos que discutir com seriedade esse tema. Ontem, o Senador Randolfe apresentou formalmente a ideia de o Presidente Renan criar uma comissão para discutirmos o problema da violência cometida por menores de idade. Vamos discutir como é que se faz isso. Aí também é preciso que aqueles defensores da atual maioria tenham bom senso, ou seja, devemos discutir como vamos proteger a sociedade de menores que, depois da sua punição, reclusão de três anos, podem representar ameaças à sociedade. A gente tem que saber o que fazer com eles. Não se pode também fechar os olhos e soltar aqueles – eu acho que são raríssimos – que a gente sabe que vão reincidir e cometer crimes. Temos que ter um tratamento especial para eles. Para isso, não é preciso baixar a maioria penal. Vamos discutir, vamos conversar, vamos procurar o caminho para evitar isso.

Quanto à Petrobras, eu sou um dos que reconhecem que da maneira como a Petrobras, hoje, está, e por culpa do Governo que está aí, e não foi por falta de alertas aqui de que o baixo preço do combustível, para ganhar a eleição, ia provocar quase essa “quebra”, entre aspas, da Petrobras, com essa crise, a Petrobras não terá condições provavelmente de explorar os campos de petróleo do pré-sal na velocidade que o Brasil precisa, inclusive os *royalties* que a educação precisa, embora não vá resolver o problema educacional brasileiro os *royalties*

do pré-sal. Isso não é tanto quanto se pensa comparado com os gastos de mais de R\$500 bilhões que a gente precisa para dar uma boa educação às nossas crianças, a um custo de R\$10 mil por ano, para cada uma. Mas, de qualquer maneira, não se justifica ficar com o poço do petróleo guardado por mais 20, 30 anos, se a gente sabe que nesse período haverá uma alta probabilidade de que o petróleo deixe de ser a fonte fundamental de energia, por conta de dois fenômenos: o avanço tecnológico, com fontes alternativas, e as consequências ambientais do uso do petróleo, da queima de combustível fóssil. Esses dois vetores, quando se somam, farão com que o petróleo deixe de ser usado dentro de mais algumas décadas.

Então, guardar esse petróleo não parece ser uma opção inteligente de longo prazo, e a Petrobras, tudo indica, não vai ter condições de explorar isso a curto prazo.

Merece, sim, ser estudada a proposta que o Senador Serra trouxe, mas não aprová-la nas carreiras. Não aprovar sem passar por algumas comissões. Eu gostaria de trazer a matéria para a minha Comissão, que eu presido, de Ciência e Tecnologia. É impossível a gente não debater isso na Comissão de Economia. Se houvesse aqui uma comissão de Pátria, uma comissão de proteção dos interesses nacionais, tinha que passar por ela. Agora, eu diferencio interesses nacionais e Petrobras. Eu jamais votaria aqui contra a Petrobras, salvo se for para defender o Brasil. Eu não voto contra a Petrobras e nem contra o Brasil. Enquanto coincidem esses dois interesses, é fácil; quando eles se contradizem, eu ficarei com o meu Brasil.

Vamos discutir, vamos debater. Eu tenho a impressão de que a gente pode ter uma proposta que seja capaz de fazer com que o Brasil aproveite as reservas do pré-sal, mesmo com a Petrobras sem recursos, sem deixar o Brasil refém da Petrobras, o que seria um erro, mas sem sacrificar esse vetor fundamental do progresso, que pode ser a Petrobras. Para isso a gente precisa de tempo, Senadora.

Eu dei entrada aqui a um requerimento pedindo que venha para a Comissão de Ciência e Tecnologia. Gostaria muito de ver outros Senadores pedindo que o projeto vá para a Comissão de Economia e para outras comissões, para que não votemos de forma apressada uma coisa tão importante como o futuro de uma riqueza que o Brasil tem hoje no subsolo e uma riqueza que o Brasil tem chamada Petrobras. Duas riquezas. Não é uma só. São duas, e a gente tem que combiná-las, mas combiná-las não significa dizer tudo para a Petrobras, nem significa dizer esqueçamos a Petrobras. Não pode ser assim.

Vamos debater, e vamos debater aqui o assunto da violência juvenil. Coloquemos a ideia da maioria como o item da violência juvenil.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Peço um aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, no momento em que V. Ex^a entender ser oportuno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com todo o prazer, eu darei. Eu fecho já rapidamente, até porque o meu tempo pela Liderança não é grande.

Nós precisamos discutir a violência infantil, inclusive o problema da maioria penal. Não podemos fugir, mas discutamos dentro de um conjunto maior de problemas e discutamos com o tempo necessário, sem fazer essas coisas que a Câmara fez ontem.

Se continuar assim, Senador Lasier, eu não duvido que tragam coisas iguais a essa ou piores. Qualquer dia desses, a gente vai ser surpreendido, trazendo-se, para debater, a volta da escravidão neste País ou o fim do Estado laico no Brasil. Não é impossível que tragam isso à discussão para dizer que este é um país cristão, ou seja, excluindo as outras religiões. Há um movimento nesse sentido. Já recebi muitos *e-mails*: o Brasil é um país cristão, como o Irã é um país islâmico.

Não, o Brasil é um país laico, onde a maioria é cristã, mas onde vivem judeus, muçulmanos e ateus, e que merecem o mesmo respeito. Mas nós podemos ser surpreendidos com a votação, nessa Câmara que está aí, com a manipulação que eles têm, trazendo, em primeiro lugar, a exclusão das outras religiões como algo da nacionalidade brasileira. Daí é um passo para tratá-las com intolerância, como sempre acontece nos países teocráticos, onde a gestão, a política é subordinada a uma religião, com a intolerância que em geral traz.

Por isso precisamos estar atentos e não cairmos nessa pressa que estão dando para que discutamos – ou nem discutamos – projetos, problemas, assuntos de tal gravidade.

Eu concedo um aparte, em primeiro lugar, ao Senador Raimundo e, depois, à Senadora Vanessa. Com muito prazer, aos dois.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a sabe da admiração que eu e minha família temos pelo trabalho de V. Ex^a na defesa intransigente da melhoria da educação brasileira. Já está mais do que provado que nenhum país consegue sair do subdesenvolvimento sem que seja através da educação. Muitas pessoas falam sobre crescimento econômico. Um país só consegue ter crescimento econômico continuado, permanente se usar, como principal instrumento, a exportação, mas, para ser um país desenvolvido, só tem uma saída: educação. E por isso sempre me congratulo com V. Ex^a, com essa bandeira que V. Ex^a tem defendido ao longo dos anos, com essa tese de que o Brasil precisa melhorar, qualificar a educação,

para que possamos romper esse ciclo do subdesenvolvimento. Mas eu queria aqui abordar a questão de que V. Exª falou tão bem, a respeito dessa redução da maioria penal. Eu apresentei, há alguns dias, aqui, o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2015, que “altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a presente proposição legislativa, esperamos dar a nossa contribuição sobre a discussão a respeito da maioria penal aos 18 anos de idade, porque, no presente momento, na legislação existente, em vigor, quando há esse aliciamento das crianças e dos adolescentes, o adulto que participa da quadrilha é apenas punido pelo que se chama de “corrupção de menores”. Com esse projeto, ele passa a assumir o crime que foi cometido naquele evento, e não transferir inteiramente para a responsabilidade dos menores, como atualmente acontece: “Responde pelo crime o agente que coage, instiga, induz, auxilia, determina ou, por qualquer meio, faz com que o menor de dezoito anos o pratique, com a pena aumentada de metade a dois terços.” Então, a pena daquele maior, bandido, vai ser aumentada em até dois terços, de acordo com o evento criminoso que ali seja realizado. Logicamente, é a definição da Justiça que vai, naturalmente, determinar a gravidade daquele crime. Com relação ao projeto do Senador José Serra, eu concordo inteiramente com V. Exª. À primeira vista, é um projeto bom, porque ele não tira o direito da Petrobras de participar de até 30% da prospecção dos novos campos, mas apenas tira a obrigatoriedade de participar com 30%, e isso é uma incoerência do ponto de vista econômico, porque a empresa tem que definir o percentual em que ela vai participar de um empreendimento de acordo com a sua condição financeira, de acordo com o seu caixa, de acordo com o seu faturamento, de acordo com seu endividamento, mas ela sempre vai ter preferência em participar dessa prospecção do petróleo brasileiro, principalmente na camada do pré-sal. Então, apesar de considerar um projeto bom pela importância dele, eu concordo com V. Exª: ele merece uma discussão mais ampla, para que possamos aprová-lo, se o aprovarmos, aqui com toda a convicção de que estamos dando um passo positivo para a Petrobras e para o Brasil. Muito obrigado, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu que agradeço, Senador, e parabeniço-o pelo seu projeto, que eu já conhecia e considero da maior importância.

Não podemos ter a menor transigência com esses adultos que usam os menores, e o seu projeto vem no sentido de, sim, penalizar essas pessoas.

Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Cristovam, V. Exª levanta dois assuntos importantes. Um, V. Exª fez o aparte ao Senador Humberto Costa e retoma o assunto da tribuna, que diz respeito a como devemos nós aqui, no Senado Federal, proceder em relação ao debate da maioria penal. Estou tranquila, Senador Cristovam, porque tenho certeza de que há muita maturidade do Senado Federal em relação a essa matéria, maturidade de saber que nós podemos e até devemos, quem sabe, promover algumas mudanças, não exatamente via emenda constitucional, mas mudanças através de uma revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tenho certeza de que aqui, no Senado, as coisas não deverão transcorrer como vêm transcorrendo na Câmara dos Deputados. Mas V. Exª fala da Petrobras. Eu acho importante e tenho, com muita frequência até, manifestado minha opinião contrária não só ao Projeto de Lei nº 131, mas a minha opinião contrária a todo um conjunto de medidas que vêm sendo adotadas, de iniciativa de alguns Parlamentares, para aproveitar-se desse momento de fragilidade do País, desse momento de crise política, de fragilidade da Petrobras e promover mudanças que são profundas. Então, eu tenho manifestado minha posição contrária, assim como outros manifestam suas posições favoráveis. Mas de tudo, Senador Cristovam, eu acho que é a posição de V. Exª que tem que prevalecer neste momento. E qual é a posição de V. Exª?

(Soa a campanha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Cautela. Não precisamos debater o projeto a toque de caixa. Isso não é sadio para o Brasil, isso não é bom para a Petrobras, não é bom para esse setor, para essa atividade. V. Exª tem plena razão. Hoje há uma notícia em todos os jornais: produção de petróleo cresce em nosso País. Isso é uma questão de mercado, do Estado brasileiro, de a Petrobras saber qual é a hora de aumentar ou não a produção de petróleo. Nós tivemos um leilão sobre a partilha até agora. Um leilão. É o Estado brasileiro, é a Petrobras que tem que dizer qual é a melhor hora, do ponto de vista da economia, para promover outro leilão. É a agência de petróleo. Não somos nós, do Senado Federal, Senador, e nem movidos por problemas políticos, que devemos tomar qualquer...

(Interrupção do som.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quero, ao cumprimentá-lo, dizer que V. Exª, como sempre, tem sido a voz do equilíbrio nesta Casa. E é importante esse aspecto de um debate mais profundo. Fizemos uma bela audiência pública aqui no plenário, mas, numa tarde, debater um assunto tão importante?! Não! Carece, de fato, que todas as comissões reflitam e discutam tecnicamente, de forma detalhada, essa questão, antes que o Plenário tome qualquer decisão, movido tão somente por questões partidárias e por questões que refletem a crise que o País vive. Parabéns, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Vanessa, em primeiro lugar, já ouvi diversos elogios aqui, mas esse foi o que mais me tocou: a voz do equilíbrio. Quero lhe agradecer muito.

Agora, vou tentar fazer uma contribuição, mas gostaria, um dia, de ser a voz do equilíbrio rebelde, ou seja, um equilíbrio, mas não conformista, querendo mudar as coisas.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Como, por exemplo, a situação da Petrobras. Tem que haver a rebeldia de como enfrentar isso e não apenas se acomodar. Agora, quando eu voto aqui, levo em conta princípios, levo em conta interesses.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Para mim, o maior interesse é o do Brasil. A UnB, que é uma coisa pela que tenho grande paixão, vem em segundo plano; a Petrobras, tudo vem em segundo diante do Brasil.

Mas a outra coisa, Senador Lasier, que penso na hora de votar é: “Será que vou me arrepender desse voto?” Não vou me arrepender de não votar agora um projeto como esse do Senador Serra, mas posso me arrepender se votar favoravelmente. Porque pode-se esperar um mês, dois, três, mais ainda, sem trazer nenhum prejuízo.

Sendo bom, pode-se esperar alguns meses, não é uma coisa apressada, não é uma coisa que, se não fizermos amanhã, perde, por exemplo, o valor do petróleo de uma vez por todas. Não! Vai levar décadas para que o valor do petróleo deixe de ser tão importante como é hoje.

Então, se vier o projeto nesses dias, votarei contrariamente.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas não gostaria de votar contrariamente a uma ideia que pode ser boa. Por isso, vou pedir tempo, e o tempo é passando por comissões.

Senador Lasier.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam, eu me congratulo e endosso inteiramente essa sua sugestão de ganharmos tempo para discutir esse projeto sobre a Petrobras. Aliás, tudo o que se disser ou que se pretender fazer sobre a Petrobras recomenda cautela, porque estamos vivendo o momento mais conturbado da história da Petrobras. A sua sugestão de trazer para comissões – e acho que não apenas à Comissão de Economia, mas também à Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual V. Exª é presidente – é oportuna para fazermos uma previsão do melhor ponto de vista possível com relação à importância, à durabilidade, à longevidade do petróleo. É importante procurarmos avaliar isso com autoridades, porque dispensar a obrigatoriedade na preferência da exploração da Petrobras neste momento...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... pode significar que, com a desistência da Petrobras nessa preferência, vamos entregar para uma empresa que vai ficar 20 ou 30 anos explorando. A Petrobras fica fora. Então, realmente, a matéria não tem sentido ser votada de afogadilho, com a pressa que está se pretendendo. E é neste sentido que nós devemos pugnar aqui no Senado: ganharmos tempo para discutirmos profundamente a matéria. Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu que agradeço, Senador Lasier.

Senadora Ana Amélia, agradeço o tempo dedicado, os apartes foram feitos, mas o que eu queria falar está dito: não tenhamos pressa quando o assunto diz respeito a coisas tão fundamentais como são essas ideias de reduzir a maioria penal e a de tirar o regime de partilha na exploração do pré-sal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Cristovam Buarque pelo pronunciamento e também entendo, como disse a Senadora Vanessa, a demonstração do equilíbrio. Em horas de crise, o equilíbrio é o melhor remédio, Senador, e V. Exª aqui tem sido esse fiel da balança.

Convido para fazer uso da palavra, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin; em seguida, o Senador Benedito de Lira; depois, a Senadora Sandra Braga, o Senador Cássio e o Senador Lasier.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Senadora Ana Amélia, eu tenho um assunto que eu gostaria de ter tratado desta tribuna já há algum tempo, mas é hoje que estou tendo esta oportunidade. Refiro-me a uma reunião que aconteceu, no final de maio, dos Governadores dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal. Foi uma reunião importante, que no passado acontecia com maior frequência.

Eu fiquei muito feliz porque no final do mês de maio, no dia 29, novamente os nove governadores da Amazônia Legal voltaram a se reunir e aprovaram uma carta denominada Carta de Cuiabá, um conjunto de seis medidas, todas endereçadas ao Governo Federal, que são um consenso do conjunto dos governadores da Amazônia brasileira e que tratam, na sua grande maioria, de questões relativas ao meio ambiente.

Isso é muito importante, Srª Presidente. Eu tive a oportunidade, ainda quando era Deputada Federal, de presidir a Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, uma comissão permanente da Câmara dos Deputados. Infelizmente, aqui no Senado, nós só temos a Comissão de Desenvolvimento Regional, não temos uma Comissão da Amazônia. Quando eu estava presidindo a comissão, nós tivemos a possibilidade de nos engajarmos mais neste debate, que já era desenvolvido pelos governadores, de trazermos vários ministérios do Governo Federal e de realizarmos inúmeras atividades.

O fruto daquelas reuniões e daquela grande movimentação foi que nós conseguimos fazer a primeira revisão do PAS, o Plano Amazônia Sustentável. É um plano de ações pactuado entre o Governo Federal e todos os governos da Amazônia Legal, que trata desde a necessidade do desenvolvimento sustentável – e aponta os caminhos para o desenvolvimento sustentável –, até o desenvolvimento humano, sem falar de um conjunto de programas que ele elenca.

Então, nós não podemos dizer que, em relação à Amazônia, faltem projetos ou a clareza de uma ação estratégica que deva ser aplicada. Pelo contrário, nós temos isso, algo que está muito bem redigido e que, recentemente, foi atualizado. O que nós precisamos fazer é entender que o PAS deveria ser muito mais do que um plano que reúne um conjunto de programas, mas algo que deveria ser perseguido para que fosse aplicado na sua inteireza e que, periodicamente, tivesse a sua avaliação.

Mas, para que isso aconteça, a manutenção desse foro de governadores é fundamental, é muito importante. No último foro dos governadores, Srª Presidente, como eu aqui relatei, todos eles assinaram uma carta, a Carta de Cuiabá, que contém seis reivindicações. Na maioria, elas tratam da necessidade de mais investimentos, para que se garanta maior proteção ao patrimônio natural da região e uma utilização adequada.

Eu colocaria dentro desse âmbito – não consta exatamente da Carta de Cuiabá, mas consta do PAS – que uma das questões importantes é desentruar e colocar em funcionamento, de forma mais adequada, o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Quando nós falamos da necessidade da proteção do patrimônio natural da Amazônia, não estamos aqui dizendo que a Amazônia deva ser tratada como um santuário, que tenha toda a sua riqueza natural guardada e intocável. Pelo contrário, o que nós queremos são as condições necessárias para utilizar essa riqueza natural e transformar a riqueza natural numa riqueza material, não só para os amazônidas, mas também para todo o Brasil. Não tenho dúvida nenhuma, o petróleo, a riqueza mineral é muito importante para o Brasil, mas talvez muito maior do que essa riqueza seja o patrimônio genético contido na Amazônia, que é a maior biodiversidade do Planeta.

Srª Presidente, quero trazer algumas reflexões em relação às reivindicações apresentadas pelos governadores. Uma das reivindicações diz respeito à autonomia que todos os governadores pretendem, à autonomia que deva ser dada aos Estados, para que cada Estado possa articular por si próprio recursos para combater o desmatamento e a degradação ambiental, além de promover o desenvolvimento sustentável, como eu aqui relato.

Eles relatam que, atualmente, a maior parte dos recursos captados para a preservação da floresta e aplicação em projetos de desenvolvimento sustentável são feitos através do Fundo Amazônia, operado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e que podem ser investidos no desenvolvimento sustentável e também no combate ao desmatamento. Até agora, o fundo teria captado em torno de R\$2 bilhões, na sua grande maioria com contratos assinados entre o Governo brasileiro, o governo da Alemanha, Petrobras, outras instituições, mas principalmente com a Noruega, que é a maior doadora do Fundo Amazônia.

Srª Presidente, eles acreditam que essa autonomia dos Estados fará com que aumente significativamente a captação dos recursos, sobretudo através do REDD plus. O que vem a ser o REDD plus? É um programa de redução de emissões provenientes do desmatamento e degradação ambiental.

Esse programa REDD plus é um programa internacional, Srª Presidente, que não está completamente formatado internacionalmente, tampouco a estratégia nacional está concluída. Mas é um programa que eu considero fundamental, dependendo da ótica com que ele seja definido, regulamentado. E eu explico por quê. A necessidade de concluir e definir uma estratégia nacional do REDD plus, que é o REDD+, é um requisito fundamental para o reconhecimento dos resultados e para a consequente captação dos recursos. Esses recursos, segundo os governadores, são pagos por países que emitem mais gases poluentes na atmosfera, o que significa dizer que os países teriam uma possibilidade, em não alcançando a meta a eles estabelecida nas Convenções Internacionais do Clima.

Cada país tem uma meta, que será definida a partir do mês de dezembro deste ano, quando teremos a Conferência do Clima, que vai se realizar na França, em Paris, durante a realização da qual está prevista a elaboração de um novo protocolo, um novo acordo internacional que virá substituir o Protocolo de Kyoto. Era mediante esse protocolo que os países se comprometiam em diminuir as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. Então, um país que lançasse na atmosfera um percentual além daquilo que está determinado por protocolos internacionais poderia trabalhar uma compensação, ou seja, comprar ações, eu posso dizer, de países que estão evitando a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Os países que emitem mais gases poluentes na atmosfera, como China, Estados Unidos, Alemanha, poderiam pagar, através da compensação pela emissão de poluentes em excesso, a Estados da Amazônia Legal. Ou seja, tudo aquilo que países como os Estados Unidos deixarem de emitir, para não serem penalizados por extrapolar a meta, eles pagariam. Seria a teoria da compensação.

Ocorre, Srª Presidente, que há uma grande polêmica em torno disso. Primeiro porque as metas são estabelecidas com o objetivo claro de diminuir a emissão dos gases de efeito estufa. Por quê? Porque o mundo todo vem sofrendo com o aquecimento global. Quanto maior a emissão de gases de efeito estufa, maior é o desequilíbrio que acontece na natureza, porque se aumenta a temperatura e elevam-se os níveis dos oceanos. E aí, exatamente por isso, vivemos cada vez mais uma sequência mais frequente desses desastres naturais em todo o Planeta. Então, esses acordos internacionais nascem e existem exatamente com o objetivo de diminuir a poluição no Planeta, de diminuir a emissão de gases de efeito estufa.

Se o Brasil reconhecer essa metodologia da compensação... Significa dizer que os Estados Unidos, digamos, que têm uma meta – esse é um exemplo que estou dando, mas, na realidade, os Estados Unidos foram o país que nunca se dignou a assinar o Protocolo de Kyoto. Ele nunca, nunca assinou o Protocolo de Kyoto, ou seja, nunca se comprometeu legalmente com nenhuma meta, no âmbito internacional. Esperamos todos nós que isso aconteça de forma diferente na próxima conferência do clima e que ele, Estados Unidos, que é um dos maiores poluidores do Planeta, assine o novo protocolo que sairá a partir da próxima conferência.

Mas, voltando aqui à explicação, digamos que os Estados Unidos ou a Alemanha emita gases para além daquilo que a meta internacional permite. Eles estariam dentro da legalidade, caso comprassem ações de países que estão emitindo muito menos do que lhes seria permitido. Isso, economicamente e de forma temporal, pode até ajudar países que são detentores de grandes florestas, como o nosso, mas não ajuda em absolutamente nada o Planeta.

O Brasil tem tido uma posição muito correta no âmbito da discussão internacional, Senadora Ana Amélia, e tem resistido a esse tipo de compensação.

Eu creio que a estratégia REDD plus pode existir não necessariamente apenas com o mecanismo da compensação, porque existem outras formas. Por exemplo, os Estados da Amazônia podem captar recursos não compensando aquilo que os outros países estão emitindo demais, mas podem captar recursos a partir do momento em que conseguirmos que o mundo inteiro entenda que o Brasil e as florestas produzem e prestam um serviço ambiental ao Planeta, porque manter floresta em pé significa diminuir a emissão de gases poluentes.

Havia outra dúvida do ponto de vista científico: se as florestas mais emitiam do que captavam. Essa dúvida já está sendo respondida. Hoje, os cientistas, a ciência já mostra que florestas, como a Floresta Amazônica, mais contribuem, porque mais absorvem gás poluente da atmosfera do que expelem.

Então, acho que a reivindicação dos governadores é correta. O que não é correto é querer vender ações e captar recursos para compensar a grande emissão dos países industrializados, mesmo porque, se assim for, Senadora Ana Amélia, o que nós estaremos promovendo no Planeta e no mundo? Nós vamos apenas aceitar a situação em que nós vivemos hoje e fazer com que os países desenvolvidos se desenvolvam cada vez mais, porque seguirão desenvolvendo seu processo produtivo, enquanto outros países só pegarão uns troquinhos para pagar aquilo que eles não puderam fazer ou desenvolver.

Então, do ponto de vista da lógica desenvolvimentista, do ponto de vista da lógica da distribuição de renda e da diminuição das desigualdades que existem hoje no mundo, isso também não é correto.

Portanto, apoio a reivindicação dos governadores, para que possam adotar e utilizar a estratégia REDD plus. Para isso, o Governo brasileiro tem que concluir a sua estratégia, mas que essa estratégia não esteja dentro da lógica da compensação.

A Ministra do Meio Ambiente do Brasil tem tido uma posição fenomenal nos fóruns internacionais. O próprio Ministério das Relações Exteriores também tem tido uma posição muito firme em relação a isso.

Queremos a regulamentação no âmbito internacional do REDD-plus, no âmbito nacional do REDD-plus. Nós, os Estados da Amazônia brasileira, deveremos lutar para captar recursos, mas dessa forma, como um reconhecimento do serviço ambiental que prestamos não só ao Brasil, mas ao mundo inteiro, e não a partir de uma estratégia que trabalhe a compensação.

Então, Sr^a Presidente, creio que nós, que somos os Senadores dos Estados da Amazônia brasileira, temos que acompanhar muito de perto essa negociação entre os governos dos nossos Estados e o Governo Federal, porque isso, sem dúvida nenhuma, passa necessariamente pelo Congresso Nacional.

E queria dizer que hoje o Senador Fernando Bezerra é quem preside a Comissão Mista de Mudanças Climáticas e, através dessa Comissão, tem realizado debates muito importantes no sentido de preparar o debate aqui no Brasil e até procurar influir no sentido da próxima conferência, que será uma das mais importantes e acontecerá no final do ano, na França, a Conferência do Clima, que, repito, deverá aprovar um novo protocolo internacional, estabelecendo metas para que todos os países persigam, no sentido de dar sequência e continuar produzindo um mundo mais sadio, porque isso que temos na nossa geração nós devemos preservar para as gerações futuras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do Partido Progressista, o Senador Benedito de Lira. Em seguida, a Senadora Sandra Braga, depois o Senador Cássio Cunha Lima, o Senador Lasier Martins e os demais oradores.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Ana Amélia, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr^a Presidenta, eu não gostaria de trazer à tribuna do Senado assuntos que, na verdade, não condizem muito com a paciência, com a tolerância e, acima de tudo, com a bondade do povo brasileiro, mas infelizmente é fato recorrente hoje, neste país, haja vista o que aconteceu na Câmara dos Deputados. E confesso que não cabe a nós, aqui do Senado, tecer críticas consideráveis à Câmara dos Deputados, até porque o sistema que nós vivemos no Brasil é bicameral: o que é feito aqui vai para lá, para conclusão; o que é feito lá vem para cá, para conclusão.

A emenda que foi aprovada ontem, pela madrugada de hoje, que trata da menoridade dos adolescentes, virá para o Senado Federal, para que seja discutida.

É estranho, sinceramente, que o País esteja sendo conduzido e se deixando vencer pela violência. O meu Estado, Alagoas, penúltimo Estado, territorialmente falando, da Federação, é um dos mais bonitos Estados do Brasil, encravado numa região difícil, que é a região Nordeste, que, ao longo da história deste País, sempre foi tratada à margem do desenvolvimento.

Mas Alagoas, Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um pedaço de terra que, na época das capitanias hereditárias, foi desdobrado do Estado de Pernambuco e é um Estado que se tem caracterizado pela capacidade de trabalho do seu povo.

É um Estado dividido, e muito bem. Na região da mata, ele é todo coberto de cana-de-açúcar, que infelizmente é o setor que hoje está num processo de declínio total. A economia do meu Estado já teve como balizamento a cana-de-açúcar. Na região do Agreste, tínhamos um plantio de fumo contínuo, como tem no Estado de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, que era um dos maiores do Brasil. Hoje já não é mais. No sertão do meu Estado está a produção de grãos, apesar das dificuldades da região. E a região norte, o litoral, com belíssimas e magníficas praias, o mais bonito litoral do Brasil, modéstia à parte, sem demérito para as grandes praias que existem no Brasil como um todo.

Pois bem, Presidente, vou tratar de um assunto que, infelizmente, vem, ao longo de alguns anos, criando enormes dificuldades para a população daquele Estado. Maceió, a capital do meu Estado, sofreu dias de pânico há cerca de duas semanas, revivendo cenas que atemorizaram Santa Catarina, Maranhão e Rio de Janeiro em passado recente. Pessoas fora da lei queimaram ônibus na via pública, com passageiros, nos bairros da Ponta

Grossa, do Mutange e em outros bairros de Maceió. As ordens de ataque aos ônibus vieram de dentro dos presídios Cyridião Durval e Baldomero Cavalcante. A partir da prisão de suspeitos que confessaram participação no delito confirmou-se conexão com o crime organizado, sobretudo o tráfico de drogas.

Lamentavelmente, Alagoas tem sido, por anos a fio, destaque negativo nas estatísticas de criminalidade e violência no Brasil. Se o nosso País tem sido visto como um dos lugares mais violentos do mundo, o que dizer de um Estado que ostenta os piores indicadores de criminalidade nacionais?

Segundo o último mapa da violência, em 2015, que consolida dados de 2012, Alagoas apresenta a maior taxa média de homicídios do Brasil, 55 homicídios por 100 mil habitantes, superior ao dobro da média nacional, nada modesta, de 21,9 homicídios para cada 100 mil habitantes.

De 2002 para 2012, Alagoas aumentou em quase 120% esse tipo de ocorrência. Há que se registrar o declínio moderado de 2011 para 2012, de aproximadamente 10%.

Baseados nessas cifras escandalosas, os autores da publicação citada concluíram:

Estados relativamente tranquilos na virada do século sofreram um acelerado processo de expansão da violência, como são os casos de Alagoas, Ceará, Bahia e Paraíba, dentre outros.

Em Alagoas, o indicador é mais dramático para a população mais jovem, que alcança a impressionante média de 123,6 homicídios para 100 mil habitantes jovens. A capital de Alagoas, Maceió, também é destaque nacional nas médias de homicídios por arma de fogo, pois ostenta a maior taxa de todas as capitais brasileiras.

É um caso assim interessante. Nós esperávamos que o Estatuto do Desarmamento pudesse frear o armamento das pessoas. Realmente as pessoas raciocinam: as pessoas que trabalham não podem ter uma arma em casa para se proteger, mas os bandidos estão cada vez mais armados e com armas portentosas. Parece-me que não resolveu nada até agora o Estatuto do Desarmamento, mas é uma lei e, como muitas outras, precisa ser cumprida em rigor. E infelizmente não é.

Na palavra do relatório, a situação é bem grave e preocupante. Em levantamento que compara 90 países, o Brasil ocupa a nada honrosa 11ª posição em taxa de mortalidade por arma de fogo.

Algumas descrições mal compreendidas da alma nacional enfatizam a cordialidade do brasileiro. O que se vê aqui, porém, parece algo mais próximo do medievo europeu, o qual, segundo o pensador holandês Johan Huizinga, era caracterizado pelo, abre aspas, “teor violento da vida”.

Fruto de severos problemas socioeconômicos, da ausência e do fracasso dos aparatos de segurança pública e da desconfiança do povo para com as autoridades constituídas, a violência estabeleceu raízes profundas no Brasil. O crime arregimenta legiões de deserdados sociais, movimenta valores astronômicos por meio de sua associação com o tráfico e os crimes contra a propriedade e impacta as hierarquias sociais, particularmente nas comunidades menos assistidas, onde o marginal se torna referência positiva para essa juventude desprovida de oportunidades e de ascensão socioeconômica.

Pois bem, Srª Presidente, nós falamos como muitos outros falam, mas sabemos perfeitamente que existe ainda no Brasil a dificuldade, a responsabilidade, se desejasse, de diminuir e parar, principalmente atendendo aos jovens do meu País.

Atendendo como? Atendendo fazendo escolas. O ensino brasileiro, infelizmente, ao invés de melhorar, declinou, principalmente o ensino público. Eu me lembro de que, quando era mais jovem – eu me lembro, não, é a minha história –, eu estudei na escola pública, terminei o meu curso primário à época e fui para uma escola agrícola não só para fazer o ginásio agrícola, mas também para trabalhar. Mas hoje é pecado falar em jovem trabalhar. Ah, é outra era, é outra época? Não, o mundo é o mesmo, as pessoas é que mudam a regra do mundo.

Eu não sei qual é o crime que se comete ao fazer com que o jovem de quinze, dezesseis, dezessete, dezoito anos possa trabalhar. Isso é crime no Brasil hoje, infelizmente, mas não é crime ele estar na rua, desocupado, guiado e orientado pelo crime organizado, pelo tráfico de drogas.

O que eu acho interessante é um país se ver dobrado pela droga. Eu não aguento isso como brasileiro, pelo amor de Deus! E eu me lembro muito bem de que, uma certa vez, conversando com o ex-Governador de Alagoas Teotônio Vilela, ele disse que em uma reunião feita com os governadores do Nordeste a pauta a ser tratada era o desenvolvimento do Nordeste. Não saiu uma linha, uma vírgula. Só conversaram sobre violência, só trataram de droga.

E a cada dia mais entra droga neste País, a cada dia a polícia prende drogas, a cada dia os traficantes transitam livremente. É uma vergonha o que a gente vê em São Paulo, naquilo que chamam de Cracolândia: a polícia passando, e o comércio de droga publicamente... E não há absolutamente nada.

Mas existem aqueles que fazem apologia da liberação da maconha, que é uma droga, que faz mal, que flagela a sociedade! Passado esse período, farão também um trabalho para liberar a cocaína, o tráfico de drogas, o *crack* e outras drogas terríveis!

É preciso que as pessoas abram os olhos. E não é apenas o Governo, mas a sociedade civil organizada também tem de ter comprometimento com isso. Vejamos o flagelo de uma família que tem filhos ou parentes drogados. É algo terrível!

Infelizmente, o País assiste a isso. “Vamos combater”, e não combatem. Só existe o comércio de drogas porque existe o traficante. Seria preciso fazer uma barreira, porque talvez nossos países vizinhos vivam da droga, mas o Brasil talvez seja o maior consumidor ou o maior canal de recebimento e de exportação de drogas para o resto do mundo. Não fica bem isso para um País da qualidade do nosso, com a imensidão de terras que temos para serem utilizadas.

Por que pararam de construir escolas técnicas? Não há mais nenhuma importância para o Ministério da Educação a construção de escolas técnicas profissionalizantes ou a construção de escolas agrícolas para educação do jovem? Isso não só para o trabalho com a terra, mas também para ele aperfeiçoar-se intelectualmente, para ter uma formação diferente, como eu tive e outros jovens do meu País também tiveram.

Infelizmente, no meu Estado, havia três ou quatro escolas em regime de internato; hoje, só há uma. Acabaram com o internato porque talvez fosse caro para o País dar educação integral aos jovens que não podiam pagar a escola privada. Eles iam para a escola pública, e, naquela época, quando estudei, a escola pública era respeitada, o ensino público merecia respeito. Hoje, o ensino público não vale muita coisa. Não vale muita coisa, e você observa isso pela evasão da escola. Há muitos jovens pobres do meu País que só vão para o grupo escolar pela merenda escolar; quando falta a merenda, acontece a evasão. Isso acontece porque não há responsabilidade, nem compromisso. Daí, Senadora Ana Amélia, há o clamor da sociedade no que diz respeito à diminuição da maioria penal porque, infelizmente, o meu País não tem um programa.

Eu venho dizendo há algum tempo – e o disse na minha campanha em Alagoas – que a solução para tirar o jovem da rua é a escola integral. É ele chegar à escola às 7 horas da manhã e sair às 5 horas da tarde, bem tratado, bem cuidado, alimentado, com professores especializados, pagando também o professor com dignidade. Fora disso, vai continuar essa mazela.

Não interessa a mudança de idade para criminalizar; o que interessa é colocar o jovem, o garoto na escola. E este País, muitas vezes, tem gasto muito dinheiro sem muitas razões. Por exemplo, logo, logo chegará aqui, Senadora Ana Amélia, uma medida provisória para que possamos dispensar débitos dos clubes de futebol deste País. E o que vem em troca? Absolutamente nada! Cada um deveria ter escolas de futebol; talvez dois, três ou quatro times tenham isso; os demais não têm nada, não fazem nada, não resolvem nada, só querem usufruir, é só receber e dar nada em troca. As associações, os sindicatos, as federações, as confederações deveriam ter um programa paralelo a isso, para atender à juventude do meu País. Mas não.

O caminho qual é? “Vamos diminuir a maioria.” Para fazer o quê? Qual é a ação que vai ser praticada? Se não bota o garoto na escola, para viver em tempo integral na escola, ocupando todo o seu tempo, ele vai para a rua e é pescado pelo tráfico, que lhe oferece dinheiro para vender droga na rua.

E, repito, Senadora: eu tenho vergonha quando, nas televisões, vemos aquela história da cracolândia em São Paulo, na cidade mais importante do Brasil, no Estado mais rico do Brasil. Aquilo é intolerável, mas é o que vemos.

Então, qual é o exemplo que tem um jovem que vê aquilo e vê que não acontece nada? Ele vai também querer fazer o mesmo, porque ele acha que, com aquilo, vai ganhar dinheiro. E o tráfico faz isso. Infelizmente, faz isso. E não se vê absolutamente nada no que diz respeito a um tratamento coercitivo, duro, pesado para aqueles que fazem o tráfico de droga neste País, que transformam a juventude do meu País numa mazela.

E o meu Estado, nobre Senadora, paga um preço por isso, o preço de um Estado pobre, pequeno. Infelizmente, perderam o controle da segurança da população de Alagoas.

Quando se quer informação sobre o que acontece no País, é só ler os jornais diários, com sua razão cotidiana de notícias sobre o crime.

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – É uma coisa também que eu confesso que me dá tristeza: assistir a jornais de televisão, de rádio, ler jornais e não vermos outra coisa a não ser crimes e violência. Inclusive, até novelas incentivam esse tipo de ação, que contamina a juventude do nosso País.

Desamparada, a população de Alagoas pede socorro. Herdando quadro tão crítico, o Governo atual, eleito no pleito de 2014, mal teve tempo de respirar. É bem verdade que a pronta reação do aparato de segurança pública estancou a crise e impediu-a de se desenvolver para uma situação desconfortável.

Pois bem, de acordo com o Comandante-Geral da Polícia Militar de Alagoas, Coronel Lima Júnior, o combate ao avanço dos ataques a ônibus resultou da ação enérgica e imediata da Segurança Pública, que contou com a participação ativa do Secretário de Estado da Defesa Social, Alfredo Gaspar de Mendonça, do Serviço de Inteligência da Polícia Militar (PM) e dos Batalhões Operacionais da capital.

Eu queria abrir um parêntese aqui, Senadora Ana Amélia...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... e agradeço a V. Exª a tolerância.

Quando trato desses assuntos, eu me entusiasmo, porque peço ao Governo que tem que haver uma sintonia entre o Governo Federal, os Governos estaduais, os Governos municipais e a sociedade privada. A sociedade também tem que ter uma corresponsabilidade com tudo isso que acontece. Ninguém pode dar as costas.

Esta Casa, por exemplo, tem que ter uma ação mais permanente no que diz respeito a isto: a violência, a educação, a saúde. Infelizmente, isso não funciona ainda para atender aos anseios da sociedade.

A sociedade brasileira não é rancorosa, não deseja vingança. Mas a sociedade brasileira não aguenta mais, haja vista o que aconteceu depois da rejeição, anteontem, daquela emenda que tratava de diminuir a maioria.

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – As redes sociais explodiram nas críticas mais severas contra o Poder Legislativo. Por que isso? Porque não aguenta mais. Ninguém aguenta andar. Não é fácil alguém sair de casa para fazer uma visita a uma comadre, um compadre, um amigo, uma amiga, um parente e ser assaltado, ser ameaçado de morrer na rua, cravado de faca, como aconteceu recentemente em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Alagoas. E não acontece absolutamente nada!

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Morreu, acabou!

Então, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos sendo repetitivos.

Em 2011, quando aqui cheguei, tratei desse assunto, assustado. Espero que, ao terminar este mandato, eu possa voltar à tribuna do Senado Federal para contar uma história diferente daquela que eu estou contando hoje. Esse é o desafio do governo atual, eu digo do meu Governo de Alagoas.

No final do mandato de 2018, o meu grande sonho, repito, é chegar aqui e contar uma história diferente. Se não a vitória completa, pelo menos a inversão da tendência de expansão da criminalidade, para que os jovens de Alagoas não sejam mais chorados por seus pais nos incontáveis velórios que se registram...

(Soa a campanha.)

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... votos que o meu sonho se transforme em realidade.

Minha querida Senadora Presidenta, muito obrigado a V. Exª pela tolerância. Gostaria de pedir desculpas à sociedade brasileira pelo meu desabafo, mas é a grande verdade.

Eu sou originário de uma família humilde, mas nunca enveredei pelo caminho da criminalidade, da marginalidade. Graças a Deus! Saí e comecei a trabalhar com dez anos de idade! Dou graças a Deus por tudo isso, porque foi a partir daí que se formou a minha personalidade. Eu nunca vi ninguém que começa a trabalhar cedo enveredar por esse caminho. "Não, deixa aí, não precisa trabalhar, não. É proibido, é pecado, é crime!" E eis aí o que está acontecendo.

Por isso é que eu faço um apelo aqui às autoridades constituídas da República para reexaminar...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... um programa de escolas agrícolas, escolas profissionalizantes. Pegue o garoto, a garota, tire da rua e bote na escola. Bote na escola, o País tem dinheiro para isso. É só querer fazer.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Meus cumprimentos, Senador Benedito de Lira. Esse seu desabafo é compreensível nos momentos que estamos vivendo.

A Senadora Sandra Braga e, em seguida, o Senador Cássio Cunha Lima, pela Liderança do PSDB. Estão inscritos, posteriormente, os Senadores Lasier Martins, José Medeiros e Paulo Bauer.

Com a palavra, a Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; Srªs e Srs. Senadores, como se previa, o encerramento das atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) provocou um justo movimento de reação do mundo da ciência e da tecnologia, não só do Amazonas e da Amazônia, como de todo o País.

O entendimento de que o CBA é uma indispensável ferramenta tecnológica e econômica para a Região Amazônica, na medida em que a biotecnologia é o caminho seguro para transformar a biodiversidade em produtos econômicos de forma ambientalmente sustentável, mobilizou todas essas pessoas e essas instituições.

Essa mobilização, Senadora, culminou com a decisão do Ministério da Indústria e do Comércio Exterior, adotada em 17 de junho último, de assinar um termo de execução descentralizada que transfere parte da gestão do Centro da Suframa, passando para o INMETRO.

Na última terça-feira, na Comissão de Ciência e Tecnologia, foi promovida uma audiência pública, com a presença de diversos pesquisadores da Amazônia e de diversos representantes do Governo Federal, para debater essa questão. Por nossa iniciativa, um dos convidados foi o professor Spartaco Astolfi Filho, da Universidade Federal do Amazonas, um dos idealizadores do Centro e membro da comissão pró-CBA.

Entre as questões levantadas, desejo destacar algumas.

Em primeiro lugar, o entendimento de que a vinculação ao INMETRO é uma medida paliativa, que tem o mérito de salvar a instituição do seu desaparecimento, mas não garante seu futuro a longo prazo, nem a segurança de que ela poderá exercer, na intensidade necessária, seu relevante papel no desenvolvimento tecnológico da Amazônia.

Em segundo lugar, a premente necessidade, reconhecida por todos, do CBA dispor de uma personalidade jurídica, o que lhe permitirá ampliar seus horizontes em todos os setores de sua atividade, inclusive a articulação com outros órgãos de pesquisa, no País e no exterior, e a possibilidade de contrair financiamento com instituições financeiras nacionais e estrangeiras. Também a convicção de que o verdadeiro lugar do CBA na estrutura do Governo Federal é o Ministério da Ciência e Tecnologia, preferencialmente no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, na Embrapa, ou na Universidade Federal do Amazonas.

Entendemos que a articulação com o mundo acadêmico é, entre nós, o caminho mais fácil para a indústria acessar as modernas tecnologias de ponta. Só assim será possível encontrar uma solução estruturante e definitiva para o CBA, permitindo-lhe a elaboração de uma estratégia de atuação para um horizonte de 20 ou 30 anos, e garantindo sua atuação para além do Polo Industrial de Manaus, contribuindo para diversificar a economia do Amazonas e da Região Amazônica. Além disso, garantiria mais autonomia para o centro.

O fato é que o isolamento do CBA foi resultado direto da ausência de uma política para o centro e da falta de sua personalidade jurídica. Perdeu-se muito tempo e a oportunidade de uma contribuição mais importante para a geração de produtos tecnológicos indispensáveis ao desenvolvimento econômico da Região Amazônica, em um ambiente sustentável. Sem dúvida, um pouco de vontade política, principalmente por parte do Governo Federal, será o suficiente para resolver em definitivo as angústias do CBA, de seus técnicos e professores, que de repente se viram sem horizonte.

Os próprios pesquisadores do centro afirmam que o problema maior não é o CBA fechar e os bolsistas perderem as bolsas. O mais grave é o Amazonas e a Amazônia perderem um instrumento importante para seu avanço tecnológico, quando há um universo incomensurável de oportunidades e de novos projetos para desenvolver na área da biotecnologia.

Srª Presidenta, essa discussão sobre o futuro definitivo do CBA não se encerrou com a decisão do MDIC nem com a audiência da Comissão de Ciência e de Tecnologia desta Casa. Nessa audiência, fixou-se o prazo de 180 dias para a solução do impasse. Em data a ser ainda definida, haverá uma nova audiência pública, dessa vez em Manaus, com a presença de um grande número de Senadores da Região, dos secretários de Ciência e Tecnologia de todos os Estados da Amazônia e de pesquisadores e especialistas na área do desenvolvimento tecnológico.

Medidas definitivas deverão ser adotadas para garantir, no mais rápido espaço de tempo, a personalidade jurídica para o CBA, sem a qual as pesquisas desenvolvidas pela instituição terão pouco ou nenhum valor comercial. Questões ligadas à gestão compartilhada do centro serão objeto de outra reunião, também em Manaus, programada para a primeira quinzena de julho corrente. De nossa parte – e acredito da parte dos demais Senadores da região –, estamos firmemente dispostos a encontrar para o CBA um caminho que o conduza à sua recuperação e garanta o seu importante papel no crescimento econômico e social da nossa região.

Muito obrigada, Sr. Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento-a, Senadora Sandra, pela abordagem do tema. Realmente, um centro de pesquisas e de estudos é fundamental, especialmente nessa região. Parabéns! E conte também com a bancada sulista nessa demanda, Senadora.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Obrigada, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Convido para fazer...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de cumprimentar a nossa Senadora Sandra. Eu tive a honra de presidir, na CCT, uma audiência pública sobre esse importante tema que a nossa querida Senadora manauara traz aqui para nós. E, com certeza, essa questão do CBA, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, é uma questão que envolve também outras áreas da biotecnologia, e eu pude perceber o entusiasmo do professor já bastante idoso,...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Prof. Spartaco.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... Prof. Spartaco, e do menino, do jovem Dácio, que é um cientista, que trabalha lá, vendo o tanto que é bacana esse trabalho que o CBA vem fazendo e o tanto que é acertada essa posição que V. Exª aqui coloca.

Então, só queria fazer esse registro da importante audiência pública a seu pedido, a pedido dos demais Senadores do Amazonas, que realizamos na CCT, e desses encaminhamentos que V. Exª nos traz aqui hoje, para esta Casa. Parabéns, Senadora.

Obrigado.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Obrigada, Senador. O senhor que presidiu essa Comissão, na última terça-feira, com a presença de vários representantes do Governo Federal, vários Senadores da Região do Norte. E para nós foi muito importante essa oportunidade, tanto que gerou a necessidade de um novo encontro, dessa vez, em Manaus, porque aí teremos a oportunidade de os pesquisadores participarem desse encontro e, portanto, creio que, nessa nova reunião, nós teremos soluções mais concretas para o centro.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns mais uma vez!

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima, que fala pela Liderança do PSDB. Em seguida, os Senadores Lasier Martins e José Medeiros, que estão em plenário. Obrigada.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão; Senadores, Senadoras, telespectadores da TV Senado, eu geralmente uso a outra tribuna. É um hábito que tenho, mas, como há poucos instantes, ela foi ocupada pelo Senador Humberto Costa, de forma simbólica e proposital, eu venho para este outro lado do plenário, para deixar claro, a partir daí, que estamos numa posição diametralmente oposta. E venho para respondê-lo.

Talvez, acossado pelos acontecimentos, que são gravíssimos, o Senador Humberto Costa tenha perdido o tom na fala e lhe faltou, inclusive, o elemento básico para qualquer argumentação, que é a coerência. E começo respondendo à acusação que foi dirigida de que o PSDB estaria apostando no quanto pior, melhor – acredito que não há mais como piorar o Brasil além do que o PT conseguiu fazer.

E, na votação do PLC 28, que dizia respeito ao reajuste dos servidores da Justiça Federal, Senador Medeiros, durante toda a sessão, e ela foi transmitida ao vivo, como estamos, agora, pela TV Senado, o Senador Humberto Costa e outros membros do PT encaminharam contra a matéria, dizendo que ela teria um grande impacto. Surpreendentemente, na hora de votar a matéria – e aqui faço justiça ao Senador Donizeti, que me escuta, foi o único do Partido dos Trabalhadores que, no microfone, registrou, acho que o Senador Lindbergh também pediu um registro, mas o registro do Senador Donizeti, recordo-me bem, foi dizendo que votava “não”.

Mas qual foi...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Cássio, quero socorrê-lo. Foram o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima Bezerra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

E qual foi o encaminhamento que o Senador, Líder do PT no Senado Federal, Humberto Costa, fez à matéria? Liberou a Bancada. Tanto é que o placar registrou 62 votos SIM e nenhum voto NÃO, zero NÃO. Está registrado.

Portanto, não me venha o Senador Humberto Costa com esse tipo de argumentação, porque simplesmente jogou para a plateia. Estava essa galeria aqui lotada de servidores públicos. Correu com a sela, como se diz lá no Nordeste – correu com a sela!, porque não teve coragem de colocar o voto “não” no plenário e liberou a bancada. Ou seja, na prática, o PT contribuiu com que a matéria que ele disse que era uma irresponsabilidade fosse aprovada à unanimidade, aprovação unânime pelo Plenário do Senado Federal. Tenha paciência! E passa a fazer ataques de desespero, de quem está numa situação de completo desespero.

Hoje, nós temos dois lados no Brasil: o lado do Governo, esse Governo que vai cair de podre. Não será derrubado o Governo do PT, porque ele não é uma estrutura, ele será limpo com benzina, porque é uma mancha.

Eu parafraseio o meu pai, o nosso poeta Ronaldo Cunha Lima, que usou igual frase em relação à ditadura militar, quando meu pai dizia que a ditadura não seria derrubada, porque não era uma estrutura, e, sim, limpa com benzina, porque era uma mancha. Trago hoje essa mesma referência ao Governo PT, que não vai ser derrubado, porque não é uma estrutura, e, sim, limpo com benzina, porque é uma mancha. E aquilo a que nós estamos assistindo o Brasil é algo muito grave, para que o Senador Humberto Costa possa vir com esse tipo de discurso, porque o País hoje está dividido em dois lados: o lado desse Governo apodrecido e o lado do povo.

E o PSDB está ao lado do povo brasileiro. Ponto. É essa a questão.

Hoje você escolhe dois lados: ou você está ao lado do Governo ou ao lado do povo brasileiro, que repudia. As pesquisas de opinião pública apontam isso claramente: repudiam, rechaçam, rejeitam, renegam o Governo do PT, e esses 9% estão aí provavelmente concentrados nos cargos comissionados, nessa máquina pública inchadíssima que o Governo Federal tem, com os seus 40 Ministérios. Aí dão esses 9% de aprovação, talvez vinculados aos cargos comissionados do Governo.

Golpe? Golpe é o que está sendo praticado contra o patrimônio do povo brasileiro com tanta corrupção. Ontem eu usei também a tribuna para fazer um apelo à Presidente Dilma Rousseff de que renunciasse o mandato, num ato de espírito público, para abreviar o sofrimento do povo brasileiro e a crise profunda que o País enfrenta, porque os dias de mandato da Presidente Dilma Rousseff estão contados. Não há como ela escapar diante da quantidade de crimes que foram praticados.

E são várias frentes com que ela tem que deparar. Se as instituições brasileiras funcionarem, como acreditamos firmemente que irão funcionar e que estão em pleno funcionamento, não há como, por exemplo, não cassar o mandato da Presidente Dilma Rousseff, no Tribunal Superior Eleitoral.

Os advogados do PT pediram que o Tribunal Superior Eleitoral não ouvisse o depoimento do Sr. Ricardo Pessoa, que é um dos delatores na Operação Lava Jato. Por sete votos a zero, à unanimidade também, o TSE disse: "Não vamos ouvir o depoimento do Sr. Ricardo Pessoa." E, se não me falha a memória, no próximo dia 14, essa oitiva será feita.

E ele vai, seguramente, confirmar aquilo que já foi publicado nas notícias da imprensa, sobretudo na matéria do último final de semana da revista *Veja*, ou seja, vai confirmar que deu o dinheiro, fruto da corrupção, para financiar a campanha do Partido dos Trabalhadores. E isso é um crime do qual a Presidente Dilma Rousseff não escapa, porque a lei é muito clara ao responsabilizar o candidato ou a candidata por qualquer deslize na campanha. Afora outros argumentos robustos que tramitam nas três ações em andamento no Tribunal Superior Eleitoral: são duas AIJEs, a chamada Ação de Investigação Judicial Eleitoral; e a AIME, que é a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, que é uma ação movida após a diplomação do eleito.

Pois bem, vamos agora ao TCU. Não me refiro apenas às pedaladas fiscais, crime de responsabilidade praticado pela Presidente Dilma Rousseff, do PT. Falo, também, daquilo que constará do relatório do Ministro Nardes, seguramente, que é o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a não observância de limites orçamentários, em que o Governo Federal – e a Presidente Dilma Rousseff, do PT – extrapolou as despesas da União em mais de R\$10 bilhões, contrariando a legislação em vigor.

Vamos para as ações da Procuradoria Geral da República, os crimes comuns por ela praticados, na própria pedalada, e também a ação que movemos pelos partidos de oposição, recentemente, com os crimes de extorsão por tudo que está sendo revelado na Operação Lava Jato. Ou seja, acabou o jogo. Estamos contando os dias para que essa crise possa ser debelada com o desfecho desse processo.

O que poderia fazer a Presidente Dilma, em nome de um pouco de espírito público que possa ter? Renunciar ao mandato, para que, com isso, possamos ter novas eleições. É o que nós estamos defendendo. Se tivéssemos um regime parlamentarista, o Parlamento já teria destituído o primeiro-ministro diante de uma crise dessa proporção, mas nós não temos parlamentarismo. Nós temos um regime presidencialista, em que a sociedade deve ser chamada, porque só através da soberania do voto popular, do sufrágio universal é que poderemos ter um governo com legitimidade suficiente para tirar o Brasil do atoleiro, do fundo do poço em que se encontra.

Poderíamos até dizer: "O Aécio foi para o segundo turno, obteve mais de 51 milhões de votos e poderia assumir o mandato". Não, o PSDB quer novas eleições. O Senador Aécio Neves tem consciência nítida de que não teria as condições políticas necessárias para assumir, como já aconteceu em outros momentos, na condição de segundo colocado, o cargo de Presidente. Então, o que o PSDB defende são novas eleições, e o próprio ex-Presidente Lula poderá disputar. O próprio Presidente Lula vai poder se submeter à soberania do povo brasileiro. É isto que nós queremos: novas eleições.

Vamos acompanhar de perto o andamento do processo no Tribunal Superior Eleitoral. Acreditamos firmemente que, já no próximo semestre, haverá o julgamento que poderá cassar o diploma da Presidente Dilma

Rousseff e o do Vice-Presidente Michel Temer. Assume, pelo comando constitucional, por três meses, o Presidente da Câmara, que foi também duramente atacado – não sei exatamente por que razão o ataque. Se há divergências com relação à maioria penal, tudo bem, cada um apresenta o seu ponto de vista. Foi desleal o ataque ao Presidente da Câmara, que não é meu aliado, não é do meu Partido; pelo contrário, Eduardo Cunha é Base do Governo. Foi eleito Presidente da Câmara disputando contra uma candidatura do PT, mas o PMDB é Base do Governo. O Vice-Presidente da República, Michel Temer, é do PMDB, e sem o PMDB, seguramente, as condições mínimas de governabilidade da Presidente Dilma desapareceriam, ou desaparecerão, porque está em curso um distanciamento visível do partido.

Pois bem, ataca-se também o Presidente da Câmara. Na verdade, o Senador Humberto Costa eleva o tom porque talvez, hoje, o desespero tenha chegado a patamares impensáveis, porque aquele diretor da Petrobras, Cerveró, que já havia sido preso, ou que ainda está preso – já foi tanta gente presa e libertada na Lava Jato que não tenho certeza se ele foi libertado ou se está preso, acho que está preso ainda – foi substituído. E, hoje, a Polícia Federal prendeu o substituto do Cerveró. Hoje foi preso, pela Polícia Federal, o diretor que substituiu o Cerveró.

Ontem, a Polícia Federal deflagrou uma operação na Casa da Moeda. Veja a que ponto nós chegamos. Um esquema de corrupção que o Governo do PT montou na Casa da Moeda, a instituição que tem a responsabilidade de imprimir as cédulas de real que circulam na nossa economia.

E não é só isso, não. O Banco do Brasil está vendendo dólar falso. É o fim do mundo! A que ponto nós chegamos. É a Casa da Moeda como um antro de corrupção pela apuração da Polícia Federal e o Banco do Brasil vendendo dólares falsos.

É por isso que o Brasil hoje tem dois lados apenas. O lado do Governo, em que está o Senador Humberto Costa, e o lado do povo brasileiro, em que eu me encontro, ao lado de tantos outros milhões que querem uma mudança profunda no Brasil.

As pessoas não estão apenas rejeitando o Governo da Presidente Dilma. O sentimento hoje é de revolta. Não é uma rejeição política, eventual, momentânea, à qual fica exposto qualquer governante, com uma avaliação positiva ou negativa, oscilando de acordo com determinadas circunstâncias. É revolta. E revolta por quê? Porque as pessoas foram logradas, as pessoas foram enganadas, de forma deliberada, na eleição.

Desemprego em alta. Poderemos chegar ao final do ano com a taxa de desemprego atingindo dois dígitos, e o desemprego, infelizmente, vai crescer. Poder de compra do trabalhador reduzido. Inflação alta. Juros na estratosfera. Aumento de combustível. Aumento de energia. Tudo isso foi negado pela candidata Dilma Rousseff. Ao contrário, tudo o que ela está fazendo hoje ela disse que, se Aécio fosse eleito, ele faria. Quantos milhões de brasileiros deixaram de votar em Aécio Neves acreditando naquilo que foi dito durante a campanha eleitoral.

É por isso que o sentimento é de revolta, e o que nós queremos são novas eleições. A eleição foi viciada. Aécio Neves perdeu a campanha para uma organização criminosa que ocupou o Estado brasileiro, que aparelhou o Estado brasileiro, que praticou todo tipo de abuso, desmando, deslize e ilegalidade.

É um rosário de crimes cometidos na tentativa de perpetuação do poder. Só que o Brasil é maior do que tudo isso, e nós vamos superar essa crise. Vamos superar porque temos quadros políticos qualificados e temos, sobretudo, um povo que ama o nosso País e que será o grande responsável por tirar o Brasil da situação extremamente difícil em que se encontra.

Agora o Banco Central divulgou dados importantes da meta fiscal. O Governo Federal tem falado apenas em ajuste fiscal. É uma ladainha, uma música de uma nota só: ajuste fiscal, ajuste fiscal, ajuste fiscal.

Pois bem, até maio, o Governo só atingiu 38,5% da meta fiscal, e, diga-se de passagem, desses 38,5% que avalia a meta fiscal de União, Estados e Municípios, a União contribuiu com apenas 12%. O seja, o que ainda há de ajuste fiscal no País tem como origem os Estados e os Municípios, pois a União não consegue fazer o dever de casa porque quebraram o Brasil. Quebraram, assaltaram o País, continuam assaltando e empurram a conta para a sociedade pagar.

A crise é muito grave. O que se viu no plenário do Senado... A votação do PLC, repito, 28, por si só, desmonta o discurso do Senador Humberto Costa. E foi ele mesmo que, talvez em uma crise de amnésia, liberou a Bancada do PT. O placar foi unânime. E vem agora dizer que estamos querendo quebrar o Brasil. Não. Quem quebrou o Brasil foi o PT. Nós somos os responsáveis pelo Plano Real, pela estabilização da economia, pelas bases que lançamos e que possibilitaram o Brasil avançar, crescer e alcançar importantes conquistas. Só que essas bases estão sendo destruídas pela irresponsabilidade de um partido que quer se manter no poder a todo custo, a todo preço, mesmo que esse custo e esse preço sejam a dor, o sacrifício, a infelicidade, o infortúnio e a desgraça do povo brasileiro. Mas o povo acordou, o povo despertou e percebeu que foi enganado, percebeu que foi literalmente enganado.

E o que nós queremos, num jogo democrático, para que não venham com esse discurso insustentável de golpe, são novas eleições. Não há golpe quando o povo exerce sua soberania. Ao contrário, cumpre-se o art. 1º da nossa Constituição, que todos nós conhecemos; ou seja, que todo poder emana do povo.

E assim lutaremos. Faremos o bom combate. Não vamos nos acovardar. Este é um momento de coragem. Este é um momento de enfrentamento. Este é um momento duro e difícil da vida nacional. E nós estaremos na nossa trincheira de luta em defesa do povo brasileiro, da ética, da decência, da moralidade e da mudança, para que o País saia da crise. Com coerência. Sobretudo com coerência com a nossa trajetória.

Humberto Costa se esquece de que o PT votou contra o Plano Real. Ele se esquece de que o PT se recusou a assinar a Constituição Cidadã de 1988,...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... que tentou boicotar tudo que era de positivo no Brasil, e agora vem com esse discurso. Menos!

Na semana que vem estaremos de volta. Eu permaneço em Brasília neste final de semana porque no domingo realizaremos, Moema, a Convenção Nacional do nosso Partido. Depois ainda vou a Campina Grande, para o encerramento do Maior São João do Mundo, ao lado do Prefeito, Romero Rodrigues, e do Vice-Prefeito, Ronaldo Filho. Participarei do encerramento desse grande momento da Paraíba, do Nordeste, que é o Maior São João do Mundo, realizado em Campina Grande. É um evento criado inclusive pelo meu pai, que disse, Senadora Ana Amélia: “Grande festa nordestina, forró a cada segundo. Nós fazemos em Campina o Maior São João do Mundo”.

Mas na segunda-feira estarei de volta e manteremos o debate. Ele de lá, do lado do Governo, e nós aqui na trincheira do povo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Cássio Cunha Lima falou pela Liderança PSDB.

Convido, com muito prazer, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Lasier Martins, do PDT, do Rio Grande do Sul.

Também com prazer, passo a Presidência ao Senador Hélio José.

A Srª. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Hélio José, Senadora Ana Amélia, minha coestaduaana brilhante, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, eu também quero falar sobre essa barulhenta questão da redução da maioria penal, que foi objeto de vários pronunciamentos desta tribuna, no dia de hoje.

Ontem, Srª Presidente, depois da rejeição de um substitutivo sobre a redução da maioria penal, a Câmara dos Deputados voltou ao tema e, na madrugada de hoje, através de uma manobra regimental polêmica, levou a causa à aprovação desse assunto tão rumoroso pelo Brasil afora. E a matéria segue controvertida. É dos assuntos de que mais se tem falado pela imprensa e pelo Brasil todo, não apenas pela radical divisão das opiniões a respeito da penalização dos jovens abaixo de 18 anos, mas também sob o ponto de vista formal, processual, legal e mesmo constitucional.

Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1988, em seu art. 60, sobre emendas: “§5º A matéria constante de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa”. Ou seja, não é possível na mesma sessão legislativa.

Ora, Srs. Senadores, sessão legislativa, no conceito e na lei deste Congresso, significa um ano, considerando que uma legislatura consiste em quatro anos, divididos em quatro sessões, uma a cada ano. Pelo que diz a lei (§5º do art. 60 da Constituição Federal), uma matéria rejeitada não pode voltar ao debate no mesmo ano, somente no ano seguinte.

E quando falamos aqui em manobra é porque o Sr. Presidente da Câmara recorreu, às pressas, em menos de 24 horas, a uma interpretação polêmica, para dizer o mínimo, do Regimento Interno daquela Casa, com duas votações sobre a mesma matéria, uma anteontem de madrugada e outra hoje de madrugada. Aliás, uma anteontem e outra ontem de madrugada.

Entendemos que a matéria desta madrugada é a mesma de ontem e não poderia ser votada na mesma sessão legislativa – só poderia ficar para o próximo ano. Esse assunto, na Câmara, portanto, já virou tema que fatalmente vai para o Supremo Tribunal Federal.

Então, o que nós queremos neste pronunciamento desta tribuna? Defender aquilo que é possível e aquilo que devemos, que é recorrer a uma solução bem mais prática, racional, mais eficiente, qual seja, em vez de estarmos perdendo tempo com uma PEC tão controvertida e longa, nós podemos proceder a um aprimoramento no atual Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para tanto, basta que se aprove o aumento do tempo de internação dos jovens infratores.

As infrações graves agora cogitadas na redução da maioridade penal nem são as mesmas da emenda original de anteontem – ficaram diferentes em 24 horas. Previa-se, por exemplo, homicídio, lesão corporal seguida de morte, roubo qualificado, tráfico de drogas, enfim, crimes graves cometidos com violência. Essa é a proposta original do projeto. Agora, na aprovação passada, reduziram-se as infrações a apenas duas hipóteses: homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Já desconsidera, por exemplo, que um traficante de cocaína está semeando mais violência e homicídio do que um único caso de lesão corporal seguida de morte.

Então, parafraseando o velho ditado popular, a emenda aprovada ficou pior que o soneto. Não serve nem uma nem outra.

Agora, se mexermos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) para aperfeiçoarmos, nós vamos ampliar o período de internação do jovem que cometer infração grave, ficando mais tempo em uma casa socioeducativa. Por tudo que nós conhecemos do sistema carcerário brasileiro, uma casa socioeducativa é incomparavelmente menos ruínosa que os presídios de hoje dos adultos.

O que precisamos é mais destinação, isto sim, das verbas para essas casas de tratamento de jovens, que haja lá, nessas casas, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, ensino profissional aos jovens, educação, higiene, etc.

A votação de ontem, para os hoje menores de 18 anos, está falando em novas cadeias. Ora, isso é uma ilusão. Não tem havido recursos para cadeias, para presídios no Brasil. Então, que se pegue essa verba para as alegadas novas cadeias e se destine às atuais casas de custódia, as casas de custódia para jovens, para ensino profissional aos infratores.

Essa redução da maioridade penal não resolve o problema social, criminal ou penitenciário. Vai só agravar, porque jogará dentro de cadeias péssimas, caóticas, que todos nós conhecemos pela imprensa, vai jogar, lá dentro, jovens de 16 ou 17 anos, que vão aprender mais o crime e sem recuperação. Não terão, de forma alguma, o melhor tratamento do que hoje eles têm nas casas socioeducativas, por deficientes que ainda sejam.

Então, Srs. Senadores, o ECA tem solução, sim, mais prática, mais humana, mais rápida e mais produtiva, em vez dessa discussão emocional que vem-se travando, uma discussão emocional que, em certos momentos, está chegando à histeria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria parabenizar nosso Senador Lasier pelas importantes palavras aqui ditas e dizer que corroboro com V. Ex^a nas reflexões aqui colocadas.

Dando sequência à nossa lista de inscritos, Senador José Medeiros, do nosso querido Estado do Mato Grosso. Em seguida, Senador Donizeti Nogueira, do nosso Tocantins e, após, Senador Hélio, que está aqui, presidindo esta sessão.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Hélio José, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV Senado, que nos acompanham pela Rádio Senado e, também, pelas redes sociais, ocupo a tribuna, neste dia de hoje, para fazer o registro de duas importantes audiências de que participei no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com a presença do Vice-Presidente do órgão, Leonardo Góes, na noite da última segunda-feira. E fomos lá cobrar do Governo Federal, através daquele órgão, a regularização fundiária de assentamentos rurais de Mato Grosso.

É lamentável, Sr. Presidente, a lentidão do Incra. Processos estão parados na Superintendência Regional de Mato Grosso há dez, doze anos, e nada muda. É tudo moroso, é tudo muito demorado. O Incra, no meu Estado, é chamado de “incravado”. Eu fico preocupado com as famílias dos assentados, eles têm direito a terra. Fica a sensação de que o órgão virou as costas para o Estado e de que não há comprometimento com a política do assentamento.

Precisamos reforçar as políticas públicas de agricultura familiar, não só em Mato Grosso, mas em todo o País. E parece que parou, está estagnado. Em Mato Grosso, são constantes as invasões de rodovias, e lá é um Estado fácil de ser parado, de ser trancado, porque há poucos corredores. Eu tenho batido muito nessa tecla, sobre a necessidade de uma melhor infraestrutura no Estado.

E, também, há esses efeitos colaterais. Porque, diante da inércia do Incra, os movimentos sociais vão para cima das rodovias e param o Estado todo. E param o Estado, às vezes, por falta do simples atendimento, daquela coisa básica que o serviço público tem que fazer ao cidadão.

Por diversas vezes, fomos tentar conversar com essas lideranças, e elas explicam: “Nós não conseguimos ser atendidos.” Não existe um responsável lá para poder atender esses movimentos ou, pelo menos, ouvi-los e fazer o encaminhamento das demandas aqui para Brasília, se não for o caso de ser resolvido no Estado. Mas não acontece.

Então, Sr. Presidente, segundo dados oficiais do Governo de Mato Grosso, a demanda de regularização no Estado envolve 430 assentamentos rurais do Incra implantados, abrangendo uma população de 80 mil famílias, com a estimativa de, aproximadamente, 300 mil assentados.

Mas o grande problema é que, veja bem, estamos falando de 430 assentamentos. Se estão assentados, era para já nem falarmos nisso. No entanto, a demanda continua latente, porque essas pessoas foram para esses assentamentos e parece que não houve um planejamento, uma forma de como colocar essas pessoas nesses assentamentos. E aí, elas, simplesmente, passaram a morar em verdadeiras favelas rurais, onde há “fartura”, mas não é a fartura de abundância, é porque “farta” tudo, no popular linguajar rural.

Então, passa a haver uma demanda reprimida bem maior para o Incra, porque, além daqueles que têm a luta pela terra, ainda há aqueles que lutam por comida. Esses assentados hoje moram nesses assentamentos, mas fazem uma demanda muito grande por cestas básicas para conseguir sobreviver, porque foram para lá e é como se o Estado tivesse que eternamente dar o peixe; infelizmente, por não haver um planejamento, não se ensinou a pescar.

Obviamente, há vários problemas nesse meio-tempo, porque muitos aproveitadores aproveitaram e, simplesmente – combinados com quem às vezes tinha a chamada terra podre, lugar em que só tinha areia ou só tinha pedregulho –, aliciavam essas famílias nas periferias das cidades: “Olha, você vai ganhar um pedaço de terra”. Formava-se aquele grupo, ia-se lá e ganhava-se esse pedaço de terra. E aí o que fazer com esse pedaço de terra?

Então, esse é o grande problema que hoje se encontra no meio rural brasileiro, não só em Mato Grosso. Para enfrentar um problema desse tamanho, era necessário um órgão pujante, que fizesse a coisa andar, mas não sentimos isso no Incra. Sentimos um verdadeiro desalento nos funcionários, em toda a estrutura, porque está uma estrutura capenga, acabada. No Estado de Mato Grosso, está exemplar. Está praticamente fechado, essa é a grande realidade.

Todas as equipes lá ou estão alocadas para procedimentos disciplinares ou estão vendo irregularidades de falcaturas que foram feitas em determinado momento. Cuidando da atividade-fim mesmo, a notícia que temos é de que não há ninguém. Com isso, os problemas se avolumam e vão para cima de onde? Para cima das rodovias. Na semana passada, infelizmente, numa dessas interdições, houve um grave acidente com várias vítimas. Quer dizer, problemas que poderiam ter sido evitados.

Sr. Presidente, na primeira audiência que tivemos, com a participação do Secretário de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso, Eduardo Moura; da Secretária Executiva do Programa Mato-Grossense dos Municípios Sustentáveis, Patrícia Lemos; e do Deputado Estadual Dilmar Dal’Bosco, começou a surgir uma luz no fim do túnel. Foi apresentado o Projeto Piloto de Regularização Fundiária, através do PMS, para que possa ser submetido ao Fundo Amazônia, gerenciado pelo BNDES.

Entre as propostas apresentadas pelo Governo de Mato Grosso, estão: a edição de uma instrução normativa autorizando algumas práticas para assentamentos; a formalização de termo de cooperação entre o Incra, Estados e Municípios; a regularização da Lei nº 9.469, de 1997; a continuidade dos procedimentos de titulação; a constituição de um grupo de trabalho institucional para a regulamentação da Lei nº 13.001; a estruturação do quadro de funcionários do Incra regional; e ações institucionais junto à Sema e ao Ibama.

Eu achei muito interessante aquela audiência, Sr. Presidente, porque diagnosticou-se o tamanho do problema e o Governo do Estado trouxe uma proposta ao Incra. Ninguém consegue resolver aquele tamanho daquele problema sozinho, nem só os Municípios, nem só o Estado, nem só a União. E se está propondo ao Governo Federal, ao Incra, que se crie uma união para que se possa resolver o problema.

A gente sabe das dificuldades, a demanda que é. Todos os Municípios, todos os Estados brasileiros querem a resolução de seus problemas. Mato Grosso também. E aí, trouxemos... A gente sabe que a demanda é grande, e o Estado se propôs a ser parceiro.

O Governo do Estado também apresentou gestões para que seja priorizada a regularização fundiária dos seguintes assentamentos rurais, situados no Município de Paranaíta e no Município de Nova Ubiratã, Boa Esperança I, II e III, Santa Terezinha II e Centro Rosa.

O Vice-Presidente Leonardo Góes acolheu todas as contribuições apresentadas e afirmou que Mato Grosso é um Estado relevante para a reforma agrária.

Agora a gente quer mais. A gente quer mais, Sr. Presidente, porque Mato Grosso tem assentamentos que são do tamanho do Estado de Sergipe. Aquele Estado tem grandezas imensas. Eu já tenho dito aqui: em

Mato Grosso cabem dez portugueses, dez países do tamanho de Portugal cabem lá dentro. Esse Brasil é imenso e também são imensos os nossos problemas.

A segunda audiência, Sr. Presidente, contou com a participação do Deputado Estadual Zé Carlos do Pátio e dos representantes dos seguintes movimentos: Movimento dos Sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados (MTA); Movimento da Terra, Trabalho e Liberdade (MTL); Movimento Terra Nossa; Movimento 13 de Outubro; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis; Movimento Luta Pela Terra (MLT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso (Fetagri); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTS); e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Movimento Luta Pela Terra (MLT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso (Fetagri); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTS) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nesta reunião, não faltaram críticas e pedidos de substituição do superintendente regional do Incra em Mato Grosso. Foram unânimes em dizer que aquela diretoria não serve, que ele não trabalha, que não pode estar lá.

Faço aqui um parêntese: eu não creio que trocando o diretor, aquele servidor, vai se resolver o problema.

O Deputado José Carlos do Pátio afirmou que não viu a reforma agrária acontecer nem no governo do ex-presidente Lula e nem no Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Desta tribuna, quero reforçar, Sr. Presidente, o pedido dos assentados. Os movimentos querem parar Mato Grosso, fazendo bloqueios em rodovias para o escoamento da produção de soja. Querem vingar em outro setor a demanda. Isso também não é o caminho.

O Vice-Presidente do Incra, que esteve conosco, concordou que é preciso que haja intervenção na Superintendência em Mato Grosso.

Os representantes do Incra aqui em Brasília e os movimentos sociais de Mato Grosso estão, nesta semana, tentando afinar o debate, para que a regularização fundiária de assentamentos rurais no Estado dê passos concretos e que o Estado não seja paralisado pelos assentados.

É preciso, Senador Hélio José, falarmos em paz no campo. Mas ela vem com projetos estruturantes, ela vem com planejamento, como V. Ex^a mencionou, naquela audiência que fez hoje sobre a Frente Parlamentar da Infraestrutura. Da mesma forma que precisamos planejar estradas e portos, precisamos planejar também esses assentamentos. Não há como pegar uma parte da favela da cidade e transformá-la em uma favela no campo, porque isso vai multiplicar o problema. Esses são problemas que atravancam o desenvolvimento deste País.

No meu Estado existe a região de Nobres. É uma região calcária onde as águas são quase da cor deste carpete. São águas azuis! É uma região pronta para o turismo, uma cópia de Bonito, no Mato Grosso do Sul, com um potencial imenso com grutas, com rios, peixes à vontade. É uma coisa maravilhosa, tanto que turistas estrangeiros, mesmo sem qualquer estrutura, vão para lá.

Mas por que não existe estrutura lá, Senador Hélio José? Porque essa área fica dentro de um assentamento que está há décadas sem conseguir se regularizar. Então, não há como fazer qualquer benfeitoria lá, porque isso está atravancado na regularização desse assentamento.

Minha nossa! Somos capazes de construir um avião. Agora mesmo, a Aeronáutica acaba de receber o KC-390, uma maravilha da tecnologia.

Nós somos capazes de fazer tantas maravilhas. Será que não conseguimos vencer a guerra contra o papel? Porque isso é burocracia pura. Isso é só papel, gente. Mas, não, está atravancado lá nos escaninhos, nas gavetas, nessas coisas que vão ficando sebotadas por aqui, por Brasília, ou pelos Estados, e a coisa não funciona. Com isso, vai gerando conflitos, porque o dono da terra está lá. Acho que é a terceira geração que não recebe. Foi feito o assentamento, mas não pagaram, e vão se agravando os problemas.

Isso não é só na questão do assentamento, mas também na questão indígena. Problemas fáceis de resolver transformam-se em problemas intransponíveis, em coisas difíceis.

Eu fico pensando: será que é dificuldade, ou é para a coisa acontecer assim, mesmo, para ir gerando cada vez mais projeto daqui, projeto dali? Dá-lhe diária e não sei quê. E compra carro. Gasta-se o dinheiro todo na atividade-meio, e o fim, que é o que a sociedade brasileira precisa, não acontece.

Então, Sr. Presidente, eu faço aqui um apelo. Eu sou de um partido de oposição. Temos feito as críticas necessárias. Sabemos da dificuldade que este Governo passa. Mas também temos feito ajuda aqui no sentido de alertar, como foi na greve dos caminhoneiros, quando fomos identificar os líderes, que o Governo não identificou. Identificamos os líderes, fomos conversar. Nós os trouxemos para uma conversa na Casa Civil, com o Ministro Miguel Rossetto, porque aqui o que se quer é que este País cresça independente do governo de plantão. Independente do governo de plantão, nós queremos que avence.

Agora, as críticas têm que ser feitas. Por exemplo, quando vemos o Incra lá encravado, que não funciona, isso tem que ser dito. E eu vejo que, às vezes, o Governo tem uma dificuldade imensa de ouvir.

Hoje, o Senador Humberto Costa estava falando aqui, mas também eu tinha ouvido ontem um discurso dele. Eu já vejo desalento até nele. Eu não tenho dúvida de que os Parlamentares do PT terão uma dificuldade imensa de se reeleger não porque fizeram um mau mandato, mas porque têm que defender, às vezes, ações de um órgão como o Incra. Como defensores do Governo, eles têm que pegar esse desgaste para si.

Eu vejo aqui, neste Parlamento, vários Parlamentares que serviriam para ser parlamentar em qualquer parlamento do mundo, mas que estão sofrendo desgaste. Talvez não se reelejem, porque têm que defender o Governo.

Eu vi ontem, aqui, o Senador Humberto Costa quase fazendo um apelo: “Pelo amor de Deus, Presidente, tome as rédeas deste Governo”. Foi o que ele disse aqui: “Pelo amor de Deus, governe, Presidente”. Isso foi o que ele disse.

Mas aqui fica o meu apelo, e ele é mais modesto até. E estou pedindo só uma coisa: que o Incra possa funcionar, que a questão agrária possa andar. É só isso que a gente pede.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Senador José Medeiros, queria parabenizá-lo pelo brilhante discurso e dizer que, realmente, é inconcebível o Incra fazer assentamentos sem a infraestrutura básica necessária, sem fazer o recolhimento e o pagamento das referências do valor da terra desapropriada.

Eu sou, nesta Casa, um defensor da energia solar – você sabe disso –, das energias alternativas. Eu acho que os assentamentos têm que ser sustentáveis, têm que ter energia, têm que ter o consumo do resíduo sólido de forma adequada e têm que ter condição de funcionabilidade. Então, esse alerta que V. Ex^a traz aqui, sobre a questão do Incra e sobre outras questões que ainda estão entravadas, eu espero que sirva de alerta para que o nosso Governo possa mudar essas questões. Então, eu quero parabenizar V. Ex^a e dizer que estamos vigilantes.

Muito obrigado, Senador José Medeiros. Gostaria que o senhor assumisse a Presidência dos trabalhos, para ouvirmos aqui o nosso Senador Donizeti Nogueira, que fará o pronunciamento agora, nosso Senador do Tocantins, e, em seguida, farei um pronunciamento também. Então, se V. Ex^a puder assumir os trabalhos, eu fico agradecido.

Senador Donizeti Nogueira, do PT do Tocantins, com a palavra.

O Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO.) – Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Que também é um incansável defensor da regularização fundiária e das pessoas que vivem no campo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Senador José Medeiros, que preside esta Mesa; Senador Hélio José; senhores e senhoras; telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o mundo passa por uma crise profunda desde 2008. Os grandes países do mundo, os países do G7, à exceção da China, todos passaram por uma crise violenta.

Berço do capitalismo mundial hoje, os Estados Unidos da América chegaram a estatizar empresas privadas, para garantir que a quebraadeira fosse menor.

Desde 2008, o mundo vem passando por uma crise, uma crise difícil. Vejamos agora o que está acontecendo na Grécia, em Portugal, na Espanha, e em outros países. Os Estados Unidos, que haviam previsto um crescimento de 3,1%, tiveram o crescimento rebaixado para 2,5% pelo Banco Mundial, pelo FMI, é verdade. E o próprio governo já chega a falar num crescimento de apenas 1,7%. Em anos anteriores, tiveram crescimento menor ou nenhum crescimento.

E hoje é reconhecido que, aqui no Brasil, estamos passando por uma crise que exige seus ajustes. Mas a maior crise que vivemos hoje aqui não é a crise econômica, é a crise do desespero dos partidos de oposição, do medo de que, se chegar a 2018, eles vão perder novamente a eleição. E vêm aqui os Senadores da oposição, muito hábeis, tenho que reconhecer, falar da quebraadeira, falar da roubalheira.

Quero lembrar alguns episódios do governo desses Senadores: a máfia dos fiscais, em São Paulo; o rombo das ambulâncias; o rombo da Sudam; o rombo do Banco Marka de 1,8 bilhão; o rombo do Banestado de 42 bilhões; o rombo dos vampiros de 2,4 bilhões; o mensalão do DEM, de 4 bilhões; o mensalão mineiro, também de alguns bilhões. E falar do escândalo do trensão, em São Paulo, que o Ministério Público disse que o desvio chega a 30% de superfaturamento, e desvio de recursos para construir o metrô.

Eu não quero fugir da responsabilidade deste Governo, do qual eu faço parte, porque eu sou do Partido da Presidenta e porque estou Senador aqui pelo Partido dos Trabalhadores. Existem dificuldades e erros foram cometidos por algumas pessoas, mas eu também não posso aceitar é que aqueles que sucatearam o

Brasil, que arrombaram o Brasil, entregaram a Vale do Rio Doce por 3,8 bilhões, uma riqueza do povo brasileiro que valia, na época, 98 bilhões e foi dada de graça para alguns amigos; beneficiaram amigos, pelo vazamento de informação privilegiada, por ocasião do Proer; e as privatizações – a privataria tucana, que é rombo e mais rombo em relação à privatização.

Então, com todo o respeito que devemos ter com o povo brasileiro, precisamos parar de mentir! Esses Senadores são da oposição responsável por quebradeira no País. Quando o Presidente Lula assumiu o governo, a inflação era de 12,7%, o dólar estava batendo na casa dos R\$4, o risco Brasil era acima de três mil pontos e as reservas cambiais eram praticamente nulas.

Então, brasileiras e brasileiros, há uma grande questão em jogo: não é tirar uma Presidente da República, é estraçalhar a economia brasileira – que não está estraçalhada, é mentira! –, para favorecer interesses internacionais que não são os interesses nacionais. A quem interessa que a integração latino-americana não seja feita, em virtude do fortalecimento de um polo econômico no mundo, principalmente na América do Sul? A quem interessa que o BRICS não se consolide? Que não se consolide o banco do BRICS? Não é ao Brasil.

Mas trabalhar pela derrota do Brasil, para quebrar o Brasil é trabalhar pelo fim da integração latino-americana, porque essas pessoas defendiam a Alca, não era a Unasul, não era o Mercosul. E a Alca era contra os interesses nacionais.

O fortalecimento de um novo polo econômico no mundo a partir desse grupo de países chamado BRICs, que certamente passará a receber outros associados, contrapõe interesses da América do Norte. E é preciso inviabilizar o Brasil.

Esses que vêm aqui alardear o caos estão a serviço do capital internacional, a serviço dos interesses que não são nacionais. Não venham me falar aqui de roubalheira, porque são favorecidos pela roubalheira neste País há muitos anos. No governo que governaram compraram a reeleição, mas hoje acusam, mentem em muitos aspectos.

Quero, Senador José Medeiros, terminar a minha fala com um breve texto que está aqui.

Quando vejo os Senadores da oposição falando aqui sobre a crise, pregando o pessimismo, fico a pensar que a oposição brasileira precisa ouvir as vozes que vêm do exterior, dos mecanismos internacionais, do próprio presidente da América do Norte, para perder, como diria o dramaturgo Nelson Rodrigues, o complexo de vira-lata.

Esta semana, em visita da Presidenta Dilma aos Estados Unidos, quando um instrumento da comunicação, um veículo de comunicação tentava reduzir o Brasil a uma potência regional, o Presidente Barack Obama disse textualmente que o Brasil não é uma potência regional, ele é uma potência mundial, global e importante para a correlação de forças no mundo, importante para viabilizar grandes tarefas que a humanidade tem para resolver nesse processo com relação ao combate à degradação ambiental, à melhoria das condições climáticas. .

Estranham-me algumas coisas. Há uma coisa que meu pai me ensinou: macaco, quando quer colocar rabo em outros, senta-se no próprio rabo e esconde, para poder dizer que o outro tem. Tem gente, há pessoas que pegam os seus defeitos, as suas incompetências e querem transferir para as outras. É isso que eu vejo muitas vezes aqui no Senado por parte de alguns Senadores da oposição.

Nós temos aqui Senadores da oposição de qualidade, como o Senador José Medeiros, que vem aqui trazer uma crítica à questão da regularização fundiária, com a qual partilho. Está devagar. Sabe-se nesse momento que já se construiu um mecanismo para melhorar essa situação, mas é muito lenta a questão da regularização fundiária. E nós temos debatido isso no âmbito da Comissão de Agricultura, como temos debatido com o Governo essa questão.

Há Senadores como Cristovam Buarque, que faz ponderação muitas vezes equilibrada, ou todas as vezes equilibrada, mas outros, que não têm histórico de seriedade, de comprometimento com o País e com o povo brasileiro, vêm aqui mentir para o povo brasileiro textualmente, praticamente todos os dias.

A diferença do Governo da Presidenta Dilma para o mundo está explícita agora, na ida aos Estados Unidos. Só para fazer um comparativo, quero lembrar aqui uma passagem do Governo do PSDB, quando Fernando Henrique era Presidente, numa reunião que aconteceu, em que ele, com o nhém-nhém-nhém dele, pediu que os países desenvolvidos criassem um sistema, algo parecido à CPMS, para poder socorrer o Brasil por causa da evasão de capitais. Sofreu uma bronca tremenda do Presidente Bill Clinton naquela época, dizendo que ele precisava era organizar o Governo, dizendo que ele precisava era trabalhar melhor, ter uma governança melhor, porque o País tinha potencialidade e podia resolver seus problemas.

Não é isso que a Presidenta Dilma ouviu agora. Pelo contrário, ela recebeu um voto de confiança, porque tem competência e tem um governo preparado para isso, para superar as dificuldades no momento em que nós estamos vivendo, que é uma crise mundial. Não é uma crise localizada aqui.

E nós não estamos falando de uma crise de um país irmão, como a Argentina, de 40 milhões de habitantes. Quando houve a crise da Argentina, o Brasil foi praticamente derrotado. Nós estamos falando de uma crise séria, mundial, a segunda crise da contemporaneidade, talvez maior do que a de 1929.

Mas nós temos confiança nesse Governo, um Governo que vem dialogando com a sociedade. Ao contrário, o governo passado recebia os prefeitos aqui com cachorro, cavalo e polícia. O Governo atual recebe os prefeitos aqui na Capital da República com todos os seus Ministros à disposição para discutir os problemas. Esse é o Governo do diálogo.

Por fim, há a questão da avaliação da pesquisa.

Desde que o mundo é mundo, às vezes o povo é iludido e levado ao engano. Não foi assim entre Barrabás e Jesus Cristo? Pilatos submeteu ao povo, que, induzido por Caifás e seu sinédrio, foi iludido. Cristo foi crucificado e um criminoso foi libertado. Então, a opinião pública, muitas vezes, é conduzida e induzida ao erro. Isso desde que o mundo é mundo. E não estamos aqui para dizer que esse Governo não errou. Esse Governo tem erros. Só não erra quem não faz nada. Só erra uma vez, porque não fez. Mas quem está trabalhando está exposto ao erro.

Então, com toda sinceridade, eu acredito no Brasil, eu acredito no povo brasileiro, eu acredito nesse Governo como caminho de saída para esse momento de dificuldade. Sabe por quê? Porque o Brasil está no curso de construir a emancipação do povo brasileiro. O ódio que existe contra PT, contra o Governo do PT tem um dado simples: hoje o filho do vaqueiro estuda na mesma universidade, Senador José Medeiros, que o filho do fazendeiro; hoje o filho do operário estuda na mesma universidade que o filho do dono da fábrica, vai para as melhores universidades do mundo, estudar junto com os filhos dos grandes industriais, dos grandes fazendeiros, dos grandes financistas, porque esse Governo tem investido na educação. Agora, não se corrige o crime cometido durante mais de 500 anos contra o povo brasileiro, da exclusão, da exploração, da enganação em apenas 12 anos. É um processo, é o processo que este Governo vem conduzindo no rumo de reparar os erros: reparar os erros com os afrodescendentes, reparar os erros com os pobres, cometidos por uma elite gananciosa, por uma elite perversa, que sempre trabalhou por seus interesses mesquinhos e não pelos interesses do povo brasileiro. Estão sediciosos para voltar ao governo, para continuar explorando o povo, para continuar enganando o povo, mas, certamente, o povo, com a sua sabedoria e com o andar desse processo dos ajustes, com as iniciativas tomadas pelo Governo, essa situação vai ser superada. E aqueles que sempre exploravam o povo, levavam o povo ao sacrifício, que impediam o povo brasileiro de buscar a sua emancipação...

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... não retornarão a assumir o governo, porque não estão preparados para governar com inclusão social, com solidariedade e com desenvolvimento. Sempre estiveram preparados para governar o Brasil com o crescimento, a concentração de renda, o aumento da riqueza de alguns e o empobrecimento da maioria, ao contrário do que o Governo que eu defendo vem fazendo nesses 12 anos.

Eu tenho lido jornais, tenho lido revistas, tenho lido *sites* e tenho lido muitas informações que chegam do exterior e aqui de dentro. E eu não tenho motivo para estar desesperado, não tenho motivo para temer. Só tenho motivo pra continuar acreditando...

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... para continuar trabalhando para que o Brasil continue trilhando o rumo do desenvolvimento com a inclusão social, com o crescimento e com a distribuição da renda.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra agora, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar nosso Senador José Medeiros pela direção dos trabalhos, cumprimentar nossos ouvintes da Rádio e TV Senado, os nossos Senadores e Senadoras, o nosso Senador Donizeti, que acabou de usar a palavra antes de mim e a todos que nos ouvem.

Primeiro gostaria, Sr. Presidente José Medeiros, Senador pelo nosso querido Estado do Mato Grosso, servidor público também concursado igual a mim... Eu gosto de falar isso, porque somos servidores públicos e sabemos o tanto que este País nosso precisa realmente de uma gestão boa e eficiente, principalmente na área pública federal.

Quero, em primeiro lugar, saudar o Dia do Bombeiro. Hoje é o Dia do Bombeiro, essa importante corporação. Aqui em Brasília, temos o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; em vários Estados, temos o Corpo de Bombeiros, que hoje está aniversariando.

Em 2 de julho de 1856, o Imperador Dom Pedro II assinava o Decreto Imperial nº 1.775, que regulamentava, pela primeira vez no Brasil, o Serviço de Extinção de Incêndio. Nessa época, ao sinal de incêndio, o badalar dos sinos alertava homens, mulheres e crianças, que ficavam em fila e, do posto mais próximo, passavam baldes de mão em mão até chegar ao local que estivesse em chamas.

Para oficializar a importância do bombeiro por decreto da Presidência da República, desde 1954, todo dois de julho deve ser dedicado a homenagear esses profissionais que têm um importante trabalho para a nossa sociedade.

Nada mais justo que uma data em honra dessas pessoas sensíveis às necessidades do próximo e engajadas no desejo de servir bem à comunidade, profissionais que, hoje, não só apagam incêndios, mas responsabilizam-se pelos atendimentos pré-hospitalares em caso de trauma, salvamentos em altura e em meio líquido, além das atividades de busca e defesa civil.

Essa importante corporação que saudamos hoje aqui, Sr. Presidente José Medeiros, o Corpo de Bombeiros, só nos traz orgulho pela sua dedicação e trabalho na prevenção e no socorro a vítimas de tragédias.

Depois de feita essa homenagem ao nosso querido Corpo de Bombeiros, eu queria fazer um discurso importante exatamente sobre a sustentabilidade, Sr. Presidente.

V. Exª proferiu hoje algumas palavras a respeito da agonia de alguns assentamentos rurais – e eu digo também de alguns assentamentos urbanos, que passam por muitas dificuldades pela falta de infraestrutura, pela falta de apoio e pela falta de consolidação de alguns compromissos que são feitos quando do início do assentamento e que, depois, não são cumpridos.

Hoje vou falar sobre a eficiência energética dos painéis solares. Há uma pesquisa muito importante da Universidade da Califórnia, Los Angeles (Ucla) que vai fazer com que esse importante advento traga forma melhor e mais precisa para o aproveitamento da energia que Deus nos deu, que é exatamente a energia solar.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para tratar, uma vez mais, de um tema que é muito caro, de um tema de vital importância para a definição dos rumos do desenvolvimento do Brasil. Está em curso uma verdadeira revolução nos sistemas energéticos mundiais, e o nosso País, receio, não está conseguindo encontrar, nessa revolução, um lugar à altura de seu incomparável potencial geográfico, Sr. Presidente. Um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com esse sol imenso, não pode prescindir desse potencial energético de que ele dispõe, que é a energia solar.

Minha intenção, nesta oportunidade, é chamar a atenção para a necessidade e para a conveniência de melhor aproveitarmos a energia solar, uma das alternativas mais eficazes para reduzir o uso dos combustíveis fósseis, que são os principais vilões por trás das mudanças climáticas.

Essa é uma inovação altamente relevante, para nós que estamos debatendo aqui a nova matriz energética, tão necessária para o desenvolvimento de nosso País, dos nossos assentamentos, das nossas comunidades mais pobres e, principalmente, dos nossos microempresários, que são os principais geradores de emprego no nosso Brasil.

Até agora, Sr. Presidente, o princípio foi comprovado em laboratório. O próximo passo é converter esse avanço científico em tecnologia aplicada, produzindo painéis solares comerciais mais baratos e eficientes do que os atuais.

Com painéis solares mais acessíveis e eficientes, Sr. Senador José Medeiros, poderíamos acelerar a incorporação, no sistema elétrico, das unidades residenciais como produtoras de energia, a exemplo do que já se faz em alguns Estados. Esse crescimento da microgeração possibilitaria a redução racional das tarifas de energia elétrica, sem recurso a expedientes como a contenção artificial dos preços, tão prejudicial à economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Esse é o debate que o Brasil quer ver esse Parlamento fazer. O grande debate, o debate da mudança para uma nova matriz energética, uma mudança para energia renovável. E o debate vem, Senador Hélio José, no momento apropriado, porque vem no momento em que o aumento da conta de energia tornou-se quase que um companheiro mensal do brasileiro. E V. Exª traz esse debate à Casa, um debate que ainda não foi feito apropriadamente. Nós precisamos falar sobre isso. Nós precisamos falar sobre essas novas tecnologias, precisamos falar, por exemplo, quando estamos falando de energia, nas usinas *flex*, chamadas assim – lá no Mato Grosso, já existem algumas delas –, onde se produz o etanol de álcool e também o etanol de milho.

Mas não se produz só isso com essas usinas: pode-se, sem muito gasto, produzir também energia, porque daquele bagaço já existe tecnologia para produção de energia. Temos que falar, Senador Hélio José – e é por isso que louvo e homenageio V. Exª por esse debate – sobre as usinas hidrelétricas, sobre o nosso potencial hídrico. Estamos em crise hídrica. Pois bem, por um momento, o País abandonou e praticamente demonizou o fato de termos usinas com grandes reservatórios. Eu dou um exemplo: no meu Estado, no Mato Grosso, foi feita, em determinado momento, a Usina de Manso, com grande armazenamento de água. Demonizaram, à época, o Governador Frederico Campos. Ele foi execrado em praça pública pelos ambientalistas, por vários estudiosos. Pois bem, hoje aquilo lá é uma riqueza para o Estado de Mato Grosso. A usina faz o controle das cheias, tem um potencial turístico imenso e tem um potencial industrial ainda em relação à piscicultura. E aí existe a discussão: usina a fio d'água ou grandes reservatórios? Precisamos fazer esse debate sem paixão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, V. Exª só engrandece o Senado Federal brasileiro quando fala de infraestrutura. E mais ainda: eleva e engrandece a Casa quando traz esse assunto no momento em que o País está em extrema necessidade de avançar no tema energia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Medeiros. O seu aparte será totalmente integrado a meu discurso, pela relevância aqui colocada.

Eu lamento não estar aqui nesta Casa quando do debate de Belo Monte. À época, eu era apenas um servidor público federal, prestando serviço ao Ministério de Minas e Energia no monitoramento do setor elétrico nacional, como concursado público federal que sou do MPOG. É um absurdo, como V. Exª aqui coloca, gastarem-se R\$38 bilhões numa usina com capacidade de gerar 12.500MW de energia, mas que vai produzir apenas 4.500MW porque não se fez o reservatório, porque não tiveram a coragem de fazer esse debate e demonstrar para os nossos irmãos, para os nossos amigos ecologistas que era muito melhor termos um lago. Esse reservatório evitaria milhares de usinas térmicas poluentes queimando diesel, provocando chuvas ácidas e acarretando esse preço absurdo da tarifa energética.

Eu conversava hoje com a nossa Senadora Ana Amélia. S. Exª disse que a empregada dela contou que a energia, como V. Exª mencionou, a cada mês, tem aumento e que ela já não suporta mais pagar essa conta de luz.

Por isso, Senador Medeiros, seu aparte é de grande relevância, porque lembra a necessidade de o nosso País fazer o aprofundamento dessa discussão tecnológica.

V. Exª traz aqui a relevância das usinas *flex*. E digo a V. Exª que hoje, no Estado de São Paulo, por exemplo, vizinho do seu Estado, vizinho do meu Estado de Goiás – eu que sou goiano de nascimento, Senador pelo Distrito Federal –, é muito grande o número de usinas de cogeração via utilização do bagaço de cana, que alivia o bolso dos produtores de açúcar, dos produtores de etanol, o que tem feito com que os valores do etanol e do açúcar fiquem mais competitivos, dando melhores condições para o nosso produtor, para o nosso brasileiro gerar emprego e gerar riqueza para o nosso País.

É exatamente nessa linha que V. Exª traz à discussão o tema. Não desanimo, Senador. Nós podemos fazer a discussão com a grandeza necessária do bom aproveitamento da energia solar, que é a energia que Deus nos deu. E não pode haver meia dúzia de interessados em explorar outros setores que impeçam que essa importante energia, hoje tão utilizada na Europa, no Oriente, nos Estados Unidos, seja bem utilizada em nosso País.

Em um plano mais amplo, é necessário colocar o dinamismo tecnológico do setor de energia solar a serviço do desenvolvimento de nossa indústria. Considerados os altos níveis de insolação de que dispomos no Brasil, deveríamos ter uma meta muito clara e ambiciosa de ocupação de espaços mais nobres na cadeia produtiva dos painéis solares. Segundo o professor da USP Ricardo Abramovay, as empresas brasileiras estão ausentes das etapas de maior intensidade tecnológica do processo de produção dos painéis. Temos que mudar isso, Excelência. Por isso tenho trabalhado tanto para atrair empresas produtoras de inversores, empresas produtoras de painéis, para que, no nosso País, torne-se uma realidade o aproveitamento dessa energia de Deus, a energia solar.

A tecnologia desenvolvida pela UCLA poderia, nesse sentido, ajudar-nos a evoluir, de modo a minimizar nossa dependência de produtores externos.

Por fim, Sr. Presidente, o investimento em energia solar, sobretudo no fortalecimento e na modernização da indústria de painéis solares, oferece-nos uma oportunidade de ouro para desenvolvermos a economia do nosso Nordeste – do nosso Nordeste tão sofrido, do nosso Nordeste cujo índice de desemprego aumenta cada dia mais, do nosso Nordeste ensolarado, cuja economia precisa de novos caminhos, de novas soluções, Sr. Presidente.

Eu estive participando de um estudo governamental chamado Estudo do Meio Norte, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, e o Ministério de Minas e Energia tinha como participante desse grupo de trabalho a minha pessoa. Eu lembro-me da visita que fazíamos ao Maranhão, ao Ceará e ao Piauí, uma região

com muita dificuldade energética, em que cidades praticamente inteiras não poderiam ter as suas luzes ligadas, senão as casas ficariam sem energia, já que a quantidade, o nível de energia que chega lá é tão baixo, tão em ponta de linha, que não dá condição para poder aquele produtor abrir uma pequena empresa e produzir, fazer gerar, circular e melhorar a economia da região. Isso temos de mudar!

Eu lembro, Sr. Presidente, que na cidade chamada Luzilândia – quero mandar um abraço a todos os piauienses; Brasília, para que todos saibam, é a segunda maior cidade com piauienses do Brasil; em Brasília, nós temos quase 600 mil piauienses –, por exemplo, que fica no Piauí, havia um assentamento do Minha Casa Minha Vida com 300 unidades habitacionais. E, em Luzilândia, o assentamento não poderia ser ligado, porque, se ligassem o assentamento, a cidade de Luzilândia ficaria no escuro. E se nós, Sr. Presidente, tivéssemos realmente dinheiro e investimento nessa energia solar, nessa energia fotovoltaica, nós poderíamos tornar aquele assentamento autossustentável, poderíamos dar para aquelas famílias uma energia de qualidade, limpa e em condição de propiciar para que a outra energia, vinda pelas redes de linha de transmissão, pudesse ser usada na produção e no fabrico de bens manufaturados.

Por fim, Sr. Presidente, o investimento em energia solar, como falei, sobretudo no fortalecimento e na modernização da indústria de painéis solares, oferece-nos uma oportunidade de ouro para desenvolvermos, o Nordeste ensolarado, cuja economia precisa de novos caminhos, de novas soluções. Segundo reportagem do jornal *O Estadão*, do Estado de S. Paulo, mais de 60% da energia da região será, no ano de 2023, proveniente de fontes alternativas.

Se levarmos em conta a recente descoberta dos pesquisadores da Ucla – universidade pública da Califórnia, como falei –, a parte desse quinhão reservada à energia solar poderá ser significativamente incrementada, beneficiando não só as indústrias, mas também possibilitando a criação de milhares de empregos.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, para libertar as amarras que impedem o avanço acelerado do uso da energia solar, é preciso que façamos algumas alterações no marco legal que rege o setor. Uma medida que teria grande impacto é o redirecionamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que ainda não contempla a geração fotovoltaica, a geração de energia solar, atrasando o desenvolvimento desse segmento no País. Essa é uma das modernizações que integram, Senador Medeiros, o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2015, que recentemente submeti à apreciação dos nobres colegas. Inclusive gostaria de pedir a V. Ex^a, como membro da CAE, que solicitasse a relatoria do Projeto de Lei nº 201, de 2015, que está a caminho da relatoria na CAE, para que possamos discutir essa importante energia, que é a energia solar.

Conto com o apoio das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores para que nos antecipemos ao futuro, para que implantemos as condições necessárias ao aproveitamento, em favor do Brasil, da revolução energética que está transformando o mundo neste século XXI. Não podemos tolerar, afinal de contas, que a energia do País permaneça, nas palavras do Prof. Ricardo Abramovay, estacionada no século passado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a e a todos os ouvintes pela atenção.

Muito obrigado.

Que Deus nos ajude e dê caminhos para que possamos tornar uma realidade o aproveitamento desta energia tão importante, que é a energia solar, dada por Deus a este País abençoado e glorioso, o Brasil, que amamos tanto, que é tão continental e que nos dá o orgulho de poder estar aqui nesta Casa representando o nosso povo brasileiro!

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Hélio José!

Esse é o grande debate que o País precisa fazer, e esses são os temas que a população gosta que sejam tratados. Não aquele debate em que se diz assim: “Não, eu estou roubando, mas você também roubou.” Esse não é um debate que interessa à população brasileira, mas, sim, o debate para trazer um rumo, trazer resolução e apontar as soluções de que o Brasil precisa.

Parabéns!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Medeiros.

O senhor tem razão. Esse debate de quem rouba mais ou de quem rouba menos, ou de quem faz ou faz menos não interessa ao nosso País. Temos que discutir tecnologia, avançar na produção e na saída da crise.

Muito obrigado, Senador.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, dia 30 de junho comemoramos, com orgulho, o dia do caminhoneiro. Tenho a enorme satisfação de subir à Tribuna para dizer algumas palavras sobre esses fundamentais profissionais de nosso País.

Se somos líderes mundiais na produção e exportação de café, açúcar, etanol e suco de laranja; se estamos nos primeiros lugares nas vendas externas do complexo da soja; se temos significativa participação no comércio internacional do milho, do fumo e do cacau, é graças a essa categoria que conseguimos levar a produção do interior de nosso País para os portos onde os insumos serão levados para todo o mundo.

De acordo com a ANTT, até o ano passado contávamos com mais de um milhão de caminhoneiros registrados para 2,2 milhões de caminhões.

Desses, cerca de 850 mil motoristas eram transportadores autônomos.

Ressalto, ainda, que, entre 2011 e 2014, se verificou um aumento de 58% do número de registros de motoristas de caminhão, o que representa um significativo acréscimo de profissionais do setor.

Ingressaram na categoria, uma média de cerca de 10 mil novos motoristas por mês!

Mas, infelizmente, a rotina do motorista de caminhão é revestida de dificuldades.

São desafios que vão do excesso de horas ao volante, dos problemas de saúde e da baixa remuneração até a frota envelhecida, a inadequada manutenção de estradas e o grande risco de acidentes e assaltos.

Sr. Presidente, nenhuma atividade de trabalho está livre de contratempos, mas algumas são mais suscetíveis pelo fato de os trabalhadores permanecerem constantemente expostos a algum tipo de ameaça. Esse é o caso dos caminhoneiros.

Estudos que analisaram acidentes automobilísticos têm mostrado associação significativa entre o envolvimento em acidentes nas estradas e o relato de cansaço e perda da concentração.

As atividades desgastantes do trabalho também têm ocasionado outros agravos à saúde, como, por exemplo, alterações cardiovasculares com hipertensão, diabetes e alcoolismo.

Para se ter uma ideia, em março deste ano, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou uma audiência pública para debater a paralisação dos caminhoneiros que ocorria naquela época.

Na ocasião, foram expostos diversos e velhos problemas enfrentados pelos caminhoneiros.

A jornada de trabalho de oito horas diárias é exceção entre os motoristas. Relatam-se casos de 20, 30 e até 40 horas ininterruptas de trabalho, o que leva muitos deles a recorrerem ao uso de substâncias químicas, para aguentar tais jornadas.

Além disso, pesquisa realizada pelo Instituto WCF-Brasil mostrou que 24% dos caminhoneiros fazem uso diário de bebida alcoólica e 61% deles o fazem pelo menos duas vezes por semana. São constatações alarmantes, tanto do ponto de vista da saúde desses profissionais, como para a própria segurança das estradas e rodovias.

Senadoras e senadores, dados mostram que, de 1996 a 2010, o número de acidentes envolvendo caminhões foi o terceiro que mais evoluiu neste período, com acréscimo de 56%.

O aumento do número de mortes por 100 mil habitantes provocadas pelos caminhões também ficou em terceiro lugar, com crescimento de 50% no mesmo período.

E a importância dessa categoria, como já salientei, é significativa para o Brasil. Mais de 60% de nossa produção é transportada pelo modal rodoviário.

É como se os caminhões fossem o sangue que alimenta nosso País.

Além disso, se, por um lado, os problemas em nossas rodovias e as limitações de nossos portos têm retardado aumentos maiores em nossa competitividade, por outro lado também têm impedido avanços na qualidade de vida desses profissionais.

Em estudo sobre a cadeia de grãos, a CNT concluiu que, embora o Brasil esteja entre os primeiros exportadores de soja e de milho do mundo, há problemas graves no escoamento. Somente as condições do pavimento das rodovias levam a um aumento de 30,5% no custo operacional.

Se fossem eliminados os gastos adicionais devido a esse gargalo, haveria uma economia anual de R\$ 3,8 bilhões. O montante corresponde ao valor de quase quatro milhões de toneladas de soja ou a 24,4% do investimento público federal em infraestrutura de transporte em 2014.

Além disso, a má qualidade das rodovias é considerada problema grave ou muito grave por 85,8% dos embarcadores.

A CNT identificou que 63,4% das vias de escoamento apresentam alguma deficiência no pavimento, na sinalização ou na geometria.

As rotas com origem no Centro-Oeste direcionadas a Santarém, pela BR-163, chegam a ter 100% da extensão com problemas!

Nobres Colegas, não poderia deixar de destacar que o Estado de Mato Grosso - que hoje é o maior responsável pela exportação de produtos agropecuários - possui uma malha viária de 30 mil quilômetros, dos quais 23 mil não são pavimentados.

Quanto aos sete mil quilômetros pavimentados, precisam de manutenção com a máxima urgência! Embora já tenha inclusive 250 milhões aprovados pelo Banco do Brasil há mais de 18 meses, para fazer manutenção das rodovias, sua liberação ainda depende do aval da Secretaria do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa o 122º [centésimo vigésimo segundo] lugar em relação a rodovias.

Em termos comparativos, os Estados Unidos ocupam a 16ª colocação, e a Argentina, que há mais de uma década enfrenta problemas econômicos, está na nossa frente, em 110º [centésimo décimo] lugar.

E como consequência desse panorama, convivemos com um cenário, já recorrente, das enormes filas de caminhões em direção aos portos, da perda de produção, do aumento dos fretes e da diminuição de nossa competitividade no mercado global.

Mesmo nesse contexto, é possível encontrar saídas. Creio que o lançamento do novo pacote de concessões, pelo Governo Federal, certamente traz mais otimismo aos agentes econômicos.

Em momento de crise, é no incentivo à produção e na redução de nossos entraves que devemos buscar um possível caminho.

Tenho a esperança de que os projetos lá elencados consigam desatar os nós logísticos com os quais convivemos e que atingem diretamente a vida dos motoristas de caminhão, produtores e exportadores.

Ademais, espero que a burocracia não devore os projetos e os cronogramas, impedindo, mais uma vez, que consigamos dar finalmente um salto logístico.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, gostaria de mencionar também que, neste primeiro semestre de 2015, negociamos com o movimento dos caminhoneiros, que tinham suas razões para paralisar e demandar ações dos governos federal e estaduais. Suas atividades estavam com pouquíssima viabilidade econômica, o valor dos fretes demorava a subir e o sustento de suas famílias estava ameaçado.

Depois de muita negociação, conseguimos a sanção da Lei do Caminhoneiro, sem vetos.

A lei garantiu, entre outros pontos, o pedágio gratuito por eixo suspenso para caminhões vazios, perdão das multas por excesso de peso dos caminhões recebidas nos últimos dois anos, exigência de exames toxicológicos na admissão e desligamento, ampliação dos pontos de parada para caminhoneiros e possibilidade de trabalhar 12 horas seguidas, desde que previsto em acordo coletivo.

Foi uma importante vitória da categoria, que tive a satisfação de defender com entusiasmo e convicção.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de novamente cumprimentar os motoristas de caminhão do Brasil. O desenvolvimento de meu estado, de Mato Grosso, assim como do Centro-Oeste e de todo o País, é tributário desse importante elo da cadeia produtiva.

Continuarei lutando para que as próximas comemorações do dia dos caminhoneiros sejam cada vez mais motivo de celebração e festejo.

É meu papel, assim como de todos nós, sempre cobrar e propor soluções junto ao Poder Público para que os direitos dessa importante categoria não restem ameaçados pelos turbilhões políticos e econômicos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Não havendo mais oradores inscritos, encerramos esta presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 6 minutos.)

COMISSÃO DIRETORA

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2015

Às quinze horas e quarenta e oito minutos do dia dezoito de junho de dois mil e quinze, na sala de audiências da Presidência do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Diretora, com a presença dos Senadores Jorge Viana, Primeiro Vice-Presidente; Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário; Gladson Cameli, Terceiro-Secretário; Elmano Férrer, Terceiro Suplente e Douglas Cintra, Quarto Suplente. O Senhor Presidente, Senador Renan Calheiros, declarou abertos os trabalhos e deu início à apreciação dos itens da pauta administrativa. Item 1: Minuta de Ato que disciplina a entrega, a tramitação e a guarda da declaração de bens e rendas no âmbito do Senado Federal. O Ato foi aprovado pelo Colegiado. Item 2: Minuta de Ato que altera o Ato da Comissão Diretora nº 17 de 2012. Após ponderações da Senhora Diretora-Geral, a Comissão Diretora aprovou a matéria. Item 3: Minuta de Ato que regulamenta a atuação dos servidores que atuam como fiscais de contratos no âmbito do Senado Federal. O ato foi aprovado. Por fim, foram aprovados integralmente os requerimentos contidos nos processos nº 008800/2015-15, 008594/2015-35 e 004894/2015-45. Após a apreciação dos itens da pauta administrativa, passou-se à análise dos itens da pauta legislativa, que constará de ata própria. Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dezesseis horas e doze minutos, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando que eu, Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado, lavrasse a presente Ata que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação.

Sala de Reuniões, 18 de junho de 2015. Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente - Senador Vicentinho Alves, 1º Secretário - Senador Gladson Cameli, 3º Secretário - Senador Elmano Férrer, 3º Suplente de Secretário - Senador Douglas Cintra, 4º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5781 Seção 2, de 24/06/2015

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 131ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE

Às nove horas e quarenta minutos do dia três de junho do ano de dois mil e quinze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde. Presentes a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Olivan Duarte de Almeida, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Gustavo Korst Fagundes, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde - SIS; Edward Cattete Pinheiro Filho e Sérgio Roberto Verch Harger, representantes dos servidores ativos; Cantidio Lima Vieira e Alberto Moreira de Vasconcellos, representantes dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Presentes também o senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Diretor-Geral Adjunto de Contratações; o senhor Yulo Sasaki, da Primeira Vice-Presidência; a senhora Maria José Bezerra da Silva, da Coordenação de Fiscalização e Controle da SIS; e a senhora Carla Peixoto Valladares, Chefe do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. A Diretora-Geral Ilana Trombka, assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. Item I) Prestação de contas das reuniões com os hospitais de notória especialidade. A coordenadora Maria José apresentou os resultados obtidos pela SIS em reuniões realizadas nos dias 07 e 08 de maio, com o Hospital Sírio-Libanês e o Hospital Israelita Albert Einstein, respectivamente. O Conselho determinou que fosse elaborada minuta de termo aditivo contratual para inclusão de novos produtos às tabelas de serviços contratadas com os referidos hospitais. Havendo parecer favorável da SIS e da ADVOSF, novos pacotes, que podem incluir o pagamento de honorários médicos, serão englobados no aditivo, que deverá ser submetido à apreciação deste Conselho. Até que o termo aditivo seja aprovado, os casos concretos referentes a procedimentos não incluídos nas tabelas praticadas pela SIS, ou nas tabelas contratadas diretamente com os referidos hospitais e revisadas anualmente, serão decididos pelo Conselho. Item II) Apresentação do resultado preliminar do caso-piloto enviado para avaliação de indicação de cirurgia de coluna no Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE). O conselheiro Gustavo apresentou a proposta de tratamento cirúrgico apresentada pelos especialistas do HIAE, bem como a potencial economia de recursos para esta situação específica. Caso o beneficiário decida pela realização da cirurgia nesse hospital, o Conselho deliberou, dada a substancial economia em relação aos orçamentos do Distrito Federal, por autorizar o pagamento do pacote orçado pelo HIAE e dos honorários da equipe cirúrgica, desde que seja assinado pelo beneficiário termo de esclarecimento que deixe claro que somente tais itens serão pagos pela SIS no âmbito desta autorização excepcional, e demais despesas ou procedimentos eventualmente necessários, inclusive aqueles relacionados a possíveis complicações da cirurgia, respeitarão as regras previstas na Resolução nº 35, de 2012. Item III) Aprovação do reajuste do serviço de check-up do Hospital Israelita Albert Einstein. O Conselho aprovou o reajuste do serviço de check-up com base no índice de 7,0%, acordado entre a SIS e o Hospital. Foi aprovada a orientação do conselheiro Cantídio, que sugeriu que a prestação de serviços de check-up contratados pela SIS seja divulgada aos servidores ativos e inativos. Item IV) Aprovação do realinhamento de preços da prestação de serviços de julho/2015 a julho/2016, do Hospital Israelita Albert Einstein. Fica aprovado o reajuste de 7,89% aplicado à tabela de produtos contratada com o Hospital Israelita Albert Einstein. Extrapauta I) O Conselho indicou, para compor a comissão que gerencia as aplicações do Fundo de Reserva da SIS, os nomes dos conselheiros Olivan Duarte de Almeida e Sérgio Roberto Verch Harger, que aguardam a designação do Presidente conforme determina o art. 49 da Resolução nº 35, de 2012. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde, às onze horas e quarenta minutos do dia três de junho do ano de dois mil e quinze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão da SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 03 de junho de 2015.

Ilana Trombka, Vice-Presidente, no exercício da Presidência - Alberto Moreira de Vasconcellos - Cantidio Lima Vieira - Edward Cattete Pinheiro Filho - Gustavo Korst Fagundes - Olivan Duarte de Almeida - Sérgio Roberto Verch Harger, Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5781 Seção 2, de 24/06/2015

COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 6, de 2015

Disciplina a entrega, a tramitação e a guarda da declaração de bens e rendas no âmbito do Senado Federal.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental, e considerando a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, a Instrução Normativa nº 67, de 6 de julho de 2011, alterada pela Portaria nº 301, de 16 novembro de 2012, ambas do Tribunal de Contas da União, bem como a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º A apresentação das Declarações de Bens e Rendas pelos Senadores e por todos quantos exerçam cargo, emprego ou função de confiança, no Senado Federal, a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, obedecerá ao disposto neste Ato.

Art. 2º A Declaração de Bens e Rendas compreenderá imóveis, móveis, semoventes, depósitos em conta bancária, aplicação financeira, títulos ou valores mobiliários, veículo terrestre, embarcação, aeronave, e quaisquer outras espécies de bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior, abrangendo, quando for o caso, os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do servidor ou parlamentar, com indicação, ainda, das fontes e dos totais de rendimentos auferidos no ano-base.

§1º Na declaração de bens e rendas também serão consignados os ônus reais e obrigações do declarante, inclusive de seus dependentes, dedutíveis na apuração do patrimônio líquido, em cada período, discriminando-se entre os credores, se for o caso, a Fazenda Pública, as instituições oficiais de crédito e quaisquer entidades, públicas ou privadas, no País e no exterior.

§2º Relacionados os bens, direitos e obrigações, o declarante apurará a variação patrimonial ocorrida no período, indicando a origem dos recursos que hajam propiciado o eventual acréscimo.

Art. 3º Institui-se a Comissão Permanente de Recepção e Controle das Declarações de Bens e Rendas, com o objetivo de adotar as providências administrativas pertinentes a que aludem as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Parágrafo único. O Diretor-Geral, no uso das atribuições conferidas pelo art. 350 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2014, designará os servidores para integrarem como membros, a Comissão a que se refere o caput.

Art. 4º Os Senadores e todos quantos exerçam cargo, emprego ou função de confiança no Senado Federal entregarão a Declaração de Bens e Rendas, anualmente, no prazo de até

30 (trinta) dias após a data-limite fixada pela Receita Federal do Brasil para a entrega da declaração de ajuste anual do imposto de renda à Comissão Permanente de Recepção e Controle das Declarações de Bens e Renda.

§ 1º Em caso de posse de novos Senadores ou de Suplentes, a entrega da Declaração de Bens e Rendas é um requisito essencial para a investidura no cargo de Senador, conforme disposto na Lei nº 8.730, de 1993.

§ 2º O Senador licenciado para exercício de cargo, nos demais Poderes da República, ou nos casos de término, renúncia ou afastamento definitivo de mandato, deverá entregar a sua Declaração de Bens e Rendas no órgão ou entidade onde se encontrar em exercício, que a encaminhará diretamente ao Tribunal de Contas da União.

§ 3º Todos quantos exerçam cargo, emprego ou função de confiança no Senado Federal, cedidos ou requisitados, deverão entregar as suas Declarações de Bens e Rendas no órgão ou entidade onde se encontrarem em exercício, que a encaminhará à Comissão Permanente de Recepção e Controle das Declarações de Bens e Rendas do Senado Federal. Tal exigência também se aplica aos casos de nomeação e exoneração de cargo comissionado quando não há vínculo prévio com o Senado Federal.

§ 4º A declaração a que alude o caput deste artigo deverá ser a cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física - DIRPF, entregue anualmente à Receita Federal do Brasil - RFB, devidamente cadastrada no Sistema de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD e entregue assinada em arquivo PDF à Comissão Permanente de Recepção e Controle das Declarações de Bens e Renda.

Art. 5º Em alternativa à cópia a que se refere o artigo anterior, os Senadores e todos quantos exerçam cargo, emprego ou função de confiança no Senado Federal poderão apresentar, à Comissão Permanente de Recepção e Controle das Declarações de Bens e Rendas, autorização de acesso exclusivamente aos dados de bens e rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei nº 8.429, de 1992 e §2º, caput e §§ 1º e 6º, da Lei nº 8.730 de 1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, nos termos do Anexo II da Instrução Normativa nº 67, de 6 de julho de 2011, do Tribunal de Contas da União, ou por intermédio de sistema informatizado, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação - PRODASEN para este fim.

§ 1º A autorização terá validade sobre todos os exercícios subsequentes ao de sua manifestação, perdendo seu efeito quando o Senador ou todos quantos exerçam cargo, emprego ou função de confiança no Senado Federal deixarem de ocupar os cargos.

§ 2º A qualquer tempo, a autorização poderá ser revogada, por expressa manifestação, remetendo-se às obrigações do art. 4º.

§ 3º A Secretaria de Tecnologia da Informação - PRODASEN se responsabilizará pela manutenção, evolutiva e corretiva do sistema informatizado de processamento das autorizações de acesso à Receita Federal do Brasil.

Art. 6º No caso de omissão ou atraso na entrega da Declaração de Bens e Rendas, ou alternativamente a autorização de acesso à Receita Federal do Brasil, a Comissão utilizará de comunicação interna para indicar a obrigação não atendida, definindo forma e prazo para atendimento urgente.

§ 1º O descumprimento da obrigação a que se refere o caput, por parte do servidor, implicará em indicação à Diretoria Geral, pela Comissão, de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

§ 2º A Secretaria de Controle Interno - SCISF, se entender insatisfatórios os

esclarecimentos apresentados, ou na hipótese de recusa do Senador ou por todos quantos exerçam cargo, emprego ou função de confiança, no Senado Federal, à entrega da declaração, dará ciência dos fatos ao Tribunal de Contas da União, por ocasião da tomada ou prestação de contas, com indicação das providências adotadas.

Art. 7º Os membros da comissão encarregada de receber e/ou manusear as Declarações de Bens e Renda, os servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação - PRODASEN, da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP, bem como quaisquer servidores que, em virtude do exercício de cargo ou função, tenham acesso às informações nelas contidas serão responsáveis pela manutenção de seu sigilo e pela preservação de sua confidencialidade, estando sujeitos a responsabilização no caso de violarem esses deveres.

Art. 8º A Comissão Permanente de Recepção e Controle das Declarações de Bens e Renda fornecerá ao declarante comprovante da entrega, com indicação do local e data da apresentação, e encaminhará as informações ao Tribunal de Contas da União, nos termos da Instrução Normativa - TCU nº 67, de 6 de julho de 2011.

Art. 9º A Comissão produzirá relatório final contendo as pendências e as eventuais infrações às normas contidas neste Ato, o qual será enviado ao Diretor-Geral para conhecimento e adoção das providências necessárias, após o que deverá ser encaminhado ao titular da Secretaria de Controle Interno.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do Senado Federal.

Art. 11 Revogam-se os Atos da Comissão Diretora nº 19 de 2006, e nº 1 de 2008 e a Portaria do Diretor-Geral nº 183 de 2006.

Art. 12 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 18 de junho de 2015. Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente - Senador Vicentinho Alves, 1º Secretário - Senador Gladson Cameli, 3º Secretário - Senador Elmano Férrer, 3º Suplente de Secretário - Senador Douglas Cintra, 4º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5778 Seção 2, de 19/06/2015

COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 7, de 2015

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 17 de 2012.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 98 do Regimento Interno e no art. 233 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º O Ato da Comissão Diretora nº 17 de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Nos termos e limites previstos neste Ato e em estrito atendimento ao princípio constitucional da eficiência e ao princípio da continuidade do serviço público, o ordenador de despesas poderá conceder, em caráter excepcional e mediante utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF) ou de conta bancária específica de suprimento de fundos, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320, de 1964, suprimento de fundos em situações nas quais não seja possível ou recomendável submeter a aquisição ao processo ordinário de contratação, para as seguintes despesas:

....."(NR)

"Art. 2º O Ato de Concessão de Suprimento de Fundos deverá conter as seguintes informações:

.....

II - indicação da natureza da despesa objeto do gasto;

.....

VI - Revogado

.....

Parágrafo único. O suprimento de fundos será requerido pelo agente suprido com anuência do responsável pela área solicitante."(NR)

"Art. 3º O pedido será instruído pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade previamente ao seu encaminhamento à deliberação do ordenador de despesas, e a liberação dos recursos financeiros será sempre precedida da emissão de Nota de Empenho.

Parágrafo único. Os portadores do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) são responsáveis pela respectiva guarda e uso e pela comunicação à Administradora do CPGF em caso de perda, roubo, furto ou extravio do cartão, sob pena de ressarcimento das despesas contraídas após a ocorrência de quaisquer desses fatos."(NR)

.....
"Art. 8º

Parágrafo único. Após o procedimento previsto no caput, o servidor deverá ser informado a respeito da liberação dos recursos e dos prazos constantes do ato de concessão."(NR)

"Art. 9º.....

§ 1º O período será contado a partir da data de emissão do ato de concessão de suprimento de fundos.

....."(NR)

"Art. 10.....

.....

III - na impossibilidade da utilização do Cartão de Pagamentos em estabelecimento afiliado, pode haver o saque em dinheiro, desde que previamente autorizado pelo ordenador de despesas, limitado a trinta por cento do valor total do suprimento;

.....

VI - se o valor do saque exceder ao montante da despesa a ser realizada, o valor excedente deverá ser devolvido, por intermédio de Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo máximo de três dias úteis a partir do dia seguinte da data do saque.

VII - se o valor excedente do saque a que se refere o inciso anterior for menor do que R\$ 30,00 (trinta reais), o agente suprido poderá permanecer com o valor excedente além do prazo estipulado, obedecendo as seguintes regras de devolução:

a) quando a quantia excedente for inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), o recolhimento deverá ser realizado até a data final do prazo de prestação de contas;

b) quando a quantia somar R\$ 30,00 (trinta reais) ou mais, o suprido deverá efetuar a devolução, de acordo com o inciso VI. "(NR)

"Art. 11. O recebimento do material ou da prestação do serviço será atestado por outro servidor que não o agente suprido e conterà data, nome completo, matrícula e assinatura do servidor."(NR)

.....

"Art. 15.....

I - Revogado

.....

V - comprovante de recolhimento, em favor do Senado Federal, do saldo remanescente em conta de adiantamento, quando existente.

.....

VII - no caso de realização de saque, justificativa do agente suprido;

§ 1º Os documentos comprobatórios do gasto, que não poderão apresentar rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas, deverão ser emitidos em nome do Senado Federal e serão incluídos no processo juntamente com a declaração de recebimento da importância paga.

.....

§ 3º Os documentos comprobatórios do gasto deverão ser cadastrados no sistema de controle de suprimento de fundos no prazo máximo de três dias úteis a partir do dia seguinte ao da emissão do documento."(NR)

.....

"Art. 19. Fica instituído, nos moldes definidos no art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com a redação dada pelo Decreto nº 7.372, de 26 de novembro de 2010, o Regime Especial de Execução, destinado a atender a peculiaridades da unidade descrita no art. 235 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 40 de 2014 e à sua Residência Oficial.

Art. 20. Para o cumprimento do Regime Especial de Execução, ficam a unidade descrita no art. 235 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 40 de 2014 e a sua Residência Oficial autorizados a realizar despesas com suprimento de fundos especial, por meio do mecanismo descrito no Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, e no art. 10, III, deste Ato. "(NR)

"Art. 21. O suprimento de fundos especial será utilizado para aquisição ou pagamento de produtos ou serviços estritamente vinculados às necessidades específicas da unidade descrita no art. 235 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 40 de 2014 e da sua Residência Oficial, a saber:

I - alimentação;

II - conservação;

III - limpeza;

IV - recuperação e manutenção de instalações civis, elétricas e hidrossanitárias, inclusive peças de reposição;

V - recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos, inclusive peças de reposição.

Parágrafo único. A realização de despesas não incluídas nos incisos do caput poderá ser autorizada pelo Primeiro-Secretário. "(NR)

"Art. 22. O suprimento de fundos especial será concedido a servidor da unidade descrita no art. 235 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 40, de 2014, e da sua Residência Oficial. "(NR)

"Art. 23. Na concessão e na aplicação de suprimento de fundos submetido a regime

especial de execução, a unidade descrita no art. 235 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 40 de 2014 e sua Residência Oficial deverão observar o limite mensal de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores estabelecidos na alínea "a" dos incisos I e II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. As contratações e aquisições submetidas a regime especial de execução para atendimento das unidades previstas neste Ato, desde que respeitados os limites estabelecidos neste artigo, não caracterizarão parcelas da mesma obra, serviço ou contrato, nem estarão sujeitas às restrições do inciso II do art. 12 deste Ato. "(NR)

"Art. 24. Os casos omissos e dúvidas a respeito da aplicação do disposto neste Ato serão dirimidos pelo Primeiro-Secretário."(NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 18 de junho de 2015. Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente - Senador Vicentinho Alves, 1º Secretário - Senador Gladson Cameli, 3º Secretário - Senador Elmano Férrer, 3º Suplente de Secretário - Senador Douglas Cintra, 4º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5778 Seção 2, de 19/06/2015

COMISSÃO DIRETORA**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 8, de 2015**

Regulamenta a atuação dos servidores que atuam como fiscais de contratos no âmbito do Senado Federal.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 98 do Regimento Interno e no art. 233 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40 de 2014,

Considerando a necessidade de regulamentar a atuação dos servidores do Senado Federal que atuam como fiscais de contratos, nos termos do § 3º do art. 11 do Ato da Comissão Diretora nº 2 de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Este Ato regulamenta a atuação dos servidores que atuam como fiscais de contratos no âmbito do Senado Federal.

Art. 2º Ao fiscal de contrato compete:

I - conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

II - zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;

III - verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;

IV - atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

V - prestar informações a respeito da execução dos serviços sob sua fiscalização;

VI - informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada, propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

VII - solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

VIII - em contratos relacionados a obras:

a) verificar eventuais incoerências, falhas e omissões nos serviços técnicos prestados

pela contratada, desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer ao gestor informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

b) verificar e aprovar a adequação de materiais, equipamentos e serviços, quando solicitada pela contratada e admitida no Caderno de Encargos, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos;

c) exigir da contratada a apresentação diária do Relatório Diário de Obras - RDO, quando o contrato assim o previr, bem como apor ao documento as observações que julgar necessárias e eventuais comunicações à contratada.

Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas que se façam necessárias.

Art. 3º Compete à Diretoria-Geral ou à Diretoria-Geral Adjunta de Contratações designar o fiscal do contrato e seu substituto.

§ 1º Considerando a conveniência e a oportunidade administrativa, poderão ser designados mais de um fiscal para um ou mais contratos, na forma de gestão compartilhada.

§ 2º O fiscal deverá ter conhecimento específico sobre o objeto do contrato para o desempenho de suas funções.

Art. 4º O servidor, em caso de impedimento, suspeição ou falta de conhecimento específico necessário ao desempenho da atividade de fiscalização, poderá recusar a designação mediante justificação por escrito, que será submetida à Diretoria-Geral para deliberação.

Parágrafo único. Considera-se impedido o servidor que for parente até terceiro grau, cônjuge ou companheiro do contratado ou de seu preposto, bem como se possuir participação societária ou interesse econômico na empresa contratada.

Art. 5º Considera-se fiscal qualquer servidor do quadro do Senado Federal, titular ou responsável por unidade administrativa ou gabinete parlamentar tomador de prestação de serviços contratados pelo Senado Federal que envolvam fornecimento de mão de obra.

Art. 6º Compete ao Diretor-Geral regulamentar, no que couber, o disposto neste Ato.

Art. 7º Ficam revogados o Ato da Comissão Diretora nº 15 de 2009, e o § 5º do art. 8º, do ATC nº 2 de 2008.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 18 de junho de 2015. Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente - Senador Vicentinho Alves, 1º Secretário - Senador Gladson Cameli, 3º Secretário - Senador Elmano Férrer, 3º Suplente de Secretário - Senador Douglas Cintra, 4º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5778 Seção 2, de 19/06/2015

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

Senador Aécio Neves (PSDB) ⁽¹⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾

Senador José Agripino (DEM)

Senador José Medeiros (PPS)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Reguffe (PDT)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

** Em 11.06.2015, foram designados os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra, José Aripino, José Medeiros, José Serra, Reguffe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão e Tasso Jereissati para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 17, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
--

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
--

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
--

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)
--

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA VENEZUELA

Finalidade: Verificar in loco a situação política, social e econômica da República Bolivariana da Venezuela, estabelecendo para tanto os contatos necessários e possíveis com as autoridades constituídas e representantes legítimos da sociedade venezuelana.

Requerimento nº 713, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)

Senador Roberto Requião (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senadora Lídice da Mata (PSB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Notas:

*. Em 18.06.2015, foram designados os Senadores Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata e Lindbergh Farias para compor a Comissão.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) ^(1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) ⁽³⁾	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽²⁾
Senador Lasier Martins (PDT)	6.
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra

Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

12) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 14/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Doriêdo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

Milton Arantes Costa

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Doriêdo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 15/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 26/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DA CBF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 28/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 01/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁰⁾
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senador Benedito de Lira (PP) ^(8,10)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁰⁾	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO ^(6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**.. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ^(3,6,8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

-----Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015**Notas:**

1. Por indicação do PSOL.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. VAGO ⁽⁶⁾
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
VAGO ⁽¹²⁾	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ⁽⁶⁾
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marcus Vicente - PP/ES ⁽¹²⁾
Jony Marcos - PRB/SE ⁽⁸⁾	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. Ivan Valente - PSOL/SP ⁽¹¹⁾
Leonardo Monteiro - PT/MG ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ⁽⁷⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - CMCLF**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

ATN nº 3, de 2015 - CMLRE

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Resgate da reforma política: Diversidade e pluralismo no Legislativo



Uma das questões mais comentadas e talvez menos compreendidas no Brasil é a reforma política. Ela diz respeito à revisão das instituições vinculadas à nossa democracia representativa. Trata-se de um conjunto de temas fortemente entrelaçados, que repercutem em várias dimensões das relações sociais. Esta obra enfrenta o desafio de lidar com esse universo.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 400 páginas
(O.S. 12827/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

